



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 579

Quarta-feira - 22 de Setembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	1
Braço do Trombudo	2
Caçador	2
Campo Alegre	3
Campos Novos	14
Canoinhas.....	14
Capinzal	14
Catanduvas.....	36
Chapadão do Lageado	97
Concórdia	124
Coronel Martins.....	125
Corupá	125
Erval Velho	126
Forquilha.....	126
Fraiburgo.....	129
Garopaba.....	132
Gaspar	132
Herval do Oeste	135
Imbituba	135
Irineópolis	136
Itapoá	136
Joaçaba.....	137
Lauro Muller	140
Meleiro	143
Monte Carlo	144
Nova Trento	145
Novo Horizonte	146
Paulo Lopes	146
Pinheiro Preto	147
Porto Belo.....	147
Porto União.....	147
Rio do Sul.....	149
Salto Veloso.....	179
São Lourenço do Oeste.....	249
Schroeder	250
Tunápolis.....	254
Videira.....	254

Associações de Municípios

AMAI.....	254
-----------	-----

Consórcios Públicos

CIMVI.....	254
------------	-----

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 135 de 20 de setembro de 2010.

Concede Licença á Servidor Público Municipal pelo falecimento de Membro da Família.

SERGIO LUIZ SCHMITZ Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Cap VI, Art 105, Inciso II da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença ao Servidor Público, IVANÉDIO SCHONELL, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA AGRÍCOLA, por 05(cinco) dias consecutivos á contar de 18 de Setembro de 2010; em razão do Falecimento de membro da Família (Pai).

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 20 de setembro de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH

Responsável pelas Publicações.

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 372/2010

PORTARIA N° 372/2010

Concede Adicional de Titulação.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei nº 1028/2005,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por Graduação

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ao servidor ACT JOÃO ERNESTO LEITE ocupante do Cargo de PROFESSOR III - 20H, a partir do mês de Setembro de 2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Setembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 21 de Setembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 110/2010

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 110/2010; Objeto Conserto e reparo emergencial da parte elétrica dos ônibus, da frota de veículos da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antonio Carlos - SC; Contratado: Mecânica e Auto Elétrica São José Ltda. ME; Valor do contrato: R\$ 2.181,00 (dois mil, cento e oitenta e um reais); Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Antônio Carlos, 21 de setembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Antônio Carlos, em 21 de setembro de 2010.

Atenciosamente:

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 111/2010

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 111/2010; Objeto Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia a fim de elaboração de Projeto para nova ponte sobre o rio Biguaçu, na Rua Desidério Schmitt, localidade Usina, no município de Antonio Carlos/SC; Contratado: Orofino - Projetos de Engenharia Ltda.; Valor do contrato: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); Prazo do Contrato: o prazo de execução do contrato é de 30 (trinta) dias; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Antônio Carlos, 21 de setembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Antônio Carlos, em 21 de setembro de 2010.

Atenciosamente:

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 037/2010

DECRETO 037/2010 17.09.2010

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0637/2009 de 14.12.2009, etc...

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01	- Secretaria de Obras/Estr/Serv/ Urb. e Agropecuários	
25.752.0150.2041	- Melhoria/Manutenção Rede Iluminação Pública	
4490.00.00.00.00.00.0000	- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
	- Total	R\$ 10.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de setembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Licitação PR 74-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 74/2010

TIPO: Menor Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINA FOTOCOPIADORA, DESTINADA AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 05/10/2010.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:05 Horas do Dia 05/10/2010.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de setembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal



Data de abertura das propostas CV 24-2010 Prefeitura

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS CV 24/2010 PREFEITURA
Como as empresas participante do presente processo não apresentaram recurso dentro do prazo legal, fica estabelecida nova sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços às 15:00 horas do dia de amanhã, 22 de setembro de 2010.

Resumo ata de habilitação CV 26-2010 Prefeitura

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO CV 26/2010 - PREFEITURA

Empresas que apresentaram proposta:

LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, neste ato representada pela Sra. Diana Carneiro,
MARILDA SALETE LUZ,

FLORMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS LTDA,

Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou que as empresas cumpriram as exigências do Edital, estando habilitadas a participarem do presente processo, desta forma, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que os representantes legais não encontram-se presentes.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Deserção Pregão 91/2010 - PREF

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 91/2010)

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às quatorze horas, em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal e Maria Cristina Marciniak Munhoz membro da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 91/2010, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO, zero quilômetro, para manutenção das atividades do grupamento de Bombeiros de Campo Alegre-SC. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
DECISÃO

(Processo Licitatório nº 91/2010)

Considerando que o processo licitatório em epígrafe foi DESERTO, conforme ata de julgamento, archive-se este, e inicie-se, na oportunidade, novo processo licitatório para a contratação do objeto.

Campo Alegre, 09 de setembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Deserção Processo Licitatório Nº 99/2010 - PREF

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 99/2010)

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e

dez, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal e Maria Cristina Marciniak Munhoz membro da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 99/2010, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BASCULANTE, zero quilômetro, para equipar a frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
DECISÃO

(Processo Licitatório nº 99/2010)

Considerando que o processo licitatório em epígrafe foi DESERTO, conforme ata de julgamento, archive-se este, e inicie-se, na oportunidade, novo processo licitatório para a contratação do objeto.

Campo Alegre, 17 de setembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Pregão (presencial) Nº 101/2010

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (presencial) Nº 101/2010

Considerando a deserção do Processo Licitatório nº 99/2010;

- Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BASCULANTE, zero quilômetro, para equipar a frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. Conforme segue:

Item	Qtde	Unid	Descrição
01	01	Und.	CAMINHÃO NOVO, ANO 2010 ou 2011, MODELO 2010 ou 2011, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, NA COR BRANCA, COM TRAÇÃO 6X4 (TRAÇADO), DIREÇÃO HIDRÁULICA, MOTOR DIESEL DE 6 CILINDROS EM LINHA, REDUZIDO, TURBOALIMENTADO E INTERCULADO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 270 CV, COM NO MÍNIMO DE 08 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, COM DISTÂNCIA MÁXIMA ENTRE EIXOS DE 4.200MM, FREIO A AR TOTAL, EQUIPADO COM: CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 10 M³, COM FOMINHA PARA 12M³, COM TAMPAS TRAZEIRA BASCULANTE COM ABERTURA LATERAL, COM ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA DA CAIXA DE CARGA DE 6,35MM; ÂNGULO DE BASCULAMENTO DE NO MÍNIMO 45 GRAUS; ESTRUTURA POR CHASSI, COSTELAS E REFORÇO SUPERIOR CONFORMADOS EM "U", COM ESCADA FRONTAL, PINOS PASSA-CORDA, PARALAMAS EM AÇO, BARRICA D'ÁGUA, CAIXA DE FERRAMENTAS, SUPORTE PARA PÁ, PORTA ESTEPE, PARA-BARRO, E FAIXAS REFLETIVAS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO, com fixação de valor máximo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até às 9h45min, do dia 04/10/2010, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: 04/10/2010, às 10h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



- 13.01.2.124.4.4.90.52.00.00.00.0766.0 (10), Equipamentos e Material Permanente, Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria, Serviço de Saneamento Ambiental, Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.
- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.
- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 20 de setembro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

Pregão (presencial) Nº 102/2010

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (presencial) Nº 102/2010

Considerando a deserção do Processo Licitatório nº 91/2010, modalidade Pregão (presencial)

- Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO, zero quilômetro, para manutenção das atividades do grupamento de Bombeiros de Campo Alegre-SC. Conforme segue:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Máximo Fixado Unitário(R\$)
01	01	Und.	Veículo utilitário, tipo pick up/ caminhonete, zero quilômetro, ano 2010 ou 2011, modelo 2010 ou 2011, cabine dupla, tração 4x4, 04 portas, cor vermelha (preferencialmente) ou branca, motor de no mínimo 2.5 turbo diesel eletrônico reduzida, freios ABS, Air Bag duplo frontal, tampa da caçamba com chave, ar condicionado, cambio manual com no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré, contendo direção hidráulica, com ajuste de altura de volante, regulagem de altura do banco do motorista, vidros elétricos nas quatro portas, trava elétrica nas quatro portas, protetor de caçamba, protetor de carter, desembaçador com ar quente, tapetes de borracha, pneus novos, e demais equipamentos exigidos pelo CBT - Código Brasileiro de Trânsito. Garantia mínima 12 meses.Obs: No valor proposto já deverá ser considerado a redução de IPI conforme Lei Federal nº 8058 de 02/07/90 e redução de ICMS conforme Decreto Estadual nº 4909 de 27/11/2006.	95.000,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO, com fixação de valor máximo de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até às 13h45min, do dia 04/10/2010, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: 04/10/2010, às 14h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 09.01.2.717.4.4.90.52.00.00.00.00.0757.0 (265), Equi-

pamento e Material Permanente, Manutenção e Coordenação do FUNREBOM, Serviço de Manutenção do FUNREBOM, FUNREBOM - Fundo Munic. de Reequip. da Organ. de Bombeiro;
 - Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.
 - A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 20 de setembro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício



Anexo RREO - Município de Campo Alegre

Anexo RREO - Município de Campo Alegre

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.719.496,33	1.719.496,33	228.289,06	1.116.538,92	64,93
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	537.180,79	537.180,79	35.253,14	430.465,40	80,13
1.1.1- IPTU	384.052,61	384.052,61	28.492,79	382.777,15	99,67
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.613,00	2.613,00	837,50	2.116,06	80,98
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	135.239,88	135.239,88	3.936,82	32.022,91	23,68
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.275,30	15.275,30	1.986,03	13.549,28	88,70
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	313.544,30	313.544,30	51.608,30	163.321,51	52,09
1.2.1- ITBI	313.532,24	313.532,24	51.601,52	163.259,86	52,07
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	12,06	12,06	6,78	61,65	511,19
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	610.734,20	610.734,20	100.228,59	366.002,01	59,93
1.3.1- ISS	549.429,55	549.429,55	97.393,10	355.002,44	64,61
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.024,13	5.024,13	927,52	3.288,66	65,46
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	47.418,64	47.418,64	1.118,00	5.180,97	10,93
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.861,88	8.861,88	789,97	2.529,94	28,55
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	258.037,04	258.037,04	41.199,03	156.750,00	60,75
1.4.1- IRRF	258.037,04	258.037,04	41.199,03	156.750,00	60,75
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.743.462,22	9.743.462,22	1.548.377,45	6.352.755,66	65,20
2.1- Cota-Parte FPM	5.529.244,14	5.529.244,14	776.076,70	3.383.633,40	61,20
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.529.244,14	5.529.244,14	776.076,70	3.383.633,40	61,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.522.425,16	3.522.425,16	651.445,57	2.540.185,66	72,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	27.879,54	27.879,54	4.277,36	17.109,44	61,37
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	59.229,65	59.229,65	13.391,45	51.653,31	87,21
2.5- Cota-Parte ITR	28.055,03	28.055,03	205,15	4.082,09	14,55
2.6- Cota-Parte IPVA	576.628,70	576.628,70	102.981,22	356.091,76	61,75
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.462.958,55	11.462.958,55	1.776.666,51	7.469.294,58	65,16

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	387.553,32	387.553,32	73.076,65	253.637,57	65,45
5.1- Transferências do Salário-Educação	273.770,22	273.770,22	41.398,71	174.442,72	63,72
5.2- Outras Transferências do FNDE	113.783,10	113.783,10	31.677,94	79.194,85	69,60
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	796.731,21	796.731,21	51.164,86	153.494,58	19,27
6.1- Transferências de Convênios	796.731,21	796.731,21	51.164,86	153.494,58	19,27
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.184.284,53	1.184.284,53	124.241,51	407.132,15	34,38

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.949.692,45	1.949.692,45	308.462,88	1.269.338,25	65,10
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.105.848,83	1.105.848,83	155.215,28	676.726,46	61,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	704.485,03	704.485,03	130.288,95	508.036,45	72,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.575,91	5.575,91	855,46	3.421,84	61,37
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.845,93	11.845,93	1.466,09	9.119,41	76,98
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.611,01	5.611,01	41,02	816,35	14,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	116.325,74	116.325,74	20.596,08	71.217,74	61,22
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.844.530,93	2.844.530,93	470.464,28	1.853.173,44	65,15
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.837.869,68	2.837.869,68	466.361,19	1.844.373,70	64,99
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.661,25	6.661,25	4.103,09	8.799,74	132,10
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	888.177,23	888.177,23	157.898,31	575.035,45	64,74

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.179.887,70	2.177.887,70	326.273,45	1.263.913,13	58,03
13.1- Com Educação Infantil	1.119.186,58	1.118.186,58	169.572,49	642.912,98	57,50
13.2- Com Ensino Fundamental	1.060.701,12	1.059.701,12	156.700,96	621.000,15	58,60
14- OUTRAS DESPESAS	664.643,23	666.643,23	58.968,33	230.165,88	34,53
14.1- Com Educação Infantil	190.493,19	191.493,19	25.002,66	96.414,08	50,35
14.2- Com Ensino Fundamental	474.150,04	475.150,04	33.965,67	133.751,80	28,15
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.844.530,93	2.844.530,93	385.241,78	1.494.079,01	52,52
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					132.949,06
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					132.949,06
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					61,03
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				132.949,06	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				132.949,06	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	2.865.739,64	2.865.739,64	444.166,63	1.867.323,65	65,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.381.729,77	1.391.729,77	203.655,41	772.850,97	55,53
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.309.679,77	1.309.679,77	194.575,15	739.327,06	56,45
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	72.050,00	82.050,00	9.080,26	33.523,91	40,86
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.829.281,63	2.809.281,63	313.694,11	1.251.272,39	44,54
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.534.851,16	1.534.851,16	190.666,63	754.751,95	49,17
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.294.430,47	1.274.430,47	123.027,48	496.520,44	38,96
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.211.011,40	4.201.011,40	517.349,52	2.024.123,36	48,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					575.035,45
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					8.799,74
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					132.949,06
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					716.784,25
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.307.339,11
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,5

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	273.770,22	373.770,22	15.384,92	33.279,82	8,90
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	910.514,31	910.514,31	82.842,82	207.107,00	22,75
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.184.284,53	1.284.284,53	98.227,74	240.386,82	18,72
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.395.295,93	5.485.295,93	615.577,26	2.264.510,18	41,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	466.705,01		0,00		



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	133.763,02	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.844.373,70	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.498.653,06	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.799,74	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	488.283,40	0,00

CAMPO ALEGRE, 21/09/2010

ALICE BAYERL GROSSKOPF
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc. Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 132.949,06, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.896.184,04	19.896.184,04	2.915.112,78	14,65	11.945.867,04	60,04	7.950.317,00
RECEITAS CORRENTES	17.546.469,04	17.546.469,04	2.890.112,78	16,47	11.630.947,04	66,29	5.915.522,00
RECEITA TRIBUTARIA	2.018.935,47	2.018.935,47	292.192,83	14,47	1.437.178,52	71,18	581.756,95
IMPOSTOS	1.505.051,44	1.505.051,44	218.686,44	14,53	1.057.789,45	70,28	447.261,99
TAXAS	440.861,02	440.861,02	46.445,72	10,54	343.222,14	77,85	97.638,88
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	73.023,01	73.023,01	27.060,67	37,06	36.166,93	49,53	36.856,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	984.141,89	984.141,89	152.489,40	15,49	615.685,44	62,56	368.456,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	492.120,36	492.120,36	71.681,09	14,57	280.448,66	56,99	211.671,70
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	492.021,53	492.021,53	80.808,31	16,42	335.236,78	68,13	156.784,75
RECEITA PATRIMONIAL	905.742,73	905.742,73	210.549,60	23,25	691.394,00	76,33	214.348,73
RECEITAS IMOBILIARIAS	1.298,30	1.298,30	139,70	10,76	551,75	42,50	746,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	904.444,43	904.444,43	210.409,90	23,26	690.842,25	76,38	213.602,18
RECEITA DE SERVIÇOS	794.400,00	794.400,00	158.846,75	20,00	623.222,53	78,45	171.177,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.532.651,00	12.532.651,00	2.056.240,50	16,41	8.081.690,24	64,49	4.450.960,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.200.481,04	12.200.481,04	1.994.372,75	16,35	7.898.992,57	64,74	4.301.488,47
Transf. de Instituições Privadas	500,00	500,00	3.000,00	600,00	3.000,00	600,00	-2.500,00
Transf. de Pessoas	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Transf. de Conv.	331.369,96	331.369,96	58.867,75	17,76	179.697,67	54,23	151.672,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	310.597,95	310.597,95	19.793,70	6,37	181.776,31	58,52	128.821,64
Multas e Juros de Mora	54.465,03	54.465,03	9.556,89	17,55	42.757,61	78,50	11.707,42
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	34.073,36	34.073,36	858,30	2,52	70.207,57	206,05	-36.134,21
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	221.853,56	221.853,56	9.378,51	4,23	66.914,48	30,16	154.939,08
RECEITAS DIVERSAS	206,00	206,00	0,00	0,00	1.896,65	920,70	-1.690,65
RECEITAS DE CAPITAL	2.349.715,00	2.349.715,00	25.000,00	1,06	314.920,00	13,40	2.034.795,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.573.715,00	1.573.715,00	25.000,00	1,59	314.920,00	20,01	1.258.795,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	410.000,00	410.000,00	25.000,00	6,10	160.000,00	39,02	250.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.163.715,00	1.163.715,00	0,00	0,00	154.920,00	13,31	1.008.795,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	984.240,73	984.240,73	143.363,18	14,57	560.937,48	56,99	423.303,25
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	984.240,73	984.240,73	143.363,18	14,57	560.937,48	56,99	423.303,25
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	984.240,73	984.240,73	143.363,18	14,57	560.937,48	56,99	423.303,25
Contribuições Sociais	984.240,73	984.240,73	143.363,18	14,57	560.937,48	56,99	423.303,25
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.880.424,77	20.880.424,77	3.058.475,96	14,65	12.506.804,52	59,90	8.373.620,25

Continua 1/3

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.880.424,77	20.880.424,77	3.058.475,96	14,65	12.506.804,52	59,90	8.373.620,25
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.880.424,77	20.880.424,77	3.058.475,96	14,65	12.506.804,52	59,90	8.373.620,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	923.250,84	—	—	551.421,00	—	—
Superávit Financeiro	—	836.403,37	—	—	464.573,53	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	86.847,47	—	—	86.847,47	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.939.296,90	1.329.135,84	21.268.432,74	2.586.743,20	11.334.217,44	2.886.235,61	9.347.467,70	43,95	11.920.965,04
DESPESAS CORRENTES	14.788.360,89	354.818,37	15.143.179,26	1.802.539,35	10.305.428,48	2.452.216,49	8.783.469,85	58,00	6.359.709,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.452.290,30	-48.045,00	7.404.245,30	1.140.500,24	4.446.151,36	1.140.985,38	4.445.181,08	60,04	2.959.064,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.336.070,59	402.863,37	7.738.933,96	662.039,11	5.859.277,12	1.311.231,11	4.338.288,77	56,06	3.400.645,19
DESPESAS DE CAPITAL	3.506.974,92	974.317,47	4.481.292,39	784.203,85	1.028.788,96	434.019,12	563.997,85	12,59	3.917.294,54
INVESTIMENTOS	3.506.974,92	960.317,47	4.467.292,39	770.203,85	1.014.788,96	431.686,93	561.665,66	12,57	3.905.626,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	2.332,19	2.332,19	16,66	11.667,81
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.493.961,09	0,00	1.493.961,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.493.961,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	941.127,87	30.240,00	971.367,87	143.363,18	560.937,48	143.363,18	560.937,48	57,75	410.430,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	941.127,87	30.240,00	971.367,87	143.363,18	560.937,48	143.363,18	560.937,48	57,75	410.430,39
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.880.424,77	1.359.375,84	22.239.800,61	2.730.106,38	11.895.154,92	3.029.598,79	9.908.405,18	44,55	12.331.395,43

Continua 2/3

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.880.424,77	1.359.375,84	22.239.800,61	2.730.106,38	11.895.154,92	3.029.598,79	9.908.405,18	44,55	12.331.395,43
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.598.399,34	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.880.424,77	1.359.375,84	22.239.800,61	2.730.106,38	11.895.154,92	3.029.598,79	12.506.804,52	44,55	12.331.395,43

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 408.198,14

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 21/09/2010

ALICE BAYERL GROSSKOPF
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contábil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.939.296,90	21.268.432,74	2.586.743,20	11.334.217,44	2.886.235,61	9.347.467,70	94,34	43,95	11.920.965,04
Legislativa	441.877,00	441.877,00	60.440,14	264.838,99	65.292,65	251.762,02	2,54	56,98	190.114,98
Ação Legislativa	441.877,00	441.877,00	60.440,14	264.838,99	65.292,65	251.762,02	2,54	56,98	190.114,98
Administração	1.825.745,91	1.829.149,28	235.247,75	1.259.932,94	294.789,58	1.157.353,59	11,68	63,27	671.795,69
Administração Geral	1.396.471,91	1.413.875,28	172.703,11	993.265,04	227.377,75	897.972,80	9,06	63,51	515.902,48
Administração Financeira	292.274,00	278.274,00	37.003,84	162.844,33	41.871,03	155.557,22	1,57	55,90	122.716,78
Formação de Recursos Humanos	15.000,00	15.000,00	0,00	4.844,76	0,00	4.844,76	0,05	32,30	10.155,24
Administração de Receitas	122.000,00	122.000,00	25.540,80	98.978,81	25.540,80	98.978,81	1,00	81,13	23.021,19
Segurança Pública	185.382,85	334.482,85	5.842,37	110.252,05	63.344,92	85.936,55	0,87	25,69	248.546,30
Policimento	84.231,24	150.531,24	3.210,60	41.402,83	5.949,17	23.478,79	0,24	15,60	127.052,45
Defesa Civil	101.151,61	183.951,61	2.631,77	68.849,22	57.395,75	62.457,76	0,63	33,95	121.493,85
Assistência Social	440.803,82	595.903,82	34.753,97	331.964,08	115.231,16	264.537,87	2,67	44,39	331.365,95
Assistência ao Idoso	1.880,00	95.380,00	0,00	78.773,08	64.927,09	64.927,09	0,66	68,07	30.452,91
Assistência à Criança e ao Adolescente	134.695,12	162.995,12	12.286,00	88.191,41	17.710,67	70.925,19	0,72	43,51	92.069,93
Assistência Comunitária	300.428,70	305.128,70	22.467,97	164.205,79	32.593,40	127.891,79	1,29	41,91	177.236,91
Fomento ao Trabalho	3.800,00	32.400,00	0,00	793,80	0,00	793,80	0,01	2,45	31.606,20
Previdência Social	2.534.761,09	2.534.761,09	120.776,58	492.411,80	125.624,00	480.565,70	4,85	18,96	2.054.195,39
Previdência do Regime Estatutário	2.534.761,09	2.534.761,09	120.776,58	492.411,80	125.624,00	480.565,70	4,85	18,96	2.054.195,39
Saúde	3.412.421,89	3.585.184,36	453.968,94	2.473.744,03	534.909,00	2.187.973,45	22,08	61,03	1.397.210,91
Atenção Básica	2.301.068,38	2.358.830,85	334.344,72	1.635.098,81	356.999,83	1.567.729,69	15,82	66,46	791.101,16
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	166.000,00	166.000,00	0,00	160.555,60	31.713,54	104.542,68	1,06	62,98	61.457,32
Suporte Profilático e Terapêutico	883.398,04	998.398,04	118.869,20	646.729,74	141.545,42	492.089,79	4,97	49,29	506.308,25
Vigilância Sanitária	30.703,77	30.703,77	260,00	19.312,00	2.460,00	13.729,00	0,14	44,71	16.974,77
Vigilância Epidemiológica	24.251,70	24.251,70	495,02	12.047,88	2.190,21	9.882,29	0,10	40,75	14.369,41
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Trabalho	22.500,00	22.500,00	165,00	12.600,22	1.786,67	6.110,41	0,06	27,16	16.389,59
Fomento ao Trabalho	22.500,00	22.500,00	165,00	12.600,22	1.786,67	6.110,41	0,06	27,16	16.389,59
Educação	5.122.631,64	5.213.631,64	485.510,14	2.746.834,36	574.208,20	2.093.308,43	21,13	40,15	3.120.323,21
Alimentação e Nutrição	148.705,42	148.705,42	24.153,42	102.784,06	22.267,62	77.650,54	0,78	52,22	71.054,88
Ensino Fundamental	3.182.589,47	3.163.589,47	203.345,14	1.881.338,43	370.840,65	1.346.642,89	13,59	42,57	1.816.946,58
Educação Infantil	1.791.336,75	1.901.336,75	258.011,58	762.711,87	181.099,93	669.015,00	6,75	35,19	1.232.321,75
Cultura	729.433,60	575.563,60	72.606,35	213.401,48	93.836,11	195.544,78	1,97	33,97	380.018,82
Difusão Cultural	729.433,60	575.563,60	72.606,35	213.401,48	93.836,11	195.544,78	1,97	33,97	380.018,82
Urbanismo	2.561.581,02	2.276.231,02	828.874,03	1.573.357,43	480.132,60	1.189.561,03	12,01	52,26	1.086.669,99
Infra-Estrutura Urbana	652.521,53	652.521,53	73.238,00	285.064,33	73.238,00	285.064,33	2,88	43,69	367.457,20

Continua 1/3

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.939.296,90	21.268.432,74	2.586.743,20	11.334.217,44	2.886.235,61	9.347.467,70	94,34	43,95	11.920.965,04
Urbanismo	2.561.581,02	2.276.231,02	828.874,03	1.573.357,43	480.132,60	1.189.561,03	12,01	52,26	1.086.669,99
Serviços Urbanos	1.909.059,49	1.623.709,49	755.636,03	1.288.293,10	406.894,60	904.496,70	9,13	55,71	719.212,79
Habitação	24.200,00	53.170,00	518,00	6.422,00	518,00	6.422,00	0,06	12,08	46.748,00
Habitação Urbana	24.200,00	53.170,00	518,00	6.422,00	518,00	6.422,00	0,06	12,08	46.748,00
Saneamento	876.547,65	1.151.547,65	99.437,26	685.754,49	186.843,26	469.832,67	4,74	40,80	681.714,98
Saneamento Básico Urbano	876.547,65	1.151.547,65	99.437,26	685.754,49	186.843,26	469.832,67	4,74	40,80	681.714,98
Gestão Ambiental	58.800,00	61.300,00	105,00	40.502,54	12.198,00	29.048,54	0,29	47,39	32.251,46
Preservação e Conservação Ambiental	58.800,00	61.300,00	105,00	40.502,54	12.198,00	29.048,54	0,29	47,39	32.251,46
Agricultura	386.850,43	416.394,43	46.143,16	289.558,45	39.799,16	226.034,45	2,28	54,28	190.359,98
Promoção da Produção Animal	20.400,00	20.400,00	0,00	17.000,00	3.400,00	10.200,00	0,10	50,00	10.200,00
Extensão Rural	366.450,43	395.994,43	46.143,16	272.558,45	36.399,16	215.834,45	2,18	54,50	180.159,98
Indústria	29.655,00	4.005,00	0,00	4.000,00	800,00	2.400,00	0,02	59,93	1.605,00
Promoção Industrial	29.650,00	4.000,00	0,00	4.000,00	800,00	2.400,00	0,02	60,00	1.600,00
Propriedade Industrial	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Comércio e Serviços	65.350,00	152.520,00	87.294,64	109.002,18	64.450,58	73.008,93	0,74	47,87	79.511,07
Promoção Comercial	13.250,00	13.250,00	5.000,00	9.000,00	800,00	2.400,00	0,02	18,11	10.850,00
Turismo	52.100,00	139.270,00	82.294,64	100.002,18	63.650,58	70.608,93	0,71	50,70	68.661,07
Transporte	926.000,00	1.702.456,00	33.321,10	654.087,38	210.025,37	585.138,15	5,91	34,37	1.117.317,85
Transporte Rodoviário	926.000,00	1.702.456,00	33.321,10	654.087,38	210.025,37	585.138,15	5,91	34,37	1.117.317,85
Desporto e Lazer	144.755,00	153.755,00	7.738,77	51.553,02	20.114,16	40.596,94	0,41	26,40	113.158,06
Desporto de Rendimento	3.000,00	5.000,00	0,00	2.200,00	0,00	2.200,00	0,02	44,00	2.800,00
Desporto Comunitário	131.255,00	138.255,00	7.235,70	43.209,95	13.971,09	32.253,87	0,33	23,33	106.001,13
Lazer	10.500,00	10.500,00	503,07	6.143,07	6.143,07	6.143,07	0,06	58,51	4.356,93
Encargos Especiais	0,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	2.332,19	2.332,19	0,02	16,66	11.667,81
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	2.332,19	2.332,19	0,02	16,66	11.667,81
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	941.127,87	971.367,87	143.363,18	560.937,48	143.363,18	560.937,48	5,66	57,75	410.430,39
Legislativa	6.600,00	6.600,00	1.129,10	4.521,37	1.129,10	4.521,37	0,05	68,51	2.078,63
Ação Legislativa	6.600,00	6.600,00	1.129,10	4.521,37	1.129,10	4.521,37	0,05	68,51	2.078,63
Administração	88.156,13	88.156,13	13.944,08	53.950,41	13.944,08	53.950,41	0,54	61,20	34.205,72
Administração Geral	61.116,65	61.116,65	10.925,50	41.949,98	10.925,50	41.949,98	0,42	68,64	19.166,67
Administração Financeira	27.039,48	27.039,48	3.018,58	12.000,43	3.018,58	12.000,43	0,12	44,38	15.039,05

Continua 2/3

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	941.127,87	971.367,87	143.363,18	560.937,48	143.363,18	560.937,48	5,66	57,75	410.430,39
Assistência Social	31.279,02	31.279,02	3.768,40	14.991,13	3.768,40	14.991,13	0,15	47,93	16.287,89
Assistência Comunitária	31.279,02	31.279,02	3.768,40	14.991,13	3.768,40	14.991,13	0,15	47,93	16.287,89
Saúde	217.100,00	248.340,00	36.262,01	141.587,73	36.262,01	141.587,73	1,43	57,01	106.752,27
Atenção Básica	217.100,00	248.340,00	36.262,01	141.587,73	36.262,01	141.587,73	1,43	57,01	106.752,27
Educação	421.369,71	420.369,71	63.636,68	248.852,29	63.636,68	248.852,29	2,51	59,20	171.517,42
Ensino Fundamental	234.081,47	233.081,47	35.013,20	138.820,32	35.013,20	138.820,32	1,40	59,56	94.261,15
Educação Infantil	187.288,24	187.288,24	28.623,48	110.031,97	28.623,48	110.031,97	1,11	58,75	77.256,27
Cultura	21.220,49	21.220,49	2.308,30	8.849,92	2.308,30	8.849,92	0,09	41,70	12.370,57
Difusão Cultural	21.220,49	21.220,49	2.308,30	8.849,92	2.308,30	8.849,92	0,09	41,70	12.370,57
Urbanismo	113.293,45	113.293,45	17.431,54	69.485,31	17.431,54	69.485,31	0,70	61,33	43.808,14
Serviços Urbanos	113.293,45	113.293,45	17.431,54	69.485,31	17.431,54	69.485,31	0,70	61,33	43.808,14
Saneamento	14.568,14	14.568,14	1.081,19	3.573,67	1.081,19	3.573,67	0,04	24,53	10.994,47
Saneamento Básico Urbano	14.568,14	14.568,14	1.081,19	3.573,67	1.081,19	3.573,67	0,04	24,53	10.994,47
Agricultura	27.540,93	27.540,93	3.801,88	15.125,65	3.801,88	15.125,65	0,15	54,92	12.415,28
Extensão Rural	27.540,93	27.540,93	3.801,88	15.125,65	3.801,88	15.125,65	0,15	54,92	12.415,28
TOTAL (III) = (I + II)	20.880.424,77	22.239.800,61	2.730.106,38	11.895.154,92	3.029.598,79	9.908.405,18	100,00	44,55	12.331.395,43

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 21/09/2010

Alice Bayerl Grosskopf	Auriene Roepke	Maria Eliane Friedrich	Rosana Emilia Greipel
Prefeita Municipal em Exercício	Secretária de Finanças	Téc. Contábil CRC /SC 020.486/0-1	Agente do Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Tomada de Preço Nº 14/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 14/2010

O Município de Campos Novos torna público que realizara no dia 13/10/2010 às 10:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço global, tendo como objeto, EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇO) PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES ANEXO AO COLEGIO SANTA JULIA BILLIART, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 09:00 às 11:00 e das 13:15 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 21 de Setembro de 2010.

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração do edital de Chamada Pública n.º 06/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 06/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que houveram alterações no edital (item 10.1, alínea "d") e no Anexo I; onde lê-se lajota devidamente prensada, leia-se lajota devidamente vibrada. Diante disto, o período para os interessados habilitarem-se, passou a ser de 10/09/2010 a 22/10/2010. Informações (047) 3621 7705. O edital devidamente alterado estará disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital de Tomada de Preço n.º 12/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 94/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 94/2010

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 12/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13 de outubro de 2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a conclusão de uma área útil de 414,20 m² do pavimento superior do Centro de Múltiplo Uso, sito a rua 03 de maio, s/n. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 0025/2010 - seguros

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2010

OBJETO: Aquisição seguro para veículo do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 10:00 horas, para abertura às 10:05 horas do dia 04/05/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 22 de setembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0122/2010 - seguros

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0122/2010

OBJETO: contratação de seguro para veículo do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito de Capinzal, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 04/10/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 22 de setembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Termo Aditivo 002/2010 Contrato 35/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0035/2010

Pregão Eletrônico 0007/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição às pessoas carentes do Município, durante o ano de 2010 - Recursos Próprios e da Atenção Básica e licitação válida para 6 (seis) meses.

VALOR R\$: 36.817,86

VIGÊNCIA: 17/09/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 002/2010 Contrato 36/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0036/2010

Pregão Eletrônico 0007/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL



CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição às pessoas carentes do Município, durante o ano de 2010 - Recursos Próprios e da Atenção Básica e licitação válida para 6 (seis) meses.

VALOR R\$: 382,50

VIGÊNCIA: 17/09/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 002/2010 Contrato 37/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0037/2010

Pregão Eletrônico 0007/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição às pessoas carentes do Município, durante o ano de 2010 - Recursos Próprios e da Atenção Básica e licitação válida para 6 (seis) meses.

VALOR R\$: 2.495,30

VIGÊNCIA: 17/09/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 002/2010 Contrato 39/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0039/2010

Pregão Eletrônico 0007/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição às pessoas carentes do Município, durante o ano de 2010 - Recursos Próprios e da Atenção Básica e licitação válida para 6 (seis) meses.

VALOR R\$: 1.016,40

VIGÊNCIA: 17/09/2010 A 31/12/2010

ANEXO I - RGF 4º BIM - 2º QUADRIM 2010**ANEXO I - RGF 4º BIM - 2º QUADRIM 2010**

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
| Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |
|
| Relatório de Gestão Fiscal |
|
| Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |
|
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
|
| SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010 |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

```

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	14.128.180,80	0,00
Pessoal Ativo	13.095.552,24	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	551.056,38	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	481.572,18	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	6.408,66	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	6.408,66	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	524.842,18	0,00
Pessoal Ativo	524.842,18	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF) (I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV) = (I-II+III)	14.646.614,32	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		36.083.348,01
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		40,59%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60,00%	21.650.008,81
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	20.567.508,37

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO I - RREO 4º BIM 2010**ANEXO I - RREO 4º BIM 2010**

+ [CPL] -----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
							(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.988.695,22	40.988.695,22	6.212.209,07	15,160	24.223.891,19	59,100	16.764.804,03
RECEITAS CORRENTES	40.088.807,59	40.088.807,59	6.154.209,07	15,350	24.165.891,19	60,280	15.922.916,40
RECEITA TRIBUTARIA	2.533.872,68	2.533.872,68	480.236,39	18,950	1.999.805,08	78,920	534.067,60
IMPOSTOS	1.966.407,06	1.966.407,06	447.777,37	22,770	1.898.970,67	96,570	67.436,39
TAXAS	94.053,39	94.053,39	32.459,02	34,510	100.834,41	107,210	-6.781,02
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	473.412,23	473.412,23	0,00	0,000	0,00	0,000	473.412,23
RECEITA DE CONTRIBUICOES	563.650,00	563.650,00	97.705,53	17,330	400.365,00	71,030	163.285,00
CONTRIBUICOES SOCIAIS	13.650,00	13.650,00	0,00	0,000	0,00	0,000	13.650,00
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	550.000,00	550.000,00	97.705,53	17,760	400.365,00	72,790	149.635,00
RECEITA PATRIMONIAL	264.481,76	264.481,76	58.955,08	22,290	195.021,21	73,740	69.460,55
RECEITAS IMOBILIARIAS	33.702,86	33.702,86	7.474,93	22,180	24.716,82	73,340	8.986,04
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	229.550,10	229.550,10	51.480,15	22,430	170.304,39	74,190	59.245,71
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	530,85	530,85	0,00	0,000	0,00	0,000	530,85
Outras Receitas Patrimoniais	697,95	697,95	0,00	0,000	0,00	0,000	697,95
RECEITA AGROPECUARIA	45.287,70	45.287,70	12.736,74	28,120	32.411,27	71,570	12.876,43
Receita da Producao Vegetal	637,02	637,02	0,00	0,000	0,00	0,000	637,02
Receita da Producao Animal e derivados	58,96	58,96	0,00	0,000	0,00	0,000	58,96
Outras Receitas Agropecuarias	44.591,72	44.591,72	12.736,74	28,560	32.411,27	72,680	12.180,45
RECEITA INDUSTRIAL	589,84	589,84	0,00	0,000	0,00	0,000	589,84
RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	589,84	589,84	0,00	0,000	0,00	0,000	589,84
RECEITA DE SERVICOS	3.562.103,12	3.562.103,12	647.808,24	18,190	2.553.757,86	71,690	1.008.345,26
TRANSFERENCIAS CORRENTES	32.029.645,73	32.029.645,73	4.647.649,55	14,510	18.107.281,59	56,530	13.922.364,14
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.330.979,22	26.330.979,22	4.378.082,95	16,630	17.070.646,16	64,830	9.260.333,06
Transferencias de Instituicoes Privadas	18.447,66	18.447,66	0,00	0,000	547,51	2,970	17.900,15
Transferencias de Pessoas	3.828,85	3.828,85	0,00	0,000	0,00	0,000	3.828,85
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	5.676.390,00	5.676.390,00	269.566,60	4,750	1.036.087,92	18,250	4.640.302,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.089.176,76	1.089.176,76	209.117,54	19,200	877.249,18	80,540	211.927,58
MULTAS E JUROS DE MORA	350.403,55	350.403,55	57.867,97	16,510	221.442,69	63,200	128.960,86
INDENIZACOES E RESTITUICOES	59.995,42	59.995,42	15.836,70	26,400	41.331,40	68,890	18.664,02
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	327.602,02	327.602,02	89.792,35	27,410	411.362,85	125,570	-83.760,83
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	351.175,77	351.175,77	45.620,52	12,990	203.112,24	57,840	148.063,53
RECEITAS DE CAPITAL	899.887,63	899.887,63	58.000,00	6,450	58.000,00	6,450	841.887,63
OPERACOES DE CREDITO	756.000,00	756.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	756.000,00
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	756.000,00	756.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	756.000,00
ALIENACAO DE BENS	143.887,63	143.887,63	58.000,00	40,310	58.000,00	40,310	85.887,63
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	119.988,86	119.988,86	58.000,00	48,340	58.000,00	48,340	61.988,86
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	23.898,77	23.898,77	0,00	0,000	0,00	0,000	23.898,77
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	40.988.695,22	40.988.695,22	6.212.209,07	100,000	24.223.891,19	100,000	16.764.804,03
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	40.988.695,22	40.988.695,22	6.212.209,07	100,000	24.223.891,19	100,000	16.764.804,03
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	40.988.695,22	40.988.695,22	6.212.209,07		24.223.891,19		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	41.500,00	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	41.500,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	41.500,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-



DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		%	Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	PROCESSADOS (h)	NÃO PROCESSADOS (i)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	40.988.695,22	1.966.050,00	42.954.745,22	5.911.441,82	21.493.633,70	6.260.598,46	20.806.316,19	0,00	48,44		22.148.429,03
DESPESAS CORRENTES	28.939.910,00	281.800,00	29.221.710,00	5.171.056,13	19.607.960,22	5.451.336,47	19.007.650,22	0,00	65,05		10.214.059,78
Pessoal e Encargos Sociais	14.332.658,18	-23.306,69	14.309.351,49	2.639.502,65	9.557.665,94	2.645.413,84	9.514.901,17	0,00	66,49		4.794.450,32
Juros/Encargos da Dívida	180.000,00	0,00	180.000,00	11.502,59	64.491,77	11.502,59	64.491,77	0,00	35,83		115.508,23
Outras despesas Correntes	14.427.251,82	305.106,69	14.732.358,51	2.520.050,89	9.985.802,51	2.794.420,04	9.428.257,28	0,00	64,00		5.304.101,23
DESPESAS DE CAPITAL	12.023.785,22	1.684.250,00	13.708.035,22	740.385,69	1.885.673,48	809.261,99	1.798.665,97	0,00	13,12		11.909.369,25
Investimentos	11.183.785,22	1.684.250,00	12.868.035,22	588.419,53	1.278.275,00	657.295,83	1.191.267,49	0,00	9,26		11.676.767,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida	840.000,00	0,00	840.000,00	151.966,16	607.398,48	151.966,16	607.398,48	0,00	72,31		232.601,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	40.988.695,22	1.966.050,00	42.954.745,22	5.911.441,82	21.493.633,70	6.260.598,46	20.806.316,19	0,00	48,44		22.148.429,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	40.988.695,22	1.966.050,00	42.954.745,22	5.911.441,82	21.493.633,70	6.260.598,46	20.806.316,19	0,00	48,44		22.148.429,03
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	3.417.575,00	3.417.575,00	-	-		-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	40.988.695,22	1.966.050,00	42.954.745,22	5.911.441,82	21.493.633,70	6.260.598,46	24.223.891,19	0,00	48,44		22.148.429,03

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS			%	SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)		
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		%	Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	PROCESSADOS (h)	NÃO PROCESSADOS (i)		
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

ANEXO II - RGF 4º BIM - 2º QUAD. 2010**ANEXO II - RGF 4º BIM - 2º QUAD. 2010**

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Dívida Consolidada |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/2º Quadrimestre |
 +-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Divida Consolidada (I)	1.443.357,54	1.139.809,66	835.959,06	0,00
Divida Contratual	1.443.357,54	1.139.809,66	835.959,06	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	4.270.233,72	4.624.191,33	5.802.996,90	0,00
Disponibilidade de Caixa	4.290.083,72	4.546.267,12	5.733.508,78	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	97.774,21	89.338,12	0,00
(-) Restos a Pagar	-19.850,00	-19.850,00	-19.850,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-2.826.876,18	-3.484.381,67	-4.967.037,84	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	33.545.483,55	35.037.794,70	36.083.348,01	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	4,30	3,25	2,32	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-8,43	-9,94	-13,77	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	40.254.580,26	42.045.353,64	43.300.017,61	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO III - RGF 4º BIM 2010**ANEXO III - RGF 4º BIM 2010**

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CAPINZAL                                CONSOLIDADO |
|               Relatório de Gestão Fiscal                                |
|               Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|               JANEIRO A AGOSTO 2010/2º Quadrimestre                    |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.545.483,55	35.037.794,70	36.083.348,01	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	7.380.006,38	7.708.314,83	7.938.336,56	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO III - RREO 4º BIM 2010**ANEXO III - RREO 4º BIM 2010**

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|                               Município de CAPINZAL                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária              |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida              |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|                               SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010                          |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	09/2009	10/2009	11/2009	12/2009	01/2010	02/2010	03/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	3.023.636,38	3.411.797,31	2.902.765,63	4.068.696,06	2.962.756,73	2.850.949,47	3.303.163,33
Receita Tributária	136.773,08	132.711,39	140.808,26	233.726,55	72.259,23	129.221,65	151.564,43
IPTU	7.560,53	5.424,82	5.653,75	18.498,03	217,03	6,93	0,00
ISS	74.265,56	74.244,77	79.623,62	118.779,88	27.216,52	90.321,72	90.673,58
ITBI	30.179,58	12.919,51	17.414,82	36.842,91	13.339,44	9.435,99	26.591,05
IRRF	49.370,42	47.176,47	38.933,62	75.985,97	41.063,90	33.357,73	46.973,06
Outras	-24.603,01	-7.054,18	-817,55	-16.380,24	-9.577,66	-3.900,72	-12.673,26
Receita de Contribuições	45.073,30	44.401,86	51.316,43	47.439,34	0,00	53.385,90	92.380,22
Receita Patrimonial	21.458,87	27.306,48	15.486,16	26.209,80	17.325,25	14.170,02	38.511,59
Receita Agropecuária	5.569,45	4.795,36	5.299,05	7.068,21	195,03	257,40	3.899,02
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	281.137,72	295.548,08	312.148,43	304.233,67	230.373,23	306.255,16	366.835,73
Transferências Correntes	2.446.691,39	2.817.563,73	2.308.545,02	3.329.634,01	2.443.635,57	2.268.495,82	2.555.922,79
Cota-Parte do FPM	485.746,74	571.637,45	706.238,70	1.086.543,33	582.590,99	711.301,63	528.394,79
Cota-Parte do ICMS	1.145.140,45	974.005,93	865.992,32	1.466.600,48	1.117.117,97	943.909,06	1.157.456,03
Cota-Parte do IPVA	106.494,83	115.650,70	74.659,06	38.250,79	57.618,52	83.088,72	115.805,68
Cota-Parte do ITR	3.046,80	8.487,04	0,00	216,47	109,35	583,63	63,99
Transf.da LC 87/1996	7.544,77	7.544,77	7.544,77	7.544,77	7.423,44	7.423,44	0,00
Transferência do FUNDEB	313.188,51	316.953,64	330.595,00	359.447,99	364.317,84	323.304,82	357.664,69
Outras Transferências	385.529,29	823.284,20	323.515,17	371.030,18	314.457,46	198.884,52	396.537,61
Demais Receitas Correntes	86.932,57	89.470,41	69.162,28	120.384,48	198.968,42	79.163,52	94.049,55
II-DEDUÇÕES	352.773,67	340.264,33	335.098,60	461.301,96	357.549,35	353.714,35	365.899,94
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	352.773,67	340.264,33	335.098,60	461.301,96	357.549,35	353.714,35	365.899,94
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.670.862,71	3.071.532,98	2.567.667,03	3.607.394,10	2.605.207,38	2.497.235,12	2.937.263,39



+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	04/2010	05/2010	06/2010	07/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.539.059,06	3.879.606,83	3.729.287,67	3.355.706,32	3.545.036,09	40.572.460,88	45.061.641,27	
Receita Tributária	265.606,95	538.478,37	362.438,06	249.618,64	230.617,75	2.643.824,36	2.533.872,68	
IPTU	101.609,51	467.230,20	130.952,16	63.100,13	63.003,50	863.256,59	893.965,21	
ISS	92.807,45	35.745,40	143.377,25	94.105,27	95.065,72	1.016.226,74	664.537,32	
ITBI	20.694,31	4.552,62	41.373,42	51.229,57	34.405,74	298.978,96	164.717,23	
IRRF	57.112,07	27.459,76	65.069,03	74.248,74	58.254,01	615.004,78	407.904,53	
Outras	-6.616,39	3.490,39	-18.333,80	-33.065,07	-20.111,22	-149.642,71	402.748,39	
Receita de Contribuições	54.033,91	52.881,24	49.978,20	49.720,61	47.984,92	588.595,93	563.650,00	
Receita Patrimonial	15.601,70	16.379,65	34.077,92	25.545,33	33.409,75	285.482,52	264.481,76	
Receita Agropecuária	4.488,14	2.358,76	8.476,18	7.507,10	5.229,64	55.143,34	45.287,70	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	589,84	
Receita de Serviços	334.559,09	343.640,00	324.286,41	325.023,37	322.784,87	3.746.825,76	3.562.103,12	
Transferências Correntes	2.787.119,51	2.865.312,51	2.792.286,81	2.601.613,01	2.792.569,88	32.009.390,05	37.002.479,41	
Cota-Parte do FPM	633.096,20	779.470,39	676.481,14	497.442,61	666.672,44	7.925.616,41	8.845.347,56	
Cota-Parte do ICMS	1.153.218,30	1.069.935,18	1.111.152,55	1.115.530,14	1.145.560,32	13.265.618,73	14.055.985,45	
Cota-Parte do IPVA	116.285,10	126.576,08	123.105,36	131.055,50	109.805,94	1.198.396,28	1.150.500,00	
Cota-Parte do ITR	137,73	99,70	768,60	14,83	0,00	13.528,14	49.994,23	
Transf.da LC 87/1996	7.423,44	7.423,44	7.423,44	7.423,44	14.846,88	89.566,60	284.350,82	
Transferência do FUNDEB	378.998,67	372.337,12	369.343,23	355.460,99	377.568,09	4.219.180,59	3.760.000,00	
Outras Transferências	497.960,07	509.470,60	504.012,49	494.685,50	478.116,21	5.297.483,30	8.856.301,35	
Demais Receitas Correntes	77.649,76	60.556,30	157.744,09	96.678,26	112.439,28	1.243.198,92	1.089.176,76	
II-DEDUÇÕES	386.322,86	400.928,56	388.725,91	355.552,50	390.980,84	4.489.112,87	4.986.483,68	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.650,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	386.322,86	400.928,56	388.725,91	355.552,50	390.980,84	4.489.112,87	4.972.833,68	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.152.736,20	3.478.678,27	3.340.561,76	3.000.153,82	3.154.055,25	36.083.348,01	40.075.157,59	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO IV - RGF 4º BIM 2010

ANEXO IV - RGF 4º BIM 2010

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|               Município de CAPINZAL               CONSOLIDADO |
|               Relatório de Gestão Fiscal              |
|               Demonstrativo das Operações de Crédito  |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
|               JANEIRO A AGOSTO 2010/4º Bimestre       |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

<u>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</u>		Operações Realizadas Até o 4º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Outras Operacoes de Credito Internas		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		36.083.348,01
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%		5.773.335,68
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as <u>Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%</u>		<u>2.525.834,36</u>

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO IX - RREO 4º BIM 2010**ANEXO IX - RREO 4º BIM 2010**

```

+= [ CPL ] =-----{ 001 }+
|
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
|
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
|
| Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
|
| Orçamento da Seguridade Social |
|
| JANEIRO A AGOSTO 2010 |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	19.850,00	0,00	0,00	0,00	19.850,00	2.045.638,11	299.475,08	1.688.260,75		57.902,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.335,00	0,00	11.735,00		6.600,00
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE - CAPINZAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.161,59	1.123,20	315.746,39		1.292,00
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III) = (I+II)	19.850,00	0,00	0,00	0,00	19.850,00	2.382.134,70	300.598,28	2.015.742,14		65.794,28

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO V - RGF 4º BIM 2010**ANEXO V - RGF 4º BIM 2010**

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de CAPINZAL
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO 2010/4º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	5.733.508,78	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	61.481,16
Disponibilidade Financeira	5.733.508,78	Depósitos de Diversas Origens	41.631,16
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	19.850,00
Banco	5.733.508,78	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	5.733.508,78	De Exercícios Anteriores	19.850,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	5.733.508,78	SUBTOTAL	61.481,16
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	5.672.027,62
TOTAL	5.733.508,78	TOTAL	5.733.508,78
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			687.317,51
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			4.984.710,11

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	4.984.710,11

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO V - RREO 4º BIM 2010**ANEXO V - RREO 4º BIM 2010**

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CAPINZAL                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária              |
|                               Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
|                               Orçamento da Seguridade Social                        |
|                               JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO              |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Período de Referência		
	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior (07/2010)	Anterior(2009)	Atual (2010)

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO VI - RREO - 4º BIM 2010**ANEXO VI - RREO - 4º BIM 2010**

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	1.443.357,54	987.925,22	835.959,06
DEDUÇÕES (II)	4.270.233,72	5.772.179,55	5.713.658,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.290.083,72	5.792.029,55	5.733.508,78
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-19.850,00	-19.850,00	-19.850,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-2.826.876,18	-4.784.254,33	-4.877.699,72
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-2.826.876,18	-4.784.254,33	-4.877.699,72

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-93.445,39	-2.050.823,54

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-44.919,26

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO VII - RGF 4º BIM 2010**ANEXO VII - RGF 4º BIM 2010**

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CAPINZAL

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 2º Quadrimestre de 2010

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	14.646.614,32	40,59
Limite Maximo	21.650.008,81	60,00
Limite Prudencial	20.567.508,37	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	-4.967.037,84	-13,77
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	43.300.017,61	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	7.938.336,56	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	5.773.335,68	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	2.525.834,36	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.045.638,11	2.391.308,45

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO VII - RREO 4º BIM 2010**ANEXO VII - RREO 4º BIM 2010**

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primario |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	39.859.068,00	6.102.853,19	23.996.031,35	21.483.786,64
Receita Tributária	2.533.872,68	480.236,39	1.999.805,08	1.702.541,83
IPTU	893.965,21	126.103,63	826.119,46	726.414,39
ISS	664.537,32	189.170,99	669.312,91	571.749,79
IRRF	243.187,30	46.867,44	201.916,16	153.187,02
ITBI	164.717,23	85.635,31	201.622,14	204.164,54
Outras	567.465,62	32.459,02	100.834,41	47.026,09
Receita de Contribuição	563.650,00	97.705,53	400.365,00	356.728,86
Outras Contribuições	563.650,00	97.705,53	400.365,00	356.728,86
Receita Patrimonial Líquida	34.742,17	7.599,20	25.161,37	32.143,65
Receita Patrimonial	264.481,76	58.955,08	195.021,21	176.383,74
(-) Aplicações Financeiras	229.739,59	51.355,88	169.859,84	144.240,09
Transferências Correntes	32.029.645,73	4.647.649,55	18.107.281,59	15.644.123,26
FPM	7.076.278,05	931.292,10	4.060.360,35	3.862.756,00
ICMS	11.244.788,36	1.808.872,55	7.051.104,31	5.893.839,26
Outras Transferências	13.708.579,32	1.907.484,90	6.995.816,93	5.887.528,00
Demais Receitas Correntes	4.697.157,42	869.662,52	3.463.418,31	3.748.249,04
Dívida Ativa	327.602,02	89.792,35	411.362,85	255.887,41
Diversas Receitas Correntes	4.369.555,40	779.870,17	3.052.055,46	3.492.361,63
Receitas de Capital (II)	899.887,63	58.000,00	58.000,00	709.256,87
(-) Operações de Crédito (III)	756.000,00	0,00	0,00	505.648,82
(-) Alienação de Ativos (V)	143.887,63	58.000,00	58.000,00	203.608,05
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	39.859.068,00	6.102.853,19	23.996.031,35	21.483.786,64

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação Atualizada	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
		No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	29.221.710,00	5.451.336,47	19.007.650,22	17.347.009,25
Pessoal e Encargos Sociais	14.296.535,31	2.643.329,40	9.507.051,85	8.635.121,13
Outras Despesas Correntes	14.745.174,69	2.796.504,48	9.436.106,60	8.604.179,68
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	180.000,00	11.502,59	64.491,77	107.708,44
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	29.041.710,00	5.439.833,88	18.943.158,45	17.239.300,81
Despesas de Capital (XI)	13.708.035,22	809.261,99	1.798.665,97	2.634.748,02
Investimentos	12.868.035,22	657.295,83	1.191.267,49	2.161.264,66
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	840.000,00	151.966,16	607.398,48	473.483,36
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int. (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	12.868.035,22	657.295,83	1.191.267,49	2.161.264,66
Reserva de Conting. (XVI)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	41.934.745,22	6.097.129,71	20.134.425,94	19.400.565,47
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.075.677,22	5.723,48	3.861.605,41	2.083.221,17
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			41.500,00	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

120.112,37

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 Prefeito Municipal
 LEONIR BOARETTO

 Contador CRC-SC-016634/0-0
 BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

 Responsável pelo Controle Interno
 LUIZ CONTE - Diretor


ANEXO XI - RREO 4º BIM 2010**ANEXO XI - RREO 4º BIM 2010**

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	756.000,00	0,00	0,00	756.000,00
Operacoes de Credito	756.000,00	0,00	0,00	756.000,00
Operacoes de Credito Internas	756.000,00	0,00	0,00	756.000,00
Outras Operacoes de Credito Internas	756.000,00	0,00	0,00	756.000,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	13.708.035,22	809.261,99	1.798.665,97	11.909.369,25
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	13.708.035,22	809.261,99	1.798.665,97	11.909.369,25
--------------------------------	---------------	------------	--------------	---------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-12.952.035,22	-809.261,99	-1.798.665,97	-11.153.369,25
---------------------	----------------	-------------	---------------	----------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO XIV - RREO 4º BIM 2010**ANEXO XIV - RREO 4º BIM 2010**

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	143.887,63	58.000,00	85.887,63
Alienacao de Outros Bens Moveis	119.988,86	58.000,00	61.988,86
Alienacao de Outros Bens Imoveis	23.898,77	0,00	23.898,77
Total	143.887,63	58.000,00	85.887,63

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	128.250,00	18.697,00	109.553,00
Despesas de Capital	128.250,00	18.697,00	109.553,00
Investimentos	128.250,00	18.697,00	109.553,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	128.250,00	18.697,00	109.553,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	89.955,53	39.303,00	129.258,53

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 Prefeito Municipal
 LEONIR BOARETTO

 Contador CRC-SC-016634/0-0
 BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

 Responsável pelo Controle Interno
 LUIZ CONTE - Diretor



ANEXO XVII - RREO 4º BIM 2010

ANEXO XVII - RREO 4º BIM 2010

001

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	40.988.695,22
Previsão Atualizada da Receita	0,00	40.988.695,22
Receitas Realizadas	6.212.209,07	24.223.891,19
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	41.500,00
Déficit Orçamentário	0,00	1.966.050,00

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	40.988.695,22
Dotação Atualizada	0,00	42.954.745,22
Despesas Empenhadas	5.911.441,82	21.493.633,70
Despesas Liquidadas	6.260.598,46	20.806.316,19
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	5.911.441,82	21.493.633,70
Despesas Liquidadas	6.260.598,46	20.806.316,19

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	36.083.348,01

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	-44.919,26	-2.050.823,54	4565,5773
Resultado Primario	120.112,37	3.861.605,41	3214,9939

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	2.382.134,70	300.598,28	2.015.742,14	65.794,28
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
Valor Apurado	%Min.a Aplicar		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE			
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	756.000,00
Despesa de Capital Líquida	1.798.665,97	11.909.369,25

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	58.000,00	85.887,63
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	18.697,00	109.553,00

Limites Constitucionais Anuais			
Valor Apurado	%Min.a Aplicar		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde			
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



NEXO II RREO 4º BIM 2010**NEXO II RREO 4º BIM 2010**

+=[CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.988.695,22	42.954.745,22	5.911.441,82	21.493.633,70	6.260.598,46	20.806.316,19	100,00	48,44	22.148.429,03
01	LEGISLATIVA	1.712.200,00	1.432.200,00	118.820,94	468.763,81	118.820,94	468.763,81	2,25	32,73	963.436,19
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.712.200,00	1.432.200,00	118.820,94	468.763,81	118.820,94	468.763,81	2,25	32,73	963.436,19
	Subtotal	1.712.200,00	1.432.200,00	118.820,94	468.763,81	118.820,94	468.763,81	2,25	32,73	963.436,19
04	ADMINISTRAÇÃO	5.023.731,00	5.211.731,00	901.964,18	3.415.065,97	937.943,53	3.277.777,93	15,75	62,89	1.933.953,07
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.023.731,00	5.211.731,00	901.964,18	3.415.065,97	937.943,53	3.277.777,93	15,75	62,89	1.933.953,07
	Subtotal	6.735.931,00	6.643.931,00	1.020.785,12	3.883.829,78	1.056.764,47	3.746.541,74	18,01	56,39	2.897.389,26
06	SEGURANÇA PÚBLICA	530.000,00	530.000,00	53.840,55	246.702,44	103.025,92	245.345,85	1,18	46,29	284.654,15
06.181	POLICIAMENTO	190.000,00	190.000,00	25.614,23	87.844,62	24.664,60	86.488,03	0,42	45,52	103.511,97
06.182	DEPESA CIVIL	340.000,00	340.000,00	28.226,32	158.857,82	78.361,32	158.857,82	0,76	46,72	181.142,18
	Subtotal	7.265.931,00	7.173.931,00	1.074.625,67	4.130.532,22	1.159.790,39	3.991.887,59	19,19	55,64	3.182.043,41
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	679.000,00	679.000,00	97.121,71	286.640,03	72.023,12	253.155,94	1,22	37,28	425.844,06
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	67.500,00	67.500,00	9.252,42	30.348,76	9.252,42	30.348,76	0,15	44,96	37.151,24
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	412.500,00	378.500,00	37.336,36	161.246,86	37.410,77	160.837,27	0,77	42,49	217.662,73
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	199.000,00	233.000,00	50.532,93	95.044,41	25.359,93	61.969,91	0,30	26,60	171.030,09
	Subtotal	7.944.931,00	7.852.931,00	1.171.747,38	4.417.172,25	1.231.813,51	4.245.043,53	20,40	54,06	3.607.887,47
10	SAÚDE	5.579.942,12	5.801.942,12	1.101.146,75	3.780.313,80	1.136.978,00	3.756.509,37	18,05	64,75	2.045.432,75
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	4.729.942,12	5.082.592,12	990.868,07	3.451.571,50	1.026.015,26	3.428.896,41	16,48	67,46	1.653.695,71
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	37.500,00	37.500,00	1.670,00	4.637,23	2.298,00	4.637,23	0,02	12,37	32.862,77
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	375.000,00	375.000,00	59.125,61	177.904,31	59.125,61	177.904,31	0,85	47,44	197.095,69
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	25.000,00	25.000,00	0,00	33,75	0,00	33,75	0,00	0,14	24.966,25
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	100.000,00	52.350,00	7.817,40	22.676,90	7.046,40	21.905,90	0,11	41,85	30.444,10
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	312.500,00	229.500,00	41.665,67	123.490,11	42.492,73	123.131,77	0,59	53,65	106.368,23
	Subtotal	13.524.873,12	13.654.873,12	2.272.894,13	8.197.486,05	2.368.791,51	8.001.552,90	38,46	58,60	5.653.320,22
12	EDUCAÇÃO	7.439.000,00	7.613.000,00	1.592.481,95	5.264.012,17	1.568.452,99	5.204.803,29	25,02	68,37	2.408.196,71
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	5.969.000,00	5.748.000,00	1.198.547,69	4.111.575,31	1.173.649,38	4.062.943,83	19,53	70,68	1.685.056,17
12.362	ENSINO MÉDIO	190.000,00	290.000,00	137.960,40	279.886,08	137.960,40	279.886,08	1,35	96,51	10.113,92
12.364	ENSINO SUPERIOR	10.000,00	10.000,00	3.000,00	3.500,00	3.000,00	3.500,00	0,02	35,00	6.500,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.170.000,00	1.480.000,00	238.907,86	812.883,78	239.777,21	809.339,38	3,89	54,69	670.660,62
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25.000,00	25.000,00	4.066,00	16.167,00	4.066,00	14.134,00	0,07	56,54	10.866,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	75.000,00	60.000,00	10.000,00	40.000,00	10.000,00	35.000,00	0,17	58,33	25.000,00
	Subtotal	20.963.873,12	21.267.873,12	3.865.376,08	13.461.498,22	3.937.244,50	13.206.356,19	63,47	62,10	8.061.516,93
13	CULTURA	647.000,00	528.000,00	75.315,99	295.759,55	75.304,25	293.312,21	1,41	55,55	234.687,79
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	10.000,00	3.000,00	827,00	2.196,45	1.391,00	2.196,45	0,01	73,22	803,55
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	637.000,00	525.000,00	74.488,99	293.563,10	73.913,25	291.115,76	1,40	55,45	233.884,24
	Subtotal	21.610.873,12	21.795.873,12	3.940.692,07	13.757.257,77	4.012.548,75	13.499.668,40	64,88	61,94	8.296.204,72
15	URBANISMO	6.403.057,88	6.640.057,88	894.735,99	3.176.013,86	935.432,06	3.141.780,16	15,10	47,32	3.498.277,72
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	690.000,00	687.000,00	6.649,55	204.445,61	6.838,33	204.296,87	0,98	29,74	482.703,13
15.452	SERVIÇOS URBANOS	4.913.057,88	5.403.057,88	793.069,12	2.636.490,47	834.894,78	2.608.512,37	12,54	48,28	2.794.545,51
15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	800.000,00	550.000,00	95.017,32	335.077,78	93.698,95	328.970,92	1,58	59,81	221.029,08
	Subtotal	28.013.931,00	28.435.931,00	4.835.428,06	16.933.271,63	4.947.980,81	16.641.448,56	79,98	58,52	11.794.482,44
16	HABITAÇÃO	750.000,00	750.000,00	87.022,62	123.924,50	87.022,62	123.924,50	0,60	16,52	626.075,50
16.482	HABITAÇÃO URBANA	750.000,00	750.000,00	87.022,62	123.924,50	87.022,62	123.924,50	0,60	16,52	626.075,50
	Subtotal	28.763.931,00	29.185.931,00	4.922.450,68	17.057.196,13	5.035.003,43	16.765.373,06	80,58	57,44	12.420.557,94
17	SANEAMENTO	6.964.253,22	7.031.753,22	189.366,00	1.646.387,13	384.443,66	1.285.622,15	6,18	18,28	5.746.131,07
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	31.000,00	31.000,00	461,00	461,00	461,00	461,00	0,00	1,49	30.539,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	6.933.253,22	7.000.753,22	188.905,00	1.645.926,13	383.982,66	1.285.161,15	6,18	18,36	5.715.592,07
	Subtotal	35.728.184,22	36.217.684,22	5.111.816,68	18.703.583,26	5.419.447,09	18.050.995,21	86,76	49,84	18.166.689,01
18	GESTÃO AMBIENTAL	51.800,00	51.800,00	0,00	377,00	0,00	377,00	0,00	0,73	51.423,00



+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.800,00	14.800,00	0,00	377,00	0,00	377,00	0,00	2,55	14.423,00
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
18.544	RECURSOS HÍDRICOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	Subtotal	35.779.984,22	36.269.484,22	5.111.816,68	18.703.960,26	5.419.447,09	18.051.372,21	86,76	49,77	18.218.112,01
20	AGRICULTURA	810.500,00	1.125.050,00	248.065,63	448.641,32	247.162,99	438.842,39	2,11	39,01	686.207,61
20.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	30.000,00	30.000,00	0,00	26.955,00	0,00	26.955,00	0,13	89,85	3.045,00
20.601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	670.000,00	984.550,00	235.994,80	383.061,75	234.622,16	373.465,82	1,79	37,93	611.084,18
20.602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	19.500,00	19.500,00	0,00	648,00	648,00	648,00	0,00	3,32	18.852,00
20.604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	50.000,00	50.000,00	5.320,83	23.138,67	5.142,83	22.935,67	0,11	45,87	27.064,33
20.606	EXTENÇÃO RURAL	41.000,00	41.000,00	6.750,00	14.837,90	6.750,00	14.837,90	0,07	36,19	26.162,10
	Subtotal	36.590.484,22	37.394.534,22	5.359.882,31	19.152.601,58	5.666.610,08	18.490.214,60	88,87	49,45	18.904.319,62
22	INDÚSTRIA	120.000,00	120.000,00	5.436,98	24.377,90	24.377,90	24.377,90	0,12	20,31	95.622,10
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	120.000,00	120.000,00	5.436,98	24.377,90	24.377,90	24.377,90	0,12	20,31	95.622,10
	Subtotal	36.710.484,22	37.514.534,22	5.365.319,29	19.176.979,48	5.690.987,98	18.514.592,50	88,99	49,35	18.999.941,72
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	159.000,00	194.000,00	7.501,31	80.785,08	7.922,81	80.395,08	0,39	41,44	113.604,92
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	28.000,00	63.000,00	4.441,31	21.761,93	4.432,81	21.721,93	0,10	34,48	41.278,07
23.695	TURISMO	131.000,00	131.000,00	3.060,00	59.023,15	3.490,00	58.673,15	0,28	44,79	72.326,85
	Subtotal	36.869.484,22	37.708.534,22	5.372.820,60	19.257.764,56	5.698.910,79	18.594.987,58	89,37	49,31	19.113.546,64
24	COMUNICAÇÕES	19.000,00	19.000,00	3.200,00	14.190,50	3.200,00	12.590,50	0,06	66,27	6.409,50
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	19.000,00	19.000,00	3.200,00	14.190,50	3.200,00	12.590,50	0,06	66,27	6.409,50
	Subtotal	36.888.484,22	37.727.534,22	5.376.020,60	19.271.955,06	5.702.110,79	18.607.578,08	89,43	49,32	19.119.956,14
26	TRANSPORTE	1.625.000,00	2.912.000,00	159.535,98	786.827,87	174.688,41	775.687,73	3,73	26,64	2.136.312,27
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.625.000,00	2.912.000,00	159.535,98	786.827,87	174.688,41	775.687,73	3,73	26,64	2.136.312,27
	Subtotal	38.513.484,22	40.639.534,22	5.535.556,58	20.058.782,93	5.876.799,20	19.383.265,81	93,16	47,70	21.256.268,41
27	DESPORTO E LAZER	475.060,00	350.060,00	55.143,72	203.954,66	57.152,14	203.903,68	0,98	58,25	146.156,32
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	475.060,00	350.060,00	55.143,72	203.954,66	57.152,14	203.903,68	0,98	58,25	146.156,32
	Subtotal	38.988.544,22	40.989.594,22	5.590.700,30	20.262.737,59	5.933.951,34	19.587.169,49	94,14	47,79	21.402.424,73
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.975.151,00	1.940.151,00	320.741,52	1.230.896,11	326.647,12	1.219.146,70	5,86	62,84	721.004,30
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.975.151,00	1.940.151,00	320.741,52	1.230.896,11	326.647,12	1.219.146,70	5,86	62,84	721.004,30
	Subtotal	40.963.695,22	42.929.745,22	5.911.441,82	21.493.633,70	6.260.598,46	20.806.316,19	100,00	48,47	22.123.429,03
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	Subtotal	40.988.695,22	42.954.745,22	5.911.441,82	21.493.633,70	6.260.598,46	20.806.316,19	100,00	48,44	22.148.429,03
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	40.988.695,22	42.954.745,22	5.911.441,82	21.493.633,70	6.260.598,46	20.806.316,19	100,00	48,44	22.148.429,03

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANDELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL

Balancet e Financeiro PMC

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2010

Emissão: 31/08/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	1.273.241,42	DESPESA ORÇAMENTARIA	1.059.334,67
RECEITAS CORRENTES	1.132.241,42	ADMINISTRAÇÃO	134.397,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	82.130,39	SEGURANÇA PÚBLICA	621,62
RECEITA PATRIMONIAL	5.627,24	TRABALHO	115.384,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.032.522,47	EDUCAÇÃO	289.504,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.961,32	CULTURA	6.752,47
RECEITAS DE CAPITAL	141.000,00	URBANISMO	56.632,75
ALIENAÇÃO DE BENS	16.000,00	HABITAÇÃO	319,32
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	125.000,00	SANEAMENTO	19.334,92
		AGRICULTURA	209.277,38
		COMUNICAÇÕES	600,00
		TRANSPORTE	151.266,87
		DESPORTO E LAZER	4.624,06
		ENCARGOS ESPECIAIS	70.618,92
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	104.933,52	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	383.774,75
PREVIDENCIA SOCIAL	34.397,71	PREVIDENCIA SOCIAL	33.496,61
INSS	34.397,71	INSS	33.496,61
INSS	26.565,34	INSS	25.664,24
INSS/EMPRESA	7.832,37	INSS/EMPRESA	7.832,37
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	714,00	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	714,00
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	4.407,43	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	4.662,74
ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	4.407,43	ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	4.662,74
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	13.787,75	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	13.447,35
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	6.732,84	EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	6.732,84
EMPRESTIMO CEF	7.054,91	EMPRESTIMO CEF	6.714,51
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	51.626,63	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	50.842,72
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4.352,89	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4.301,79
ASSERV	4.352,89	ASSERV	4.301,79
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	47.273,74	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	46.540,93
TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	830,18	TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	822,40
CONTRIBUIÇÃO PASEP	29.319,76	CONTRIBUIÇÃO PASEP	29.319,76
DESCONTO MASTERFARMA	106,80	DESCONTO MASTERFARMA	106,80
DESCONTO SINDICATO	666,69	DESCONTO SINDICATO	679,14
Emprest Consignacao BV Financeira	15.612,83	Emprest Consignacao BV Financeira	15.612,83
Emprestimo Carlos F. Rodrigues	563,82	REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	277.934,43
Multa de Transito	173,66	REPASSE REF TRANSF FINANC FM ASSIST SOC	10.188,80
		REPASSE REF TRANSF FINANC FM SAUDE	207.745,63
		REPASSE REF TRANSF FINANC CM VEREADORES	60.000,00
		AJUSTES FINANCEIROS	2.676,90
> DESPESA EMPENHADA	1.059.334,67	> DESPESA PAGA	987.097,10
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	1.059.334,67	CREDITO LIQUIDADO	987.097,10
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	987.097,10
> SALDOS ANTERIORES	1.196.170,49	> SALDOS ATUAIS	1.203.473,58
BANCO DO BRASIL	572.286,37	BANCO DO BRASIL	530.168,27
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	452.359,28	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	502.804,05
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	171.524,84	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	170.501,26
> TOTAL	3.633.680,10	> TOTAL	3.633.680,10

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Balancete Financeiro FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2010

Emissão: 31/08/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	71,17	DESPESA ORÇAMENTARIA	2.797,20
RECEITAS CORRENTES	71,17	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.797,20
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	59,97		
RECEITA PATRIMONIAL	11,20		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
> DESPESA EMPENHADA	2.797,20	> DESPESA PAGA	2.917,20
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	2.797,20	CREDITO LIQUIDADO	2.917,20
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	2.917,20
> SALDOS ANTERIORES	3.399,75	> SALDOS ATUAIS	553,72
BANCO DO BRASIL	1.584,98	BANCO DO BRASIL	30,02
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1.814,77	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	523,70
> TOTAL	6.268,12	> TOTAL	6.268,12

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2010

Emissão: 31/08/2010

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Balancete Financeiro FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2010

Emissão: 31/08/2010

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	70.926,37	DESPESA ORÇAMENTARIA	334.768,84
RECEITAS CORRENTES	70.926,37	SAÚDE	334.768,84
RECEITA PATRIMONIAL	68,41		
RECEITA DE SERVIÇOS	7.157,86		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.369,06		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	331,04		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	250.453,43	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	31.697,11
PREVIDENCIA SOCIAL	12.938,04	PREVIDENCIA SOCIAL	12.795,72
INSS	12.938,04	INSS	12.795,72
INSS	12.280,78	INSS	12.209,00
INSS/EMPRESA	657,26	INSS/EMPRESA	586,72
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	351,90	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	351,90
TESOURO NACIONAL	10.696,22	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	1.399,57
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE -	10.696,22	Assistência Médica UNIMED	1.399,57
IRRF / EMPRESAS	252,47	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	2.955,47
IRRF S/ RENDIMENTOS DO TRABALHO	10.443,75	Empréstimo CEF	1.859,92
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	1.339,95	Empréstimo B. Brasil	1.095,55
Assistência Médica UNIMED	1.339,95	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	14.194,45
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	2.835,47	ASSERV	1.154,03
Empréstimo CEF	1.739,92	Taxa de Manutenção das Carteirinhas	273,07
Empréstimo B. Brasil	1.095,55	Desconto Sindicato	308,25
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	14.546,22	Emprest Consig BV Financeira	11.508,22
ASSERV	1.132,36	Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	950,88
Taxa de Manutenção das Carteirinhas	272,00		
Desconto Sindicato	303,44		
Emprest Consig BV Financeira	11.508,22		
Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	950,88		
Restituições	379,32		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	207.745,63		
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	207.745,63		
> DESPESA EMPENHADA	334.768,84	> DESPESA PAGA	426.128,33
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	334.768,84	CREDITO LIQUIDADO	426.128,33
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	426.128,33
> SALDOS ANTERIORES	302.667,53	> SALDOS ATUAIS	166.221,89
BANCO DO BRASIL	250.614,18	BANCO DO BRASIL	147.423,07
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	33.398,82	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	17.421,40
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	18.654,53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.377,42
> TOTAL	958.816,17	> TOTAL	958.816,17

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Pág. 001

ANEXO TC-05

Emissão: 31/08/2010

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo a Receita PMC

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	13.944.500,00	1.378.174,94	1.378.174,94		12.566.325,06
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13.944.500,00	1.273.241,42	1.273.241,42		12.671.258,58
10000000	RECEITAS CORRENTES	12.314.500,00	1.132.241,42	1.132.241,42		11.182.258,58
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	1.111.700,00	82.130,39	82.130,39		1.029.569,61
11100000	IMPOSTOS	887.000,00	68.821,02	68.821,02		818.178,98
11110000	IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00		0,00
11110100 0100 000000	Imposto Sobre a Importacao	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	374.500,00	31.938,43	31.938,43		342.561,57
11120200	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL	262.000,00	2.769,17	2.769,17		259.230,83
11120200 0100 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	157.200,00	1.661,51	1.661,51		155.538,49
11120200 0101 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	65.500,00	692,30	692,30		64.807,70
11120200 0102 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	39.300,00	415,36	415,36		38.884,64
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	65.000,00	7.353,06	7.353,06		57.646,94
11120431	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ R	60.000,00	7.353,06	7.353,06		52.646,94
11120431 0100 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	36.000,00	4.411,84	4.411,84		31.588,16
11120431 0101 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	15.000,00	1.838,28	1.838,28		13.161,72
11120431 0102 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	9.000,00	1.102,94	1.102,94		7.897,06
11120434	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ O	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
11120434 0100 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
11120434 0101 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	1.250,00	0,00	0,00		1.250,00
11120434 0102 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	750,00	0,00	0,00		750,00
11120800	IMP.S/TRANSM.INTERV.BENS IMOV.E DIR	47.500,00	21.816,20	21.816,20		25.683,80
11120800 0100 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	28.500,00	13.089,72	13.089,72		15.410,28
11120800 0101 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	11.875,00	5.454,05	5.454,05		6.420,95
11120800 0102 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	7.125,00	3.272,43	3.272,43		3.852,57
11130000	IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E A CIRCUL	512.500,00	36.882,59	36.882,59		475.617,41
11130500	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER	512.500,00	36.882,59	36.882,59		475.617,41
11130501 0100 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	307.500,00	22.129,55	22.129,55		285.370,45
11130501 0101 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	128.125,00	9.220,70	9.220,70		118.904,30
11130501 0102 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	76.875,00	5.532,34	5.532,34		71.342,66
11200000	TAXAS	161.700,00	9.810,79	9.810,79		151.889,21
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	111.200,00	7.507,80	7.507,80		103.692,20
11211700 0100 000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia	13.300,00	398,78	398,78		12.901,22
11212200 0100 000000	Taxa de Servicos Administrativos	37.400,00	2.797,04	2.797,04		34.602,96
11212500 0100 000000	Taxa de Licenca P/func.de Estabele	44.800,00	732,78	732,78		44.067,22
11213200 0100 000000	Taxa de Aprovacao do Projeto de Co	15.000,00	3.579,20	3.579,20		11.420,80
11213300 0100 000000	Taxa de Fiscalizacao Sanitaria	700,00	0,00	0,00		700,00
11219900 0100 000000	Outras Taxas Pelo Exercicio de Pod	0,00	0,00	0,00		0,00
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	50.500,00	2.302,99	2.302,99		48.197,01
11221200 0100 000000	Emolumentos e Custas Processuais A	2.600,00	0,00	0,00		2.600,00
11229000 0100 000000	Taxa de Limpeza Publica	27.500,00	68,97	68,97		27.431,03
11229200 0100 000000	Taxa de Embarque Terminal Rodoviar	14.100,00	2.234,02	2.234,02		11.865,98
11229900 0100 000000	Outras Taxas Pela Prestacao de Ser	6.300,00	0,00	0,00		6.300,00
11300000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	63.000,00	3.498,58	3.498,58		59.501,42
11300400 0100 000000	Contribuicao de Melhoria P/ Pavime	63.000,00	3.498,58	3.498,58		59.501,42
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	371.400,00	0,00	0,00		371.400,00
12200000	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	371.400,00	0,00	0,00		371.400,00
12202900 0117 000000	Contrib. P/custeio de Servico de I	371.400,00	0,00	0,00		371.400,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	51.820,00	5.627,24	5.627,24		46.192,76
13100000	RECEITAS IMOBILIARIAS	22.600,00	1.476,91	1.476,91		21.123,09
13110000	ALUGUEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
13119900 0100 000000	Outras Receitas de Alugueis	0,00	0,00	0,00		0,00
13190000 0100 000000	Outras Receitas Imobiliarias	22.600,00	1.476,91	1.476,91		21.123,09
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	29.220,00	4.150,33	4.150,33		25.069,67



CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	29.220,00	4.150,33	4.150,33		25.069,67
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	15.820,00	1.962,23	1.962,23		13.857,77
13250102	REC.REM. DEP.BANC.DE REC.VINC.-FUND	14.500,00	958,35	958,35		13.541,65
13250102 0100 000000	Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun	8.700,00	575,01	575,01		8.124,99
13250102 0101 000000	Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun	5.800,00	383,34	383,34		5.416,66
13250109 0100 000000	Receita Rem.dep.bancarios Rec.vinc	120,00	0,00	0,00		120,00
13250199 0100 000000	Rec.remun.de Outros dep.banc.de Re	1.200,00	1.003,88	1.003,88		196,12
13250200	REM.DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINC	13.400,00	2.188,10	2.188,10		11.211,90
13250299 0100 000000	Remuneracao Outros depositos de Re	13.400,00	2.188,10	2.188,10		11.211,90
16000000	RECEITA DE SERVICOS	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
16004500 0100 000000	Serv. de Preparacao da Terra Em Pr	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	10.575.420,00	1.032.522,47	1.032.522,47		9.542.897,53
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.567.420,00	947.682,37	947.682,37		9.619.737,63
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	3.943.540,00	301.121,75	301.121,75		3.642.418,25
17210100	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	3.301.360,00	266.669,02	266.669,02		3.034.690,98
17210102	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	4.120.000,00	333.336,20	333.336,20		3.786.663,80
17210102 0100 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	2.472.000,00	200.001,73	200.001,73		2.271.998,27
17210102 0101 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	1.030.000,00	83.334,05	83.334,05		946.665,95
17210102 0102 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	618.000,00	50.000,42	50.000,42		567.999,58
97210102 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-824.000,00	-66.667,18	-66.667,18	757.332,82	
17210105	COTA-PARTE DO IMPOSTO S/A PROPRIEDA	6.700,00	0,00	0,00		6.700,00
17210105 0100 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	4.020,00	0,00	0,00		4.020,00
17210105 0101 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	1.675,00	0,00	0,00		1.675,00
17210105 0102 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	1.005,00	0,00	0,00		1.005,00
97210105 0100 000000	Deducao da Receita Para Formacao d	-1.340,00	0,00	0,00	1.340,00	
17210900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	79.000,00	3.970,03	3.970,03		75.029,97
17210905 0100 000000	Cota Parte do Fundo Especial Lei 7	0,00	3.970,03	3.970,03	3.970,03	
17210906 0124 000000	Fex - Aux. Finac. P/fomento e Expo	0,00	0,00	0,00		0,00
17210999 0100 000000	Demais Transferencias da Uniao	79.000,00	0,00	0,00		79.000,00
17212200	TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	56.000,00	0,00	0,00		56.000,00
17212270 0100 000000	Cota-parte do Fundo Especial do Pe	56.000,00	0,00	0,00		56.000,00
17213500	TRANSF.RECURSOS FDO.NAC.DESENV.EDUC	475.500,00	27.914,20	27.914,20		447.585,80
17213501 0158 000049	Transferencia do Salario-educacao	192.800,00	16.247,34	16.247,34		176.552,66
17213503 0160 000051	Transf.direta do Fnde Ref.prog. Na	51.000,00	6.420,00	6.420,00		44.580,00
17213504 0161 000052	Transf Diretas Fnde Referente Pnat	231.200,00	5.246,86	5.246,86		225.953,14
17213599 0100 000000	Outras Transf.diretas Fundo Nac. d	500,00	0,00	0,00		500,00
17213600	TRANSFERENCIA FINANC DO ICMS-DESON.	39.600,00	3.210,62	3.210,62		36.389,38
17213600 0100 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	23.760,00	1.926,37	1.926,37		21.833,63
17213600 0101 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	9.900,00	802,66	802,66		9.097,34
17213600 0102 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	5.940,00	481,59	481,59		5.458,41
97213600 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-7.920,00	-642,12	-642,12	7.277,88	
17220000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	4.633.880,00	459.368,46	459.368,46		4.174.511,54
17220100	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	4.633.880,00	459.368,46	459.368,46		4.174.511,54
17220101	COTA-PARTE DO ICMS	5.050.000,00	495.464,86	495.464,86		4.554.535,14
17220101 0100 000000	Cota-parte do Icms	3.030.000,00	297.278,90	297.278,90		2.732.721,10
17220101 0101 000000	Cota-parte do Icms	1.262.500,00	123.866,24	123.866,24		1.138.633,76
17220101 0102 000000	Cota-parte do Icms	757.500,00	74.319,72	74.319,72		683.180,28
97220101 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-1.010.000,00	-99.092,86	-99.092,86	910.907,14	
17220102	COTA-PARTE DO IPVA	566.000,00	67.741,24	67.741,24		498.258,76
17220102 0100 000000	Cota-parte do Ipva	339.600,00	40.644,74	40.644,74		298.955,26
17220102 0101 000000	Cota-parte do Ipva	141.500,00	16.935,35	16.935,35		124.564,65
17220102 0102 000000	Cota-parte do Ipva	84.900,00	10.161,15	10.161,15		74.738,85
97220102 0100 000000	Deducoes da Receita Para Formacao	-113.200,00	-13.548,17	-13.548,17	99.651,83	
17220104	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	142.600,00	11.004,24	11.004,24		131.595,76



CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SalDOS até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
17220104 0100 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	85.560,00	6.602,54	6.602,54		78.957,46
17220104 0101 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	35.650,00	2.751,06	2.751,06		32.898,94
17220104 0102 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	21.390,00	1.650,64	1.650,64		19.739,36
97220104 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-28.520,00	-2.200,85	-2.200,85	26.319,15	
17220113 0116 000000	Cota Parte da Cont. Interv.dom.eco	27.000,00	0,00	0,00		27.000,00
17240000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.990.000,00	187.192,16	187.192,16		1.802.807,84
17240100	TRANSF.REC.FUNDO MANUT.DESENV.ENS.F	1.990.000,00	187.192,16	187.192,16		1.802.807,84
17240101 0118 000000	Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ	1.194.000,00	112.315,31	112.315,31		1.081.684,69
17240102 0119 000000	Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ	796.000,00	74.876,85	74.876,85		721.123,15
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	8.000,00	84.840,10	84.840,10	76.840,10	
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17619900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17619903 0124 000000	Convenio Merenda Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
17619904 0124 000000	Convenio Api	0,00	0,00	0,00		0,00
17619905 0124 000000	Convenio Ppd	0,00	0,00	0,00		0,00
17619906 0124 000000	Convenio Pac	0,00	0,00	0,00		0,00
17619907 0124 000000	Convenio Petti	0,00	0,00	0,00		0,00
17619908 0124 000000	Convenio Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00		0,00
17619909 0124 000000	Convenio Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
17619910 0124 000000	Conv. Bpc - Assist. Social	0,00	0,00	0,00		0,00
17619911 0124 000000	Conv. Igd - Gestao descentralizada	0,00	0,00	0,00		0,00
17619912 0124 000000	Merenda Escolar/pnac Patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	8.000,00	84.840,10	84.840,10	76.840,10	
17620200 0122 000055	Transf. de Convenios dos Estados d	3.000,00	24.482,62	24.482,62	21.482,62	
17620299 0124 000067	Repassse Convenio Casan	0,00	10.357,48	10.357,48	10.357,48	
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	5.000,00	50.000,00	50.000,00	45.000,00	
17629904 0124 000000	Convenio Sisvan	0,00	0,00	0,00		0,00
17629911 0124 000000	Convenio Ppi	0,00	0,00	0,00		0,00
17629912 0124 000000	Convenio Funturismo	0,00	0,00	0,00		0,00
17629913 0124 000000	Reconstrucao de Rodovias	0,00	0,00	0,00		0,00
17629914 0124 000000	Convenio Smas/patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17629915 0224 000000	Convenio Conservacao Rodovias Esta	0,00	0,00	0,00		0,00
17629916 0124 000055	Convenio Recuperacao de Estradas V	0,00	0,00	0,00		0,00
17629917 0224 000055	Convenio Estiagem	0,00	0,00	0,00		0,00
17629999 0124 000055	Outras Transf Convenios Estado	5.000,00	50.000,00	50.000,00	45.000,00	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	194.160,00	11.961,32	11.961,32		182.198,68
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	57.200,00	4.609,45	4.609,45		52.590,55
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	19.200,00	300,62	300,62		18.899,38
19113500 0100 000000	Multas e Juros de Mora da Taxa de	600,00	0,00	0,00		600,00
19113800	MULTAS/JUROS DE MORA DO IMP.S/PROPR	9.000,00	270,49	270,49		8.729,51
19113800 0100 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	5.400,00	162,29	162,29		5.237,71
19113800 0101 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	2.250,00	67,62	67,62		2.182,38
19113800 0102 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	1.350,00	40,58	40,58		1.309,42
19114000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S	9.000,00	2,77	2,77		8.997,23
19114000 0100 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	5.400,00	1,66	1,66		5.398,34
19114000 0101 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	2.250,00	0,70	0,70		2.249,30
19114000 0102 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	1.350,00	0,41	0,41		1.349,59
19119900 0100 000000	Multas e Juros de Mora de Outros T	600,00	27,36	27,36		572,64
19130000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	3.600,00	1.025,74	1.025,74		2.574,26
19131100	MULTAS/JUROS MORA DIVIDA ATIVA DO I	1.200,00	584,69	584,69		615,31
19131100 0100 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	720,00	350,81	350,81		369,19
19131100 0101 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	300,00	146,18	146,18		153,82
19131100 0102 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	180,00	87,70	87,70		92,30
19131300	MULTAS/JUROS MORA DIV ATIV IMP.S/ S	1.200,00	67,09	67,09		1.132,91



CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SalDOS até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
19131300 0100 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	720,00	40,25	40,25		679,75
19131300 0101 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	300,00	16,78	16,78		283,22
19131300 0102 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	180,00	10,06	10,06		169,94
19139900 0100 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa de	1.200,00	373,96	373,96		826,04
19150000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19159900 0100 000000	Outras Multas/jrs de Mora da Divid	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	33.200,00	3.283,09	3.283,09		29.916,91
19191500 0100 000000	Multas Previstas Na Legislacao de	32.600,00	2.717,00	2.717,00		29.883,00
19199900 0100 000000	Outras Multas	600,00	566,09	566,09		33,91
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	88.000,00	480,68	480,68		87.519,32
19220000	RESTITUICOES	88.000,00	480,68	480,68		87.519,32
19229900 0100 000000	Outras Restituicoes	88.000,00	480,68	480,68		87.519,32
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	42.120,00	6.871,09	6.871,09		35.248,91
19310000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	42.000,00	6.871,09	6.871,09		35.128,91
19311100	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP.S/PROPR.TE	18.000,00	4.451,89	4.451,89		13.548,11
19311100 0100 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	10.800,00	2.671,14	2.671,14		8.128,86
19311100 0101 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	4.500,00	1.112,99	1.112,99		3.387,01
19311100 0102 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/propr.t	2.700,00	667,76	667,76		2.032,24
19311300	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. S/ SERVIC	18.000,00	1.067,83	1.067,83		16.932,17
19311300 0100 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	10.800,00	640,70	640,70		10.159,30
19311300 0101 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	4.500,00	266,96	266,96		4.233,04
19311300 0102 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	2.700,00	160,17	160,17		2.539,83
19319900 0100 000000	Receita da Divida Ativa de Outros	6.000,00	1.351,37	1.351,37		4.648,63
19320000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTA	120,00	0,00	0,00		120,00
19329900 0100 000000	Receita da Divida Ativa Nao Tribut	120,00	0,00	0,00		120,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	6.840,00	0,10	0,10		6.839,90
19909900 0100 000000	Outras Receitas	6.840,00	0,10	0,10		6.839,90
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.630.000,00	141.000,00	141.000,00		1.489.000,00
21000000	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00		0,00
21100000 0183 000000	Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00
22000000	ALIENACAO DE BENS	30.000,00	16.000,00	16.000,00		14.000,00
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	30.000,00	16.000,00	16.000,00		14.000,00
22150000	ALIENACAO DE VEICULOS	20.000,00	16.000,00	16.000,00		4.000,00
22150100 0189 000000	Alienacao de Veiculos	20.000,00	16.000,00	16.000,00		4.000,00
22150200 0188 000000	Alienacao de Veiculos - Rec Vincul	0,00	0,00	0,00		0,00
22150300 0187 000000	Alienacao de Veiculos - Rec Vincul	0,00	0,00	0,00		0,00
22160000	ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160100 0189 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160200 0188 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios -	0,00	0,00	0,00		0,00
22160300 0187 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios -	0,00	0,00	0,00		0,00
22170000	ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170100 0189 000000	Alienacao de Equipamentos	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170200 0188 000000	Alienacao de Equipamentos - Rec Vi	0,00	0,00	0,00		0,00
22170300 0187 000000	Alienacao de Equipamentos - Rec Vi	0,00	0,00	0,00		0,00
22200000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
22250000 0100 000000	Alienacao de Imoveis Urbanos	0,00	0,00	0,00		0,00
23000000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00
23009900 0100 000000	Amortizacoes de Financiamentos Div	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.600.000,00	125.000,00	125.000,00		1.475.000,00
24200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00		0,00
24220000	TRANSFERENCIAS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00		0,00
24229900 0124 000000	Outras Transferencias dos Estados	0,00	0,00	0,00		0,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.600.000,00	125.000,00	125.000,00		1.475.000,00
24710000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	800.000,00	100.000,00	100.000,00		700.000,00



CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldo até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
24719900 0124 000054	Outras Transferencias de Convenio	800.000,00	100.000,00	100.000,00		700.000,00
24720000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	800.000,00	25.000,00	25.000,00		775.000,00
24729900 0124 000055	Outras Transferencias de Convenio	800.000,00	25.000,00	25.000,00		775.000,00
24729901 0124 000067	Repasse Convenio Casan	0,00	0,00	0,00		0,00

CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldo até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	104.933,52	104.933,52	104.933,52	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	104.933,52	104.933,52	104.933,52	
31000001 0100 000000	Inss	0,00	26.565,34	26.565,34	26.565,34	
31000002 0100 000000	Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000003 0100 000000	Asserv	0,00	4.352,89	4.352,89	4.352,89	
31000004 0100 000000	Assistencia Medica Unimed	0,00	4.407,43	4.407,43	4.407,43	
31000005 0100 000000	Taxa de Manutencao de Carteirinhas	0,00	830,18	830,18	830,18	
31000006 0100 000000	Emprestimo Cef	0,00	7.054,91	7.054,91	7.054,91	
31000007 0100 000000	Emprestimo Besc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000008 0100 000000	Mensalidade Udesc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000009 0100 000000	Inss/empresa	0,00	7.832,37	7.832,37	7.832,37	
31000010 0100 000000	Pensao Alimenticia	0,00	714,00	714,00	714,00	
31000011 0100 000000	Convenio Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
31000012 0100 000000	Convenio Cidadania	0,00	0,00	0,00		0,00
31000013 0100 000000	Contribuicao Pasep	0,00	29.319,76	29.319,76	29.319,76	
31000014 0100 000000	Convenio Peti	0,00	0,00	0,00		0,00
31000015 0100 000000	Emprestimo B. Brasil	0,00	6.732,84	6.732,84	6.732,84	
31000016 0100 000000	Desconto Masterfarma	0,00	106,80	106,80	106,80	
31000017 0100 000000	Desconto Sindicato	0,00	666,69	666,69	666,69	
31000018 0100 000000	Emprest Consignacao Bv Financeira	0,00	15.612,83	15.612,83	15.612,83	
31000019 0000 000000	Multa de Transito	0,00	173,66	173,66	173,66	
31000020 0000 000000	Restituicoes	0,00	0,00	0,00		0,00
31001900 0000 000000	Emprestimo Carlos F. Rodrigues	0,00	563,82	563,82	563,82	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	5.089.980,00	437.502,43	437.502,43
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	5.089.980,00	437.502,43	437.502,43
01=Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Ed	2.722.875,00	246.889,26	246.889,26
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.722.875,00	246.889,26	246.889,26
02=Recursos de Impostos e Transferências de Impostos S	1.630.245,00	147.903,27	147.903,27
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.630.245,00	147.903,27	147.903,27
16=Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CI	27.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	27.000,00	0,00	0,00
17=Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumina	371.400,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	371.400,00	0,00	0,00
18=Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof.	1.194.000,00	112.315,31	112.315,31
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.194.000,00	112.315,31	112.315,31
19=Transferências FUNDEB (Aplicação em Out.despesas da	796.000,00	74.876,85	74.876,85
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	796.000,00	74.876,85	74.876,85
22=Transferências de Convênios Educação	3.000,00	24.482,62	24.482,62
000055Transferência de Convênios do Estado	3.000,00	24.482,62	24.482,62
24=Transferências de Convênios Outros	1.605.000,00	185.357,48	185.357,48
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000054Transferência de Convênios da União	800.000,00	100.000,00	100.000,00
000055Transferência de Convênios do Estado	805.000,00	75.000,00	75.000,00
000067Outros Detalhamentos	0,00	10.357,48	10.357,48
58=Salário Educação	192.800,00	16.247,34	16.247,34
000049Transferência do Salário Educação	192.800,00	16.247,34	16.247,34
60=Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	51.000,00	6.420,00	6.420,00
000051Transferências Referentes ao Programa Nacional d	51.000,00	6.420,00	6.420,00
61=Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PN	231.200,00	5.246,86	5.246,86
000052Transferências Referentes ao Programa Nacional d	231.200,00	5.246,86	5.246,86



CPL Informática.

Pág. 007

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

83=Operações de Crédito Internas Outros Programas	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
87=Alienações de Bens destinados a Programas da Educaç	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
88=Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	30.000,00	16.000,00	16.000,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.000,00	16.000,00	16.000,00
TOTAL GERAL	13.944.500,00	1.273.241,42	1.273.241,42

PREFEITA MUNICIPAL

GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Depsesa FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
20	FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	12.202,80	2.917,20	-120,00
2001	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	12.202,80	2.917,20	-120,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	12.202,80	2.917,20	-120,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	12.202,80	2.917,20	-120,00
0027	ADOLESCENTE ASSISTIDO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	12.202,80	2.917,20	-120,00
2075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO DA I	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	12.202,80	2.917,20	-120,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	2.202,80	2.917,20	-120,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	2.202,80	2.917,20	-120,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	2.202,80	2.917,20	-120,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	297,20	297,20	0,00	0,00	377,20	-80,00
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903980	* 00 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	-40,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	12.202,80	2.917,20	-120,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	2.202,80	2.917,20	-120,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	2.202,80	2.917,20	-120,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	2.202,80	2.917,20	-120,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	297,20	297,20	0,00	0,00	377,20	-80,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903980	* " 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	-40,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	2.797,20	2.797,20	0,00	12.202,80	2.917,20	-120,00
								Estornos até o Mes	0,00	Pagos até o Mes	2.917,20	

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMINTÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Despesa FMAS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	27.500,00	0,00	0,00	384.000,00	13.826,99	13.826,99	0,00	370.173,01	22.302,31	-8.475,32
3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	27.500,00	0,00	0,00	384.000,00	13.826,99	13.826,99	0,00	370.173,01	22.302,31	-8.475,32
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	27.500,00	0,00	0,00	384.000,00	13.826,99	13.826,99	0,00	370.173,01	22.302,31	-8.475,32
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	356.500,00	27.500,00	0,00	0,00	384.000,00	13.826,99	13.826,99	0,00	370.173,01	22.302,31	-8.475,32
0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	27.500,00	0,00	0,00	384.000,00	13.826,99	13.826,99	0,00	370.173,01	22.302,31	-8.475,32
2076	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNIC	104.500,00	8.500,00	0,00	0,00	113.000,00	3.016,90	3.016,90	0,00	109.983,10	13.712,67	-10.695,77
30000000	DESPESAS CORRENTES	97.500,00	8.500,00	0,00	0,00	106.000,00	1.626,90	1.626,90	0,00	104.373,10	12.322,67	-10.695,77
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	97.500,00	8.500,00	0,00	0,00	106.000,00	1.626,90	1.626,90	0,00	104.373,10	12.322,67	-10.695,77
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	97.500,00	8.500,00	0,00	0,00	106.000,00	1.626,90	1.626,90	0,00	104.373,10	12.322,67	-10.695,77
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217,04	-217,04
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	-840,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* 48 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* 48 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* 48 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* 48 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
33903016	* 52 000067 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 52 000067 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.342,38	-1.342,38
33903017	* 48 000004 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 48 000004 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 48 000004 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 48 000004 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 52 000061 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 52 000061 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 63 000056 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 50 000006 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 50 000006 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 50 000006 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 50 000006 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* 48 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* 48 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* 48 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 52 000061 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 52 000061 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,45	-70,45
33903028	* 48 000004 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 50 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 50 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 50 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,00	-63,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* 63 000056 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065,00	-1.065,00
33903044	* 52 000067 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 52 000067 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* 52 000067 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.336,90	1.336,90	0,00	0,00	338,00	998,90
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 48 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 48 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 48 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 48 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.580,00	-1.580,00
33903299	* 48 000004 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* 50 000006 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* 50 000006 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903630	* 52 000061 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.581,00	-2.581,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,00	-88,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,80	-107,80
33903917	* 52 000061 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 52 000061 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* 52 000061 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,00	-320,00
33903920	* 52 000061 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* 63 000056 serviços de comunicac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903949	* 63 000056 produções jornalistic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* 50 000006 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* 50 000006 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* 50 000006 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 48 000004 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 48 000004 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840,00	-1.840,00
33903999	* 48 000004 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 48 000004 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* 50 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.870,00	-1.870,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	1.390,00	1.390,00	0,00	5.610,00	1.390,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	1.390,00	1.390,00	0,00	5.610,00	1.390,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	1.390,00	1.390,00	0,00	5.610,00	1.390,00	0,00
44905206	* 00 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* 00 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* 00 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* 52 000067 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* 52 000067 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.390,00	1.390,00	0,00	0,00	1.390,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERA	120.000,00	19.000,00	0,00	0,00	139.000,00	2.810,09	2.810,09	0,00	136.189,91	3.589,64	-779,55
30000000	DESPESAS CORRENTES	105.000,00	19.000,00	0,00	0,00	124.000,00	2.810,09	2.810,09	0,00	121.189,91	3.589,64	-779,55
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.000,00	19.000,00	0,00	0,00	124.000,00	2.810,09	2.810,09	0,00	121.189,91	3.589,64	-779,55
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	105.000,00	19.000,00	0,00	0,00	124.000,00	2.810,09	2.810,09	0,00	121.189,91	3.589,64	-779,55
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178,00	178,00	0,00	0,00	0,00	178,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205,90	205,90	0,00	0,00	205,90	0,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169,00	-169,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,00	-560,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134,70	-134,70
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 00 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,27	-666,27
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,30	-666,30
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	-50,00
33903941	* 00 000000 fornecimento de alime	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	1.280,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	546,19	546,19	0,00	0,00	546,19	0,00
33903967	* 00 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* 00 000000 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	591,28	8,72
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	CONSERVACAO E REFORMA DO CENTRO DE CO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
2083	ESTUDOS SOCIOS ECONOMICOS E AUXILIO C	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	TRANSFERENCIAS A CLUBE DE IDOSOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 004

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
2085	TRANSFERENCIAS A CLUBES DE MAES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
2086	TRANSFERENCIAS A APAE	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	42.000,00	5.000,00	3.000,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	42.000,00	5.000,00	3.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	42.000,00	5.000,00	3.000,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	42.000,00	5.000,00	3.000,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	5.000,00	3.000,00
2087	TRANSFERENCIAS AO PATRONATO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	TRANSFERENCIAS A COMUNIDADE CASA ESPE	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1079	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CENTROS DE	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
1080	IMPLANTACAO DE ACADEMIAS DE GINASTICA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		356.500,00	27.500,00	0,00	0,00	384.000,00	13.826,99	13.826,99	0,00	370.173,01	22.302,31	-8.475,32

CPL Informática.

Pág. 005

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	294.500,00	27.500,00	0,00	0,00	322.000,00	12.436,99	12.436,99	0,00	309.563,01	20.912,31	-8.475,32
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	294.500,00	27.500,00	0,00	0,00	322.000,00	12.436,99	12.436,99	0,00	309.563,01	20.912,31	-8.475,32
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	67.000,00	5.000,00	3.000,00
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	5.000,00	3.000,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	219.500,00	27.500,00	0,00	0,00	247.000,00	4.436,99	4.436,99	0,00	242.563,01	15.912,31	-11.475,32
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178,00	178,00	0,00	0,00	0,00	178,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205,90	205,90	0,00	0,00	422,94	-217,04
33903007	* " 000005 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* " 000006 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	-840,00
33903007	* " 000056 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* " 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* " 000005 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* " 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* " 000067 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000056 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.342,38	-1.342,38
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000004 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000005 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000056 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000067 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000006 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169,00	-169,00
33903020	* " 000056 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000061 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000056 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000006 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000056 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000061 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000006 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000056 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,00	-560,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134,70	-134,70
33903026	* " 000056 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000061 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,45	-70,45
33903028	* " 000004 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000056 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000067 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,00	-63,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000067 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* " 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 006

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903031	* " 000056 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065,00	-1.065,00
33903044	* " 000056 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* " 000067 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* " 000067 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000004 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000005 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	0,00	90,00
33903099	* " 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.336,90	1.336,90	0,00	0,00	338,00	998,90
33903099	* " 000061 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000067 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,27	-666,27
33903203	* " 000005 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000006 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000056 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,30	-666,30
33903299	* " 000004 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* " 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* " 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* " 000061 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.580,00	-1.580,00
33903299	* " 000067 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* " 000006 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* " 000067 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903630	* " 000061 serviços médicos e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.581,00	-2.581,00
33903699	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* " 000004 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,00	-88,00
33903699	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* " 000067 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,80	-107,80
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	-50,00
33903917	* " 000061 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000061 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,00	-320,00
33903920	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903941	* " 000000 fornecimento de alim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	1.280,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00
33903947	* " 000056 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903949	* " 000056 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	546,19	546,19	0,00	0,00	546,19	0,00
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903967	* " 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* " 000006 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* " 000000 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* " 000006 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* " 000056 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	591,28	8,72

CPL Informática.

Pág. 007

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903999	* " 000004 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840,00	-1.840,00
33903999	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000061 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* " 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.870,00	-1.870,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	1.390,00	1.390,00	0,00	60.610,00	1.390,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	1.390,00	1.390,00	0,00	60.610,00	1.390,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	1.390,00	1.390,00	0,00	60.610,00	1.390,00	0,00
44905206	* " 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000061 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* " 000067 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* " 000067 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.390,00	1.390,00	0,00	0,00	1.390,00	0,00
44905235	* " 000067 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000061 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000067 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		356.500,00	27.500,00	0,00	0,00	384.000,00	13.826,99	13.826,99	0,00	370.173,01	22.302,31	-8.475,32
						Estornos até o Mes			0,00	Pagos até o Mes	22.302,31	

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVATEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Despesa FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	3.037.605,00	421.295,34	0,00	0,00	3.458.900,34	334.768,84	334.768,84	0,00	3.124.131,50	426.128,33	-91.359,49
2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	3.037.605,00	421.295,34	0,00	0,00	3.458.900,34	334.768,84	334.768,84	0,00	3.124.131,50	426.128,33	-91.359,49
10	SAÚDE	3.037.605,00	421.295,34	0,00	0,00	3.458.900,34	334.768,84	334.768,84	0,00	3.124.131,50	426.128,33	-91.359,49
301	ATENÇÃO BÁSICA	3.013.305,00	421.145,34	0,00	0,00	3.434.450,34	334.508,14	334.508,14	0,00	3.099.942,20	426.031,63	-91.523,49
0025	SAÚDE PARA TODOS	3.013.305,00	421.145,34	0,00	0,00	3.434.450,34	334.508,14	334.508,14	0,00	3.099.942,20	426.031,63	-91.523,49
2089	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL	726.005,00	207.200,00	0,00	0,00	933.205,00	69.385,54	69.385,54	0,00	863.819,46	75.064,74	-5.679,20
30000000	DESPESAS CORRENTES	726.005,00	207.200,00	0,00	0,00	933.205,00	69.385,54	69.385,54	0,00	863.819,46	75.064,74	-5.679,20
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	320.000,00	67.200,00	0,00	0,00	387.200,00	31.026,73	31.026,73	0,00	356.173,27	31.128,73	-102,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	320.000,00	67.200,00	0,00	0,00	387.200,00	31.026,73	31.026,73	0,00	356.173,27	31.128,73	-102,00
31900901	* 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	962,45	962,45	0,00	0,00	962,45	0,00
31901101	* 02 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.009,40	17.009,40	0,00	0,00	17.009,40	0,00
31901131	* 02 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	718,96	718,96	0,00	0,00	718,96	0,00
31901137	* 02 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.109,46	1.109,46	0,00	0,00	1.109,46	0,00
31901142	* 02 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* 02 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 02 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,20	400,20	0,00	0,00	502,20	-102,00
31901199	* 02 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.405,57	5.405,57	0,00	0,00	5.405,57	0,00
31901302	* 02 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.420,69	5.420,69	0,00	0,00	5.420,69	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	406.005,00	140.000,00	0,00	0,00	546.005,00	38.358,81	38.358,81	0,00	507.646,19	43.936,01	-5.577,20
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	406.005,00	140.000,00	0,00	0,00	546.005,00	38.358,81	38.358,81	0,00	507.646,19	43.936,01	-5.577,20
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.277,36	2.277,36	0,00	0,00	2.277,36	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.340,04	-3.340,04
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	797,60	797,60	0,00	0,00	0,00	797,60
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526,08	526,08	0,00	0,00	0,00	526,08
33903009	* 00 000000 material farmacológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.599,75	1.599,75	0,00	0,00	2.969,35	-1.369,60
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	651,00	651,00	0,00	0,00	0,00	651,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.254,00	1.254,00	0,00	0,00	0,00	1.254,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,00	97,00	0,00	0,00	0,00	97,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* 00 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.729,22	5.729,22	0,00	0,00	5.613,99	115,23
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.684,43	1.684,43	0,00	0,00	23,00	1.661,43
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* 02 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 00 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	432,75	432,75	0,00	0,00	2.832,97	-2.400,22
33903630	* 00 000000 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,50	-545,50
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00	290,00	0,00	0,00	150,00	140,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	969,12	969,12	0,00	0,00	1.007,50	-38,38
33903935	* 02 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,10	68,10	0,00	0,00	0,00	68,10
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.780,46	-1.780,46
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624,92	-624,92

CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* 00 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.185,06	17.185,06	0,00	0,00	21.195,99	-4.010,93
33903957	* 02 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	977,59	-977,59
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 02 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,34	97,34	0,00	0,00	97,34	0,00
33903983	* 02 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	CONSERVACAO E MANUTENCAO DO HOSPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE	1.352.300,00	4.264,34	0,00	0,00	1.356.564,34	135.163,47	135.163,47	0,00	1.221.400,87	123.169,22	11.994,25
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.342.300,00	4.264,34	0,00	0,00	1.346.564,34	135.163,47	135.163,47	0,00	1.211.400,87	123.169,22	11.994,25
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.067.300,00	0,00	0,00	0,00	1.067.300,00	85.760,25	85.760,25	0,00	981.539,75	85.760,25	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.067.300,00	0,00	0,00	0,00	1.067.300,00	85.760,25	85.760,25	0,00	981.539,75	85.760,25	0,00
31900901	* 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.084,33	1.084,33	0,00	0,00	1.084,33	0,00
31901101	* 02 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.307,16	57.307,16	0,00	0,00	57.307,16	0,00
31901131	* 02 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148,82	1.148,82	0,00	0,00	1.148,82	0,00
31901137	* 02 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.289,22	3.289,22	0,00	0,00	3.289,22	0,00
31901142	* 02 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* 02 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 02 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	936,62	936,62	0,00	0,00	936,62	0,00
31901199	* 02 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.987,18	7.987,18	0,00	0,00	7.987,18	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.006,92	14.006,92	0,00	0,00	14.006,92	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.000,00	4.264,34	0,00	0,00	279.264,34	49.403,22	49.403,22	0,00	229.861,12	37.408,97	11.994,25
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	275.000,00	4.264,34	0,00	0,00	279.264,34	49.403,22	49.403,22	0,00	229.861,12	37.408,97	11.994,25
33901414	* 12 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 12 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 12 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* 12 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.212,62	3.212,62	0,00	0,00	0,00	3.212,62
33903001	* 12 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.834,50	2.834,50	0,00	0,00	0,00	2.834,50
33903004	* 64 000008 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 64 000008 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155,98	155,98	0,00	0,00	0,00	155,98
33903010	* 12 000000 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 64 000008 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 64 000008 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168,00	168,00	0,00	0,00	0,00	168,00
33903017	* 64 000008 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 64 000008 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 64 000008 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 64 000008 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 70 000067 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* 64 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903036	* 64 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 12 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145,00	145,00	0,00	0,00	0,00	145,00
33903039	* 12 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.228,00	1.228,00	0,00	0,00	1.426,04	-198,04
33903039	* 12 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 12 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.437,77	28.437,77	0,00	0,00	29.514,48	-1.076,71
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.232,28	6.232,28	0,00	0,00	746,60	5.485,68
33903203	* 64 000008 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 12 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 12 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116,00	116,00	0,00	0,00	0,00	116,00
33903919	* 12 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 64 000008 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.752,10	-1.752,10
33903944	* 12 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903944	* 12 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444,32	-444,32
33903947	* 12 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.205,87	6.205,87	0,00	0,00	1.268,14	4.937,73
33903950	* 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957	* 12 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
33903958	* 64 000008 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.033,79	-2.033,79
33903978	* 12 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	343,70	343,70	0,00	0,00	0,00	343,70
33903981	* 12 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,50	28,50	0,00	0,00	28,50	0,00
33903995	* 12 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 12 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195,00	195,00	0,00	0,00	195,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44905208	* 00 000000 aparelhos, equipment	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	MANUTENCAO DO PROGRAMA PSF	790.000,00	194.181,00	0,00	0,00	984.181,00	100.112,00	100.112,00	0,00	884.069,00	91.891,22	8.220,78
30000000	DESPESAS CORRENTES	790.000,00	194.181,00	0,00	0,00	984.181,00	100.112,00	100.112,00	0,00	884.069,00	91.891,22	8.220,78
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	785.000,00	194.181,00	0,00	0,00	979.181,00	99.956,00	99.956,00	0,00	879.225,00	91.891,22	8.064,78
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	785.000,00	194.181,00	0,00	0,00	979.181,00	99.956,00	99.956,00	0,00	879.225,00	91.891,22	8.064,78
31900499	* 02 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.876,87	-1.876,87
31900499	* 02 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.613,22	84.613,22	0,00	0,00	74.632,61	9.980,61
31900901	* 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,96	-38,96
31900901	* 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233,76	233,76	0,00	0,00	233,76	0,00
31901302	* 02 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	* 02 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.109,02	15.109,02	0,00	0,00	15.109,02	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	156,00	156,00	0,00	4.844,00	0,00	156,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	156,00	156,00	0,00	4.844,00	0,00	156,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156,00	156,00	0,00	0,00	0,00	156,00

CPL Informática.

Pág. 004

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1093	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE	120.000,00	12.000,00	0,00	0,00	132.000,00	15.239,45	15.239,45	0,00	116.760,55	15.239,45	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00	12.000,00	0,00	0,00	132.000,00	15.239,45	15.239,45	0,00	116.760,55	15.239,45	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	120.000,00	12.000,00	0,00	0,00	132.000,00	15.239,45	15.239,45	0,00	116.760,55	15.239,45	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00	12.000,00	0,00	0,00	132.000,00	15.239,45	15.239,45	0,00	116.760,55	15.239,45	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.239,45	8.239,45	0,00	0,00	8.239,45	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905198	* 00 000000 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1094	AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	5.000,00	3.500,00	0,00	0,00	8.500,00	14.607,68	14.607,68	0,00	-6.107,68	120.667,00	-106.059,32
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	3.500,00	0,00	0,00	8.500,00	14.607,68	14.607,68	0,00	-6.107,68	120.667,00	-106.059,32
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	3.500,00	0,00	0,00	8.500,00	14.607,68	14.607,68	0,00	-6.107,68	120.667,00	-106.059,32
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	3.500,00	0,00	0,00	8.500,00	14.607,68	14.607,68	0,00	-6.107,68	120.667,00	-106.059,32
44905208	* 00 000000 aparelhos, equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.700,68	8.700,68	0,00	0,00	2.970,00	5.730,68
44905208	* 00 000000 aparelhos, equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.835,00	5.835,00	0,00	0,00	6.184,00	-349,00
44905212	* 00 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	72,00	0,00	0,00	0,00	72,00
44905212	* 00 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.153,00	-7.153,00
44905233	* 23 000055 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149,00	-149,00
44905242	* 23 000055 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.721,00	-4.721,00
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.872,50	-24.872,50
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.617,50	-74.617,50
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00
0025	SAÚDE PARA TODOS	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00
2095	MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
33903001	* 12 000015 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 12 000015 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 12 000015 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 12 000015 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 12 000015 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 12 000015 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* 12 000015 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 005

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905204	* 12 000015 aparelhos de medição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905230	* 12 000015 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.100,00	150,00	0,00	0,00	17.250,00	260,70	260,70	0,00	16.989,30	96,70	164,00
0025	SAÚDE PARA TODOS	17.100,00	150,00	0,00	0,00	17.250,00	260,70	260,70	0,00	16.989,30	96,70	164,00
2096	MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGI	17.100,00	150,00	0,00	0,00	17.250,00	260,70	260,70	0,00	16.989,30	96,70	164,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	8.550,00	150,00	0,00	0,00	8.700,00	260,70	260,70	0,00	8.439,30	96,70	164,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.550,00	150,00	0,00	0,00	8.700,00	260,70	260,70	0,00	8.439,30	96,70	164,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.550,00	150,00	0,00	0,00	8.700,00	260,70	260,70	0,00	8.439,30	96,70	164,00
33903007	* 12 000016 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 12 000016 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164,00	164,00	0,00	0,00	0,00	164,00
33903017	* 12 000016 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 12 000016 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 12 000016 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 12 000016 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 12 000016 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 12 000016 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 12 000016 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,70	96,70	0,00	0,00	96,70	0,00
33903916	* 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* 12 000016 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957	* 12 000016 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903959	* 12 000016 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* 12 000016 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00
44905212	* 12 000016 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 12 000016 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>												
TOTAL GERAL		3.037.605,00	421.295,34	0,00	0,00	3.458.900,34	334.768,84	334.768,84	0,00	3.124.131,50	426.128,33	-91.359,49

CPL Informática.

Pág. 006

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.870.455,00	405.795,34	0,00	0,00	3.276.250,34	304.921,71	304.921,71	0,00	2.971.328,63	290.221,88	14.699,83
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.172.300,00	261.381,00	0,00	0,00	2.433.681,00	216.742,98	216.742,98	0,00	2.216.938,02	208.780,20	7.962,78
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.172.300,00	261.381,00	0,00	0,00	2.433.681,00	216.742,98	216.742,98	0,00	2.216.938,02	208.780,20	7.962,78
31900499	* " 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.876,87	-1.876,87
31900499	* " 000010 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.613,22	84.613,22	0,00	0,00	74.632,61	9.980,61
31900901	* " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046,78	2.046,78	0,00	0,00	2.085,74	-38,96
31900901	* " 000010 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233,76	233,76	0,00	0,00	233,76	0,00
31901101	* " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.316,56	74.316,56	0,00	0,00	74.316,56	0,00
31901131	* " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.867,78	1.867,78	0,00	0,00	1.867,78	0,00
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.398,68	4.398,68	0,00	0,00	4.398,68	0,00
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* " 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.336,82	1.336,82	0,00	0,00	1.438,82	-102,00
31901199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.392,75	13.392,75	0,00	0,00	13.392,75	0,00
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.427,61	19.427,61	0,00	0,00	19.427,61	0,00
31901302	* " 000010 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.109,02	15.109,02	0,00	0,00	15.109,02	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	698.155,00	144.414,34	0,00	0,00	842.569,34	88.178,73	88.178,73	0,00	754.390,61	81.441,68	6.737,05
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	698.155,00	144.414,34	0,00	0,00	842.569,34	88.178,73	88.178,73	0,00	754.390,61	81.441,68	6.737,05
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.277,36	2.277,36	0,00	0,00	2.277,36	0,00
33901414	* " 000008 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000055 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.212,62	3.212,62	0,00	0,00	3.340,04	-127,42
33903001	* " 000008 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.834,50	2.834,50	0,00	0,00	0,00	2.834,50
33903001	* " 000015 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	797,60	797,60	0,00	0,00	0,00	797,60
33903004	* " 000008 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,08	682,08	0,00	0,00	0,00	682,08
33903007	* " 000008 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155,98	155,98	0,00	0,00	0,00	155,98
33903007	* " 000016 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903009	* " 000000 material farmacológi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.599,75	1.599,75	0,00	0,00	2.969,35	-1.369,60
33903010	* " 000000 material odontológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	651,00	651,00	0,00	0,00	0,00	651,00
33903016	* " 000008 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000016 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164,00	164,00	0,00	0,00	0,00	164,00
33903016	* " 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168,00	168,00	0,00	0,00	0,00	168,00
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000008 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000015 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000016 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.254,00	1.254,00	0,00	0,00	0,00	1.254,00
33903019	* " 000008 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000060 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,00	97,00	0,00	0,00	0,00	97,00
33903025	* " 000008 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 007

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903026	* " 000016 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000067 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* " 000015 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* " 000016 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000016 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* " 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.729,22	5.729,22	0,00	0,00	5.613,99	115,23
33903036	* " 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* " 000060 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829,43	1.829,43	0,00	0,00	23,00	1.806,43
33903039	* " 000008 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.228,00	1.228,00	0,00	0,00	1.426,04	-198,04
33903039	* " 000015 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* " 000016 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* " 000067 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* " 000016 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* " 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000016 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,70	96,70	0,00	0,00	96,70	0,00
33903202	* " 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	432,75	432,75	0,00	0,00	2.832,97	-2.400,22
33903202	* " 000008 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000013 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.437,77	28.437,77	0,00	0,00	29.514,48	-1.076,71
33903202	* " 000055 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000060 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000067 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.232,28	6.232,28	0,00	0,00	746,60	5.485,68
33903203	* " 000008 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903630	* " 000000 serviços médicos e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,50	-545,50
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00	290,00	0,00	0,00	150,00	140,00
33903917	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.085,12	1.085,12	0,00	0,00	1.007,50	77,62
33903919	* " 000008 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* " 000015 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903935	* " 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,10	68,10	0,00	0,00	0,00	68,10
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.780,46	-1.780,46
33903943	* " 000008 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.752,10	-1.752,10
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624,92	-624,92
33903944	* " 000008 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444,32	-444,32
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* " 000016 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* " 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.390,93	23.390,93	0,00	0,00	22.464,13	926,80
33903950	* " 000008 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* " 000055 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957	* " 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00

CPL Informática.

Pág. 008

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903957	* " 000016 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	977,59	-977,59
33903958	* " 000008 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.033,79	-2.033,79
33903959	* " 000016 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903969	* " 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	343,70	343,70	0,00	0,00	0,00	343,70
33903980	* " 000016 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,84	125,84	0,00	0,00	125,84	0,00
33903983	* " 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
33903995	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195,00	195,00	0,00	0,00	195,00	0,00
33903999	* " 000015 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* " 000015 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	167.150,00	15.500,00	0,00	0,00	182.650,00	29.847,13	29.847,13	0,00	152.802,87	135.906,45	-106.059,32
40000000	INVESTIMENTOS	167.150,00	15.500,00	0,00	0,00	182.650,00	29.847,13	29.847,13	0,00	152.802,87	135.906,45	-106.059,32
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	167.150,00	15.500,00	0,00	0,00	182.650,00	29.847,13	29.847,13	0,00	152.802,87	135.906,45	-106.059,32
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
44905191	* " 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.239,45	8.239,45	0,00	0,00	8.239,45	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905198	* " 000000 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* " 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905204	* " 000015 aparelhos de medição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905208	* " 000000 aparelhos, equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.700,68	8.700,68	0,00	0,00	2.970,00	5.730,68
44905208	* " 000055 aparelhos, equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.835,00	5.835,00	0,00	0,00	6.184,00	-349,00
44905212	* " 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	72,00	0,00	0,00	0,00	72,00
44905212	* " 000016 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000055 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.153,00	-7.153,00
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905230	* " 000015 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* " 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* " 000055 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149,00	-149,00
44905234	* " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000016 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000055 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.721,00	-4.721,00
44905252	* " 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.872,50	-24.872,50
44905252	* " 000055 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.617,50	-74.617,50
TOTAL GERAL		3.037.605,00	421.295,34	0,00	0,00	3.458.900,34	334.768,84	334.768,84	0,00	3.124.131,50	426.128,33	-91.359,49
						Estornos até o Mes		0,00	Pagos até o Mes		426.128,33	

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVATÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Despesa FUNREBOM

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNRE	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	34.070,56	34.070,56	0,00	150.329,44	41.014,45	-6.943,89
4001	FUNREBOM	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	34.070,56	34.070,56	0,00	150.329,44	41.014,45	-6.943,89
06	SEGURANÇA PÚBLICA	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	34.070,56	34.070,56	0,00	150.329,44	41.014,45	-6.943,89
182	DEFESA CIVIL	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	34.070,56	34.070,56	0,00	150.329,44	41.014,45	-6.943,89
0070	ADMINISTRAÇÃO GERAL	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	34.070,56	34.070,56	0,00	150.329,44	41.014,45	-6.943,89
2097	MANUTENCAO DO FUNREBOM	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	2.316,05	2.316,05	0,00	132.683,95	9.259,94	-6.943,89
30000000	DESPESAS CORRENTES	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.316,05	2.316,05	0,00	67.683,95	4.459,94	-2.143,89
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.316,05	2.316,05	0,00	67.683,95	4.459,94	-2.143,89
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.316,05	2.316,05	0,00	67.683,95	4.459,94	-2.143,89
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,01	-12,01
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* 00 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	190,00	0,00	0,00	1.725,70	-1.535,70
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.029,00	1.029,00	0,00	0,00	190,00	839,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	493,35	-493,35
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520,55	520,55	0,00	0,00	520,55	0,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419,00	-419,00
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314,60	-314,60
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,94	-197,94
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,29	-90,29
33903974	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	465,00	465,00	0,00	0,00	465,00	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,50	31,50	0,00	0,00	31,50	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	4.800,00	-4.800,00
44000000	INVESTIMENTOS	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	4.800,00	-4.800,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	4.800,00	-4.800,00
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.800,00	-4.800,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905299	* 00 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	TRANSFERENCIAS AO FUNREBOM	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00
1100	CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO DA SEDE	33.200,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	31.754,51	31.754,51	0,00	1.445,49	31.754,51	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	33.200,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	31.754,51	31.754,51	0,00	1.445,49	31.754,51	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	33.200,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	31.754,51	31.754,51	0,00	1.445,49	31.754,51	0,00

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	33.200,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	31.754,51	31.754,51	0,00	1.445,49	31.754,51	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.902,97	10.902,97	0,00	0,00	10.902,97	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.851,54	20.851,54	0,00	0,00	20.851,54	0,00
TOTAL GERAL		184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	34.070,56	34.070,56	0,00	150.329,44	41.014,45	-6.943,89

CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.316,05	2.316,05	0,00	67.683,95	4.459,94	-2.143,89
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.316,05	2.316,05	0,00	67.683,95	4.459,94	-2.143,89
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	2.316,05	2.316,05	0,00	67.683,95	4.459,94	-2.143,89
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,01	-12,01
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* " 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903036	* " 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	190,00	0,00	0,00	1.725,70	-1.535,70
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.029,00	1.029,00	0,00	0,00	190,00	839,00
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	493,35	-493,35
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520,55	520,55	0,00	0,00	520,55	0,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419,00	-419,00
33903912	* " 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314,60	-314,60
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,94	-197,94
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,29	-90,29
33903974	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	465,00	465,00	0,00	0,00	465,00	0,00
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,50	31,50	0,00	0,00	31,50	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	114.400,00	0,00	0,00	0,00	114.400,00	31.754,51	31.754,51	0,00	82.645,49	36.554,51	-4.800,00
44000000	INVESTIMENTOS	114.400,00	0,00	0,00	0,00	114.400,00	31.754,51	31.754,51	0,00	82.645,49	36.554,51	-4.800,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	114.400,00	0,00	0,00	0,00	114.400,00	31.754,51	31.754,51	0,00	82.645,49	36.554,51	-4.800,00
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.902,97	10.902,97	0,00	0,00	10.902,97	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.851,54	20.851,54	0,00	0,00	20.851,54	0,00
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.800,00	-4.800,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905299	* " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	34.070,56	34.070,56	0,00	150.329,44	41.014,45	-6.943,89
							Estornos até o Mes		0,00	Pagos até o Mes		41.014,45

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMINTÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Despesa PMC

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
02	GABINETE PREFEITO E VICE	307.000,00	19.320,00	0,00	0,00	326.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	303.321,14	25.029,42	-2.030,56
0201	GABINETE DO PREFEITO	307.000,00	19.320,00	0,00	0,00	326.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	303.321,14	25.029,42	-2.030,56
04	ADMINISTRAÇÃO	307.000,00	19.320,00	0,00	0,00	326.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	303.321,14	25.029,42	-2.030,56
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	307.000,00	19.320,00	0,00	0,00	326.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	303.321,14	25.029,42	-2.030,56
0006	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	307.000,00	19.320,00	0,00	0,00	326.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	303.321,14	25.029,42	-2.030,56
2004	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	307.000,00	19.320,00	0,00	0,00	326.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	303.321,14	25.029,42	-2.030,56
30000000	DESPESAS CORRENTES	307.000,00	19.320,00	0,00	0,00	326.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	303.321,14	25.029,42	-2.030,56
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	280.000,00	19.320,00	0,00	0,00	299.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	276.321,14	22.998,86	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	280.000,00	19.320,00	0,00	0,00	299.320,00	22.998,86	22.998,86	0,00	276.321,14	22.998,86	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.409,67	18.409,67	0,00	0,00	18.409,67	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	441,80	441,80	0,00	0,00	441,80	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.147,39	4.147,39	0,00	0,00	4.147,39	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	2.030,56	-2.030,56
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	2.030,56	-2.030,56
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,56	-57,56
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.973,00	-1.973,00
03	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	140.720,00	0,00	60.000,00	1.361.720,00	111.399,07	111.399,07	0,00	1.250.320,93	115.943,22	-4.544,15
0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GE	1.281.000,00	140.720,00	0,00	60.000,00	1.361.720,00	111.399,07	111.399,07	0,00	1.250.320,93	115.943,22	-4.544,15
04	ADMINISTRAÇÃO	1.281.000,00	140.720,00	0,00	60.000,00	1.361.720,00	111.399,07	111.399,07	0,00	1.250.320,93	115.943,22	-4.544,15
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	140.720,00	0,00	60.000,00	1.361.720,00	111.399,07	111.399,07	0,00	1.250.320,93	115.943,22	-4.544,15
0009	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	140.720,00	0,00	60.000,00	1.361.720,00	111.399,07	111.399,07	0,00	1.250.320,93	115.943,22	-4.544,15
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETAR	1.068.000,00	130.720,00	0,00	0,00	1.198.720,00	105.740,19	105.740,19	0,00	1.092.979,81	102.353,56	3.386,63
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.043.000,00	130.720,00	0,00	0,00	1.173.720,00	105.740,19	105.740,19	0,00	1.067.979,81	102.353,56	3.386,63
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	503.000,00	90.720,00	0,00	0,00	593.720,00	52.576,96	52.576,96	0,00	541.143,04	52.576,96	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	503.000,00	90.720,00	0,00	0,00	593.720,00	52.576,96	52.576,96	0,00	541.143,04	52.576,96	0,00
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.212,00	16.212,00	0,00	0,00	16.212,00	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.166,10	19.166,10	0,00	0,00	19.166,10	0,00
31901131	* 00 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.710,68	5.710,68	0,00	0,00	5.710,68	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.224,14	2.224,14	0,00	0,00	2.224,14	0,00
31901142	* 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* 00 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102,00	102,00	0,00	0,00	102,00	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.162,04	9.162,04	0,00	0,00	9.162,04	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	540.000,00	40.000,00	0,00	0,00	580.000,00	53.163,23	53.163,23	0,00	526.836,77	49.776,60	3.386,63
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	540.000,00	40.000,00	0,00	0,00	580.000,00	53.163,23	53.163,23	0,00	526.836,77	49.776,60	3.386,63
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.308,23	1.308,23	0,00	0,00	1.308,23	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	717,48	717,48	0,00	0,00	198,82	518,66
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	-76,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,15	84,15	0,00	0,00	669,28	-585,13
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.528,00	5.528,00	0,00	0,00	100,00	5.428,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	-35,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,45	6,45	0,00	0,00	0,00	6,45
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	-100,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156,00	156,00	0,00	0,00	0,00	156,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00
33903050	* 00 000000 bandeiras, flâmulas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903096	* 00 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	360,00	0,00	0,00	525,00	-165,00
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903639	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903645	* 00 000000 jetons a conselheiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.817,00	3.817,00	0,00	0,00	7.519,50	-3.702,50
33903696	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	790,00	790,00	0,00	0,00	790,00	0,00
33903901	* 00 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.082,43	17.082,43	0,00	0,00	5.621,20	11.461,23
33903910	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228,65	-228,65
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	650,00	650,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,80	73,80	0,00	0,00	0,00	73,80
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	-95,00
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.516,56	-1.516,56
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,12	-480,12
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.310,64	3.310,64	0,00	0,00	5.697,63	-2.386,99
33903949	* 00 000000 produções jornalistic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	-350,00
33903950	* 00 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	320,00	30,00
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.023,91	-6.023,91
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903963	* 00 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903979	* 00 000000 serviços de apoio adm	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.752,16	3.752,16	0,00	0,00	3.752,16	0,00
33903983	* 00 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	832,85	832,85	0,00	0,00	837,50	-4,65
33903988	* 00 000000 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.723,75	3.723,75	0,00	0,00	3.863,75	-140,00
33904701	* 00 000000 imposto sobre proprie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,86	82,86	0,00	0,00	82,86	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.437,43	6.437,43	0,00	0,00	5.935,43	502,00

CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
44905206	* 00 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	CONSERVACAO DO PREDIO DA PREFEITURA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	CONTRIBUICOES A ENTIDADES MUNICIPALIS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.930,78	-7.930,78
30000000	DESPESAS CORRENTES	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.930,78	-7.930,78
30000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.930,78	-7.930,78
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.930,78	-7.930,78
33503999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.930,78	-7.930,78
2008	CONTRIBUICOES A ENTIDADES E ASSOCIACIO	57.600,00	10.000,00	0,00	0,00	67.600,00	5.458,88	5.458,88	0,00	62.141,12	5.458,88	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	57.600,00	10.000,00	0,00	0,00	67.600,00	5.458,88	5.458,88	0,00	62.141,12	5.458,88	0,00
30000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.600,00	10.000,00	0,00	0,00	67.600,00	5.458,88	5.458,88	0,00	62.141,12	5.458,88	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	57.600,00	10.000,00	0,00	0,00	67.600,00	5.458,88	5.458,88	0,00	62.141,12	5.458,88	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.458,88	5.458,88	0,00	0,00	5.458,88	0,00
2010	TRANSFERENCIAS A ASSOCIACAO DE BAIRRO	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	TRANSFERENCIAS A ASSOCIACAO DE FUNCIO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	DESPESAS COM PESSOAL (CIGA)	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	0,00
31710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	0,00
31711199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,00	88,00	0,00	0,00	88,00	0,00
31711399	* 00 000000 outras obrigações pat	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,00	26,00	0,00	0,00	26,00	0,00
2014	DESPESA CORRENTE (CIGA)	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	0,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	0,00
33713999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	76,00	0,00	0,00	76,00	0,00
2015	CAPITAL (CIGA)	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	0,00
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	0,00
44715299	* 00 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00
1012	REFORMA E AMPLIACAO DO PREDIO DA PREF	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	4.305.425,00	773.207,23	0,00	1.029.458,00	4.049.174,23	301.480,67	301.480,67	0,00	3.747.693,56	289.942,05	11.538,62
0401	EDUCAÇÃO	3.922.425,00	723.407,23	0,00	982.458,00	3.663.374,23	283.017,56	283.017,56	0,00	3.380.356,67	261.697,38	21.320,18
12	EDUCAÇÃO	3.922.425,00	723.407,23	0,00	982.458,00	3.663.374,23	283.017,56	283.017,56	0,00	3.380.356,67	261.697,38	21.320,18
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	7.093,56	7.093,56	0,00	93.906,44	0,00	7.093,56
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	7.093,56	7.093,56	0,00	93.906,44	0,00	7.093,56
2016	MERENDA ESCOLAR	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	7.093,56	7.093,56	0,00	93.906,44	0,00	7.093,56
30000000	DESPESAS CORRENTES	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	7.093,56	7.093,56	0,00	93.906,44	0,00	7.093,56
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	7.093,56	7.093,56	0,00	93.906,44	0,00	7.093,56
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	7.093,56	7.093,56	0,00	93.906,44	0,00	7.093,56
33903202	* 60 000051 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675,59	675,59	0,00	0,00	0,00	675,59
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.417,97	6.417,97	0,00	0,00	0,00	6.417,97
361	ENSINO FUNDAMENTAL	3.696.425,00	673.407,23	0,00	867.458,00	3.502.374,23	275.151,25	275.151,25	0,00	3.227.222,98	260.112,30	15.038,95
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	3.696.425,00	673.407,23	0,00	867.458,00	3.502.374,23	275.151,25	275.151,25	0,00	3.227.222,98	260.112,30	15.038,95
2017	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUND	2.928.225,00	626.158,00	0,00	585.300,00	2.969.083,00	234.766,04	234.766,04	0,00	2.734.316,96	230.112,01	4.654,03
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.893.225,00	626.158,00	0,00	557.300,00	2.962.083,00	234.647,44	234.647,44	0,00	2.727.435,56	229.803,01	4.844,43
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.391.750,00	611.158,00	0,00	507.300,00	2.495.608,00	206.693,12	206.693,12	0,00	2.288.914,88	202.642,81	4.050,31
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.391.750,00	611.158,00	0,00	507.300,00	2.495.608,00	206.693,12	206.693,12	0,00	2.288.914,88	202.642,81	4.050,31
31900499	* 01 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.320,51	15.320,51	0,00	0,00	16.089,17	-768,66
31900901	* 01 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.847,83	2.847,83	0,00	0,00	2.828,35	19,48
31901101	* 01 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.227,90	92.227,90	0,00	0,00	89.884,03	2.343,87
31901131	* 01 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.085,57	29.085,57	0,00	0,00	28.836,41	249,16
31901137	* 01 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.423,00	10.423,00	0,00	0,00	10.349,94	73,06
31901142	* 01 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855,02	855,02	0,00	0,00	0,00	855,02
31901143	* 18 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502,82	502,82	0,00	0,00	0,00	502,82
31901145	* 01 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,97	650,97	0,00	0,00	0,00	650,97
31901199	* 01 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.412,79	20.412,79	0,00	0,00	20.288,20	124,59
31901302	* 01 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.366,71	34.366,71	0,00	0,00	34.366,71	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	501.475,00	15.000,00	0,00	50.000,00	466.475,00	27.954,32	27.954,32	0,00	438.520,68	27.160,20	794,12
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	501.475,00	15.000,00	0,00	50.000,00	466.475,00	27.954,32	27.954,32	0,00	438.520,68	27.160,20	794,12
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.973,52	6.973,52	0,00	0,00	6.030,60	942,92
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	718,00	718,00	0,00	0,00	718,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903014	* 19 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103,65	-103,65
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,00	-130,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 01 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00	0,00	0,00	1.320,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596,00	596,00	0,00	0,00	793,70	-197,70
33903044	* 01 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903046	* 00 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137,20	-137,20

CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903201	* 01 000000 livros didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 01 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903607	* 00 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.788,00	4.788,00	0,00	0,00	4.788,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.100,00	4.100,00	0,00	0,00	0,00	4.100,00
33903901	* 00 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102,60	-102,60
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335,00	335,00	0,00	0,00	35,00	300,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	717,50	717,50	0,00	0,00	793,00	-75,50
33903920	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903926	* 00 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	1.368,00	0,00	0,00	1.368,00	0,00
33903935	* 00 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	868,30	868,30	0,00	0,00	868,30	0,00
33903943	* 19 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.428,67	-5.428,67
33903944	* 19 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.596,41	-3.596,41
33903949	* 00 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	-60,00
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	-380,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227,07	-227,07
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903969	* 01 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903974	* 19 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983	* 00 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430,00	-430,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909247	* 00 000000 obrigações tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00	570,00	0,00	0,00	570,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	118,60	118,60	0,00	6.881,40	309,00	-190,40
44000000	INVESTIMENTOS	35.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	118,60	118,60	0,00	6.881,40	309,00	-190,40
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	118,60	118,60	0,00	6.881,40	309,00	-190,40
44905212	* 00 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,60	118,60	0,00	0,00	0,00	118,60
44905233	* 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905257	* 00 000000 acessórios para autom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309,00	-309,00
2019	MATERIAL ESCOLAR	35.000,00	0,00	0,00	6.158,00	28.842,00	0,00	0,00	0,00	28.842,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	35.000,00	0,00	0,00	6.158,00	28.842,00	0,00	0,00	0,00	28.842,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.000,00	0,00	0,00	6.158,00	28.842,00	0,00	0,00	0,00	28.842,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	6.158,00	28.842,00	0,00	0,00	0,00	28.842,00	0,00	0,00
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	TRANSPORTE ESCOLAR/MANUTENÇÃO EDUCAÇÃ	428.200,00	47.249,23	0,00	0,00	475.449,23	40.385,21	40.385,21	0,00	435.064,02	30.000,29	10.384,92
30000000	DESPESAS CORRENTES	428.200,00	47.249,23	0,00	0,00	475.449,23	40.385,21	40.385,21	0,00	435.064,02	30.000,29	10.384,92
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	428.200,00	47.249,23	0,00	0,00	475.449,23	40.385,21	40.385,21	0,00	435.064,02	30.000,29	10.384,92
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	428.200,00	47.249,23	0,00	0,00	475.449,23	40.385,21	40.385,21	0,00	435.064,02	30.000,29	10.384,92
33903024	* 22 000049 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.210,00	2.210,00	0,00	0,00	0,00	2.210,00
33903039	* 22 000049 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.136,12	4.136,12	0,00	0,00	1.232,00	2.904,12
33903916	* 22 000049 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 22 000049 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.685,00	1.685,00	0,00	0,00	786,00	899,00
33903920	* 22 000049 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903926	* 22 000049 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,13	-457,13
33903926	* 22 000049 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.298,65	5.298,65	0,00	0,00	5.344,29	-45,64

CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903926	* 22 000049 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.055,44	27.055,44	0,00	0,00	22.180,87	4.874,57
2022	CONSERVACAO, AQUISICAO DE MAQUINAS E	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	CONSERVACAO E REFORMA DE ESPACOS EDUC	30.000,00	0,00	0,00	27.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	27.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	27.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	27.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
1021	AQUISICAO DE VEICULOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1025	CONSTRUCAO E REFORMA DE ABRIGOS PARA	10.000,00	0,00	0,00	9.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	9.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	9.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	9.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
1027	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS EDU	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1028	CENTROS DE INCLUSAO DIGITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	125.000,00	50.000,00	0,00	115.000,00	60.000,00	772,75	772,75	0,00	59.227,25	1.585,08	-812,33
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	125.000,00	50.000,00	0,00	115.000,00	60.000,00	772,75	772,75	0,00	59.227,25	1.585,08	-812,33
2018	MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	772,75	772,75	0,00	4.227,25	1.585,08	-812,33
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	15.000,00	5.000,00	772,75	772,75	0,00	4.227,25	1.585,08	-812,33
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	772,75	772,75	0,00	4.227,25	1.585,08	-812,33
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	772,75	772,75	0,00	4.227,25	1.585,08	-812,33
33903017	* 01 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 01 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 01 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 01 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	853,38	-853,38
33903639	* 01 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,70	-41,70
33903919	* 01 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,00	-190,00
33903999	* 01 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	772,75	772,75	0,00	0,00	500,00	272,75
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1029	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CRECHES	100.000,00	50.000,00	0,00	95.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	50.000,00	0,00	95.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	50.000,00	0,00	95.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	50.000,00	0,00	95.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00
0402	DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	840,00	840,00	0,00	9.160,00	886,20	-46,20
12	EDUCAÇÃO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	840,00	840,00	0,00	9.160,00	886,20	-46,20

CPL Informática.

Pág. 007

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	840,00	840,00	0,00	9.160,00	886,20	-46,20
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	840,00	840,00	0,00	9.160,00	886,20	-46,20
2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO M	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	840,00	840,00	0,00	9.160,00	886,20	-46,20
30000000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	840,00	840,00	0,00	9.160,00	886,20	-46,20
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	840,00	840,00	0,00	9.160,00	886,20	-46,20
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	840,00	840,00	0,00	9.160,00	886,20	-46,20
33903926	* 00 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	840,00	0,00	0,00	886,20	-46,20
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0403	DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR	60.000,00	40.000,00	0,00	0,00	100.000,00	5.646,58	5.646,58	0,00	94.353,42	3.807,89	1.838,69
12	EDUCAÇÃO	60.000,00	40.000,00	0,00	0,00	100.000,00	5.646,58	5.646,58	0,00	94.353,42	3.807,89	1.838,69
364	ENSINO SUPERIOR	60.000,00	40.000,00	0,00	0,00	100.000,00	5.646,58	5.646,58	0,00	94.353,42	3.807,89	1.838,69
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	60.000,00	40.000,00	0,00	0,00	100.000,00	5.646,58	5.646,58	0,00	94.353,42	3.807,89	1.838,69
2024	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	60.000,00	40.000,00	0,00	0,00	100.000,00	5.646,58	5.646,58	0,00	94.353,42	3.807,89	1.838,69
30000000	DESPESAS CORRENTES	60.000,00	40.000,00	0,00	0,00	100.000,00	5.646,58	5.646,58	0,00	94.353,42	3.807,89	1.838,69
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000,00	40.000,00	0,00	0,00	100.000,00	5.646,58	5.646,58	0,00	94.353,42	3.807,89	1.838,69
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	200,00	200,00	0,00	9.800,00	360,00	-160,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	360,00	-160,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	40.000,00	0,00	0,00	90.000,00	5.446,58	5.446,58	0,00	84.553,42	3.447,89	1.998,69
33903926	* 00 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.446,58	5.446,58	0,00	0,00	3.447,89	1.998,69
0404	DIVISÃO DE ESPORTES	223.000,00	0,00	0,00	27.000,00	196.000,00	4.624,06	4.624,06	0,00	191.375,94	15.149,76	-10.525,70
27	DESPORTO E LAZER	223.000,00	0,00	0,00	27.000,00	196.000,00	4.624,06	4.624,06	0,00	191.375,94	15.149,76	-10.525,70
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	223.000,00	0,00	0,00	27.000,00	196.000,00	4.624,06	4.624,06	0,00	191.375,94	15.149,76	-10.525,70
0021	ESPORTE É VIDA	223.000,00	0,00	0,00	27.000,00	196.000,00	4.624,06	4.624,06	0,00	191.375,94	15.149,76	-10.525,70
2035	APOIO AO ESPORTE AMADOR	178.000,00	0,00	0,00	0,00	178.000,00	4.624,06	4.624,06	0,00	173.375,94	15.149,76	-10.525,70
30000000	DESPESAS CORRENTES	178.000,00	0,00	0,00	0,00	178.000,00	4.624,06	4.624,06	0,00	173.375,94	15.149,76	-10.525,70
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	98.000,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00	1.486,29	1.486,29	0,00	96.513,71	1.486,29	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	98.000,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00	1.486,29	1.486,29	0,00	96.513,71	1.486,29	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.415,51	1.415,51	0,00	0,00	1.415,51	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,78	70,78	0,00	0,00	70,78	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	3.137,77	3.137,77	0,00	76.862,23	13.663,47	-10.525,70
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	3.137,77	3.137,77	0,00	76.862,23	13.663,47	-10.525,70
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.643,93	1.643,93	0,00	0,00	0,00	1.643,93
33903014	* 00 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,79	-110,79
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.501,30	-1.501,30
33903622	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.540,27	-3.540,27
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492,90	-492,90
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113,89	-113,89
33903980	* 00 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.493,84	1.493,84	0,00	0,00	7.904,32	-6.410,48

CPL Informática.

Pág. 008

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
2036	CONSERVACAO DE ESPACOS DE ESPORTES E	20.000,00	0,00	0,00	7.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	7.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	7.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	7.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1034	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS ESP	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
0405	DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO	90.000,00	9.800,00	0,00	20.000,00	79.800,00	7.352,47	7.352,47	0,00	72.447,53	8.400,82	-1.048,35
13	CULTURA	50.000,00	9.800,00	0,00	0,00	59.800,00	6.752,47	6.752,47	0,00	53.047,53	6.345,09	407,38
392	DIFUSÃO CULTURAL	50.000,00	9.800,00	0,00	0,00	59.800,00	6.752,47	6.752,47	0,00	53.047,53	6.345,09	407,38
0049	CATANDUVAS E NOSSA HISTÓRIA	50.000,00	9.800,00	0,00	0,00	59.800,00	6.752,47	6.752,47	0,00	53.047,53	6.345,09	407,38
2030	MANUTENCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS E	45.000,00	9.800,00	0,00	0,00	54.800,00	6.752,47	6.752,47	0,00	48.047,53	6.345,09	407,38
30000000	DESPESAS CORRENTES	40.000,00	9.800,00	0,00	0,00	49.800,00	6.752,47	6.752,47	0,00	43.047,53	6.345,09	407,38
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00	9.800,00	0,00	0,00	49.800,00	6.752,47	6.752,47	0,00	43.047,53	6.345,09	407,38
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00	9.800,00	0,00	0,00	49.800,00	6.752,47	6.752,47	0,00	43.047,53	6.345,09	407,38
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	403,17	403,17	0,00	0,00	0,00	403,17
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,00	-44,00
33903616	* 00 000000 locação de bens móvei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	100,00	-50,00
33903904	* 00 000000 direitos autorais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903914	* 00 000000 locação de bens móvei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,92	-171,92
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,20	-108,20
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,59	-200,59
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.299,30	6.299,30	0,00	0,00	5.720,38	578,92
33909231	* 00 000000 premiações culturais,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905257	* 00 000000 acessórios para autom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	CONSERVACAO DE ESPACOS CULTURAIS E AR	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
24	COMUNICAÇÕES	40.000,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	2.055,73	-1.455,73

CPL Informática.

Pág. 009

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
722	TELECOMUNICAÇÕES	40.000,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	2.055,73	-1.455,73
0016	RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV	40.000,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	2.055,73	-1.455,73
2031	MANUTENCAO DE REPETIDORAS DE SINAIS D	40.000,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	2.055,73	-1.455,73
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	2.055,73	-1.455,73
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	2.055,73	-1.455,73
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	2.055,73	-1.455,73
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	1.200,00	-600,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855,73	-855,73
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	3.373.070,00	245.860,00	0,00	177.500,00	3.441.430,00	532.880,61	532.880,61	16.000,00	2.908.549,39	478.940,28	53.940,33
0601	SERVIÇOS URBANOS	1.125.450,00	20.000,00	0,00	97.000,00	1.048.450,00	56.952,07	56.952,07	0,00	991.497,93	67.113,17	-10.161,10
15	URBANISMO	1.022.000,00	20.000,00	0,00	97.000,00	945.000,00	56.632,75	56.632,75	0,00	888.367,25	67.113,17	-10.480,42
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	529.500,00	20.000,00	0,00	80.500,00	469.000,00	56.082,75	56.082,75	0,00	412.917,25	39.345,81	16.736,94
0046	URBANIZAÇÃO DE VIAS	529.500,00	20.000,00	0,00	80.500,00	469.000,00	56.082,75	56.082,75	0,00	412.917,25	39.345,81	16.736,94
2039	CONSERVACAO DE REDES PLUVIAIS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	480,00	480,00	0,00	19.520,00	427,20	52,80
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	480,00	480,00	0,00	19.520,00	427,20	52,80
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	480,00	480,00	0,00	19.520,00	427,20	52,80
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	480,00	480,00	0,00	19.520,00	427,20	52,80
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	427,20	52,80
2044	CONSERVACAO DA SINALIZACAO DAS VIAS P	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
1037	PAVIMENTACAO DE RUAS ESTRADAS E PASSE	96.000,00	0,00	0,00	12.000,00	84.000,00	55.602,75	55.602,75	0,00	28.397,25	38.918,61	16.684,14
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	96.000,00	0,00	0,00	12.000,00	84.000,00	55.602,75	55.602,75	0,00	28.397,25	38.918,61	16.684,14
44000000	INVESTIMENTOS	96.000,00	0,00	0,00	12.000,00	84.000,00	55.602,75	55.602,75	0,00	28.397,25	38.918,61	16.684,14
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	96.000,00	0,00	0,00	12.000,00	84.000,00	55.602,75	55.602,75	0,00	28.397,25	38.918,61	16.684,14
44905198	* 24 000054 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.387,50	50.387,50	0,00	0,00	33.703,36	16.684,14
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.215,25	5.215,25	0,00	0,00	5.215,25	0,00
1042	CONSTRUCAO DA PASSARELA/VIADUTO SOBRE	170.000,00	20.000,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00	20.000,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	170.000,00	20.000,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	170.000,00	20.000,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00
44905180	* 00 000000 estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1043	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE PASSEIOS, P	22.000,00	0,00	0,00	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	22.000,00	0,00	0,00	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	22.000,00	0,00	0,00	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	22.000,00	0,00	0,00	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
1046	CONSTRUCAO DE SANITARIOS PUBLICOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1047	CONSTRUCAO E REFORMA ABRIGOS DE PASSA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1049	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE GALERIAS PL	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00	0,00	141.500,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1050	CONSTRUCAO DE CENTROS DE CONVIVENCIA	50.000,00	0,00	0,00	48.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	48.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	48.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	48.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
452	SERVIÇOS URBANOS	492.500,00	0,00	0,00	16.500,00	476.000,00	550,00	550,00	0,00	475.450,00	27.767,36	-27.217,36
0031	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	492.500,00	0,00	0,00	16.500,00	476.000,00	550,00	550,00	0,00	475.450,00	27.767,36	-27.217,36
2038	LIMPEZA E ILUMINACAO PUBLICA	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	550,00	550,00	0,00	449.450,00	27.767,36	-27.217,36
30000000	DESPESAS CORRENTES	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	550,00	550,00	0,00	449.450,00	27.767,36	-27.217,36
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	550,00	550,00	0,00	449.450,00	27.767,36	-27.217,36
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	550,00	550,00	0,00	449.450,00	27.767,36	-27.217,36
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.210,10	-10.210,10
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,00	550,00	0,00	0,00	60,50	489,50
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.496,76	-17.496,76
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1041	CONSTRUCAO DA GARAGEM DAS MAQUINAS E	17.500,00	0,00	0,00	16.500,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	17.500,00	0,00	0,00	16.500,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	17.500,00	0,00	0,00	16.500,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	17.500,00	0,00	0,00	16.500,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
16	HABITAÇÃO	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	319,32	0,00	103.130,68	0,00	319,32
482	HABITAÇÃO URBANA	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	319,32	0,00	103.130,68	0,00	319,32
0061	MORAR MELHOR	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	319,32	0,00	103.130,68	0,00	319,32
1040	AQUISICAO DE TERRENO E CONSTRUCAO DE	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	319,32	0,00	103.130,68	0,00	319,32
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	319,32	0,00	103.130,68	0,00	319,32
44000000	INVESTIMENTOS	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	319,32	0,00	103.130,68	0,00	319,32
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	319,32	319,32	0,00	103.130,68	0,00	319,32
44905193	* 00 000000 benfeitorias em propr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319,32	319,32	0,00	0,00	0,00	319,32
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES	1.349.120,00	147.960,00	0,00	0,00	1.497.080,00	151.266,87	151.266,87	0,00	1.345.813,13	118.490,38	32.776,49
26	TRANSPORTE	1.349.120,00	147.960,00	0,00	0,00	1.497.080,00	151.266,87	151.266,87	0,00	1.345.813,13	118.490,38	32.776,49
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.349.120,00	147.960,00	0,00	0,00	1.497.080,00	151.266,87	151.266,87	0,00	1.345.813,13	118.490,38	32.776,49
0039	ESTRADAS VICINAIS	1.349.120,00	147.960,00	0,00	0,00	1.497.080,00	151.266,87	151.266,87	0,00	1.345.813,13	118.490,38	32.776,49
2051	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	1.289.120,00	147.960,00	0,00	0,00	1.437.080,00	139.806,33	139.806,33	0,00	1.297.273,67	118.490,38	21.315,95

CPL Informática.

Pág. 011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.289.120,00	147.960,00	0,00	0,00	1.437.080,00	139.806,33	139.806,33	0,00	1.297.273,67	118.490,38	21.315,95
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	680.000,00	147.960,00	0,00	0,00	827.960,00	65.726,10	65.726,10	0,00	762.233,90	65.726,10	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	680.000,00	147.960,00	0,00	0,00	827.960,00	65.726,10	65.726,10	0,00	762.233,90	65.726,10	0,00
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.881,29	16.881,29	0,00	0,00	16.881,29	0,00
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	328,00	328,00	0,00	0,00	328,00	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.111,04	26.111,04	0,00	0,00	26.111,04	0,00
31901131	* 00 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,46	377,46	0,00	0,00	377,46	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.218,09	3.218,09	0,00	0,00	3.218,09	0,00
31901142	* 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901143	* 00 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.597,77	6.597,77	0,00	0,00	6.597,77	0,00
31901301	* 00 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93,30	93,30	0,00	0,00	93,30	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.119,15	12.119,15	0,00	0,00	12.119,15	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	609.120,00	0,00	0,00	0,00	609.120,00	74.080,23	74.080,23	0,00	535.039,77	52.764,28	21.315,95
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	609.120,00	0,00	0,00	0,00	609.120,00	74.080,23	74.080,23	0,00	535.039,77	52.764,28	21.315,95
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.998,59	25.998,59	0,00	0,00	4.341,86	21.656,73
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	76,00	0,00	0,00	76,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301,52	301,52	0,00	0,00	441,00	-139,48
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198,00	198,00	0,00	0,00	0,00	198,00
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 16 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,48	41,48	0,00	0,00	112,17	-70,69
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.558,64	3.558,64	0,00	0,00	244,96	3.313,68
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,72	69,72	0,00	0,00	0,00	69,72
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,32	999,32	0,00	0,00	0,00	999,32
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	22.901,42	-8.901,42
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903042	* 00 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	522,20	522,20	0,00	0,00	0,00	522,20
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760,00	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	-120,00
33903620	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903639	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	380,00	0,00	0,00	0,00	380,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,00	-84,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00	0,00	75,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103,29	103,29	0,00	0,00	103,29	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.896,50	10.896,50	0,00	0,00	6.945,00	3.951,50
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903921	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604,99	604,99	0,00	0,00	765,20	-160,21
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.395,42	-1.395,42
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.089,22	-2.089,22
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903974	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.012,01	13.012,01	0,00	0,00	10.232,81	2.779,20
33903974	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.352,79	2.352,79	0,00	0,00	2.711,77	-358,98
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,98	-69,98
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,18	130,18	0,00	0,00	130,18	0,00
2053	CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	8.870,14	8.870,14	0,00	16.129,86	0,00	8.870,14
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	8.870,14	8.870,14	0,00	16.129,86	0,00	8.870,14
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	8.870,14	8.870,14	0,00	16.129,86	0,00	8.870,14
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	8.870,14	8.870,14	0,00	16.129,86	0,00	8.870,14
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.870,14	8.870,14	0,00	0,00	0,00	8.870,14
1052	CONSTRUCAO DE PONTES E BOEIROS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	2.590,40	2.590,40	0,00	32.409,60	0,00	2.590,40
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	2.590,40	2.590,40	0,00	32.409,60	0,00	2.590,40
44000000	INVESTIMENTOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	2.590,40	2.590,40	0,00	32.409,60	0,00	2.590,40
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	2.590,40	2.590,40	0,00	32.409,60	0,00	2.590,40
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.590,40	2.590,40	0,00	0,00	0,00	2.590,40
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603	DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	346.500,00	55.400,00	0,00	80.500,00	321.400,00	115.384,29	115.384,29	0,00	206.015,71	111.394,29	3.990,00
11	TRABALHO	346.500,00	55.400,00	0,00	80.500,00	321.400,00	115.384,29	115.384,29	0,00	206.015,71	111.394,29	3.990,00
334	FOMENTO AO TRABALHO	346.500,00	55.400,00	0,00	80.500,00	321.400,00	115.384,29	115.384,29	0,00	206.015,71	111.394,29	3.990,00
0060	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	346.500,00	55.400,00	0,00	80.500,00	321.400,00	115.384,29	115.384,29	0,00	206.015,71	111.394,29	3.990,00
2054	INCENTIVO CRIACAO DE COOPERATIVAS COM	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	APOIO A EMPRESAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33600000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1056	GALPAO DESTINADO A INCUBADORA DE EMPR	27.000,00	0,00	0,00	25.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00	0,00	0,00	25.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	27.000,00	0,00	0,00	25.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	25.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
1057	TERRENO PARA DISTRITO INDUSTRIAL	16.000,00	0,00	0,00	15.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	16.000,00	0,00	0,00	15.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	16.000,00	0,00	0,00	15.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	16.000,00	0,00	0,00	15.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
1058	INFRAESTRUTURA EM AREAS DE TERRA DIST	22.000,00	50.400,00	0,00	0,00	72.400,00	53.871,22	53.871,22	0,00	18.528,78	53.871,22	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	22.000,00	50.400,00	0,00	0,00	72.400,00	53.871,22	53.871,22	0,00	18.528,78	53.871,22	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	22.000,00	50.400,00	0,00	0,00	72.400,00	53.871,22	53.871,22	0,00	18.528,78	53.871,22	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	22.000,00	50.400,00	0,00	0,00	72.400,00	53.871,22	53.871,22	0,00	18.528,78	53.871,22	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.871,22	3.871,22	0,00	0,00	3.871,22	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
1060	URBANIZACAO DA CHACARA FRITZ	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00
1062	REMODELACAO E REFORMA TERMINAL RODOVI	239.500,00	5.000,00	0,00	25.000,00	219.500,00	61.513,07	61.513,07	0,00	157.986,93	57.523,07	3.990,00

CPL Informática.

Pág. 013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	239.500,00	5.000,00	0,00	25.000,00	219.500,00	61.513,07	61.513,07	0,00	157.986,93	57.523,07	3.990,00
44000000	INVESTIMENTOS	239.500,00	5.000,00	0,00	25.000,00	219.500,00	61.513,07	61.513,07	0,00	157.986,93	57.523,07	3.990,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	239.500,00	5.000,00	0,00	25.000,00	219.500,00	61.513,07	61.513,07	0,00	157.986,93	57.523,07	3.990,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.750,00	23.750,00	0,00	0,00	23.750,00	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.773,07	33.773,07	0,00	0,00	33.773,07	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.990,00	3.990,00	0,00	0,00	0,00	3.990,00
0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	552.000,00	22.500,00	0,00	0,00	574.500,00	209.277,38	209.277,38	16.000,00	365.222,62	181.942,44	27.334,94
20	AGRICULTURA	552.000,00	22.500,00	0,00	0,00	574.500,00	209.277,38	209.277,38	16.000,00	365.222,62	181.942,44	27.334,94
606	EXTENÇÃO RURAL	552.000,00	22.500,00	0,00	0,00	574.500,00	209.277,38	209.277,38	16.000,00	365.222,62	181.942,44	27.334,94
0048	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	552.000,00	22.500,00	0,00	0,00	574.500,00	209.277,38	209.277,38	16.000,00	365.222,62	181.942,44	27.334,94
2063	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARI	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	3.477,38	3.477,38	0,00	241.522,62	6.442,44	-2.965,06
30000000	DESPESAS CORRENTES	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	3.477,38	3.477,38	0,00	241.522,62	6.442,44	-2.965,06
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	2.940,38	2.940,38	0,00	47.059,62	2.940,38	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	2.940,38	2.940,38	0,00	47.059,62	2.940,38	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051,85	2.051,85	0,00	0,00	2.051,85	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102,59	102,59	0,00	0,00	102,59	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785,94	785,94	0,00	0,00	785,94	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	537,00	537,00	0,00	194.463,00	3.502,06	-2.965,06
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	185.000,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00	537,00	537,00	0,00	184.463,00	3.502,06	-2.965,06
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
33903018	* 00 000000 materiais e medicamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,58	-485,58
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,00	37,00	0,00	0,00	0,00	37,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903639	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	269,00	-269,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.590,38	-2.590,38
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157,10	-157,10
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064	AQUISICAO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQU	291.000,00	16.000,00	0,00	0,00	307.000,00	205.800,00	205.800,00	16.000,00	101.200,00	175.500,00	30.300,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	291.000,00	16.000,00	0,00	0,00	307.000,00	205.800,00	205.800,00	16.000,00	101.200,00	175.500,00	30.300,00
44000000	INVESTIMENTOS	291.000,00	16.000,00	0,00	0,00	307.000,00	205.800,00	205.800,00	16.000,00	101.200,00	175.500,00	30.300,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	291.000,00	16.000,00	0,00	0,00	307.000,00	205.800,00	205.800,00	16.000,00	101.200,00	175.500,00	30.300,00
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905228	* 00 000000 máquinas e equipment	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.615,25	11.615,25	0,00	0,00	0,00	11.615,25

CPL Informática.

Pág. 014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905228	* 00 000000 máquinas e equipment	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.384,75	12.384,75	0,00	0,00	0,00	12.384,75
44905240	* 00 000000 máquinas e equipment	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* 00 000000 máquinas e equipment	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* 00 000000 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* 00 000000 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.800,00	105.800,00	16.000,00	0,00	15.500,00	90.300,00
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	60.000,00	16.000,00
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	-100.000,00
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1065	IMP. POCOS ARTESIANOS/ACUDES/AGRO IND	1.000,00	6.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	6.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	1.000,00	6.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	6.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1066	GARAGENS E SEDES DESTINADAS AO ABRIGO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1067	DEPOSITOS DE ADUBO ORGANICO NA AREA A	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.105.000,00	6.200,00	0,00	103.000,00	1.008.200,00	71.240,54	71.240,54	0,00	936.959,46	71.040,59	199,95
0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.105.000,00	6.200,00	0,00	103.000,00	1.008.200,00	71.240,54	71.240,54	0,00	936.959,46	71.040,59	199,95
06	SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	621,62	621,62	0,00	69.378,38	421,67	199,95
181	POLICIAMENTO	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	621,62	621,62	0,00	69.378,38	421,67	199,95
0032	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	621,62	621,62	0,00	69.378,38	421,67	199,95
2069	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
2070	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	621,62	621,62	0,00	39.378,38	421,67	199,95
30000000	DESPESAS CORRENTES	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	621,62	621,62	0,00	29.378,38	421,67	199,95
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	621,62	621,62	0,00	29.378,38	421,67	199,95
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	621,62	621,62	0,00	29.378,38	421,67	199,95
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,12	300,12	0,00	0,00	0,00	300,12
33903027	* 00 000000 material de manobra e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201,50	201,50	0,00	0,00	201,50	0,00

CPL Informática.

Pág. 015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	120,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,17	-100,17
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.035.000,00	6.200,00	0,00	103.000,00	938.200,00	70.618,92	70.618,92	0,00	867.581,08	70.618,92	0,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	635.000,00	6.200,00	0,00	0,00	641.200,00	35.499,66	35.499,66	0,00	605.700,34	35.499,66	0,00
0069	ENCARGOS ESPECIAIS	635.000,00	6.200,00	0,00	0,00	641.200,00	35.499,66	35.499,66	0,00	605.700,34	35.499,66	0,00
0071	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	220.000,00	6.200,00	0,00	0,00	226.200,00	17.027,84	17.027,84	0,00	209.172,16	17.027,84	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	220.000,00	6.200,00	0,00	0,00	226.200,00	17.027,84	17.027,84	0,00	209.172,16	17.027,84	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	6.200,00	0,00	0,00	226.200,00	17.027,84	17.027,84	0,00	209.172,16	17.027,84	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	220.000,00	6.200,00	0,00	0,00	226.200,00	17.027,84	17.027,84	0,00	209.172,16	17.027,84	0,00
31900101	* 00 000000 proventos pessoal civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.078,60	15.078,60	0,00	0,00	15.078,60	0,00
31900106	* 00 000000 13° salário pessoal c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900301	* 00 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,24	1.949,24	0,00	0,00	1.949,24	0,00
0073	CONTRIBUICAO AO PASEP	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	15.879,56	15.879,56	0,00	149.120,44	15.879,56	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	15.879,56	15.879,56	0,00	149.120,44	15.879,56	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	15.879,56	15.879,56	0,00	149.120,44	15.879,56	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	15.879,56	15.879,56	0,00	149.120,44	15.879,56	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	312,54	312,54	0,00	0,00	312,54	0,00
33904712	* 00 000000 contribuição para o P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.567,02	15.567,02	0,00	0,00	15.567,02	0,00
0074	SENTENCAS JUDICIAIS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	2.592,26	2.592,26	0,00	247.407,74	2.592,26	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	2.592,26	2.592,26	0,00	247.407,74	2.592,26	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
31909103	* 00 000000 precatórios inativo c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31909115	* 00 000000 sentenças judiciais d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.592,26	2.592,26	0,00	0,00	2.592,26	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.592,26	2.592,26	0,00	0,00	2.592,26	0,00
33909115	* 00 000000 sentenças judiciais d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.592,26	2.592,26	0,00	0,00	2.592,26	0,00
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	400.000,00	0,00	0,00	103.000,00	297.000,00	35.119,26	35.119,26	0,00	261.880,74	35.119,26	0,00
0069	ENCARGOS ESPECIAIS	400.000,00	0,00	0,00	103.000,00	297.000,00	35.119,26	35.119,26	0,00	261.880,74	35.119,26	0,00
0072	AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA FUND	400.000,00	0,00	0,00	103.000,00	297.000,00	35.119,26	35.119,26	0,00	261.880,74	35.119,26	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	200.000,00	0,00	0,00	60.000,00	140.000,00	17.125,87	17.125,87	0,00	122.874,13	17.125,87	0,00
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	60.000,00	140.000,00	17.125,87	17.125,87	0,00	122.874,13	17.125,87	0,00
32900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	60.000,00	140.000,00	17.125,87	17.125,87	0,00	122.874,13	17.125,87	0,00
32902102	* 00 000000 juros da dívida contr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.322,63	4.322,63	0,00	0,00	4.322,63	0,00
32902202	* 00 000000 outros encargos da dí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.803,24	12.803,24	0,00	0,00	12.803,24	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0,00	0,00	43.000,00	157.000,00	17.993,39	17.993,39	0,00	139.006,61	17.993,39	0,00
46000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	43.000,00	157.000,00	17.993,39	17.993,39	0,00	139.006,61	17.993,39	0,00
46900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	43.000,00	157.000,00	17.993,39	17.993,39	0,00	139.006,61	17.993,39	0,00
46907102	* 00 000000 amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.993,39	17.993,39	0,00	0,00	17.993,39	0,00
08	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	6.201,54	13.133,38
0801	SANEAMENTO BASICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	6.201,54	13.133,38
17	SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	6.201,54	13.133,38
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	6.201,54	13.133,38
0070	SANEAMENTO BASICO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	6.201,54	13.133,38

CPL Informática.

Pág. 016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
2099	MANUT DA LIMP URBANA E MANEJO DE RESI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	588,42	18.746,50
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	588,42	18.746,50
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	588,42	18.746,50
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	588,42	18.746,50
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	588,42	18.746,50
2100	MANUT DO ABASTEC DE AGUA POTAVEL E ES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1081	EXEC E AMP DE REDES E GALERIAS P DREN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.613,12	-5.613,12
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.613,12	-5.613,12
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.613,12	-5.613,12
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.613,12	-5.613,12
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.613,12	-5.613,12
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
2999	Reserva de Contingência	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
90000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99990000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		10.386.495,00	1.185.307,23	0,00	1.369.958,00	10.201.844,23	1.059.334,67	1.059.334,67	16.000,00	9.142.509,56	987.097,10	72.237,57

CPL Informática.

Pág. 017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	8.212.425,00	1.037.407,23	0,00	668.458,00	8.581.374,23	652.165,78	652.165,78	0,00	7.929.208,45	636.931,49	15.234,29
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.489.118,00	875.358,00	0,00	522.300,00	4.842.176,00	369.563,55	369.563,55	0,00	4.472.612,45	365.513,24	4.050,31
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	0,00
31711199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,00	88,00	0,00	0,00	88,00	0,00
31711399	* " 000000 outras obrigações pa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,00	26,00	0,00	0,00	26,00	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.487.750,00	875.358,00	0,00	522.300,00	4.840.808,00	369.449,55	369.449,55	0,00	4.471.358,45	365.399,24	4.050,31
31900101	* " 000000 proventos pessoal ci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.078,60	15.078,60	0,00	0,00	15.078,60	0,00
31900106	* " 000000 13° salário pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31900301	* " 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,24	1.949,24	0,00	0,00	1.949,24	0,00
31900499	* " 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.413,80	48.413,80	0,00	0,00	49.182,46	-768,66
31900901	* " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.175,83	3.175,83	0,00	0,00	3.156,35	19,48
31901101	* " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.382,07	159.382,07	0,00	0,00	157.038,20	2.343,87
31901131	* " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.173,71	35.173,71	0,00	0,00	34.924,55	249,16
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.480,40	16.480,40	0,00	0,00	16.407,34	73,06
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855,02	855,02	0,00	0,00	0,00	855,02
31901143	* " 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502,82	502,82	0,00	0,00	0,00	502,82
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,97	650,97	0,00	0,00	0,00	650,97
31901199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.898,50	27.898,50	0,00	0,00	27.773,91	124,59
31901301	* " 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93,30	93,30	0,00	0,00	93,30	0,00
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.795,29	59.795,29	0,00	0,00	59.795,29	0,00
31909103	* " 000000 precatórios inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31909115	* " 000000 sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	60.000,00	140.000,00	17.125,87	17.125,87	0,00	122.874,13	17.125,87	0,00
32900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	60.000,00	140.000,00	17.125,87	17.125,87	0,00	122.874,13	17.125,87	0,00
32902102	* " 000000 juros da dívida cont	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.322,63	4.322,63	0,00	0,00	4.322,63	0,00
32902202	* " 000000 outros encargos da d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.803,24	12.803,24	0,00	0,00	12.803,24	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.523.307,00	162.049,23	0,00	86.158,00	3.599.198,23	265.476,36	265.476,36	0,00	3.333.721,87	254.292,38	11.183,98
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	190.600,00	10.000,00	0,00	20.000,00	180.600,00	5.658,88	5.658,88	0,00	174.941,12	13.749,66	-8.090,78
33503999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.658,88	5.658,88	0,00	0,00	13.749,66	-8.090,78
33600000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	0,00
33713999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	76,00	0,00	0,00	76,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.326.795,00	152.049,23	0,00	61.158,00	3.417.686,23	259.741,48	259.741,48	0,00	3.157.944,75	240.466,72	19.274,76
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.308,23	1.308,23	0,00	0,00	1.308,23	0,00
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.689,59	33.689,59	0,00	0,00	10.571,28	23.118,31
33903001	* " 000055 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	794,00	794,00	0,00	0,00	870,00	-76,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.932,77	2.932,77	0,00	0,00	1.110,28	1.822,49
33903014	* " 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.528,00	5.528,00	0,00	0,00	203,65	5.324,35
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198,00	198,00	0,00	0,00	0,00	198,00
33903018	* " 000000 materiais e medicame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	-35,00
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348,05	348,05	0,00	0,00	112,17	235,88
33903023	* " 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.558,64	3.558,64	0,00	0,00	971,33	2.587,31

CPL Informática.

Pág. 018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903024	* " 000049 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.210,00	2.210,00	0,00	0,00	0,00	2.210,00
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	-100,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,72	69,72	0,00	0,00	10.210,10	-10.140,38
33903027	* " 000000 material de manobra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903028	* " 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,32	999,32	0,00	0,00	0,00	999,32
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00	0,00	0,00	1.320,00
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903031	* " 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.990,50	14.990,50	0,00	0,00	24.750,00	-9.759,50
33903039	* " 000049 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.136,12	4.136,12	0,00	0,00	1.232,00	2.904,12
33903039	* " 000055 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903042	* " 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	522,20	522,20	0,00	0,00	0,00	522,20
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00
33903046	* " 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903050	* " 000000 bandeiras, flâmulas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903096	* " 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760,00	760,00	0,00	0,00	181,20	578,80
33903099	* " 000055 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903201	* " 000000 livros didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903202	* " 000051 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675,59	675,59	0,00	0,00	0,00	675,59
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* " 000051 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.417,97	6.417,97	0,00	0,00	0,00	6.417,97
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.501,30	-1.501,30
33903606	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	360,00	0,00	0,00	645,00	-285,00
33903607	* " 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.788,00	4.788,00	0,00	0,00	4.788,00	0,00
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903616	* " 000000 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903620	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903622	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903625	* " 000000 serviços de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903639	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	380,00	0,00	0,00	41,70	338,30
33903645	* " 000000 jetons a conselheiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.817,00	3.817,00	0,00	0,00	7.519,50	-3.702,50
33903696	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
33903699	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.940,00	4.940,00	0,00	0,00	890,00	4.050,00
33903901	* " 000000 assinatura de períód	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903904	* " 000000 direitos autorais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.682,43	17.682,43	0,00	0,00	7.007,80	10.674,63
33903910	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	228,65	-228,65
33903912	* " 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	650,00	650,00
33903914	* " 000000 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960,00	960,00	0,00	0,00	95,50	864,50
33903916	* " 000049 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177,09	177,09	0,00	0,00	103,29	73,80
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.734,00	11.734,00	0,00	0,00	8.317,00	3.417,00
33903919	* " 000049 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.685,00	1.685,00	0,00	0,00	786,00	899,00
33903919	* " 000055 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	-95,00
33903920	* " 000049 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903921	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604,99	604,99	0,00	0,00	765,20	-160,21
33903926	* " 000000 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.654,58	7.654,58	0,00	0,00	5.702,09	1.952,49
33903926	* " 000049 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,13	-457,13
33903926	* " 000052 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.298,65	5.298,65	0,00	0,00	5.344,29	-45,64
33903926	* " 000055 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.055,44	27.055,44	0,00	0,00	22.180,87	4.874,57
33903935	* " 000000 multas dedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	868,30	868,30	0,00	0,00	868,30	0,00
33903936	* " 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.498,95	-15.498,95
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.923,95	-6.923,95
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.310,64	3.310,64	0,00	0,00	5.697,63	-2.386,99
33903949	* " 000000 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,00	-410,00
33903950	* " 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	0,00	320,00	30,00
33903957	* " 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	-380,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.723,19	-6.723,19
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903963	* " 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903969	* " 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903974	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.012,01	13.012,01	0,00	0,00	10.232,81	2.779,20
33903974	* " 000055 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.352,79	2.352,79	0,00	0,00	2.711,77	-358,98
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	18.085,18	1.249,74
33903979	* " 000000 serviços de apoio ad	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* " 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.752,16	3.752,16	0,00	0,00	3.752,16	0,00
33903983	* " 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.432,85	1.432,85	0,00	0,00	1.437,50	-4,65
33903988	* " 000000 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.289,64	12.289,64	0,00	0,00	20.461,43	-8.171,79
33904701	* " 000000 imposto sobre propri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,86	82,86	0,00	0,00	82,86	0,00
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.880,15	6.880,15	0,00	0,00	6.378,15	502,00
33904712	* " 000000 contribuição para o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.567,02	15.567,02	0,00	0,00	15.567,02	0,00
33909115	* " 000000 sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.592,26	2.592,26	0,00	0,00	2.592,26	0,00
33909231	* " 000000 premiações culturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909247	* " 000000 obrigações tributári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00	570,00	0,00	0,00	570,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.159.070,00	147.900,00	0,00	701.500,00	1.605.470,00	407.168,89	407.168,89	16.000,00	1.198.301,11	350.165,61	57.003,28
44000000	INVESTIMENTOS	1.959.070,00	147.900,00	0,00	658.500,00	1.448.470,00	389.175,50	389.175,50	16.000,00	1.059.294,50	332.172,22	57.003,28
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	0,00
44715299	* " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.958.950,00	147.900,00	0,00	658.500,00	1.448.350,00	389.165,50	389.165,50	16.000,00	1.059.184,50	332.162,22	57.003,28
44905180	* " 000000 estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.621,22	27.621,22	0,00	0,00	27.621,22	0,00
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.773,07	83.773,07	0,00	0,00	83.773,07	0,00
44905193	* " 000000 benfeitorias em prop	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319,32	319,32	0,00	0,00	0,00	319,32
44905198	* " 000054 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.318,04	66.318,04	0,00	0,00	39.743,68	26.574,36
44905199	* " 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.215,25	5.215,25	0,00	0,00	5.215,25	0,00
44905206	* " 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* " 000000 aparelhos e utensili	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,60	118,60	0,00	0,00	0,00	118,60
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905224	* " 000055 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905228	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.615,25	11.615,25	0,00	0,00	0,00	11.615,25

CPL Informática.

Pág. 020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de agosto, Saldos até 31/08/2010Exercício: 2010
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905228	* " 000054 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.384,75	12.384,75	0,00	0,00	0,00	12.384,75
44905230	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* " 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905240	* " 000055 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* " 000000 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* " 000032 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* " 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.800,00	105.800,00	16.000,00	0,00	15.500,00	90.300,00
44905252	* " 000032 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00	0,00	0,00	60.000,00	16.000,00
44905252	* " 000054 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	-100.000,00
44905252	* " 000055 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905257	* " 000000 acessórios para auto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309,00	-309,00
46000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	43.000,00	157.000,00	17.993,39	17.993,39	0,00	139.006,61	17.993,39	0,00
46900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	43.000,00	157.000,00	17.993,39	17.993,39	0,00	139.006,61	17.993,39	0,00
46907102	* " 000000 amortização da dívid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.993,39	17.993,39	0,00	0,00	17.993,39	0,00
90000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
99990000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		10.386.495,00	1.185.307,23	0,00	1.369.958,00	10.201.844,23	1.059.334,67	1.059.334,67	16.000,00	9.142.509,56	987.097,10	72.237,57
						Estornos até o Mes		16.000,00	Pagos até o Mes		987.097,10	

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMINTÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Receita FMAS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Saldos até 31/08/2010	Exercício: 2010
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada		
ESTADO DE SANTA CATARINA		Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	94.500,00	18.201,75	18.201,75		76.298,25
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	94.500,00	18.005,95	18.005,95		76.494,05
10000000	RECEITAS CORRENTES	94.500,00	18.005,95	18.005,95		76.494,05
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
11100000	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000 0100 000000	Imposto Sobre Patrimonio e a Renda	0,00	0,00	0,00		0,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	32,29	32,29	32,29	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	32,29	32,29	32,29	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	32,29	32,29	32,29	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	94.500,00	17.973,06	17.973,06		76.526,94
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	94.500,00	16.853,06	16.853,06		77.646,94
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	94.500,00	16.853,06	16.853,06		77.646,94
17213400	TRANSFERENCIAS REC. FDO.NACIONAL AS	94.500,00	16.853,06	16.853,06		77.646,94
17213401 0147 000003	Api - Programa de Atencao a Pessoa	0,00	0,00	0,00		0,00
17213402 0149 000005	Ppd - Atencao a Pessoas Portadoras	4.000,00	340,56	340,56		3.659,44
17213403 0148 000004	Pac - Apoio a Crianca de 0 a 6 Ano	27.000,00	1.000,00	1.000,00		26.000,00
17213404 0150 000006	Peti - Programa de Erradicacao do	20.000,00	4.000,00	4.000,00		16.000,00
17213405 0163 000056	Programa Bolsa Familia	30.000,00	4.500,00	4.500,00		25.500,00
17213406 0152 000067	Bpc - Beneficio de Prestacao Conti	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
17213407 0152 000067	Igd - Indice de Gestao descentrali	12.000,00	0,00	0,00		12.000,00
17213408 0152 000000	Convenio Pro-jovem Adolescente	0,00	2.512,50	2.512,50	2.512,50	
17213499 0152 000067	Outros Programas Sociais	500,00	4.500,00	4.500,00	4.000,00	
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	1.120,00	1.120,00	1.120,00	
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17619900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17619904 0124 000000	Convenio Api	0,00	0,00	0,00		0,00
17619905 0124 000000	Convenio Ppd	0,00	0,00	0,00		0,00
17619906 0124 000000	Convenio Pac	0,00	0,00	0,00		0,00
17619907 0124 000000	Convenio Petti	0,00	0,00	0,00		0,00
17619911 0124 000000	Conv. Igd - Gestao descentralizada	0,00	0,00	0,00		0,00
17619912 0124 000056	Convenio Bolsa Familia/pbfi	0,00	0,00	0,00		0,00
17619913 0124 000000	Convenio Bpc	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	0,00	1.120,00	1.120,00	1.120,00	
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	0,00	1.120,00	1.120,00	1.120,00	
17629911 0124 000000	Convenio Ppi	0,00	0,00	0,00		0,00
17629914 0124 000000	Convenio Smas/patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17629915 0124 000000	Convenio P.b.f. Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00		0,00
17629916 0152 000067	Convenio Alta Complexidade	0,00	1.120,00	1.120,00	1.120,00	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,60	0,60	0,60	
19900000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,60	0,60	0,60	
19909900 0100 000000	Outras Receitas	0,00	0,60	0,60	0,60	



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	195,80	195,80	195,80	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	195,80	195,80	195,80	
31000002 0100 000000	Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000009 0100 000000	Inss/empresa	0,00	195,80	195,80	195,80	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	0,00	32,89	32,89
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	32,89	32,89
24=Transferências de Convênios Outros	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000056Bolsa Família	0,00	0,00	0,00
47=Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	0,00	0,00
000003Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00
48=Programa de Atenção à Criança PAC	27.000,00	1.000,00	1.000,00
000004Programa de Atenção à Criança - PAC	27.000,00	1.000,00	1.000,00
49=Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física PPD	4.000,00	340,56	340,56
000005Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física	4.000,00	340,56	340,56
50=Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI	20.000,00	4.000,00	4.000,00
000006Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - P	20.000,00	4.000,00	4.000,00
52=Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assis	13.500,00	8.132,50	8.132,50
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	2.512,50	2.512,50
000067Outros Detalhamentos	13.500,00	5.620,00	5.620,00
63=Bolsa Família	30.000,00	4.500,00	4.500,00
000056Bolsa Família	30.000,00	4.500,00	4.500,00
TOTAL GERAL	94.500,00	18.005,95	18.005,95

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	626.900,00	113.634,17	113.634,17		513.265,83
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	626.900,00	70.926,37	70.926,37		555.973,63
10000000	RECEITAS CORRENTES	626.900,00	70.926,37	70.926,37		555.973,63
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11100000	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	0,00	0,00	0,00		0,00
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	0,00	0,00	0,00		0,00
11200000	TAXAS	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	0,00	0,00	0,00		0,00
11212200 0100 000000	Taxa de Servicos Administrativos	0,00	0,00	0,00		0,00
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11221200 0100 000000	Emolumentos e Custas Processuais A	2.000,00	0,00	0,00		2.000,00
11229900 0100 000000	Outras Taxas Pela Prestacao de Ser	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	1.200,00	68,41	68,41		1.131,59
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	68,41	68,41		1.131,59
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.200,00	68,41	68,41		1.131,59
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	1.200,00	60,36	60,36		1.139,64
13250106 0143 000000	Rec.rem.dep.banc.rec.vinc.-acoes e	1.200,00	60,36	60,36		1.139,64
13250200 0100 000000	Rem.depositos de Recursos Nao Vinc	0,00	8,05	8,05	8,05	
16000000	RECEITA DE SERVICOS	95.000,00	7.157,86	7.157,86		87.842,14
16000500	SERVICOS DE SAUDE	95.000,00	7.157,86	7.157,86		87.842,14
16000501 0112 000000	Servicos Hospitalares	43.800,00	1.677,90	1.677,90		42.122,10
16000502 0112 000000	Servicos Hospitalares - Aih	51.200,00	5.479,96	5.479,96		45.720,04
16000599 0112 000000	Outros Servicos de Saude	0,00	0,00	0,00		0,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	522.100,00	63.369,06	63.369,06		458.730,94
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	519.100,00	63.369,06	63.369,06		455.730,94
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	519.100,00	63.369,06	63.369,06		455.730,94
17213300	TRANSF. REC. SISTEMA UNICO SAUDE-SU	519.100,00	63.369,06	63.369,06		455.730,94
17213301 0164 000000	Mpab - Piso de Atencao Basica Fixo	153.800,00	13.573,50	13.573,50		140.226,50
17213302 0170 000000	Mpsf - Programa Saude da Familia	153.600,00	22.400,00	22.400,00		131.200,00
17213303 0170 000000	Mpacs - Agentes Comunitarios de Sa	97.600,00	13.020,00	13.020,00		84.580,00
17213304 0170 000000	Mpecd - Epidemiologia e Controle d	17.100,00	0,00	0,00		17.100,00
17213305 0167 000000	Mpfb - Farmacia Basica	35.800,00	7.295,21	7.295,21		28.504,79
17213306 0170 000000	Mpvs - Vigilancia Sanitaria	7.200,00	0,00	0,00		7.200,00
17213307 0170 000000	Mpsb - Saude Bucal	24.000,00	0,00	0,00		24.000,00
17213308 0170 000000	Mpmac - Acoes Estrategicas	0,00	0,00	0,00		0,00
17213311 0170 000000	Outros Programas Fundo a Fundo	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00
17213312 0170 000000	Mpmopl - Vacinacao Poliomielite	0,00	0,00	0,00		0,00
17213313 0123 000067	Programa - Nasf-nucleo Apoio a Sau	0,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	
17213314 0123 000000	Tfd - Preventivo Pre-natal	0,00	94,05	94,05	94,05	
17213315 0170 000067	Boletim de Producao Ambulatorial -	0,00	3.836,30	3.836,30	3.836,30	
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17610600 0123 000000	Convenio Hipertensos/diabetes/asma	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
17620001 0123 000000	Convenio Vigilancia Epidemiologica	0,00	0,00	0,00		0,00
17620002 0123 000000	Cartao Sus	0,00	0,00	0,00		0,00
17620003 0123 000010	Convenio Psf	0,00	0,00	0,00		0,00
17620004 0123 000000	Convenio Pacs	0,00	0,00	0,00		0,00
17620005 0123 000000	Convenio Incentivo Saude Bucal	0,00	0,00	0,00		0,00
17620006 0123 000000	Convenio Vigilancia Sanitaria	0,00	0,00	0,00		0,00
17620007 0123 000000	Convenio Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00		0,00
17620008 0123 000000	Boletim Producao Ambulatorial - Bp	0,00	0,00	0,00		0,00
17620009 0123 000000	Programa Siscolo Extrateto	0,00	0,00	0,00		0,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
17620010 0123 000000	Extrateto Sis Pre-natal	0,00	0,00	0,00		0,00
17620100 0123 000055	Transferencia de Conv. dos Estados	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	331,04	331,04		1.268,96
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00		0,00
19220000 0100 000000	Restituicoes	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.600,00	331,04	331,04		1.268,96
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.600,00	331,04	331,04		1.268,96
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
22000000	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
22150000 0189 000000	Alienacao de Veiculos	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
24720000 0123 000000	Transferencias de Convenios dos Es	0,00	0,00	0,00		0,00



CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldo até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	42.707,80	42.707,80	42.707,80	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	42.707,80	42.707,80	42.707,80	
31000001 0101 000000	Inss	0,00	12.280,78	12.280,78	12.280,78	
31000002 0101 000000	Asserv	0,00	1.132,36	1.132,36	1.132,36	
31000003 0101 000000	Taxa de Manutencao de Carteirinhas	0,00	272,00	272,00	272,00	
31000004 0101 000000	Assistencia Medica Unimed	0,00	1.339,95	1.339,95	1.339,95	
31000005 0101 000000	Emprestimo Cef	0,00	1.739,92	1.739,92	1.739,92	
31000006 0101 000000	Emprestimo Besc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000007 0101 000000	Pensao Alimenticia	0,00	351,90	351,90	351,90	
31000008 0101 000000	Inss/empresa	0,00	657,26	657,26	657,26	
31000009 0101 000000	Deducao Cfe Autorizacao	0,00	0,00	0,00		0,00
31000010 0101 000000	Irrf / Empresas	0,00	252,47	252,47	252,47	
31000011 0101 000000	Emprestimo B. Brasil	0,00	1.095,55	1.095,55	1.095,55	
31000012 0100 000000	Irrf S/rendimentos do Trabalho	0,00	10.443,75	10.443,75	10.443,75	
31000013 0100 000000	Iss	0,00	0,00	0,00		0,00
31000014 0100 000000	Desconto Masterfarma	0,00	0,00	0,00		0,00
31000015 0100 000000	Desconto Sindicato	0,00	303,44	303,44	303,44	
31000016 0100 000000	Emprest Consig Bv Financeira	0,00	11.508,22	11.508,22	11.508,22	
31000017 0100 000000	Boletim de Proced. Ambulatorial-fu	0,00	950,88	950,88	950,88	
31000018 0000 000000	Multa de Transito	0,00	0,00	0,00		0,00
31000019 0000 000000	Restituicoes	0,00	379,32	379,32	379,32	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	8.600,00	339,09	339,09
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	8.600,00	339,09	339,09
12=Serviços de Saúde	95.000,00	7.157,86	7.157,86
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	95.000,00	7.157,86	7.157,86
23=Transferências de Convênios Saúde	3.000,00	3.244,05	3.244,05
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	94,05	94,05
000010Programa de Saúde da Família - PSF	0,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	3.000,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	0,00	3.150,00	3.150,00
43=Outras Especificações	1.200,00	60,36	60,36
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.200,00	60,36	60,36
64=Atenção Básica	153.800,00	13.573,50	13.573,50
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	153.800,00	13.573,50	13.573,50
67=Assistencia Farmacêutica Básica	35.800,00	7.295,21	7.295,21
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	35.800,00	7.295,21	7.295,21
70=Gestão do SUS	329.500,00	39.256,30	39.256,30
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	329.500,00	35.420,00	35.420,00
000067Outros Detalhamentos	0,00	3.836,30	3.836,30
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	626.900,00	70.926,37	70.926,37

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita FUNREBOM

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	32.500,00	8.068,02	8.068,02		24.431,98
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	32.500,00	6.868,69	6.868,69		25.631,31
10000000	RECEITAS CORRENTES	32.500,00	6.868,69	6.868,69		25.631,31
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	31.500,00	3.873,62	3.873,62		27.626,38
11200000	TAXAS	31.500,00	3.873,62	3.873,62		27.626,38
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	31.500,00	3.873,62	3.873,62		27.626,38
11220800 0100 000000	Taxa de Seguranca Contra Sinistros	12.300,00	754,66	754,66		11.545,34
11220900 0100 000000	Taxa de Exames de Projetos P/seg.	2.500,00	1.317,29	1.317,29		1.182,71
11221000 0100 000000	Taxa de Servicos Gerais	400,00	273,55	273,55		126,45
11221100 0100 000000	Taxa de Vistoria de Seg. Contra Si	16.300,00	577,24	577,24		15.722,76
11229900	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERV	0,00	950,88	950,88	950,88	
11229905 0100 000000	Taxa Atend Emergenc/populacao	0,00	950,88	950,88	950,88	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1.482,98	1.482,98	1.482,98	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	1.482,98	1.482,98	1.482,98	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	1.482,98	1.482,98	1.482,98	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17230000 0124 000000	Transferencias dos Municipios	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	12,09	12,09		987,91
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	12,09	12,09	12,09	
19110000 0100 000000	Multas e Juros de Mora dos Tributo	0,00	12,09	12,09	12,09	
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00		0,00
19320000 0100 000000	Receita da Divida Ativa Nao Tribut	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00		0,00
24230000 0124 000000	Transferencias dos Municipios	0,00	0,00	0,00		0,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
24720000 0124 000055	Transferencias de Convenios dos Es	0,00	0,00	0,00		0,00
25000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
25900000 0124 000000	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00		0,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	1.199,33	1.199,33	1.199,33	
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	1.199,33	1.199,33	1.199,33	
31001000 0100 000000	Inss / Empresas	0,00	1.199,33	1.199,33	1.199,33	
31002000 0100 000000	Irrf / Empresas	0,00	0,00	0,00		0,00
31003000 0100 000000	Irrf S/ Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00		0,00
31004000 0100 000000	Iss	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	32.500,00	5.368,69	5.368,69
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	32.500,00	5.368,69	5.368,69
24=Transferências de Convênios Outros	0,00	1.500,00	1.500,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	1.500,00	1.500,00
000055Transferência de Convênios do Estado	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	32.500,00	6.868,69	6.868,69

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Recita FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	1.600,00	71,17	71,17		1.528,83
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.600,00	71,17	71,17		1.528,83
10000000	RECEITAS CORRENTES	1.600,00	71,17	71,17		1.528,83
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	59,97	59,97	59,97	
12100000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	59,97	59,97	59,97	
12103800	CONTRIBUICAO SOCIAL S/O LUCRO DAS P	0,00	59,97	59,97	59,97	
12103801 0100 000000	Receita dos Principal Contribuicoe	0,00	59,97	59,97	59,97	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	11,20	11,20	11,20	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	11,20	11,20	11,20	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	11,20	11,20	11,20	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	0,00	0,00		1.600,00
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	600,00	0,00	0,00		600,00
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	600,00	0,00	0,00		600,00
19119900 0100 000000	Multas e Juros de Mora de Outros T	600,00	0,00	0,00		600,00
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199900	OUTRAS MULTAS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199901 0100 000000	Multas de Infracao da Lei "eca"	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 31/08/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
31000001 0100 000000	Inss	0,00	0,00	0,00		0,00
31000002 0100 000000	Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000003 0100 000000	Irrf S/rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00		0,00
31000004 0100 000000	Iss	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
00=Recursos Ordinários	1.600,00	71,17	71,17
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.600,00	71,17	71,17
TOTAL GERAL	1.600,00	71,17	71,17

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 306/2010 de 21.09.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 306/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais pela Lei Complementar nº 008 de 23/12/99 e Lei Complementar nº 0011 de 30/04/02.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a portaria nº 245//2009 de 12.05.2009, no que se refere à Secretaria, passando do servidor EMERSON HOFFMANN, ocupante do cargo em comissão de Coordenador Administrativo, para a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 21 de setembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria nº 307/2010 de 21.09.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 307/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007 de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008 de 23.12.99:

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a servidora Eliomar Scheidt de Souza, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Administrativo, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, a partir de 22.09.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 21 de setembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

RGF ANEXO I DESPESA PESSOAL
 RGF ANEXO I DESPESA PESSOAL

 Município de Chapadao do Lageado
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.175.762,22	0,00
Pessoal Ativo	3.167.380,34	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	183,18	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	8.198,70	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.175.762,22	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	3.175.762,22	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		9.865.951,70
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		32,19
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%		5.919.571,02
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%		5.623.592,47
FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.



RGF ANEXO II DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

RGF ANEXO II DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A AGOSTO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	147.967,54	112.432,07	76.541,78	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	147.967,54	112.432,07	76.541,78	0,00
Interna	147.967,54	112.432,07	76.541,78	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	797.637,39	1.494.915,24	1.047.008,33	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	836.522,39	1.623.309,58	1.153.550,16	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	38.885,00	128.394,34	106.541,83	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-649.669,85	-1.382.483,17	-970.466,55	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.408.693,78	9.464.955,03	9.865.951,70	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,57%	1,19%	0,78%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,90%	-14,61%	-9,84%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	11.290.432,54	11.357.946,04	11.839.142,04	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	147.967,54	112.432,07	76.541,78	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	121.702,73	159.991,24	172.467,57	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Continua 1/2



Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

RGF ANEXO III GARANTIAS CONTRAGARANTIAS de VALORES**RGF ANEXO III GARANTIAS CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.408.693,78	9.464.955,03	9.865.951,70	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.069.912,63	2.082.290,11	2.170.509,37	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RGF ANEXO IV OPERACOES de CREDITO**RGF ANEXO IV OPERACOES DE CREDITO**

Município de Chapadao do Lageado - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.865.951,70	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.578.552,27	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	690.616,62	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



RGF ANEXO V DISPONIBILIDADE de CAIXA**RGF ANEXO V DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica	15.903,24	0,00	15.903,24
Atenção Básica	6.999,74	0,00	6.999,74
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	3.920,32	0,00	3.920,32
Outras Transferências de Recursos do Fundo Naciona	31.836,72	0,00	31.836,72
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2.382,20	610,87	1.771,33
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	8.299,01	7.716,57	582,44
RECURSOS CONVENIO ESTADO	17.261,22	0,00	17.261,22
RECURSOS DO FNAS	3.954,39	0,00	3.954,39
Salário Educação	57.472,51	0,00	57.472,51
Transferências de Convênios - Educação	27.644,50	0,00	27.644,50
Transferências de Convênios - Outros	602.208,89	0,00	602.208,89
Transferências do FUNDEB - 60%	42.935,16	9.540,91	33.394,25
Vigilância em Saúde	8.473,43	0,00	8.473,43
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	829.291,33	17.868,35	811.422,98
Entidade 2 - Conta 5158: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	7,17	(7,17)
Entidade 2 - Conta 5265: não foi informado o recurso padrão desta conta.	29.786,06	0,00	29.786,06
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	0,00	20.165,63	(20.165,63)
Receitas de Impostos e Transferência de Impostos -	88.486,70	43.968,98	44.517,72
RECURSOS ALIENACAO DE BENS EDUCACAO	8.633,44	0,00	8.633,44
RECURSOS ORDINARIO - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	197.352,63	169.697,59	27.655,04
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	27.277,68	(27.277,68)
Recursos Próprios Saúde 15%	0,00	24,00	(24,00)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	324.258,83	261.141,05	63.117,78
TOTAL (III) = (I + II)	1.153.550,16	279.009,40	874.540,76
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



RGF ANEXO VI RESTOS A PAGAR**RGF ANEXO VI RESTOS A PAGAR**

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
ALIENACAO BENS	0,00	0,00	0,00	3.350,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PN	0,00	610,87	0,00	0,00	1.771,33	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	7.716,57	0,00	0,00	582,44	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	331.650,00	602.208,89	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	9.540,91	0,00	0,00	33.394,25	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	17.868,35	0,00	335.000,00	637.956,91	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - E	0,00	20.165,63	0,00	0,00	(20.165,63)	0,00
Receitas de Impostos e Transferência de Impos	0,00	16.887,58	0,00	0,00	44.517,72	0,00
RECURSOS ORDINARIO - ORCAMENTOS ML	0,00	24.318,59	0,00	2.660,00	27.655,04	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	1.004,80	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS M	27.277,68	0,00	0,00	0,00	(27.277,68)	0,00
Recursos Próprios Saúde 15%	24,00	0,00	0,00	0,00	(24,00)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	27.301,68	61.371,80	0,00	3.664,80	24.705,45	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.301,68	79.240,15	0,00	338.664,80	662.662,36	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



RGF ANEXO VII SIMPLIFICADO RGF
 RGF ANEXO VII SIMPLIFICADO RGF

Município de Chapadao do Lageado

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Até o 2º Quadrimestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.175.762,22	32,19
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.919.571,02	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.623.592,47	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-970.466,55	-9,84
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.839.142,04	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.170.509,37	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.578.552,27	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	690.616,62	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	338.664,80	662.662,36

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



RREO ANEXO I BALANÇO ORÇAMENTARIO**RREO ANEXO I BALANÇO ORÇAMENTARIO**Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.793.473,74	22,84	6.005.456,17	76,49	1.845.895,47
RECEITAS CORRENTES	7.333.851,64	7.333.851,64	1.793.473,74	24,45	5.985.456,17	81,61	1.348.395,47
RECEITA TRIBUTARIA	233.750,00	233.750,00	31.499,91	13,48	134.708,99	57,63	99.041,01
IMPOSTOS	136.000,00	136.000,00	26.226,01	19,28	112.474,09	82,70	23.525,91
TAXAS	48.250,00	48.250,00	1.708,75	3,54	5.937,38	12,31	42.312,62
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	49.500,00	49.500,00	3.565,15	7,20	16.297,52	32,92	33.202,48
RECEITA PATRIMONIAL	47.512,50	47.512,50	13.810,92	29,07	29.268,63	61,60	18.243,87
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	750,00	750,00	13.810,92	841,46	29.268,63	902,48	-28.518,63
Outras Rec. Patrimoniais	46.762,50	46.762,50	0,00	0,00	0,00	0,00	46.762,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.949.294,14	6.949.294,14	1.741.134,56	25,05	5.763.677,88	82,94	1.185.616,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.949.294,14	6.949.294,14	1.741.134,56	25,05	5.763.677,88	82,94	1.185.616,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.295,00	103.295,00	7.028,35	6,80	57.800,67	55,96	45.494,33
Multas e Juros de Mora	26.000,00	26.000,00	353,08	1,36	2.085,37	8,02	23.914,63
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	2.244,38	37,41	3.755,62
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	7.278,92	181,97	-3.278,92
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	6.675,27	9,92	46.192,00	68,64	21.103,00
RECEITAS DE CAPITAL	517.500,00	517.500,00	0,00	0,00	20.000,00	3,86	497.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	17.500,00	17.500,00	0,00	0,00	20.000,00	114,29	-2.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.500,00	17.500,00	0,00	0,00	20.000,00	114,29	-2.500,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.793.473,74	22,84	6.005.456,17	76,49	1.845.895,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.793.473,74	22,84	6.005.456,17	76,49	1.845.895,47
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.793.473,74	22,84	6.005.456,17	76,49	1.845.895,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	502.864,99	—	—	502.864,99	—	—
Superávit Financeiro	—	502.864,99	—	—	502.864,99	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.851.351,64	1.974.848,56	9.826.200,20	1.489.836,11	6.145.514,87	1.157.511,87	5.806.850,07	59,10	4.019.350,13
DESPESAS CORRENTES	5.662.417,49	170.662,09	5.833.079,58	1.010.783,77	4.024.602,83	1.014.333,43	4.021.811,93	68,95	1.811.267,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.174.777,96	299.297,86	2.474.075,82	519.119,22	2.046.253,26	519.119,22	2.046.253,26	82,71	427.822,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	-4.400,00	600,00	90,04	350,92	90,04	350,92	58,49	249,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.482.639,53	-124.235,77	3.358.403,76	491.574,51	1.977.998,65	495.124,17	1.975.207,75	58,81	1.383.196,01
DESPESAS DE CAPITAL	2.128.934,15	1.804.186,47	3.933.120,62	479.052,34	2.120.912,04	143.178,44	1.785.038,14	45,38	2.148.082,48
INVESTIMENTOS	2.053.934,15	1.797.786,47	3.851.720,62	461.062,28	2.049.486,28	125.188,38	1.713.612,38	44,49	2.138.108,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	75.000,00	6.400,00	81.400,00	17.990,06	71.425,76	17.990,06	71.425,76	87,75	9.974,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.851.351,64	1.974.848,56	9.826.200,20	1.489.836,11	6.145.514,87	1.157.511,87	5.806.850,07	59,10	4.019.350,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.851.351,64	1.974.848,56	9.826.200,20	1.489.836,11	6.145.514,87	1.157.511,87	5.806.850,07	59,10	4.019.350,13
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	198.606,10	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.851.351,64	1.974.848,56	9.826.200,20	1.489.836,11	6.145.514,87	1.157.511,87	6.005.456,17	59,10	4.019.350,13

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO ANEXO II DESPESA POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

RREO ANEXO II DESPESA POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	9.826.200,20	1.489.836,11	6.145.514,87	1.157.511,87	5.806.850,07	100,00	59,10	4.019.350,13
Legislativa	450.000,00	450.000,00	60.265,50	240.127,72	60.117,42	239.122,92	4,12	53,14	210.877,08
Ação Legislativa	450.000,00	450.000,00	60.265,50	240.127,72	60.117,42	239.122,92	4,12	53,14	210.877,08
Administração	1.068.993,32	1.135.939,72	276.374,78	907.580,15	276.374,78	904.920,15	15,58	79,66	231.019,57
Administração Geral	668.993,32	667.993,32	147.755,34	512.764,81	147.755,34	510.104,81	8,78	76,36	157.888,51
Administração Financeira	400.000,00	467.946,40	128.619,44	394.815,34	128.619,44	394.815,34	6,80	84,37	73.131,06
Assistência Social	452.750,00	450.250,00	24.139,36	127.295,96	24.139,36	127.295,96	2,19	28,27	322.954,04
Assistência ao Idoso	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	2.323,09	10.073,02	2.323,09	10.073,02	0,17	12,59	69.926,98
Assistência Comunitária	335.250,00	332.750,00	21.816,27	117.222,94	21.816,27	117.222,94	2,02	35,23	215.527,06
Saúde	1.122.944,00	1.122.944,00	198.186,69	833.174,86	201.010,53	833.174,86	14,35	74,20	289.769,14
Atenção Básica	1.094.006,50	1.102.756,50	189.442,79	821.033,19	192.266,63	821.033,19	14,14	74,45	281.723,31
Vigilância Sanitária	22.968,75	14.218,75	7.272,49	10.670,26	7.272,49	10.670,26	0,18	75,04	3.548,49
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	1.471,41	1.471,41	1.471,41	1.471,41	0,03	24,65	4.497,34
Trabalho	52.500,00	100.575,72	0,00	27.253,55	0,00	27.253,55	0,47	27,10	73.322,17
Fomento ao Trabalho	52.500,00	100.575,72	0,00	27.253,55	0,00	27.253,55	0,47	27,10	73.322,17
Educação	1.787.461,67	2.034.440,36	625.217,83	1.473.074,99	290.217,83	1.138.074,99	19,60	55,94	896.365,37
Ensino Fundamental	1.642.461,67	1.924.440,36	612.857,17	1.437.096,32	277.857,17	1.102.096,32	18,98	57,27	822.344,04
Educação Infantil	145.000,00	110.000,00	12.360,66	35.978,67	12.360,66	35.978,67	0,62	32,71	74.021,33
Cultura	37.500,00	18.750,00	5.190,26	7.497,56	5.190,26	7.497,56	0,13	39,99	11.252,44
Difusão Cultural	37.500,00	18.750,00	5.190,26	7.497,56	5.190,26	7.497,56	0,13	39,99	11.252,44
Urbanismo	856.500,00	2.436.347,75	109.092,86	1.711.740,27	109.092,86	1.711.740,27	29,48	70,26	724.607,48
Infra-Estrutura Urbana	267.750,00	1.686.597,75	35.318,82	1.220.485,24	35.318,82	1.220.485,24	21,02	72,36	466.112,51
Serviços Urbanos	588.750,00	749.750,00	73.774,04	491.255,03	73.774,04	491.255,03	8,46	65,52	258.494,97
Gestão Ambiental	154.000,00	149.000,00	16.329,26	48.814,38	16.329,26	48.814,38	0,84	32,76	100.185,62
Saneamento Básico Rural	15.000,00	10.000,00	0,00	329,20	0,00	329,20	0,01	3,29	9.670,80
Saneamento Básico Urbano	8.750,00	8.750,00	1.221,58	1.382,17	1.221,58	1.382,17	0,02	15,80	7.367,83
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Controle Ambiental	15.250,00	15.250,00	2.430,00	2.643,00	2.430,00	2.643,00	0,05	17,33	12.607,00
Turismo	90.000,00	90.000,00	12.677,68	44.460,01	12.677,68	44.460,01	0,77	49,40	45.539,99
Agricultura	325.750,00	451.500,00	68.962,99	286.875,88	68.962,99	286.875,88	4,94	63,54	164.624,12
Promoção da Produção Animal	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00
Extensão Rural	311.250,00	437.000,00	68.962,99	286.875,88	68.962,99	286.875,88	4,94	65,65	150.124,12

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	9.826.200,20	1.489.836,11	6.145.514,87	1.157.511,87	5.806.850,07	100,00	59,10	4.019.350,13
Transporte	1.370.452,67	1.318.452,67	97.155,85	428.829,13	97.155,85	428.829,13	7,38	32,53	889.623,54
Transporte Rodoviário	1.370.452,67	1.318.452,67	97.155,85	428.829,13	97.155,85	428.829,13	7,38	32,53	889.623,54
Desporto e Lazer	112.499,98	97.999,98	8.920,73	53.250,42	8.920,73	53.250,42	0,92	54,34	44.749,56
Desporto Comunitário	112.499,98	97.999,98	8.920,73	53.250,42	8.920,73	53.250,42	0,92	54,34	44.749,56
Reserva de Contingência	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Reserva de Contingência	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.851.351,64	9.826.200,20	1.489.836,11	6.145.514,87	1.157.511,87	5.806.850,07	100,00	59,10	4.019.350,13

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO ANEXO III RECEITA CORRENTE LIQUIDA**RREO ANEXO III RECEITA CORRENTE LIQUIDA**

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	614.006,66	1.553.752,27	1.103.829,69	1.952.746,92	586.503,22	610.662,47	591.208,59	665.366,69	732.538,02	658.882,93	1.016.639,42	965.825,91	11.051.962,79	7.684.167,46
RECEITA TRIBUTARIA	12.850,31	10.565,55	17.546,54	25.870,54	3.993,41	12.759,43	13.272,60	26.698,14	28.677,72	17.807,78	15.768,56	15.731,35	201.541,93	233.750,00
I.P.T.U.	105,62	48,48	0,00	125,33	0,00	0,00	567,12	18.046,07	5.637,81	811,18	381,08	149,32	25.872,01	83.000,00
I.S.S.	6.477,17	3.018,57	9.471,86	14.291,80	617,39	3.427,22	5.960,12	3.606,56	17.937,05	10.178,36	10.418,60	7.680,07	93.084,77	23.000,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	1.774,23	2.718,94	441,88	4.141,09	92,32	633,26	293,94	2.458,43	382,69	2.034,92	14.971,70	20.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	6.267,52	7.498,50	6.300,45	8.734,47	2.934,14	5.191,12	6.653,04	4.412,25	4.808,92	4.359,81	4.586,19	5.867,04	67.613,45	107.750,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	21,34	36,17	521,04	11.445,66	72,99	145,27	5.117,51	1.539,78	3.799,96	4.782,20	4.777,76	9.033,16	41.292,84	47.512,50
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	96,00	57,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	581.736,73	1.497.616,71	1.082.071,60	1.745.611,77	554.296,08	594.376,00	570.880,89	634.392,63	693.146,02	628.631,19	991.290,32	938.835,83	10.512.885,77	7.299.609,96
Cota-Parte do F.P.M.	245.865,39	282.826,72	353.041,96	382.972,39	291.295,49	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18	338.240,57	248.721,31	333.336,20	3.802.431,52	3.820.719,93
Cota-Parte do I.C.M.S.	174.036,79	145.096,81	129.798,83	219.673,51	168.367,26	139.452,64	174.446,84	172.532,75	159.094,69	165.624,63	166.402,53	171.015,02	1.985.542,30	1.748.348,39
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.200,75	7.177,07	3.569,54	2.744,92	2.941,01	6.525,43	12.349,83	9.559,65	13.617,70	9.005,99	8.266,11	7.121,07	88.079,07	95.000,00
Cota-Parte do ITR	296,55	983,50	12,33	0,00	0,00	0,00	7,38	0,00	0,00	0,00	0,00	22,59	1.322,35	225,00
Transferências da LC 61/1989	2.987,94	3.800,86	3.015,36	4.377,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.181,36	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	8.950,64	37.500,00
Transferências do FUNDEB	50.608,18	51.323,23	53.476,80	58.144,08	58.440,35	51.861,40	57.373,00	60.795,23	59.837,74	59.707,45	57.110,26	60.662,13	679.339,85	400.000,00
Outras Transferências Correntes	102.741,13	1.006.408,52	539.156,78	1.077.699,67	32.133,14	39.766,89	61.387,63	73.838,05	69.741,88	54.933,72	509.671,28	365.559,99	3.933.038,68	1.197.816,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.398,28	45.533,84	3.594,51	169.761,95	28.140,74	3.381,77	1.937,59	2.736,14	6.914,32	7.661,76	4.802,78	2.225,57	296.089,25	103.295,00
DEDUÇÕES (II)	85.836,60	88.204,85	98.115,52	121.683,04	93.430,29	101.220,56	91.037,47	100.598,44	113.350,35	103.542,38	85.702,24	103.289,35	1.186.011,09	547.815,82
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	85.836,60	88.204,85	98.115,52	121.683,04	93.430,29	101.220,56	91.037,47	100.598,44	113.350,35	103.542,38	85.702,24	103.289,35	1.186.011,09	547.815,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	528.170,06	1.465.547,42	1.005.714,17	1.831.063,88	493.072,93	509.441,91	500.171,12	564.768,25	619.187,67	555.340,55	930.937,18	862.536,56	9.865.951,70	7.136.351,64

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO ANEXO IX RESTOR A PAGAR PODER ORGAO**RREO ANEXO IX RESTOR A PAGAR PODER ORGAO**

Município de Chapadão do Lageado
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	8.775,52	30.109,48	-	11.583,32	27.301,68	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.775,52	30.109,48	0,00	11.583,32	27.301,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	193,46	0,00	193,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	269,62	0,00	269,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	0,00	3.185,64	0,00	3.185,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	4.812,88	0,00	4.812,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	24,00	1.125,98	0,00	1.125,98	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEI	0,00	197,26	0,00	197,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	40,24	0,00	40,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SER	8.751,52	20.284,40	0,00	1.758,24	27.277,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	8.775,52	30.109,48	0,00	11.583,32	27.301,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO ANEXO VI RESULTADO NOMINAL

RREO ANEXO VI RESULTADO NOMINAL

Município de Chapadao do Lageado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Jun 2010 (B)	Em 31 Ago 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	147.967,54	94.531,84	76.541,78
DEDUÇÕES (II)	797.637,39	395.864,04	1.047.008,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	836.522,39	711.997,37	1.153.550,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	38.885,00	316.133,33	106.541,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-649.669,85	-301.332,20	-970.466,55
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-649.669,85	-301.332,20	-970.466,55

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2010 (C - A)
VALOR	-669.134,35	-320.796,70

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Jun 2010 (B)	Em 31 Ago 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



RREO ANEXO VII RESULTADO PRIMARIO

RREO ANEXO VII RESULTADO PRIMARIO

Município de Chapadao do Lageado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	7.333.101,64	1.779.662,82	5.956.187,54	4.549.412,20
Receita Tributária	233.750,00	31.499,91	134.708,99	137.713,88
I.P.T.U.	83.000,00	530,40	25.592,58	27.640,60
I.S.S.	23.000,00	18.098,67	59.825,37	38.990,98
I.T.B.I.	20.000,00	2.417,61	10.478,53	17.242,82
I.R.R.F.	10.000,00	5.179,33	16.577,61	32.966,01
Outras Receitas Tributárias	97.750,00	5.273,90	22.234,90	20.873,47
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	46.762,50	0,00	0,00	1.028,37
Receita Patrimonial	47.512,50	13.810,92	29.268,63	29.814,42
(-) Aplicações Financeiras	750,00	13.810,92	29.268,63	28.786,05
Transferências Correntes	6.949.294,14	1.741.134,56	5.763.677,88	4.402.536,71
F.P.M.	3.518.219,93	465.646,10	2.030.180,28	1.916.750,70
I.C.M.S.	1.533.931,73	269.934,41	1.053.553,89	886.076,21
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.897.142,48	1.005.554,05	2.679.943,71	1.599.709,80
Demais Receitas Correntes	103.295,00	7.028,35	57.800,67	8.133,24
Dívida Ativa	4.000,00	0,00	7.278,92	1.274,07
Diversas Receitas Correntes	99.295,00	7.028,35	50.521,75	6.859,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	517.500,00	0,00	20.000,00	0,00
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	17.500,00	0,00	20.000,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	7.333.101,64	1.779.662,82	5.956.187,54	4.549.412,20
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	5.833.079,58	1.014.333,43	4.021.811,93	3.692.518,27
Pessoal e Encargos Sociais	2.474.075,82	519.119,22	2.046.253,26	1.736.737,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	600,00	90,04	350,92	56,96
Outras Despesas Correntes	3.358.403,76	495.124,17	1.975.207,75	1.955.723,52
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	5.832.479,58	1.014.243,39	4.021.461,01	3.692.461,31
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.933.120,62	143.178,44	1.785.038,14	1.028.990,61
Investimentos	3.851.720,62	125.188,38	1.713.612,38	1.011.491,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	81.400,00	17.990,06	71.425,76	17.498,68
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.851.720,62	125.188,38	1.713.612,38	1.011.491,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	-	-	-



Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.744.200,20	1.139.431,77	5.735.073,39	4.703.953,24
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.411.098,56	640.231,05	221.114,15	-154.541,04
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	502.864,99	0,00
Superávit Financeiro	-	-	502.864,99	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Chapadao do Lageado, 21/09/2010

RREO ANEXO X DESPESAS COM ENSINO**RREO ANEXO X DESPESAS COM ENSINO**

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	153.250,00	153.250,00	26.146,45	116.926,76	76,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	100.250,00	100.250,00	450,84	30.045,25	29,97
1.1.1- IPTU	72.250,00	72.250,00	450,84	21.753,68	30,11
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	26.000,00	26.000,00	0,00	1.012,65	3,89
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	0,00	7.278,92	145,58
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	2.417,61	10.478,53	52,39
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	2.417,61	10.478,53	52,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	23.000,00	23.000,00	18.098,67	59.825,37	260,11
1.3.1- ISS	25.000,00	25.000,00	18.098,67	59.825,37	239,30
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000,00	10.000,00	5.179,33	16.577,61	165,78
1.4.1- IRRF	10.000,00	10.000,00	5.179,33	16.577,61	165,78
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.738.043,32	5.738.043,32	944.921,14	3.960.843,39	69,03
2.1- Cota-Parte FPM	3.820.719,93	3.820.719,93	582.057,51	2.537.725,06	66,42
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.820.719,93	3.820.719,93	582.057,51	2.537.725,06	66,42
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.748.348,39	1.748.348,39	337.417,55	1.316.936,36	75,32
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.500,00	37.500,00	2.237,66	8.950,64	23,87
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	36.250,00	36.250,00	7.798,65	27.814,57	76,73
2.5- Cota-Parte ITR	225,00	225,00	22,59	29,97	13,32
2.6- Cota-Parte IPVA	95.000,00	95.000,00	15.387,18	69.386,79	73,04
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	5.891.293,32	5.891.293,32	971.067,59	4.077.770,15	69,22

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	132.500,00	132.500,00	35.301,94	112.566,75	84,96
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.500,00	7.500,00	13.555,86	55.429,55	739,06
5.2- Outras Transferências do FNDE	125.000,00	125.000,00	21.746,08	57.137,20	45,71
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	80.000,00	80.000,00	25.144,88	75.434,88	94,29
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	212.500,00	212.500,00	60.446,82	188.001,63	88,47

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	547.815,82	547.815,82	188.991,59	792.171,08	144,61
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	302.500,00	302.500,00	116.411,41	507.544,78	167,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	214.416,66	214.416,66	67.483,14	263.382,47	122,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.604,16	4.604,16	447,52	1.790,08	38,88
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.250,00	7.250,00	1.559,74	5.562,94	76,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	45,00	45,00	4,51	5,98	13,29
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	19.000,00	19.000,00	3.085,27	13.884,83	73,08
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	400.100,00	400.100,00	118.523,72	466.905,93	116,70
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	400.000,00	400.000,00	117.772,39	465.787,56	116,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100,00	100,00	751,33	1.118,37	1.118,37
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-147.815,82	-147.815,82	-71.219,20	-326.383,52	220,80

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	240.060,00	435.425,06	122.545,20	431.095,48	99,01
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	240.060,00	435.425,06	122.545,20	431.095,48	99,01
14- OUTRAS DESPESAS	160.040,00	46.950,03	0,00	6.329,22	13,48
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	160.040,00	46.950,03	0,00	6.329,22	13,48
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	400.100,00	482.375,09	122.545,20	437.424,70	90,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					92,33
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	1.472.823,33	1.472.823,33	242.766,90	1.019.442,54	69,22
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	108.750,00	108.750,00	12.360,66	36.161,41	33,25
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	108.750,00	108.750,00	12.360,66	36.161,41	33,25
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.294.545,01	1.372.623,70	257.649,75	1.001.763,36	72,98
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	400.100,00	482.375,09	122.545,20	437.424,70	90,68
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	894.445,01	890.248,61	135.104,55	564.338,66	63,39
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.403.295,01	1.481.373,70	270.010,41	1.037.924,77	70,07
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-326.383,52
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.118,37
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-325.265,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.363.189,92
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					33,43

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.500,00	12.500,00	3.300,00	6.867,97	54,94
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	125.000,00	125.000,00	16.907,42	89.534,25	71,63
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	137.500,00	137.500,00	20.207,42	96.402,22	70,11
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.540.795,01	1.618.873,70	290.217,83	1.134.326,99	70,07
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	1.652,74	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	465.787,56	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	425.623,51	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.118,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	42.935,16	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO ANEXO XI OPERACOES de CREDITO**RREO ANEXO XI OPERACOES DE CREDITO**

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	500.000,00	0,00		500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.933.120,62	1.785.038,14	0,00	2.148.082,48
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.933.120,62	1.785.038,14	0,00	2.148.082,48
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.433.120,62	-1.785.038,14		-1.648.082,48

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO ANEXO XIV RECEITA de ALIENACAO

RREO ANEXO XIV RECEITA DE ALIENACAO

Município de Chapadão do Lageado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	17.500,00	20.000,00	-2.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.500,00	20.000,00	-2.500,00
TOTAL	17.500,00	20.000,00	-2.500,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2009 (h)	Em 2010 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	11.626,95	20.000,00	31.626,95

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



RREO ANEXO XVII PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS

RREO ANEXO XVII PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS3

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2010		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

Chapadao do Lageado, 21/09/2010



RREO ANEXO XVIII SIMPLIFICADO RREO

RREO ANEXO XVIII SIMPLIFICADO RREO

Município de Chapadão do Lageado

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	7.851.351,64	
Previsão Atualizada		—	7.851.351,64	
Receitas Realizadas		1.793.473,74	6.005.456,17	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	502.864,99	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	7.851.351,64	
Créditos Adicionais		—	1.974.848,56	
Dotação Atualizada		—	9.826.200,20	
Despesas Empenhadas		1.489.836,11	6.145.514,87	
Despesas Liquidadas		1.157.511,87	5.806.850,07	
Superavit Orçamentário		—	198.606,10	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.489.836,11	6.145.514,87	
Despesas Liquidadas		1.157.511,87	5.806.850,07	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.865.951,70	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-320.796,70	0,00
Resultado Primário		0,00	221.114,15	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
EXECUTIVO	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
TOTAL:	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.363.189,92	25%	33,43
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		431.095,48	60%	92,33
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.785.038,14	2.148.082,48	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Chapadao do Lageado

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		20.000,00	-2.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	756.405,21	15,00	18,53

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



CÂMARA DE VEREADORES**Edital de Audiência Pública**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

DEMONSTRAR E AVALIAR AS METAS FISCAIS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

A Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, por meio de seu representante legal, Senhor Charles Aires, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº0121 de 15.05.2001, convoca a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores, para realização de Audiência Pública para demonstrar e avaliar as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2010 - 2º Quadrimestre bem como, torna público a toda a população do Município a realização da audiência, conforme data, local e horário abaixo, descritos:

DATA: 29/09/2010 (QUARTA FEIRA)

LOCAL: Centro de Múltiplo Uso, localizado a Rua Bernardo Henrique Hilleshein, Centro, Município de Chapadão do Lageado - SC.

HORÁRIO: 08:30 horas.

Chapadão do Lageado, 21 de setembro de 2010.

CHARLES AIRES

Presidente

Concórdia**PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 4/2010 FMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N°. 4/2010 - FMC

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para a premiação do Festival Concórdia em Dança 2010.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 04/10/2010.

Abertura: dia 04/10/2010, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 10 de setembro de 2010.

SANDRA MARA ROMAN

Diretora Geral da Fundação Municipal de Cultura

Edital de Notificação Convênio nº 4371/2010-0 - PMC/SDR/ Aeroporto

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação da 3ª - 4ª - 5ª e 6ª parcelas de recursos provenientes do Convênio nº 4371/2010-0 - PMC/SDR/ Aeroporto, no valor de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais).

Concórdia SC, 21 de setembro de 2010.

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 38.084,88 (trinta e oito mil oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Concórdia SC, 20 de setembro de 2010.

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 55.183,55 (cinquenta e cinco mil cento e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 20 de setembro de 2010.

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAF-MASPBFI/PAIF/CRAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBFI/PAIF/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 21 de setembro de 2010.

GENAIR LOURDES BOGONI

Diretora de Habitação



Edital de Notificação FISCAL Nº 007/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2010

A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

DANIEL TAGLIARI - CPF 644.018.710-49 - End.: Rua Getúlio Vargas, 965, Centro - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 04/2010: 1) referente à pavimentação asfáltica na Rua Luiz Sandi, ref. Imóvel 138088, Vcto. 08/10/2010. Valor: 1.046.4718 Ufir Municipal; 2) referente à pavimentação asfáltica na Rua "E" Lot. Jardim Europa, ref. Imóvel 138070, Vcto. 08/10/2010. Valor: 1.464,0605 Ufir Municipal.

JOSÉ ANGELO CRIVELATTI - CPF 466.190.629-20 - End.: Rua Lucia Volpi Maito, 314 - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 02/2010, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel 181129, Vcto. 09/09/2010. Valor: 1.948,2343 Ufir Municipal.

RJF COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS - CNPJ 11.459.068/0001-50 - Rua Senador Atilio Francisco Xavier Fontana, 2055 - Bairro Santa Cruz - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Notificação Fiscal nº 009/2010, de 09/09/2010 - Multa por não possuir Alvará de Licença (TLLF) no local antes citado, conforme Notificação preliminar nº 19/2010, de 07/06/2010. Valor: 200,00 Ufir Municipal.

Concórdia, 20 de setembro de 2010
VILMA INEZ STRINGHINI
Secretária Municipal de Finanças

Coronel Martins**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº. 161, de 20 de setembro de 2010**

DECRETO Nº. 161, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 510, de 11/08/2009, Lei da LDO nº. 516, de 04/11/2009, Lei Orçamentária Anual nº. 518, de 15 de Dezembro de 2009, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.235,00 (um mil duzentos e trinta e cinco reais) utilizando a fonte de recursos 03.00.000000 do superávit financeiro apurado entre o confronto do ativo financeiro (-) menos passivo financeiro do balanço patrimonial da Prefeitura Municipal de Coronel Martins,

suplementando a seguinte Programação de despesa:

03.01 SEC. MUNIC. DE ADMINIST., PLANEJ. E FINANÇAS			
04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
33500000	Aplicações Diretas	03.00.000000	1.235,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 20 de setembro de 2010.

PEDRO KIELB

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete.

Corupá**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria 942/2010 - da nova redação ao artigo 1º da Portaria 938/10.**

PORTARIA Nº 942/10

DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA PORTARIA 938/10, QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 1, à SERVIDORA VALQUIRIA MICHALAK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Da nova redação ao Artigo 1º da Portaria 938/10 de 07 de julho de 2010, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 1, à servidora VALQUIRIA MICHALAK, para responder pela Coordenação da Biblioteca Pública Municipal Castro Alves."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de julho de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 943/2010 - Exo. em razão de obtenção de aposentadoria

PORTARIA Nº 943/10.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA, EM RAZÃO DA OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais, em especial o conferido pelo artigo 66, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a correspondência expedida pelo INSS, comunicando ao Município de Corupá a concessão de aposentadoria ao servidor efetivo ADALBERTO MAIA, a partir de 08/05/2008;



CONSIDERANDO que o tempo de serviço e suas contribuições foram objeto de contagem para a aposentadoria obtida junto ao INSS, que no caso é o órgão previdenciário do Município;

CONSIDERANDO que a aposentadoria voluntária do servidor público enseja o rompimento do vínculo empregatício, de modo que a permanência no serviço público depende de novo concurso, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a desnecessidade de instauração de processo administrativo para a exoneração do servidor, tendo em vista que isso só é necessário quando o fato depender de prova ou possa ensejar a contestação pelo interessado;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ao julgar casos análogos, considerou legal a exoneração de servidor público celetista que se aposenta pelo Regime Geral do INSS (nesse sentido, menciona-se: Apelação Cível nº 2009.042083-8, julgada em 24/06/2010; Apelação Cível nº 2009.033720-3, julgada em 12/07/2010; Apelação Cível nº 2008.073266-8, julgada em 04/05/2010).

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo o servidor ADALBERTO MAIA, lotado junto à Divisão de Ensino da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 945/2010 - concede função gratificada FG-4

PORTARIA Nº 945/10

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 4

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 4, ao servidor RUBENS GONÇALVES MARTINS, para responder pela Coordenação do Sistema de Águas Pluviais, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de julho de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 29 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 946/2010 - nomeia os membros do COMDEC

PORTARIA Nº 946/10

NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso

VII do artigo 66, e combinando com o artigo 6º da Lei Municipal nº 1968 de 05 de abril de 2010 e Decreto nº 219/10 de 30 de junho de 2010,

RESOLVE :

Art. 1º - Nomear os membros da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC:

I - ERNESTO FELIPE BLUNK - Coordenador;

II - BERNADETE CORREA HILLBRECHT - Secretária;

III - RENATO LIRA - Setor Operativo;

IV - JULIANO SCANDOLARA - Setor Técnico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 29 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de Concorrência 0002/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 0054/2010

Edital de Concorrência nº 0002/2010

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso de um imóvel com área de 7.621,64m² com um Barracão Pré-Moldado de 1.839,52m² e demais instalações anexas.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 08/11/2010. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222

email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 1.581, De 20 de setembro de 2010.

LEI Nº 1.581, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº. 862, DE 15 DE MAIO DE 2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do artigo 1º, da Lei nº.



862, de 15 de maio de 2002, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

I - Substituição de servidor ocupantes de cargos ou empregos públicos de professor e médico em férias, licenciado ou designado para exercer outra função, tanto do quadro do Município, como também de outros órgãos públicos;

II - Preenchimento de cargo inicial de carreira de professor e médico, desde que as vagas não tenham sido preenchidas através de Concurso Público;"

Art. 2º Ficam acrescidos os incisos V, VI, VII, VIII, IX e X ao artigo 1º, da Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

V - Para suprir demanda decorrente de situação de calamidade pública ou estado de emergência;

VI - Para atender demanda imprevista na área de saúde pública;

VII - Substituição temporária de profissionais da saúde responsáveis pelo atendimento à população;

VIII - Substituição temporária de servidores e empregados públicos, quando decorrente de licenças ou afastamentos obrigatórios;

IX - Contratação temporária para funções públicas imprescindíveis, quando vagos os cargos em referência;

X - Substituição temporária de servidores e empregados públicos licenciados ou designados para exercer outra função, tanto do quadro do Município, como também de outros órgãos públicos."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de setembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria em 20 de setembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Governo

Lei Nº 1.582, de 20 de setembro de 2010.

LEI Nº 1.582, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A PERMUTA DAS ÁREAS DE TERRA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terra pertencente ao Município de Forquilha, de 364,50m², correspondente ao Lote nº 04, Quadra C, localizado na Rua Apolônia Back, Loteamento Steiner, Centro, Forquilha/SC, matrícula nº 24.306, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, pela área de terra de propriedade de Lina Machado Borges, de 364,50m², correspondente ao Lote nº 02, localizado na Rua Isabel Westrup Back, Centro, Forquilha/SC, matrícula nº. 65.806, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma.

Art. 2º A área de terra permutada será utilizada para implantação de obra de utilidade pública.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de Setembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria em 20 de setembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Governo

Lei Nº 1.582, de 20 de setembro de 2010.

LEI Nº 1.582, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A PERMUTA DAS ÁREAS DE TERRA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terra pertencente ao Município de Forquilha, de 364,50m², correspondente ao Lote nº 04, Quadra C, localizado na Rua Apolônia Back, Loteamento Steiner, Centro, Forquilha/SC, matrícula nº 24.306, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, pela área de terra de propriedade de Lina Machado Borges, de 364,50m², correspondente ao Lote nº 02, localizado na Rua Isabel Westrup Back, Centro, Forquilha/SC, matrícula nº. 65.806, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma.

Art. 2º A área de terra permutada será utilizada para implantação de obra de utilidade pública.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de Setembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria em 20 de setembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Governo

Lei Nº 1.583, de 20 de setembro de 2010.

LEI Nº 1.583, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.249, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º, da Lei nº. 1.249, de 21 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar área de terra à Empresa MILANO ESTRUTURAS METÁLICAS



LTDA., inscrita no CNPJ sob o número 82.916.065/0001-65 correspondente ao Lote número 02, com área total de 46.354,16 m² (quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e quatro metros e dezesseis centímetros quadrados), conforme dispõe o artigo 3º da Lei Municipal nº 007, de 02 de fevereiro de 1990, localizada no "Núcleo Industrial II", neste Município, com as seguintes confrontações:

	100,00 metros	com o lote 01; e
NORTE	- 132,38 metros	com terras de L&B Indústria de Alimentos Ltda.;
SUL	- 126,46 metros	com área remanescente do Município de Forquilha;
LESTE	- 151,31 metros,	com terras da FUCRI/UNESC; e
	214,71 metros,	com terras da FUCRI/UNESC;
OESTE	- 324,10 metros,	com a Rua 126."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de setembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria em 20 de setembro de 2010.

DIEGO PASSARELA
Secretário de Governo

Lei Nº 1.584, de 20 de setembro de 2010.

LEI Nº 1.584, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

PROLONGA A RUA 126 DO BAIRRO SANTA LÍBERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica prolongada a Rua 126, localizada no "Núcleo Industrial II", Bairro Santa Líbera, neste Município, sendo destinada a área de terra de 7.932,70m², matrícula nº 4.987, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, com as seguintes confrontações:

NORTE	- 20,00 metros	com a Rua 126;
SUL	- 20,00 metros	com Município de Forquilha;
LESTE	- 72,51 metros,	com o lote 01 e
	324,10 metros,	com o lote 02;
		com Milenium Administradora de Imó-
OESTE	- 397,14 metros,	veis Ltda. e
		Indústria Metalúrgica Santa Líbera Ltda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de setembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria em 20 de setembro de 2010.

DIEGO PASSARELA
Secretário de Governo

Edital de Chamamento Público

FEIRA POPULAR MUNICIPAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que, no período de 20/09/2010 a 05/10/2010, estarão abertas as inscrições para os Agricultores Familiares, Empreendedores Familiares Rurais e os Artesãos do Município de Forquilha que estiverem interessados em comercializar seus produtos na Feira Popular Municipal.

1.1 O presente processo de seleção tem por objeto a inscrição e classificação dos interessados em comercializar produtos oriundos artesanais e da agricultura familiar do Município de Forquilha através da Feira Popular.

1.2 Os interessados deverão realizar sua inscrição no local, período e horários abaixo indicados:

Período: 20/09/2010 a 05/10/2010.

Horário: 7:00 às 13:00.

Local: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, situada no Paço Municipal 26 de abril, nº 3400, centro, Forquilha/SC.

1.3 Os interessados deverão estar munidos com os seguintes documentos:

1.3.1 Pessoa Jurídica:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;

c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;

e) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;

g) certidão conjunta negativa perante a Fazenda Federal e quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal;

h) estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações.

1.3.2 Pessoa Física:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante ou, na falta desta, o NIS - Número de Identificação Social, obtido junto à Secretaria de Ação Social do Município, exceto aos artesãos;

c) certidão conjunta negativa perante a Fazenda Federal e quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal, que pode ser obtido no site da Receita Federal do Brasil - www.receita.fazenda.gov.br;

d) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa, que pode ser obtido no Setor de Tributação da Prefeitura;

e) Cópia da Carteira de Identidade;

f) Cópia do Comprovante de Residência.

1.4 Na oportunidade da inscrição, o interessado deverá informar os produtos a serem comercializados.

1.5 A presente seleção destina-se ao preenchimento de vagas já existentes, conforme discriminado no Regulamento da Feira Popular, bem como de demais vagas que surjam ao longo do período de validade das inscrições.

1.6 O processo de seleção reger-se-á de acordo com as disposi-



ções do Regulamento da Feira Popular.

Forquilha/SC, 31 de agosto de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 0269/2010

DECRETO Nº 0269 DE 21 DE SETEMBRO 2010.
APROVA O DESMEMBRAMENTO DOS LOTES Nº 0007 e 0008 DA QUADRA 047, DE PROPRIEDADE DE JOÃO DELFES VARELLA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 3695/2010, o desmembramento dos lotes 0007 e 0008 da quadra 047, matriculado no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 7567, de propriedade de JOÃO DELFES VARELLA, conforme abaixo descrito:

a) A área desmembrada com 2.000,00m² será cadastrada neste município como lote nº 0008-000 da quadra 047;

b) A área remanescente com 2.000,00m² permanecerá como lote 0007-000 da quadra 047.

Art. 2º - Dentro do Plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV tabela II da Lei Municipal Complementar nº 0097/2008, os lotes serão cadastrados como ZMD (Zona Mista Diversificada).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 21 DE SETEMBRO 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2417/2010

PORTARIA Nº 2.417, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 0022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para

a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo a servidora ANA MARIA DE OLIVEIRA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, MARLI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 031.002.959-78, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, por 40 horas semanais, no período de 22 de setembro de 2010 a 01 de novembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2418/2010

PORTARIA N.º 2.418 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, GECIANE XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.561.029-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 22 de setembro de 2010 até 21 de novembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2419/2010

PORTARIA Nº 2.419, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.
Exonera agente político

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 027.546.959-07, na função pú-



blica de agente político de PROCURADOR ADJUNTO DO MUNICÍPIO, por 40 horas semanais, a partir de 30 de setembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2420/2010

PORTARIA Nº 2.420, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ROBERTA PEDROSO LEANDRO DE PAULA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 058.812.279-30, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 20 de setembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2421/2010

PORTARIA Nº 2.421, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 008 de 17 de março de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Cultura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor MARCELO KUKMARSKI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 058.654.719-37, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2422/2010

PORTARIA N.º 2.422, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o afastamento por aposentadoria por invalidez

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;

E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 3.688, de 03 de setembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, em 20 de setembro de 2010, a servidora MARLY SALETE ROSA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.052.889-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SENIOR, por aposentadoria por invalidez, fixada a partir de 05 de agosto de 2010, Benefício nº 542.0953974, conforme Concessão de Aposentadoria expedida em 17 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento.

Aviso de Pregão Presencial nº 0022/2010-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2010 - SF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0010/2010

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de kits para implemento da capinadeira do equipamento Bob Cat Modelo S130, de uso da SANEFRAI. Validade da Ata: outubro de 2010 a junho de 2011. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 06/10/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 21 de setembro de 2010

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

Aviso de Pregão Presencial nº 0107/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0107/2010 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0051/2010**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras móveis, cadeiras, equipamentos de informática e eletrodomésticos diversos para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e Participantes (SANEFRAI, FME e FMS). Validade da Ata de Registro de Preços: Outubro de 2010 a maio de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 08/10/2010. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 20 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial nº 0108/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0108/2010 - PMF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã". Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 04/10/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 21 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial nº 0021/2010 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2010 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue:

Objeto: Aquisição de equipamentos que serão utilizados na Usina de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos deste município, na separação e prensagem dos resíduos. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 05/10/2010. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de setembro de 2010.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Edital de Seleção ACT nº 0019/2010

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0019 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da saúde do Município de Fraiburgo, para a função de Agente Comunitário de Saúde, dos bairros Bela Vista, Santa Mônica e Roland Mayer, e para a função de Enfermeiro PSF. O preenchimento de vagas será

para o ano de 2010, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e alterações. As inscrições serão realizadas no período de 27 de setembro a 15 de outubro de 2010, das 08:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos e feriados), na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3000.

Fraiburgo, 21 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA DE VEREADORES

Resultado da Tomada de Preços Nº 0001/2010

CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 11/2010

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2010

OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução parcial da edificação do prédio da Câmara Municipal, com área construída de 1.374,63 m² (Etapa 05), de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

EMPRESAS HABILITADAS:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA.

GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

SÉCULOS IND. COM. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

EMPRESA VENCEDORA

CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA, pelo Menor Preço Global no valor de R\$ 542.326,29 (quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos).

Fraiburgo (SC), 20 de setembro de 2010.
JOSE BUFFON
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 0010/2010-CMF

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0010/2010-CMF

Contratada: Construtora e Incorporadora Saks Ltda. Objeto: Execução parcial (quinta etapa) da edificação do prédio da nova sede da Câmara Municipal de Fraiburgo. Data 20/09/2010. PAL nº 0011/2010. Tomada de Preços nº 0001/2010 Valor do Contrato R\$ 542.326,29 (quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos).

Fraiburgo, 20 de setembro de 2010.
JOSE BUFFON
Presidente da Câmara Municipal

Extrato termo aditivo 02 do contrato Nº 0003/2010-CMF

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 DO CONTRATO Nº 0003/2010-CMF Prorroga o prazo do contrato 03/2010 pelo período de seis meses a partir de 01/10/2010 - Contratada: W2B Serviços Ltda. ME

Fraiburgo, 20 de setembro de 2010.
JOSE BUFFON
Presidente da Câmara Municipal



Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 129/2010

DECRETO N.º 129, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 25.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.....25.000,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde25.000,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas.....25.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.....25.000,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde25.000,00
4.4.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas.....25.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Setembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/09/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.018 de 31 de agosto de 2010.

DECRETO Nº 4.018 DE 31 DE AGOSTO DE 2010.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 02 de setembro de 2010, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo de provimento efetivo abaixo mencionado, cuja carga horária e respectiva lotação seguem especificadas:

NOME	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO
Angelita Izidoro Jacinto Cesare	Auxiliar Enfermagem	30h	Secretaria da Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de agosto de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.030, de 14 de setembro de 2010.

DECRETO Nº. 4.030, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO
2.200116 AMPLIAÇÃO / MANUT. DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO
Dotação 6 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas..... R\$ 250.000,00

Art. 2º O recurso anulado no artigo 1º deste Decreto fica destinado à suplementação do seguinte saldo de dotação do orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
00017.00512.00025 MELHORIA E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO
2.200116 AMPLIAÇÃO / MANUT. DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO
Dotação 5 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas..... R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de setembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.031, de 14 de setembro de 2010.

DECRETO Nº. 4.031, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 3.714, DE 04 DE JANEIRO DE 2010, QUE "BLOQUEIA RECURSOS DE CONVÊNIOS A SEREM POSSIVELMENTE FIRMADOS DURANTE O PRESENTE EXERCÍCIO ATÉ SUA EFETIVA LIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES AO MUNICÍPIO DE GASPAR".

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº. 3.714, de 04 de janeiro de 2010, no que se refere ao bloqueio dos seguintes recursos de



convênios:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde
 Função: 10 Saúde
 Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Projeto: 1.100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/Policlínica
 Despesa: 1
 Modalidade de aplicação: 3.4.4.9.0 Aplicações diretas.... R\$ 2.000.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de setembro de 2010.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.033, de 15 de setembro de 2010

DECRETO Nº. 4.033, DE 15 DE SETEMBRO DE 2010.
 ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 00010.00305.00026 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.200130 AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
 Dotação 93 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas..... R\$ 16.000,00

Art. 2º Por conta do recurso anulado no art. 1º deste Decreto, fica suplementado, no valor indicado, o saldo da dotação do Fundo Municipal de Saúde indicada a seguir.

6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 00010.00305.00026 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.200130 AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
 Dotação 92 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas..... R\$ 16.000,00

Art. 3º Fica suplementado por superávit financeiro, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

9 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
 00004.00122.00019 GESTÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
 2.200088 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA
 Dotação 237 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas..... R\$ 8.117,51

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de setembro de 2010.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.035, de 16 de setembro de 2010.

DECRETO Nº. 4.035, DE 16 DE SETEMBRO DE 2010.
 NOMEIA ALTAMIRO MACHADO PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ENCARGADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992, e na Lei 2.612, de 04 de julho de 2005.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 20 de setembro de 2010, o servidor ALTAMIRO MACHADO, portador do CPF sob o nº 399.866.409-20 e RG de nº 1.114.152-2, para o cargo de Encarregado, Nível CC, Ref. 21, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de setembro de 2010.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.036 de 16 de setembro de 2010.

DECRETO Nº. 4.036 DE 16 DE SETEMBRO DE 2010.
 NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA DO CONVITE Nº 14/2010, DESTINADO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS COMPLEMENTARES PARA A CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 6º, inciso XVI e art. 51, parágrafo 5º da Lei Federal 8.666/93,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para comporem a Comissão Especial de Licitação, responsáveis pela análise da proposta técnica do Convite nº 18/2010 - destinado à prestação de serviços de elaboração dos projetos complementares para a construção da Policlínica Municipal.

I - Edmundo de Jesus Araújo - Engenheiro Civil
 II - Patrícia Scheidt - Secretária de Planejamento e Desenvolvimento;
 III - Sara Nunes de Souza - Arquiteta;

Art. 2º Os membros da Comissão de Licitação, nomeados pelo Decreto nº 3.996/10, terão a incumbência de realizar os demais procedimentos relativos à licitação mencionada no caput do artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de setembro de 2010.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.037 de 16 de setembro de 2010.

DECRETO Nº. 4.037 DE 16 DE SETEMBRO DE 2010.
 DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR VALDIR LUCAS DIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no



artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a partir de 30 de setembro de 2010, a vacância do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, do servidor VALDIR LUCAS DIAS, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, em decorrência de sua aposentadoria.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de setembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.230 de 16 de setembro de 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.230 DE 16 DE SETEMBRO DE 2010.
COLOCA A DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, O SERVIDOR EDUARDO FERNANDES DA ROCHA SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, a partir de 20 de setembro 2010, o servidor EDUARDO FERNANDES DA ROCHA SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.231 de 16 de setembro de 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.231 DE 16 DE SETEMBRO DE 2010.
COLOCA A DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, O SERVIDOR MARCOS APARECIDO NUNES DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, a partir de 20 de setembro 2010, o servidor MARCOS APARECIDO NUNES DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.232 de 16 de setembro de 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.232 DE 16 DE SETEMBRO DE 2010.
COLOCA A DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, O SERVIDOR GILSON KILIAN DE PAULA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, a partir de 20 de setembro 2010, o servidor GILSON KILIAN DE PAULA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.234 de 16 de setembro de 2010.

P O R T A R I A Nº. 2.234 DE 16 DE SETEMBRO DE 2010.
REVOGA PORTARIA Nº 2.025 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE COLOCA A DISPOSIÇÃO NA DITRAN, O SERVIDOR EDUARDO BACHMANN GOMES CAPELLO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 2.025, de 16 de dezembro de 2009, que coloca à disposição na DITRAN o servidor EDUARDO BACHMANN GOMES CAPELLO, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, devendo o mesmo retornar à sua lotação de origem a partir de 20 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Aviso de Alteração do Edital do Convite nº 18/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

Aviso de Alteração do Edital do Convite nº 18/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto a elaboração dos projetos complementares para a construção da Policlínica Municipal, que o Edital foi ALTERADO. As datas e locais de entrega e abertura permanecem os mesmos. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e do Aditivo no Depto. de Compras do Paço Municipal na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 Centro, Gaspar/SC ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 20 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial nº 80/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 80/2010

OBJETO: aquisição de livros para o acervo da Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostins, Escolas Municipais e CDI's. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 06/10/2010, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristi-



liano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 06/10/2010 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 20 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 792/2010

PORTARIA Nº 792/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora HELENARA RITA SEGALIN TRUCCULO (Matr. 3225), para ocupar o cargo de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, Ensino Fundamental, turno matutino, junto à EBM Cruz e Souza, a partir de 20 de setembro de 2010 até o término do ano letivo, em substituição à Servidora Inês Rech Marin, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, aprovada pelo Processo Seletivo 004/2009 - SMECE de 17 de dezembro de 2009, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Setembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Termo de retificação ao contrato nº 0052/2010

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal Herval D' Oeste.
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: Andrade Construções Ltda
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40
Rua Antonio Bevilacqua nº 30
CONTRATADA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 0052/2010, DE 03 DE AGOSTO DE 2010

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato Nº 0052/2010, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste e a Empresa Andrade Construções Ltda. para contrato a Implantação de passeios em vias públicas urbanas neste município, no que tange a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, subitem 1.2 que passa a vigorar da

seguinte forma:

1.2 - Os passeios públicos ficam divididos em 03 itens, conforme projetos e convênios firmados conforme descrição abaixo:

Item	Descrição/ Localização	Metragens	Valor Total em R\$
01	Execução de Passeios Públicos em partes trechos compreendidos nas Ruas Nereu Ramos (partes), e Rua Santa Catarina. (partes)	1.482,38	108.363,51
02	Execução de Passeios Públicos em partes das Ruas Santos Dumont; Rua Nereu Ramos, Rua Santa Catarina.	1.645,62	119.486,96
03	Execução de Passeios Públicos em partes trechos compreendidos nas Ruas Nereu Ramos (partes), e Rua Santa Catarina. (partes) Rua Vitor Polati, Travessa Pinheiro Machado, Rua Costa e Silva e Rua Santos Dumont (partes)	2624,59	205.618,50
TOTAL			433.468,97

1.2.1 - Área Total: 5.752,59 m²

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Herval d' Oeste - SC, 20 de Setembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

CÂMARA DE VEREADORES

Aviso de Audiência Pública Nº 006/10

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/10

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Cristiano Lopes de Oliveira, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Elísio Sgrott, comunicam que, no próximo dia 27 de setembro de 2010, segunda-feira, às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba, será realizada junto à 32ª Sessão Ordinária, Audiência Pública com a finalidade de demonstrar e avaliar as metas fiscais referentes ao segundo quadrimestre de 2010 da Prefeitura Municipal de Imbituba.

A apresentação das metas fiscais será realizada pelo Secretário da Fazenda do Município de Imbituba, Senhor Francisco Duarte de Oliveira.

Imbituba/SC, 17 de setembro de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

ELÍSIO SGROTT
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N.º 028/2010. - ERRATA

"DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da LC n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo III - QUADRO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora DIRCÉLIA APARECIDA SENFF NICOLUZZI, ocupante do cargo de Professora, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Município, para exercer a Função Gratificada Chefe Coordenadora de Projetos, vinculada a Secretaria Municipal da Educação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de fevereiro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação

Portaria N.º 169/2009 - ERRATA

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 87 da Lei Complementar n.º 07/2001, regulamentado pelo Decreto n.º 1359/2004, e, em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor CLÉRIS MAURO SCHAFASCHEK, ocupante do cargo de Agente Administrativo do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento, passando do Nível 49 E-007, para o Nível 49 F-007.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de junho de 2009.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Portaria N.º 265/2010. - ERRATA.

"DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo IV - DAS GRATIFICAÇÕES, da Lei Complementar n.º 03/99, de 18/05/1999,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora ROSANA DONDA RUCKL, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativa (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta do Município, para exercer a Função Gratificada de Diretora Gestora do Programa Bolsa Família.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0999/2010

PORTARIA Nº 0999/2010

De: 14 de setembro de 2010.

EXONERA AO SERVIDOR(A), A PEDIDO.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) a pedido, o(a) servidor(a) GILMARA CRISTINA DOS SANTOS, matrícula 1381-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de setembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1005/2010

PORTARIA Nº 1005/2010.

De: 20 de setembro de 2010.

FICA NOMEADO (A) PARA O CARGO.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 76/2001, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 001/2007, NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

Cargo	Nome	Sal. Inicial
Ajudante de Serviços Públicos	Ana Maria de Sousa	R\$ 609,04

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de setembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Errata - Pregão nº 038/2010

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 38/2010.

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS



DATA: 23 de setembro de 2010. HORÁRIO: 10h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de 01 (uma) motoniveladora usada com opção de compra no final da contratação, revisada, ano de fabricação não inferior a 1981, conforme Anexo V do edital.

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário acima citado, aonde lê-se:

2.4. A contratada obriga-se a dar garantia das perfeitas condições de uso dos bens ofertados pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias. (pág.19).

6.7 - A CONTRATADA se obriga a dar garantia do bem ofertado de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos da lei Federal nº 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor), exceto material de consumo e desgaste. (pág.22).

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

2.4. A contratada obriga-se a dar garantia das perfeitas condições de uso dos bens ofertados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

6.7 - A CONTRATADA se obriga a dar garantia do bem ofertado de 12 (doze) meses, nos termos da lei Federal nº 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor), exceto material de consumo e desgaste.

Conforme o Art. 21  4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES se manterá o exposto, pois esta alteração não fere os princípios deste artigo e parágrafo, haja vista tratar-se de erro material, pois em vários momentos do edital é tratado de prazo de garantia de 12 (doze) meses.

Itapoá, 21 de setembro de 2010.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira oficial do Município

Termo de Convocação 124

Termo De Convocação Nº 124

Processo: Concurso Público - Edital nº 001/2007

Carlito J. Custodio Junior - Secretário de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Itapoá - SC, 20 de setembro de 2010.

Inscr.	Clas.	Cargo	Candidato
1477B	46	Enfermeiro I	Milton Dias
2166A	13	Professor I(Ciências)	Kelly Choptian
1287H	10	Arquiteto I	Juliane Tamara Russi

CARLITO J. CUSTODIO JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Contrato 504/2010/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 504/2010

CONTRATANTE: Prefeitura de Joaçaba.

CONTRATADA: HEMBERE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO, ao Contrato nº 670/2007, celebrado em 24 de agosto de 2007, proveniente do Processo de Licitação nº 84/2007, que tem por objeto a prestação de serviços de serventes, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos: CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO E DO REAJUSTE:

Fica revisado de R\$ 1.609,15 (mil seiscentos e nove reais e quinze centavos) para R\$ 1.715,22 (mil setecentos e quinze reais e vinte e dois centavos), a contar de fevereiro de 2010, o valor mensal a ser pago a CONTRATADA, por posto de trabalho, conforme sugerido no parecer jurídico emitido pela Procuradoria do Município e em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 18/02/2010.

Extrato Contrato 507/2010/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 507/2010

CONTRATANTE: Prefeitura de Joaçaba.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO, ao Contrato nº 43/2009, firmado em 03 de fevereiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 150/2008 - Edital TP nº 10/2008, cujo objeto é o fornecimento, pela CONTRATADA, de licença de uso de sistema informatizado para controle da arrecadação do Imposto sobre Serviços - ISS, bem como sua manutenção evolutiva e corretiva com assistência técnica, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, nos seguintes termos: CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR: Os valores do contrato original ficam reajustados a partir de fevereiro de 2010, em 4,36%, em atendimento ao subitem 4 da cláusula quarta do referido contrato e ao requerimento formalizado pela CONTRATADA, de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica do Município, conforme discriminado abaixo:

Aluguel Sistema Livro Eletrônico - VALOR MENSAL ORIGINAL: R\$ 2.300,00 - PERÍODO DE INCIDÊNCIA: 01/02/2009-31/01/2010 - VARIAÇÃO: 4,36% - VALOR MENSAL REAJUSTADO: R\$ 2.400,28; Hora da Assistência Técnica ao sistema implantado - VALOR MENSAL ORIGINAL: R\$ 60,00 - PERÍODO DE INCIDÊNCIA: 01/02/2009-31/01/2010 - VARIAÇÃO: 4,36% - VALOR MENSAL REAJUSTADO: R\$ 62,62;

Despesas de deslocamento por quilômetro rodado a partir da sede da CONTRATADA - VALOR MENSAL ORIGINAL: R\$ 0,60 - PERÍODO DE INCIDÊNCIA: 01/02/2009-31/01/2010 - VARIAÇÃO: 4,36% - VALOR MENSAL REAJUSTADO: R\$ 0,66;

Despesas de estada ao dia - VALOR MENSAL ORIGINAL: R\$ 70,00 - PERÍODO DE INCIDÊNCIA: 01/02/2009-31/01/2010 - VARIAÇÃO: 4,36% - VALOR MENSAL REAJUSTADO: R\$ 73,05.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 18/02/2010.

Extrato Contrato 508/2010/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 508/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ROBERTO ROFNER



OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 84/2005, celebrado em 03 de Maio de 2005, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2005, instaurado através da Dispensa nº 68/2005, homologado no dia 03 de Maio de 2005, que tem como objeto a locação de imóvel localizado na Rua Getúlio Vargas nº 647, andar térreo - Centro, na cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação do CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS - CEM projetos implantados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, nos seguintes termos: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO: O valor do contrato fica reajustado, em 4,3620%, conforme variação do INPC, passando de R\$ 2.714,69 (Dois mil setecentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos), para R\$ 2.833,10 (Dois mil oitocentos e trinta e três reais e dez centavos), conforme solicitação do LOCADOR e parecer favorável da procuradoria.. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 18/02/2010.

Extrato Contrato 569/2010/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 569/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: FUNOESC - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 560/2010-PMJ, celebrado em 19 de maio de 2010, oriundo do Processo de Licitação nº 36/2010-PMJ - Dispensa de Licitação nº 2/2010-PMJ, homologado no dia 19 de maio de 2010, cujo objeto é a elaboração pela CONTRATADA, de diagnóstico sócio-ambiental contemplando 100% (cem por cento) da área abrangida pela bacia do Rio do Tigre, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos: CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato original fica prorrogada para 28 de outubro de 2010 (28/10/2010), a contar de 01 de julho de 2010, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 07/06/2010.

SIMAE

Pregão Presencial 0032/2010 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0037/2010

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2010

PROTOCOLO JHL 2032/2010

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0032/2010 - Licitação 0037/2010, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MEDIÇÃO DE NÍVEL ESTÁTICO E DINÂMICO DE POÇOS ARTESIANOS OPERADOS PELO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 04/10/2010 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 20/09/2010 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 22/09/2010 a 04/10/2010.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 22 de SETEMBRO de 2010.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora do SIMAE.



Homologação Pregão Presencial 0031/2010- SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 31/2010 - PR**

Processo Administrativo: 36/2010
 Processo de Licitação: 36/2010
 Data do Processo: 24/08/2010

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2010
 b) Licitação Nr.: 31/2010-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 17/09/2010
 e) Data da Adjudicação: 17/09/2010 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO 2010.

	(em Reais R\$)		
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007905 - PESCARA IND. COM. DE MATERIAIS DE SANEAM.	13	0,0000	5.021,00
	13		5.021,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo: 276.375,27

Joaçaba, 17 de Setembro de 2010.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora SIMAE



Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 111/2010

P O R T A R I A Nº 111/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, JOSÉ BONIFÁCIO NETO, do Cargo de Provisão em Comissão de Coordenador do Departamento de Transportes junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 112/2010

P O R T A R I A Nº 112/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, OYLSO JOSÉ DOS SANTOS, do Cargo de Provisão em Comissão de Coordenador do Departamento de Agricultura junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 113/2010

P O R T A R I A Nº 113/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, JOSÉ ARTUR FERNANDES, do Cargo de Provisão em Comissão de Coordenador do Departamento de Almoxarifado e Oficina junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 114/2010

P O R T A R I A Nº 114/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, ALCIMAR BENEDET, do Cargo de Provisão em Comissão de Coordenador de Setor junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 115/2010

P O R T A R I A Nº 115/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;



R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, BRUNA MENDES RIBEIRO, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Nutricionista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 116/2010

P O R T A R I A Nº 116/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, OYLSO JOSÉ DOS SANTOS, aprovado em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Veterinário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 117/2010

P O R T A R I A Nº 117/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b",

da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, LUANA CARDOSO BUNN ARAÚJO, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 118/2010

P O R T A R I A Nº 118/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, JOSÉ BONIFÁCIO NETO, aprovado em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Pintor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria n° 119/2010

P O R T A R I A Nº 119/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais n° 1.145/2001, n° 1.349/2005, n°1.598/2009, n° 1.628/2010 e n°1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, GLAITON MEDEIROS, aprovado em 2º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Pintor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria n° 120/2010

P O R T A R I A Nº 120/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais n° 1.145/2001, n° 1.349/2005, n°1.598/2009, n° 1.628/2010 e n°1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, JOSÉ ARTUR FERNANDES, aprovado em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Fiscal de Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Plane-

jamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria n° 121/2010

P O R T A R I A Nº 121/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais n° 1.145/2001, n° 1.349/2005, n°1.598/2009, n° 1.628/2010 e n°1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, ALCIMAR BENEDET, aprovado em 2º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Fiscal de Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria n° 122/2010

P O R T A R I A Nº 122/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais n° 1.300/2004, n° 1.485/2007, n°1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, LARISSA FERNANDES DIAS, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professora de Língua Inglesa, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 123/2010

P O R T A R I A Nº 123/ 2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº 1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, LUCAS LUCIANO MEDEIROS, aprovado em 2º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor de Língua Inglesa, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/08/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 02 de Agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Contrato 55/2010 - FMS

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2010

Processo Licitatório nº 33/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 33/2010

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIÓLOGIA EM CARÁTER EMERGENCIAL POR NÃO HAVER INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: Cristiane D'Acampora Guazzi

Prazo de Vigência: 06/08/2010 à 31/12/2010

Valor: R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Contrato 56/2010 - FMS

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2010

Processo Licitatório nº 34/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 34/2010

Objeto: SERVIÇOS DE ORTOPEDIA EM CARÁTER EMERGENCIAL POR NÃO HAVER INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: Boris Bento Brandão

Prazo de Vigência: 06/08/2010 à 31/12/2010

Valor: R\$ 43.165,44 (quarenta mil cento e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Contrato 57/2010 - FMS

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2010

Processo Licitatório nº 35/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 35/2010

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS DE OBSTETRA EM CARATER EMERGENCIA POR NÃO HAVER INSCRITOS NO CONCURSO 001/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: José Cândido Ribeiro Júnior

Prazo de Vigência: 06/08/2010 à 31/12/2010

Valor: R\$ 23.226,00 (vinte e três mil duzentos e vinte e seis reais)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Contrato 58/2010 - FMS

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2010

Processo Licitatório nº 36/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 36/2010

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS DE PSIQUIATRA EM CARATER DE EMERGENCIA POR NÃO HAVER INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: Vicente Ganen

Prazo de Vigência: 06/08/2010 à 31/12/2010

Valor: R\$ 11.466,00 (onze mil quatrocentos e sessenta e seis reais)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1445-2010

LEI Nº. 1445-2010

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E DESPORTIVA SAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Desportiva Sapiiranga, com sede na Rua 14 de Dezembro, n.º 296, Distrito de Sapiiranga, Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.722.109/0001-59.

Art. 2.º O reconhecimento de Utilidade Pública à Associação Recreativa e Desportiva Sapiiranga confere a mesma os benefícios da legislação vigente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de setembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 273/2010

PORTARIA n.º 273/2010

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei 1409/2009, resolve:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, a servidora DULCENEIA MARTINS BORGES MACHADO, ocupante do cargo de Professora act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 09/09/2010.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Setembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 274/2010

PORTARIA n.º 274/2010

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, a servidora SANTINA NICOLAU DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 08/09/2010.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Setembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital do Pregão Presencial Nº 24/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 49/2010

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2010

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 07/10/2010 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS de VALOR POR KM para CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR INTERMUNICIPAL PARA UNIVERSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, e PESSOA JURIDICA E OU FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, CONFORME A NECESSIDADE, E DE ACORDO COM AS REGRAS DO ANEXO VII. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 20 de setembro de 2010

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Extrato de ata de registro de preço Nº 47/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS de VALOR POR KM para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA UNIVERSITÁRIOS INTERMUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO CONFORME A NECESSIDADE.. ITENS : 02. VALOR TOTAL: R\$ 2,07 REAIS PELO ITEM 02; - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do



referido Processo Licitatório nº 41/2010 - Pregão Presencial nº 19/2010.

PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO.

Data da Assinatura: Monte Carlo 16 de setembro de 2010.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 575/2010

PORTARIA Nº 575/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar execução do Contrato nº 174/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 174 de 17/09/2010, o senhor Saulo Roberto Voltolini, matrícula funcional nº 4465 ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento, cujo objeto do contrato é a aquisição parcelada de 330 (trezentos e trinta) litros de Larvicida Biológico - BTI, com potência mínima de 3.000 UAA/MG, concentração de 1,2% ou 1,6% de princípio ativo e validade mínima de 18 meses, destinado ao controle do simuliídeo (mosquito borrachudo), para o ano 2010.

Art. 2º - Atribui ao senhor Saulo Roberto Voltolini anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 20 de setembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de setembro de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário de Administração e Finanças

Contrato Nº 174/2010

CONTRATO Nº 174/2010

Origem: Processo Licitatório nº 091/2010. Modalidade: Pregão Presencial nº 039/2010. Homologação: 17/09/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: PES Comércio Importação e Exportação Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 68.833.227/0001-51, estabelecida na Rua Marianne, 794, Fundo, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, CEP 90430-180, que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato

representada por Felipe Antônio Pes, Sócio-Gerente, portador da Carteira de Identidade número 5011373461, inscrito no CPF sob o número 183878610-49. Objeto do Contrato: Aquisição parcelada de 330 (trezentos e trinta) litros de larvicida biológico - BTI, com potência mínima de 3.000 UAA/mg, concentração de 1,2% ou 1,6% de princípio ativo e validade mínima de 18 meses, destinado ao controle do simuliídeo (mosquito borrachudo), para o ano 2010.

Nova Trento, 17 de setembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato

CONTRATO Nº 173/2010

Origem: Dispensa de Licitação Nº 033/2010. Fundamentação: Lei Federal nº 8666/93, art. 24, inciso IV Homologação: 02/08/2010. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, Centro, 88270-000, CNPJ 08.858.200/0001-91. Contratado: "SLS HOSPITALAR SERVIÇO E MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EM GERAL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Fátima, 2.250, Bairro Fátima, Joinville-SC, inscrita no CNPJ sob nº 05.684.306/0001-28, e Inscrição Estadual nº 254.752.764. Objeto do Contrato: A contratação de empresa para prestação dos serviços de Manutenção Preventiva de Equipamentos, sem o fornecimento de peças. O valor deste contrato é de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensais. Validade do Contrato: Tem o prazo de 06 (seis) meses.

Nova Trento, 02 de agosto de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

SAMAE

Contrato Aquisição de Produtos Químicos

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

Contrato Nº.: 000036/2010

Contratante.: SAMAE NOVA TRENTO

Contratada.: QUIMISA S/A

Valor.....: 15.300,00 (quinze mil trezentos reais)

Vigência.....: Início: 22/09/2010 Término: 22/09/2011

Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2010

Recursos.....: Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto.....: PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DA ÁGUA NA ETA 1 E ETA 2 DESTA SAMAE.

NOVA TRENTO, 21 de Setembro de 2010

Carlos Tarcisio Battisti

Diretor SAMAE

Contrato Aquisição de Produtos Químicos

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 000035/2010

Contratante.: SAMAE NOVA TRENTO

Contratada.: BUSCHLE & LEPPER S.A

Valor.....: 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)

Vigência.....: Início: 22/09/2010 Término: 22/09/2011

Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2010

Recursos.....: Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (3)



Objeto.....: PRODUTOS QUIMICOS PARA TRATAMENTO DA ÁGUA NA ETA 1 E ETA 2 DESTE SAMAE.

NOVA TRENTO, 21 de Setembro de 2010
CARLOS TARCISIO BATTISTI
Diretor SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Administrativo FMS Nº 07/2010

SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 07/2010
Contratante...: FUNDO MUN. DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE
Contratada...: LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-EPP
Valor.....: R\$ 3.750,00 (Três mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência....: Início: 20/09/2010 Término: 20/09/2011
Licitação....: Pregão Presencial FMS Nº.: 6/2010
Recursos....: Dotação: 60.02-10.301.0016.2.031.14.4..4.90.00 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde.
Objeto.....: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Equipamentos Odontológicos a serem utilizados na Unidade Sanitária de Saúde, conforme quantitativos e especificações, abaixo descritas:

Qtd	Un	Descrição	Marca
01	Un.	Autoclave horizontal com capacidade mínima de 21 litros, com Câmara em Inox, com Desaeração e Despressurização automáticas; ciclo de secagem eficiente com secagem extra; método de secagem porta fechada, com no mínimo 06 sistemas de segurança: Válvula de segurança, Válvula anti-vácuo, Anel de vedação, Fusível, Termostato, Sistema eletrônico de controle de potência, Potência mínima de 1600watts, voltagem de 220 Volts, tempo total mínimo de esterilização de 55 min(1 ciclo), com apresentação de Registro na ANVISA.	CRISTÓFOLI

NOVO HORIZONTE, 20 de Setembro de 2010
ROGERIO A. MASCARELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Administrativo FMS Nº 08/2010

SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 08/2010
Contratante...: FUNDO MUN. DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE
Contratada...: ALMEIDA E RONSSSEN LTDA-ASSISTEMEDI
Valor.....: R\$ 1.857,20 (Um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos)
Vigência....: Início: 20/09/2010 Término: 20/09/2011
Licitação....: Pregão Presencial FMS Nº.: 6/2010
Recursos....: Dotação: 60.02-10.301.0016.2.031.14.4..4.90.00 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde.
Objeto.....: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Equipamentos Odontológicos a serem utilizados na Unidade Sa-

nitária de Saúde, conforme quantitativos e especificações, abaixo descritas:

Item	Qtd	Un	Descrição	Marca	
02	01	Un.	Amalgamador capsular, automático, do tipo Vibração silenciosa; trituração consistente e exata. Usado para materiais dentais encapsulados; de Fácil manuseio, voltagem de 220 Volts.	Shuster	R\$ 698,00
03	01	Un.	Aparelho fotopolimerizador com emissor tipo led, com nível de potência mínima de 600mW/cm ² , com disposição de sinal sonoro, tempo de fotopolimerizador até completar o ciclo de no mínimo 50 segundos, voltagem 220 Volts.	Shuster	R\$ 610,00
04	01	Un.	Jato de bicarbonato de sódio, a ser Utilizado no próprio encaixe borden do equipo. Utilizar o próprio pedal do equipo. Não necessitar de adaptações externas de água e ar. Possuir válvula anti-refluxo de pó	Shuster	R\$ 549,20

NOVO HORIZONTE, 20 de Setembro de 2010
ROGERIO A. MASCARELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1411 de 21 de setembro de 2010

LEI Nº. 1411 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010
Autoriza a concessão de auxílio financeiro e dá outras providências.

Considerando a co-responsabilidade do Município na construção de moradias habitacionais, por força do disposto no art. 23, inciso IX, da Constituição da República.

Considerando que o município vem desenvolvendo políticas públicas para reduzir o déficit habitacional e proporcionar melhores condições de vida as populações carentes, conforme a Lei nº 1024/04 e a possibilidade de auxílio financeiro, conforme disposto na Lei nº 833/99 e suas posteriores alterações, tendo dotação orçamentária para desenvolver tal atividade.

Considerando que a população carente tem sido atendida por programas sociais financiados com recursos próprios e recursos de convênio com a COHAB/SC, como é o caso na presente lei.

Considerando a necessidade e carência comprovada através de estudo sócio-econômico.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município de que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Dentro dos termos da Lei nº 833/99, e dos programas de habitação do Município, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder auxílio financeiro em forma de contra-partida aos recursos advindos da COHAB de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade habitacional, para a família de Romana Alfa de Souza.



Art. 2º - A beneficiária prestará conta na forma da Lei, mediante cópia das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas desta lei correm por conta das dotações do Orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 21 de setembro de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de setembro de 2010.
GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário M. de Administração

Errata da Portaria 046/1998

ERRATA

PORTARIA 046/1998
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES torna público que na Portaria nº046/98 de 04/05/1998 que objetiva a nomeação por concurso público de JOÃO BORGES, onde se lê: "Casado" Leia-se: "Solteiro".

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.444, de 21 de setembro de 2010

LEI Nº 1.444, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010
Dispõe sobre o parcelamento de débitos não previdenciários decorrentes de despesas administrativas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - SC, e dá outras providências

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Processo Administrativo de Expediente nº 030/2010: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou em eu sanciono e promulgo a seguinte lei

Art.1º Fica reconhecido pelo Município de Pinheiro Preto a existência de débito para com o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI, no valor de R\$ 117.772,39 (cento e dezessete mil setecentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos), atualizado pelo Instituto do Seguro Social - INSS até a data base de 30 de julho de 2010.

Parágrafo Único. O débito de que trata este artigo refere-se ao excesso de gastos com despesas administrativas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI, competência 2001 a 2008, na forma do Relatório de Auditoria da Coordenação-Geral de Auditoria Atuária, Contabilidade e Investimentos da Previdência Social.

Art. 2º Fica o Município autorizado a efetuar o pagamento do débito previsto no artigo 1º desta lei em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 1.962,88 (mil novecentos e

sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), acrescido de atualização monetária, calculada pelo INPC, e juros remuneratórios de 6 % a.a (seis por cento ao ano), calculados a partir de 1º de agosto de 2010.

Parágrafo único. Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirá, além de atualização monetária e juros remuneratórios, juros de mora à razão de 1,0 % a.m. (um por cento ao mês).

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista no orçamento atual, devendo a legislação anual consignar a despesa de que trata esta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 29/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2010

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM PARA 28 JOGOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL DO MUNICÍPIO.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO GLOBAL

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 10:00hs do dia 04/10/2010, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo-SC, 22 de Setembro de 2010

AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de Administração

MARCO AURÉLIO PEREIRA
Pregoeiro

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 444/10

DECRETO Nº 444, de 26 de agosto de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil re-



ais), autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009:

ORGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 - Manutenção Secretaria de Educação		
ELEMENTO	335041-104 - Contribuições	33	54.000,00
ATIVIDADE	2014 - Manutenção Ensino Fundamental		
ELEMENTO	339039-104 - Outros Servs. de Terceiros - Pessoa Jurídica	65	40.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			94.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 - Manutenção Secretaria de Educação		
ELEMENTO	319113-104 - Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias	32	8.000,00
ELEMENTO	339014-104 - Diárias - Civil	34	6.000,00
ELEMENTO	339030-104 - Material de Consumo	35	20.000,00
ELEMENTO	339039-104 - Outros Servs. de Terceiros - Pessoa Jurídica	39	20.000,00
ATIVIDADE	2014 - Manutenção Ensino Fundamental		
ELEMENTO	339030-104 - Material de Consumo	62	20.000,00
ELEMENTO	449052-104 - Equipamentos e Material Permanente	67	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			94.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 457/10

DECRETO Nº 457, de 16 de setembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a dotação orçamentária a seguir especi-

ficada, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009:

ORGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2014 - Manutenção Ensino Fundamental		
ELEMENTO	339030-113 - Material de Consumo	63	50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte 113-FUNDEB 40%.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto nº 462/2010

DECRETO Nº 462, de 16 de setembro de 2010.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO ALCEU JUNG, do cargo de Provimento em Comissão de Supervisor Administrativo de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de setembro de 2010.

Porto União (SC), 16 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Processo Licitatório 013/2010 FAS Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2010 FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 013/2010 FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2010 FAS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de Pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de produtos/materiais para manutenção do Programa Bolsa Família - FAS. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 14:00 horas do dia 08 de outubro de 2010 na Prefeitura Municipal, com inicio



da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser obtidas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 11 55, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 22 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 030/2010 EDUCAÇÃO Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2010 EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 030/2010 EDUCAÇÃO
Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2010 EDUCAÇÃO
O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de Pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de material de higiene e limpeza para manutenção do ensino fundamental e educação infantil. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 14:00 horas do dia 06 de outubro de 2010 na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser obtidas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 11 55, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 22 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 031/2010 EDUCAÇÃO Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2010 EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 031/2010 EDUCAÇÃO
Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2010 EDUCAÇÃO
O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de Pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de material didático para manutenção do ensino fundamental e educação infantil. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 14:00 horas do dia 07 de outubro de 2010 na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser obtidas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 11 55, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 22 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 083/2010 Extrato de Edital de Pregão Presencial 048/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 083/2010
Extrato de Edital de Pregão Presencial 048/2010
O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de Pregão presencial, tipo menor preço por km/rodado, para contratação de ônibus com 44 lugares, para executar transporte interurbano, em eventos esportivos oficiais do Estado onde a DME representa setores esportivos para representar o município. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será as 14:00 horas do dia 05 de outubro de 2010 na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e

copia do edital podem ser obtidas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (042) 3523 11 55, pelo e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 22 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0459/2010

PORTARIA Nº. 0459/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 31/07/2010, o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 11, ocupado pela servidora ANITA OLIVEIRA DO AMARAL, em virtude de sua aposentadoria por idade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31/07/2010.

Rio do Sul, 04 de Agosto de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria Nº 0460/2010

PORTARIA Nº. 0460/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 31/07/2010, o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12, ocupado pela servidora IVANILDE MARIA VIEIRA, em virtude de sua aposentadoria por invalidez permanente.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31/07/2010.

Rio do Sul, 04 de Agosto de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria Nº 0461/2010

PORTARIA Nº. 0461/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 27/07/2010, o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, nível 30, faixa 31, ocupa-



do pela servidora ALGEMIRA FARIAS DE SOUZA, em virtude de sua aposentadoria compulsória.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27/07/2010.

Rio do Sul, 04 de Agosto de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretario Municipal de Administração

Jot

Portaria Nº 0462/2010

PORTARIA Nº. 0462/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 31/07/2010, o cargo de provimento efetivo Vigia, nível 20, faixa 23, ocupado pelo servidor JOSÉ NASCIMENTO, em virtude de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31/07/2010.

Rio do Sul, 04 de Agosto de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretario Municipal de Administração

Jot

Extrato de Inexigibilidade 51/2010 FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 51/2010-FMS

OBJETO: Aquisição de vale-transporte para atender necessidades dos servidores desta secretaria.

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que estabelece "é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

VALOR DO OBJETO: R\$ 2.587,50 (dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

FORNECEDOR:

Ônibus Circular Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.775.633/0001-24.

Rio do Sul (SC), 17 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Secretária Municipal de Saúde

Contrato 267 FMS

CONTRATO Nº 267/2010

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de

licitação, tipo Convite nº 9/2010 - FMS, para a aquisição de medicamentos diversos contantes na tabela brasileira de preços ao consumidor - BRASINDICE, com o maior percentual de desconto, para atender necessidades dos pacientes do SUS atendidos através desta secretaria.

Aos treze dias do mês de setembro de 2010, por este Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de medicamentos, com origem no Edital de Convite nº 9/2010 - FMS, com data de 28 de janeiro de 2010, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Serviço Social da Indústria - SESI Farmácia, inscrita no CNPJ sob o nº 03.777.341/0086-55, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescido à quantidade licitada o percentual de 25%, perfazendo um acréscimo total de R\$ 15.000.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Convite e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 13 de setembro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

Ata de Registro de Preços 07/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
20	Brinzolamida colírio	R\$ 35,8800
26	Carboximetilcelulose sódico 10 ml	R\$ 21,3700
32	Cilostazol 100 mg	R\$ 0,3099
39	Cloreto de Potássio 600 mg	R\$ 0,3842
52	Enalapril 10 mg	R\$ 0,0174
60	Fluvastatina 80 mg lescol	R\$ 2,8120
61	Formoterol + Budesonida 12/400 mcg	R\$ 0,5269



69	Hidralazina 50 mg	R\$ 0,1730
90	Mononitrato de isossorbida 50 mg	R\$ 0,9787
116	Sulfato de glicosamida + sulfato de condroitina (artrolive)	R\$ 1,3344
117	Sulfato de glicosamida 1,5g - envelope	R\$ 2,6990
118	Tansulosina 0,4 mg - omnic	R\$ 3,0500
126	Travaprost colírio - travatan	R\$ 61,4092
128	Trisorb 15 ml	R\$ 11,5325
132	Viscoters gel	R\$ 23,3145

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

Ata de Registro de Preços 08/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimaci Material Cirúrgico Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dimaci Material Cirúrgico Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
45	Diclofenaco Potássico 50mg	R\$ 0,0169
58	Finasterida 5mg	R\$ 0,1790
89	Metotrexato 2,5mg	R\$ 0,55
92	Nifedipina 20mg	R\$ 0,022

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de saúde de Rio do Sul

DIMACI MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

Ata de Registro de Preços 09/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Sulmedi Com. De Produtos Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Sulmedi Com. de Produtos Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
3	Ácido Acetil Salicílico – 100mg – tamponada	R\$ 0,157
25	Carbonato de Cálcio 600mg + vit D	R\$ 0,052
31	Castanha da Índia + miroton + rutosideo	R\$ 1,54
37	Clonidina 0,200mg	R\$ 0,1965
57	Fenoterol + ipratrópio spray	R\$ 27,00
77	Lisinopril 10mg	R\$ 0,093
91	Nifedipina 10mg	R\$ 0,02

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

SULMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Ata de Registro de Preços 10/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Altermed Mat. Méd. Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Altermed Mat. Méd. Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
42	Colchicina 0,5mg	R\$ 0,0889
65	Ginko Biloba 80mg	R\$ 0,0583
93	Nimodipina 30mg	R\$ 0,0648
102	Piroxican 20mg	R\$ 0,0423



107	Ramipril 2,5mg	R\$ 0,1684
108	Ramipril 5mg	R\$ 0,209
125	Ticlodipina 250mg	R\$ 0,337
127	Triancinolona sp	R\$ 55,023

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Ata de Registro de Preços 11/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Mauro Marciano Gracia de Freitas		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
1	Acarbose 50mg	R\$ 0,4400
6	Alendronato de sódio 10mg	R\$ 0,0750
10	Amilorida + hidroclorotiazida 2,5/25mg	R\$ 0,0775
14	Bambec solução oral 100ml	R\$ 23,0000
17	Bimatoprost 3ml	R\$ 23,3000
18	Brimonidina 1,5% colírio	R\$ 18,50
23	Budesonida 200mcg	R\$ 0,3400
33	Cilostazol 50mg	R\$ 0,2199
49	Dorzolamida 2% colírio	R\$ 12,8000
50	Dorzolamida + timolol 2/0,5% colírio	R\$ 51,0000
51	Doxozosina 2mg cp	R\$ 0,0999
53	Ezetimibe 10mg	R\$ 2,8650
55	Fenofibrato 200mg	R\$ 0,7150
59	Flunarizina 10mg	R\$ 0,0389
62	Formoterol 12mcg	R\$ 0,4400
66	Glimepirida 1mg	R\$ 0,0540
67	Glimepirida 2mg	R\$ 0,0580
68	Glimepirida 4mg	R\$ 0,0770
75	Latanoprost colírio	R\$ 82,8000
83	Manidipino (Manivasc) 10mg	R\$ 2,4000
124	Tibolona 2,5mg	R\$ 0,2560

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura,

ra, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

Ata de Registro de Preços 12/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Angeomed Com. de Prod. Médico Hospitalar Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Angeomed Com. de Prod. Médico Hospitalar Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
4	Acido Acetil Salicilico – 81mg – tamponada	R\$ 0,1644
12	Aminafone 75mg	R\$ 0,948
28	Carvedilol 25mg	R\$ 0,159
41	Clortalidona 25mg	R\$ 0,0489
64	Ginko Biloba 120mg	R\$ 0,1343
70	Hidroxizina 25mg	R\$ 0,0727
71	Hirudoid 500 mg pomada	R\$ 16,90
84	Mebevorina 200mg	R\$ 3,229
97	Pantoprazol 20mg	R\$ 0,1781
99	Pharmaton cp	R\$ 1,3837
104	Lacrima Plus Sol. Oft. 15ml	R\$ 10,412

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

COM. DE PROD.

Gestora do Fundo Municipal

HOSPITALAR LTDA

de Saúde de Rio do Sul

ANGEOMED

MÉDICO

Ata de Registro de Preços 13/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
15	Beclometazona 250mcg – spray AR	R\$ 20,49
21	Brometo de Ipratrópio 0,25 mg/ml gotas 20ml	R\$ 0,465
74	Isoflavona 30mg	R\$ 0,63
88	Metoprolol 50mg cp	R\$ 0,942
105	Pravastatina 20mg	R\$ 0,246
111	Salbutamol 2mg sifab/ar	R\$ 0,016
114	Sinvastatina 20mg	R\$ 0,031
115	Sinvastatina 40mg	R\$ 0,067

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DIMASTER COM. DE PROD.HOSPITALARES LTDA

Ata de Registro de Preços 14/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Werbran Distrib. de Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Werbran Distrib. de Medicamentos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
5	Acido Nicotínico 500mg	R\$ 1,0119
16	Beclometazona 400mg	R\$ 0,5128
19	Brimonidina 2% colírio	R\$ 7,8569
35	Clonidina 0,100mg	R\$ 0,1274
36	Clonidina 0,150mg	R\$ 0,1585
38	Cloridrato de Sotalol 160mg	R\$ 0,3745
40	Clortalidona 12,5mg	R\$ 0,0597
44	Diclofenaco Sódico 50mg	R\$ 0,0134

46	Diltiazem 180mg Cardizem CD	R\$ 1,9725
47	Diltiazem 30mg	R\$ 0,0375
54	Felodipina 5mg	R\$ 2,3689
56	Fenoterol 5mg/ml gotas – 20ml	R\$ 1,0952
63	Fosinopril 10mg	R\$ 2,4442
86	Metoprolol 100mg	R\$ 0,1345
87	Metoprolol 25mg	R\$ 0,4697
94	Nitrendipino 10mg	R\$ 0,1317
95	Nitrendipino 20mg	R\$ 0,2337
103	Plantago ovata pó em sachê	R\$ 0,6165
112	Selopress 100/12,5mg comp	R\$ 0,7652
119	Telmisartan 80mg	R\$ 2,871
122	Tiamazol 10mg	R\$ 0,3345
123	Tiamazol 5mg	R\$ 0,1686

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA

Ata de Registro de Preços 15/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa UCI-Farma Ind. Farmacêutica Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: UCI-Farma Ind. Farmacêutica Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
96	Oxibutinina 5mg	R\$ 0,33
98	Pentoxifilina 400mg cpr.	R\$ 0,20

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

UCI-FARMA IND. FARMACEUTICA LTDA



Ata de Registro de Preços 16/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Centermedi Com. de Prod. Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Centermedi Com. de Prod. Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
7	Alendronato de sódio 70mg	R\$ 0,269
24	Candesartan Cilexetil 16mg	R\$ 0,94
78	Lisinopril 30mg	R\$ 2,50
79	Lisinopril 5mg	R\$ 0,11
82	Lovastatina 20mg	R\$ 0,03
109	Rosuvastatina 10mg	R\$ 3,20
110	Rubranova 15000 – U amp	R\$ 9,65
121	Teofilina xarope 200ml	R\$ 2,23
129	Valsartan 160mg	R\$ 2,02
130	Valsartan 80mg	R\$ 2,02

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Gestora do Fundo Municipal
PITALARES LTDA
de Saúde de Rio do Sul

CENTERMEDI COM. DE PROD.
HOS-

Ata de Registro de Preços 17/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Marcofarma Dist. de Prod Farmacêuticos Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Marcofarma Dist. de Prod Farmacêuticos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
11	Amilorida + hidroclorotiazida 5/50mg	R\$ 0,056
34	Ciprofibrato 100mg	R\$ 0,399

120	Tenoxicam 20mg	R\$ 0,10
131	Varfarina sódica 5mg (marevan)	R\$ 0,059

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
DE PROD.
Gestora do Fundo Municipal
LTDA
Saúde de Rio do Sul

MARCOFARMA DIST.
FARMACÊUTICOS
de

Ata de Registro de Preços 18/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Ciamed Distrib. de Medicamentos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Ciamed Distrib. de Medicamentos Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
27	Carvedilol 12,5mg	R\$ 0,084
29	Carvedilol 3,125mg	R\$ 0,064
30	Carvedilol 6,25mg	R\$ 0,07
48	Diosmina + hisperidina 450/50mg	R\$ 0,168
72	Indapamida sr 1,5mg	R\$ 0,11
113	Seretide diskus 50/250mcg c/ 60 doses	R\$ 49,99

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA
DISTRIB. DE
Gestora do Fundo Municipal
MENTOS LTDA
de Saúde de Rio do Sul

CIAMED
MEDICA-



Ata de Registro de Preços 19/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Aglon Com. e Representações Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Aglon Com. e Representações Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
76	Levodopa + benzerazida 250mg	R\$ 1,625

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

AGLON COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA

Ata de Registro de Preços 20/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
13	Atorvastatina 10mg	R\$ 2,29
73	Indapamida 2,5mg	R\$ 0,59
100	Pilocarpina 2%	R\$ 15,05
101	Pilocarpina 4%	R\$ 21,99
106	Propafenona 300mg	R\$ 1,88

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Ata de Registro de Preços 21/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda		
Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
2	Acetilcisteína 600mg – envelope	R\$ 0,41
8	Alopurinol 100mg cp	R\$ 0,024
9	Alopurinol 300mg cp	R\$ 0,0719
22	Bromoprida 10mg	R\$ 0,045
43	Cumarina + troxerrutina 15/90mg	R\$ 0,17
80	Losartan potassico 100mg	R\$ 0,1238
81	Losartan potassico 50mg	0,0344
85	Metildopa 500mg	0,10

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 30 de agosto de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Ata de Registro de Preços 22/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2010

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez (2010), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.372/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos da Rede Básica, para atender necessidade desta secretaria, conforme os itens abaixo discriminados:



Fornecedor: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda

Item	Especificação	Preço Unitário (R\$)
2	Acetilcisteína 600mg – envelope	R\$ 0,41
8	Alopurinol 100mg cp	R\$ 0,024
9	Alopurinol 300mg cp	R\$ 0,0719
22	Bromoprida 10mg	R\$ 0,045
43	Cumarina + troxerrutina 15/90mg	R\$ 0,17
80	Losartan potássico 100mg	R\$ 0,1238
81	Losartan potássico 50mg	0,0344
85	Metildopa 500mg	0,10

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 08 de setembro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CRISTÁLIA PRODUTOS

QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2010 anexo VI

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.548.768,47	0,00
Pessoal Ativo	39.605.400,04	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	2.943.368,43	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	258,98	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	258,98	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	42.548.509,49	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	42.548.509,49	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	117.200.598,45	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	36,30	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	70.320.359,07	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	66.804.341,12	
FONTE: Secretaria da Fazenda		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

EUGENIO VICENZI
SEC. MUN. DA FAZENDA

VALDENIR BORGES RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA



Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2010 anexo I

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.635.578,29	9.834.112,37	9.856.316,63	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.851.779,31	7.159.343,35	7.289.142,37	0,00
Interna	3.851.779,31	7.159.343,35	7.289.142,37	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	2.783.798,98	2.674.769,02	2.567.174,26	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.948.026,64	11.709.604,10	11.098.895,08	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.147.617,89	11.792.581,01	11.191.208,40	0,00
Demais Haveres Financeiros	666,09	28.626,29	46.454,15	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.200.257,34	54.350,62	45.859,17	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.687.551,65	-1.875.491,73	-1.242.578,45	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	105.450.040,16	113.015.999,90	117.200.598,45	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	6,29%	8,70%	8,41%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	3,50%	-1,66%	-1,06%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	126.540.048,19	135.619.199,88	140.640.718,14	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	560.741,94	397.287,20	369.291,11	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	560.741,94	397.287,20	369.291,11	0,00
Previdenciárias	560.741,94	397.287,20	369.291,11	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	3.291.037,37	6.762.056,15	6.919.851,26	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	461.741,21	541.121,19	637.894,49	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	144.720,47	98.129,97	92.609,97	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	43.952.355,63	43.952.355,63	42.953.572,77	0,00
Passivo Atuarial	43.952.355,63	43.952.355,63	42.953.572,77	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	40.015.492,66	42.670.818,71	45.501.958,52	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	40.641.503,77	43.275.492,93	46.106.632,74	0,00
Investimentos	626.011,11	604.674,22	604.674,22	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	3.936.862,97	1.281.536,92	-2.548.385,75	0,00

RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

EUGENIO VICENZI
SEC. MUN. DA FAZENDA

VALDENIR BORGES RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA

Relatorio de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2010 anexo II

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	105.450.040,16	113.015.999,90	117.200.598,45	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	23.199.008,84	24.863.519,98	25.784.131,66	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

EUGENIO VICENZI
SEC. MUN. DA FAZENDA

VALDENIR BORGES RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA



Relatorio de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2010 anexo III

Município de RIO DO SUL - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	3.531.689,14
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	3.531.689,14
Interna	0,00	3.531.689,14
Abertura de Crédito	0,00	3.531.689,14
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	117.200.598,45	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	3.531.689,14	3,01
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	18.752.095,75	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.204.041,89	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	3.531.689,14	3,01

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPALEUGENIO VICENZI
SEC. MUN. DA FAZENDAVALDENIR BORGES RIBEIRO
CONTROLE INTERNORUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA

Relatorio de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2010 anexo IV

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistencia Farmaceutica Basica	286.254,55	14.403,83	271.850,72
Atenção Basica	693.715,85	188.365,07	505.350,78
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	49.342,01	27.941,03	21.400,98
Convênio da União - Saúde	119.871,98	0,00	119.871,98
Convênio do Estado - Saúde	117.874,43	1.545,30	116.329,13
Convenio Transito - Civil	102.474,03	6.997,65	95.476,38
Convenio Transito - Militar	82.765,27	107,50	82.657,77
Convênios da União - Assistência Social	0,00	250,79	(250,79)
Convênios da União / Prefeitura	303.591,30	2.369,20	301.222,10
Convênios do Estado - CASAN	0,00	84.662,84	(84.662,84)
Convênios do Estado - Saúde - Exerc. Anteriores	0,00	6.764,68	(6.764,68)
Convênios do Estado / Prefeitura	747.228,67	239.373,29	507.855,38
Fundef 40%	0,00	31.064,52	(31.064,52)
Fundef 60%	1.164.205,95	316.219,35	847.986,60
Funrebom	360.266,24	2.744,10	357.522,14
Gestão SUS	450.595,88	0,00	450.595,88
Operações Creditos	0,00	14.274,02	(14.274,02)
Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social - FNAS	94.575,69	5.884,89	88.690,80
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	0,00	5.546,00	(5.546,00)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	189.781,27	11.914,50	177.866,77
Sem Especificação	931.414,27	2.888,74	928.525,53
SUS União - Exerc. Anteriores	0,00	4.366,21	(4.366,21)
Taxas Prestacao de Servicos - FUNPOM	0,00	214,90	(214,90)
Vigilancia em Saude	202.576,81	52.644,32	149.932,49
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.896.534,20	1.020.542,73	4.875.991,47
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	9.209,20	0,00	9.209,20
Recursos educação	0,00	861.876,39	(861.876,39)
Recursos Ordinarios	3.826.674,33	1.553.970,84	2.272.703,49
Recursos Ordinarios	945.172,61	278.226,37	666.946,24
Recursos saúde	513.618,06	960.552,74	(446.934,68)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.294.674,20	3.654.626,34	1.640.047,86
TOTAL (III) = (I + II)	11.191.208,40	4.675.169,07	6.516.039,33
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	45.501.958,52	8.270,11	45.493.688,41

FONTE: Secretaria da Fazenda

Nota:

RIO DO SUL, 16/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPALEUGENIO VICENZI
SEC. MUN. DA FAZENDAVALDENIR BORGES RIBEIRO
CONTROLE INTERNORUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA

Relatorio de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2010 anexo V

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistencia Farmaceutica Basica	0,00	14.403,83	0,00	30.942,94	133.088,33	0,00
Atenção Basica	0,00	188.365,07	0,00	7.702,85	377.251,60	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambula	0,00	27.941,03	0,00	33.044,71	15.038,84	0,00
Convênio do Estado - Saúde	0,00	0,00	1.388,50	3.771,71	116.329,13	0,00
Convenio Transito - Civil	0,00	6.997,65	0,00	5.970,76	95.476,38	0,00
Convenio Transito - Militar	0,00	107,50	0,00	13.152,74	82.657,77	0,00
Convênios da União / Prefeitura	0,00	2.194,20	175,00	927.013,23	104.391,66	0,00
Convênios do Estado - Assist. Social - Exerc. A	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,00
Convênios do Estado - CASAN	0,00	84.662,84	0,00	143.139,26	(84.662,84)	0,00
Convênios do Estado - Saúde - Exerc. Anteriores	0,00	6.764,68	0,00	178,50	(6.764,68)	0,00
Convênios do Estado / Prefeitura	0,00	189.575,35	107,32	483.746,22	65.748,47	0,00
Convênios do Estado / Prefeitura	0,00	49.690,62	0,00	0,00	65.748,47	0,00
Fundef 40%	0,00	31.064,52	0,00	349.107,10	(31.064,52)	0,00
Fundef 60%	0,00	316.219,35	0,00	0,00	847.986,60	0,00
Funrebom	340,14	2.328,36	75,60	220.958,12	357.522,14	0,00
Gestão SUS	0,00	0,00	0,00	35.916,00	450.595,88	0,00
Operações Creditos	0,00	14.274,02	0,00	309.418,62	(14.274,02)	0,00
Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social - F	0,00	5.884,89	0,00	20.805,99	88.690,80	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenv	0,00	5.546,00	0,00	10.137,55	(5.546,00)	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PI	0,00	11.914,50	0,00	16.248,40	177.866,77	0,00
Salario Educação	0,00	0,00	0,00	8.400,00	0,00	0,00
SUS União - Exerc. Anteriores	0,00	4.335,00	31,21	577,50	(4.366,21)	0,00
Taxas Prestacao de Servicos - FUNPOM	0,00	0,00	214,90	1.866,52	(214,90)	0,00
Vigilancia em Saude	0,00	52.644,32	0,00	7.128,26	149.932,49	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	340,14	1.014.913,73	1.992,53	2.629.227,48	2.981.432,16	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	0,00	0,00	1.574,57	9.209,20	0,00
Recursos educação	8.925,73	852.950,66	0,00	596.938,99	(861.876,39)	0,00
Recursos Ordinarios	23,52	234.155,90	3.063,50	14.928,72	2.605.322,39	0,00
Recursos Ordinarios	33.638,56	1.139.563,51	3.594,70	3.141.568,68	2.605.322,39	0,00
Recursos saúde	2.010,48	657.221,64	80.863,91	190.503,05	(900.656,25)	0,00
Sem Especificação	920,74	0,00	3.095,33	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	45.519,03	2.883.891,71	90.617,44	3.945.514,01	3.457.321,34	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	45.859,17	3.898.805,44	92.609,97	6.574.741,49	6.438.753,50	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	530,94	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota:

RIO DO SUL, 16/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPALEUGENIO VICENZI
SEC. MUN. DA FAZENDAVALDENIR BORGES RIBEIRO
CONTROLE INTERNORUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA

Relatorio de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2010 anexo VII

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Quadrimestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	42.548.509,49	36,30
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	70.320.359,07	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	66.804.341,12	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.242.578,45	-1,06
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	140.640.718,14	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	25.784.131,66	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	3.531.689,14	3,01
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	18.752.095,75	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.204.041,89	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	6.574.741,49	3.833.431,11

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

EUGENIO VICENZI
SEC. MUN. DA FAZENDA

VALDENIR BORGES RIBEIRO
CONTROLE INTERNO

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA



Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre 2010 Anexo I

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	144.571.631,00	144.571.631,00	20.946.394,74	14,49	87.996.489,92	60,87	56.575.141,08
RECEITAS CORRENTES	114.633.651,00	114.633.651,00	19.728.929,18	17,21	81.701.274,11	71,27	32.932.376,89
RECEITA TRIBUTARIA	21.554.750,00	21.554.750,00	2.253.204,86	10,45	16.169.115,59	75,01	5.385.634,41
IMPOSTOS	15.543.000,00	15.543.000,00	1.899.366,43	12,22	12.395.783,25	79,75	3.147.216,75
TAXAS	4.436.750,00	4.436.750,00	292.140,96	6,58	3.459.058,32	77,96	977.691,68
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.575.000,00	1.575.000,00	61.697,47	3,92	314.274,02	19,95	1.260.725,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.450.000,00	4.450.000,00	750.358,35	16,86	3.246.136,35	72,95	1.203.863,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.905.000,00	1.905.000,00	406.346,90	21,33	1.502.218,08	78,86	402.781,92
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	2.545.000,00	2.545.000,00	344.011,45	13,52	1.743.918,27	68,52	801.081,73
RECEITA PATRIMONIAL	2.525.000,00	2.525.000,00	1.452.945,71	57,54	3.934.050,65	155,80	-1.409.050,65
RECEITAS IMOBILIARIAS	85.000,00	85.000,00	27.093,12	31,87	65.371,73	76,91	19.628,27
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.440.000,00	2.440.000,00	1.425.852,59	58,44	3.868.678,92	158,55	-1.428.678,92
RECEITA AGROPECUARIA	36.750,00	36.750,00	5.247,50	14,28	28.072,19	76,39	8.677,81
Outras Rec. Agropecuárias	36.750,00	36.750,00	5.247,50	14,28	28.072,19	76,39	8.677,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.400.326,00	80.400.326,00	14.441.677,84	17,96	55.370.550,43	68,87	25.029.775,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	79.520.326,00	79.520.326,00	13.793.703,50	17,35	54.439.269,41	68,46	25.081.056,59
Transf. de Conv.	880.000,00	880.000,00	647.974,34	73,63	931.281,02	105,83	-51.281,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.666.825,00	5.666.825,00	825.494,92	14,57	2.953.348,90	52,12	2.713.476,10
Multas e Juros de Mora	2.835.000,00	2.835.000,00	407.819,87	14,39	1.438.987,22	50,76	1.396.012,78
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	341.575,00	341.575,00	54.453,50	15,94	270.723,21	79,26	70.851,79
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.265.250,00	1.265.250,00	204.799,02	16,19	683.923,40	54,05	581.326,60
RECEITAS DIVERSAS	1.225.000,00	1.225.000,00	158.422,53	12,93	559.715,07	45,69	665.284,93
RECEITAS DE CAPITAL	29.937.980,00	29.937.980,00	1.217.465,56	4,07	6.295.215,81	21,03	23.642.764,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.772.000,00	7.772.000,00	101.727,77	1,31	3.983.902,27	51,26	3.788.097,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.772.000,00	7.772.000,00	101.727,77	1,31	3.983.902,27	51,26	3.788.097,73
ALIENAÇÃO DE BENS	1.734.680,00	1.734.680,00	0,00	0,00	331.950,00	19,14	1.402.730,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.335.000,00	1.335.000,00	0,00	0,00	331.950,00	24,87	1.003.050,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	399.680,00	399.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399.680,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.431.300,00	20.431.300,00	1.115.737,79	5,46	1.979.363,54	9,69	18.451.936,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20.431.300,00	20.431.300,00	1.115.737,79	5,46	1.979.363,54	9,69	18.451.936,46
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	671.250,33	21,79	2.478.685,24	80,48	601.314,76
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.080.000,00	3.080.000,00	671.250,33	21,79	2.478.685,24	80,48	601.314,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.080.000,00	3.080.000,00	671.250,33	21,79	2.478.685,24	80,48	601.314,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.080.000,00	3.080.000,00	671.250,33	21,79	2.478.685,24	80,48	601.314,76

Continua 1/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	671.250,33	21,79	2.478.685,24	80,48	601.314,76
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	147.651.631,00	147.651.631,00	21.617.645,07	14,64	90.475.175,16	61,28	57.176.455,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	147.651.631,00	147.651.631,00	21.617.645,07	14,64	90.475.175,16	61,28	57.176.455,84
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	147.651.631,00	147.651.631,00	21.617.645,07	14,64	90.475.175,16	61,28	57.176.455,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.238.668,17	—	—	1.302.183,94	—	—
Superávit Financeiro	—	2.161.068,17	—	—	1.298.633,09	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	77.600,00	—	—	3.550,85	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	143.416.961,00	13.058.937,76	156.475.898,76	18.253.181,84	84.600.427,85	17.437.616,16	77.826.260,76	49,74	78.649.638,00
DESPESAS CORRENTES	105.669.296,00	9.534.942,34	115.204.238,34	16.240.926,47	71.103.319,68	16.651.326,44	67.237.819,09	58,36	47.966.419,25
Pessoal e Encargos Sociais	5.515.000,00	0,00	5.515.000,00	543.991,00	2.210.606,45	543.991,00	2.210.606,45	40,08	3.304.393,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.383.566,25	-981.086,00	38.402.480,25	5.646.402,19	23.803.794,22	5.645.279,84	23.698.541,63	61,71	14.703.938,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	520.000,00	0,00	520.000,00	179.730,38	245.161,01	179.997,96	244.625,85	47,04	275.374,15
Outras Despesas Correntes	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	15.591,86	54.794,49	15.591,86	54.794,49	5,48	945.205,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.250.729,75	10.516.028,34	69.766.758,09	9.855.211,04	44.788.963,51	10.266.465,78	41.029.250,67	58,81	28.737.507,42
DESPESAS DE CAPITAL	37.147.665,00	3.523.995,42	40.671.660,42	2.012.255,37	13.497.108,17	786.289,72	10.588.441,67	26,03	30.083.218,75
Investimentos	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	319,00	2.677,00	319,00	2.677,00	0,27	997.323,00

Continua 2/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	143.416.961,00	13.058.937,76	156.475.898,76	18.253.181,84	84.600.427,85	17.437.616,16	77.826.260,76	49,74	78.649.638,00
INVESTIMENTOS	33.857.665,00	3.723.995,42	37.581.660,42	1.916.949,30	12.620.643,51	637.186,27	9.823.882,23	26,14	27.757.778,19
INVERSOES FINANCEIRAS	210.000,00	-200.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.080.000,00	0,00	2.080.000,00	94.987,07	873.787,66	148.784,45	761.882,44	36,63	1.318.117,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.234.670,00	-240.000,00	3.994.670,00	615.780,41	2.613.245,47	615.780,41	2.613.245,47	65,42	1.381.424,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.234.670,00	-240.000,00	3.994.670,00	615.780,41	2.613.245,47	615.780,41	2.613.245,47	65,42	1.381.424,53
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	147.651.631,00	12.818.937,76	160.470.568,76	18.868.962,25	87.213.673,32	18.053.396,57	80.439.506,23	50,13	80.031.062,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	147.651.631,00	12.818.937,76	160.470.568,76	18.868.962,25	87.213.673,32	18.053.396,57	80.439.506,23	50,13	80.031.062,53
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	10.035.668,93	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	147.651.631,00	12.818.937,76	160.470.568,76	18.868.962,25	87.213.673,32	18.053.396,57	90.475.175,16	50,13	80.031.062,53

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 5.707.372,21

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 14/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre 2010 Anexo II

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	143.416.961,00	156.475.898,76	18.253.181,84	84.600.427,85	17.437.616,16	77.826.260,76	96,75	49,74	78.649.638,00
Legislativa	2.949.180,00	2.889.180,00	402.131,97	1.570.864,55	399.557,15	1.563.094,56	1,94	54,10	1.326.085,44
Ação Legislativa	2.949.180,00	2.889.180,00	402.131,97	1.570.864,55	399.557,15	1.563.094,56	1,94	54,10	1.326.085,44
Administração	11.479.450,00	14.830.144,00	1.125.985,18	6.708.174,14	1.325.463,33	5.674.734,72	7,05	38,26	9.155.409,28
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.219.000,00	1.219.000,00	142.317,50	676.293,99	146.496,13	631.075,32	0,78	51,77	587.924,68
Administração Geral	6.893.650,00	10.291.344,00	652.862,41	4.101.382,40	847.455,39	3.509.474,05	4,36	34,10	6.781.869,95
Administração Financeira	1.311.600,00	1.287.600,00	145.185,92	1.036.342,13	145.626,66	711.579,73	0,88	55,26	576.020,27
Normatização e Fiscalização	990.000,00	967.000,00	106.691,33	452.340,79	106.691,33	452.340,79	0,56	46,78	514.659,21
Tecnologia da Informatização	174.900,00	174.900,00	25.063,73	77.032,85	25.329,53	77.032,85	0,10	44,04	97.867,15
Formação de Recursos Humanos	300.000,00	300.000,00	0,00	9.902,59	0,00	9.902,59	0,01	3,30	290.097,41
Administração de Receitas	325.400,00	325.400,00	21.679,23	166.068,55	21.679,23	95.118,55	0,12	29,23	230.281,45
Comunicação Social	264.900,00	264.900,00	32.185,06	188.810,84	32.185,06	188.210,84	0,23	71,05	76.689,16
Segurança Pública	2.838.950,00	2.768.950,00	406.323,59	1.308.652,11	189.629,89	980.944,13	1,22	35,43	1.788.005,87
Policiamento	2.007.500,00	1.937.500,00	173.077,71	796.681,48	133.313,78	690.470,99	0,86	35,64	1.247.029,01
Defesa Civil	96.450,00	96.450,00	4.725,35	53.201,91	5.311,28	52.662,54	0,07	54,60	43.787,46
Assistência Comunitária	735.000,00	735.000,00	228.520,53	458.768,72	51.004,83	237.810,60	0,30	32,36	497.189,40
Assistência Social	2.653.700,00	3.021.221,37	397.821,19	1.843.429,48	418.381,07	1.798.771,58	2,24	59,54	1.222.449,79
Assistência à Criança e ao Adolescente	229.900,00	229.900,00	33.319,79	120.247,54	31.202,82	110.680,49	0,14	48,14	119.219,51
Assistência Comunitária	2.423.800,00	2.791.321,37	364.501,40	1.723.181,94	387.178,25	1.688.091,09	2,10	60,48	1.103.230,28
Previdência Social	7.515.000,00	7.515.000,00	559.901,86	2.268.077,94	559.901,86	2.268.077,94	2,82	30,18	5.246.922,06
Previdência Básica	7.515.000,00	7.515.000,00	559.901,86	2.268.077,94	559.901,86	2.268.077,94	2,82	30,18	5.246.922,06
Saúde	44.113.226,00	49.423.296,12	6.755.622,70	28.050.230,86	6.916.391,56	27.740.465,34	34,49	56,13	21.682.830,78
Atenção Básica	19.275.826,00	24.019.819,15	2.999.902,16	13.637.746,84	3.174.561,54	13.400.928,58	16,66	55,79	10.618.890,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.492.400,00	24.868.477,60	3.681.938,34	14.218.652,88	3.658.389,30	14.152.847,88	17,59	56,91	10.715.629,72
Vigilância Sanitária	38.000,00	64.475,68	4.018,87	27.867,19	8.008,64	25.286,81	0,03	39,22	39.188,87
Vigilância Epidemiológica	307.000,00	470.523,69	69.763,33	165.963,95	75.432,08	161.402,07	0,20	34,30	309.121,62
Educação	23.428.725,00	24.218.317,93	4.047.857,25	18.749.719,96	3.918.302,06	17.168.058,06	21,34	70,89	7.050.259,87
Administração Geral	401.000,00	476.000,00	49.881,17	302.233,62	52.863,86	262.942,20	0,33	55,24	213.057,80
Alimentação e Nutrição	2.191.250,00	1.682.295,83	305.407,60	1.143.789,89	270.740,37	993.554,36	1,24	59,06	688.741,47
Ensino Fundamental	10.628.950,00	11.506.722,00	1.618.775,44	8.689.373,66	1.393.169,05	7.816.458,49	9,72	67,93	3.690.263,51
Ensino Superior	180.000,00	256.000,00	0,00	178.689,47	0,00	178.689,47	0,22	69,80	77.310,53
Educação Infantil	10.005.525,00	10.275.300,10	2.073.793,04	8.424.815,54	2.201.243,78	7.905.595,76	9,83	76,94	2.369.704,34

Continua 1/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	143.416.961,00	156.475.898,76	18.253.181,84	84.600.427,85	17.437.616,16	77.826.260,76	96,75	49,74	78.649.638,00
Educação	23.428.725,00	24.218.317,93	4.047.857,25	18.749.719,96	3.918.302,06	17.168.058,06	21,34	70,89	7.050.259,87
Educação de Jovens e Adultos	22.000,00	22.000,00	0,00	10.817,78	285,00	10.817,78	0,01	49,17	11.182,22
Cultura	2.610.000,00	2.610.000,00	286.184,76	1.292.843,50	289.772,76	1.287.442,93	1,60	49,33	1.322.557,07
Difusão Cultural	2.610.000,00	2.610.000,00	286.184,76	1.292.843,50	289.772,76	1.287.442,93	1,60	49,33	1.322.557,07
Direitos da Cidadania	156.900,00	156.900,00	15.213,18	77.084,30	15.213,18	77.084,30	0,10	49,13	79.815,70
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	156.900,00	156.900,00	15.213,18	77.084,30	15.213,18	77.084,30	0,10	49,13	79.815,70
Urbanismo	30.444.530,00	33.765.589,34	2.448.280,02	15.503.682,56	1.608.668,39	12.657.733,53	15,74	37,49	21.107.855,81
Ordenamento Territorial	1.017.200,00	993.200,00	11.968,15	85.956,67	11.968,15	85.956,67	0,11	8,65	907.243,33
Infra-Estrutura Urbana	28.743.830,00	32.088.889,34	2.366.857,07	14.979.597,73	1.525.925,44	12.138.678,28	15,09	37,83	19.950.211,06
Serviços Urbanos	683.500,00	683.500,00	69.454,80	438.128,16	70.774,80	433.098,58	0,54	63,36	250.401,42
Saneamento	904.000,00	904.000,00	99.131,76	517.242,65	189.837,83	374.103,39	0,47	41,38	529.896,61
Saneamento Básico Urbano	904.000,00	904.000,00	99.131,76	517.242,65	189.837,83	374.103,39	0,47	41,38	529.896,61
Gestão Ambiental	1.633.700,00	1.633.700,00	517.329,96	1.421.912,14	307.029,96	1.210.352,14	1,50	74,09	423.347,86
Preservação e Conservação Ambiental	1.633.700,00	1.633.700,00	517.329,96	1.421.912,14	307.029,96	1.210.352,14	1,50	74,09	423.347,86
Agricultura	2.093.100,00	2.093.100,00	198.422,16	879.850,47	215.426,92	771.509,39	0,96	36,86	1.321.590,61
Extensão Rural	2.093.100,00	2.093.100,00	198.422,16	879.850,47	215.426,92	771.509,39	0,96	36,86	1.321.590,61
Indústria	100.000,00	14.800,00	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00	0,02	100,00	0,00
Promoção Industrial	100.000,00	14.800,00	0,00	14.800,00	0,00	14.800,00	0,02	100,00	0,00
Comércio e Serviços	4.103.500,00	4.238.700,00	141.112,32	858.743,74	106.584,32	816.409,68	1,01	19,26	3.422.290,32
Promoção Comercial	281.300,00	281.300,00	25.920,55	175.576,86	28.153,15	174.816,96	0,22	62,15	106.483,04
Turismo	3.822.200,00	3.957.400,00	115.191,77	683.166,88	78.431,17	641.592,72	0,80	16,21	3.315.807,28
Energia	1.760.000,00	1.760.000,00	271.594,73	1.226.883,97	343.121,71	1.226.883,97	1,53	69,71	533.116,03
Energia Elétrica	1.760.000,00	1.760.000,00	271.594,73	1.226.883,97	343.121,71	1.226.883,97	1,53	69,71	533.116,03
Desporto e Lazer	1.433.000,00	1.433.000,00	305.551,76	1.189.286,81	305.551,76	1.189.286,81	1,48	82,99	243.713,19
Desporto de Rendimento	250.000,00	250.000,00	10.655,34	249.972,34	10.655,34	249.972,34	0,31	99,99	27,66
Desporto Comunitário	1.183.000,00	1.183.000,00	294.896,42	939.314,47	294.896,42	939.314,47	1,17	79,40	243.685,53
Encargos Especiais	2.600.000,00	2.600.000,00	274.717,45	1.118.948,67	328.782,41	1.006.508,29	1,25	38,71	1.593.491,71
Serviço da Dívida Interna	2.600.000,00	2.600.000,00	274.717,45	1.118.948,67	328.782,41	1.006.508,29	1,25	38,71	1.593.491,71
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Reserva de Contingência	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00

Continua 2/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.234.670,00	3.994.670,00	615.780,41	2.613.245,47	615.780,41	2.613.245,47	3,25	65,42	1.381.424,53
Legislativa	138.320,00	198.320,00	19.518,10	126.881,93	19.518,10	126.881,93	0,16	63,98	71.438,07
Ação Legislativa	138.320,00	198.320,00	19.518,10	126.881,93	19.518,10	126.881,93	0,16	63,98	71.438,07
Administração	1.255.800,00	1.255.800,00	170.904,73	764.417,11	170.904,73	764.417,11	0,95	60,87	491.382,89
Administração Geral	1.255.800,00	1.255.800,00	170.904,73	764.417,11	170.904,73	764.417,11	0,95	60,87	491.382,89
Saúde	895.450,00	895.450,00	123.749,50	536.481,84	123.749,50	536.481,84	0,67	59,91	358.968,16
Atenção Básica	895.450,00	895.450,00	123.749,50	536.481,84	123.749,50	536.481,84	0,67	59,91	358.968,16
Educação	1.903.100,00	1.603.100,00	297.371,58	1.166.895,18	297.371,58	1.166.895,18	1,45	72,79	436.204,82
Ensino Fundamental	615.100,00	615.100,00	0,00	608.650,42	0,00	608.650,42	0,76	98,95	6.449,58
Educação Infantil	1.288.000,00	988.000,00	297.371,58	558.244,76	297.371,58	558.244,76	0,69	56,50	429.755,24
Cultura	25.000,00	25.000,00	2.999,82	12.933,21	2.999,82	12.933,21	0,02	51,73	12.066,79
Difusão Cultural	25.000,00	25.000,00	2.999,82	12.933,21	2.999,82	12.933,21	0,02	51,73	12.066,79
Desporto e Lazer	17.000,00	17.000,00	1.236,68	5.636,20	1.236,68	5.636,20	0,01	33,15	11.363,80
Desporto Comunitário	17.000,00	17.000,00	1.236,68	5.636,20	1.236,68	5.636,20	0,01	33,15	11.363,80
TOTAL (III) = (I + II)	147.651.631,00	160.470.568,76	18.868.962,25	87.213.673,32	18.053.396,57	80.439.506,23	100,00	50,13	80.031.062,53

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 14/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADOR

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre 2010 Anexo III

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	10.109.628,23	9.847.740,72	8.561.358,06	12.140.009,79	9.845.326,18	14.931.886,24	11.802.332,31	9.946.905,03	9.981.561,06	9.583.028,18	11.329.739,62	9.794.010,53	127.873.525,95	123.458.501,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	776.453,32	820.144,16	960.675,24	1.135.368,42	1.345.678,45	7.169.574,28	1.472.234,92	1.235.742,03	1.464.732,97	1.238.943,38	1.136.812,45	1.126.100,79	19.882.460,41	21.554.750,00
I.P.T.U.	10.315,78	12.509,36	16.368,34	6.572,02	95.369,42	4.572.205,98	268.523,50	200.810,82	232.546,92	211.467,30	129.942,82	27.070,61	5.783.702,87	5.700.000,00
I.S.S.	411.928,00	435.284,27	475.010,66	489.047,10	544.070,14	506.000,73	822.831,49	651.570,89	657.736,21	647.179,72	638.756,54	681.700,29	6.961.116,04	7.470.000,00
I.T.B.I.	92.221,24	78.600,49	120.740,95	155.997,03	166.276,22	108.069,21	99.864,46	183.077,34	163.301,41	170.763,20	166.069,18	185.959,52	1.690.940,25	1.575.000,00
I.R.R.F	32.204,82	32.654,05	33.185,82	241.778,18	33.355,56	34.082,96	35.102,66	33.540,96	34.102,93	35.562,09	39.273,82	40.302,03	625.145,88	798.000,00
Outras Receitas Tributárias	229.783,48	261.095,99	315.369,47	241.974,09	506.607,11	1.949.215,40	245.912,81	166.742,02	377.045,50	173.971,07	162.770,09	191.068,34	4.821.555,37	6.011.750,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	166.123,29	588.212,68	322.130,87	604.102,06	271.670,97	595.386,32	539.774,88	378.070,87	366.824,41	344.050,55	361.161,09	389.197,26	4.926.705,25	4.450.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	34.030,86	29.165,48	34.852,46	41.442,12	314.215,20	403.900,79	606.250,22	418.021,93	225.650,59	513.066,21	775.100,91	677.844,80	4.073.541,57	2.525.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.004,16	1.580,80	3.714,58	3.452,30	3.398,35	6.579,42	4.277,44	3.357,90	2.624,70	2.586,88	3.270,40	1.977,10	41.824,03	36.750,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.631.881,87	7.710.088,96	6.851.415,98	9.903.385,18	7.663.510,73	6.410.646,69	8.762.331,02	7.552.918,12	7.513.818,81	7.132.056,34	8.685.440,59	7.141.349,84	93.958.844,13	89.225.176,00
Cota-Parte do F.P.M.	901.506,39	1.290.135,37	1.294.487,19	1.991.996,16	1.169.919,96	1.304.052,98	968.723,75	1.160.676,40	1.429.029,03	1.240.215,41	911.978,12	1.222.232,79	14.884.953,55	16.800.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.916.307,49	1.625.646,29	1.451.486,17	3.946.997,05	1.811.307,85	1.500.242,12	1.876.712,43	1.840.651,32	1.711.480,84	1.781.727,85	1.790.095,54	1.839.423,68	23.092.078,63	21.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	485.338,24	525.929,93	392.383,34	258.934,14	189.441,24	307.430,19	491.113,93	502.927,20	559.713,80	542.637,90	571.933,73	498.558,56	5.326.342,20	5.500.000,00
Cota-Parte do ITR.	2.384,77	14.659,57	412,71	337,10	633,83	0,00	74,82	502,36	12,50	177,82	64,99	91,36	19.351,83	5.250,00
Transferências da LC 61/1989	31.645,28	40.254,90	31.935,94	39.881,49	35.626,00	34.658,56	31.686,34	33.395,13	32.904,18	38.445,88	40.932,94	39.603,19	430.969,83	693.000,00
Transferências da LC 87/1996	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.592,51	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	12.036,46	146.661,72	126.000,00
Transferências do FUNDEB	912.506,90	927.979,41	958.719,98	1.047.288,61	1.118.603,32	992.682,59	1.090.621,37	1.171.247,21	1.144.988,69	1.142.861,35	1.093.151,70	1.161.137,87	12.761.789,00	11.500.000,00
Outras Transferências Correntes	4.369.600,29	3.272.890,98	2.709.398,14	2.605.358,12	3.325.942,07	2.259.543,79	4.291.361,92	2.831.482,04	2.623.653,31	2.373.953,67	4.265.247,11	2.368.265,93	37.296.697,37	33.600.926,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	496.134,73	698.548,64	388.568,93	452.259,71	246.852,48	345.798,74	417.463,83	358.794,18	407.909,58	352.324,82	367.954,18	457.540,74	4.990.150,56	5.666.825,00
DEDUÇÕES (II)	791.881,65	952.713,17	794.025,71	1.140.567,18	734.550,79	863.098,51	885.210,19	890.939,79	936.283,61	892.197,41	852.314,11	939.145,38	10.672.927,50	10.729.850,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	111.479,67	147.616,13	146.928,76	255.847,57	112.312,75	182.968,70	155.326,10	155.426,44	156.143,35	157.009,14	156.971,99	155.127,06	1.893.157,66	1.605.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	11.502,04	155.216,14	11.502,04	60.555,63	0,00	49.601,20	54.870,94	26.588,93	32.201,89	13.421,74	31.298,41	62.949,44	509.708,40	300.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	668.899,94	649.890,90	635.594,91	824.163,98	622.238,04	630.528,61	675.013,15	708.924,42	747.938,37	721.766,53	664.043,71	721.068,88	8.270.061,44	8.824.850,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	9.317.746,58	8.895.027,55	7.767.332,35	10.999.442,61	9.110.775,39	14.068.787,73	10.917.122,12	9.055.965,24	9.045.277,45	8.690.830,77	10.477.425,51	8.854.865,15	117.200.598,45	112.728.651,00

FONTE: Secretaria da Fazenda
RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre 2010 Anexo IX

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	42.108,98	3.158.148,36	-	3.154.398,17	45.859,17	8.085,39	136.471,58	-	51.947,00	92.609,97
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	39.198,44	2.465.859,61	0,00	2.462.109,42	42.948,63	3.912,43	11.185,02	0,00	9.502,50	5.594,95
GABINETE DO PREFEITO	2.518,71	120.024,80	0,00	120.024,80	2.518,71	1.820,08	5.000,00	0,00	5.000,00	1.820,08
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	5.883,65	0,00	5.883,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	3.929,86	35.770,15	0,00	35.770,15	3.929,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS 2004	18.513,40	0,00	0,00	0,00	18.513,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDC	0,00	41.445,55	0,00	41.445,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	528,64	96.000,36	0,00	96.000,36	528,64	75,60	0,00	0,00	0,00	75,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	112,00	141.908,13	0,00	141.819,63	200,50	602,72	3.575,20	0,00	2.000,00	2.177,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.395,20	79.316,64	0,00	78.751,64	1.960,20	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	89.119,84	0,00	89.062,05	57,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10.779,68	1.491.452,86	0,00	1.488.753,96	13.478,58	175,00	2.502,50	0,00	2.502,50	175,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	539,84	305.366,29	0,00	305.026,29	879,84	1.219,01	107,32	0,00	0,00	1.326,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URE	881,11	59.571,34	0,00	59.571,34	881,11	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	13.784,50	0,00	13.784,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	13.784,50	0,00	13.784,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DESPORTO DE RIO DO SUL	23,52	740,50	0,00	740,50	23,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	23,52	740,50	0,00	740,50	23,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DA CRIANCA E ADOLESCENTE DE RIC	0,00	127,40	0,00	127,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESC	0,00	127,40	0,00	127,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO S	0,00	30.355,13	0,00	30.355,13	0,00	3.314,29	0,00	0,00	0,00	3.314,29
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	30.355,13	0,00	30.355,13	0,00	3.314,29	0,00	0,00	0,00	3.314,29
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	2.887,02	647.281,22	0,00	647.281,22	2.887,02	858,67	125.286,56	0,00	42.444,50	83.700,73
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.887,02	647.281,22	0,00	647.281,22	2.887,02	858,67	125.286,56	0,00	42.444,50	83.700,73
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	42.108,98	3.158.148,36	0,00	3.154.398,17	45.859,17	8.085,39	136.471,58	0,00	51.947,00	92.609,97

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
 PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR
 CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre 2010 Anexo V

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.920.000,00	3.920.000,00	1.718.274,19	5.056.003,55	4.180.304,50
RECEITAS CORRENTES	3.920.000,00	3.920.000,00	1.718.274,19	5.056.003,55	4.180.304,50
Receita de Contribuições dos Segurados	1.605.000,00	1.605.000,00	312.099,05	1.231.285,53	1.149.806,76
Pessoal Civil	1.605.000,00	1.605.000,00	312.099,05	1.231.285,53	1.149.806,76
Ativo	1.600.000,00	1.600.000,00	311.580,52	1.229.177,84	1.147.700,21
Inativo	5.000,00	5.000,00	518,53	2.107,69	2.106,55
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	300.000,00	300.000,00	94.247,85	270.932,55	0,00
Receita Patrimonial	2.000.000,00	2.000.000,00	1.310.652,39	3.521.397,75	2.782.429,98
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.000.000,00	2.000.000,00	1.310.652,39	3.521.397,75	2.782.429,98
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	1.274,90	32.387,72	248.067,76
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	216.428,79
Demais Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	1.274,90	32.387,72	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.080.000,00	3.080.000,00	671.250,33	2.478.685,24	2.148.102,93
RECEITAS CORRENTES	3.080.000,00	3.080.000,00	671.250,33	2.478.685,24	2.148.102,93
Receita de Contribuições Patronais	2.580.000,00	2.580.000,00	617.467,69	2.263.554,68	1.941.602,41
Pessoal Civil	2.580.000,00	2.580.000,00	617.467,69	2.263.554,68	1.941.602,41
Ativo	2.580.000,00	2.580.000,00	617.467,69	2.263.554,68	1.941.602,41
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	500.000,00	500.000,00	53.782,64	215.130,56	206.500,52
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.000.000,00	7.000.000,00	2.389.524,52	7.534.688,79	6.328.407,43
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	7.000.000,00	7.000.000,00	455.787,42	1.827.316,58	1.777.212,48
ADMINISTRAÇÃO	1.500.000,00	1.500.000,00	319,00	2.677,00	4.245,40
Despesas Correntes	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	319,00	2.677,00	4.245,40
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.500.000,00	5.500.000,00	455.468,42	1.824.639,58	1.772.967,08
Pessoal Civil	0,00	0,00	370.391,71	1.541.013,60	1.575.393,52
Aposentadorias	0,00	0,00	255.318,17	1.058.603,29	1.102.949,11
Pensões	0,00	0,00	115.073,54	482.410,31	472.444,41
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.500.000,00	5.500.000,00	85.076,71	283.625,98	197.573,56
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.500.000,00	5.500.000,00	85.076,71	283.625,98	197.573,56
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	7.000.000,00	7.000.000,00	455.787,42	1.827.316,58	1.777.212,48
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	1.933.737,10	5.707.372,21	4.551.194,95

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	500.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Bancos Conta Movimento	45.226.338,88	46.106.632,74	37.692.576,24
Investimentos	-604.674,22	-604.674,22	-647.202,10

RIO DO SUL, 15/09/2010

TANIA REGINA DE MORAES
PRESIDENTE

CLEI CARLOS BUSNARDO
CRC. 28.139/O-1 - TEC.CONTABIL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre 2010 Anexo VI

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Jun 2010 (B)	Em 31 Ago 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.635.578,29	9.904.654,80	9.857.598,12
DEDUÇÕES (II)	2.948.026,64	11.747.472,43	11.098.895,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.147.617,89	11.841.281,99	11.191.208,40
Demais Haveres Financeiros	666,09	-42.549,07	-46.454,15
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.200.257,34	51.260,49	45.859,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.687.551,65	-1.842.817,63	-1.241.296,96
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	3.687.551,65	-1.842.817,63	-1.241.296,96

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2010 (C - A)
VALOR	601.520,67	-4.928.848,61

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-292.376,74

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Jun 2010 (B)	Em 31 Ago 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	43.952.355,63	42.953.572,77	42.953.572,77
Passivo Atuarial	43.952.355,63	42.953.572,77	42.953.572,77
DEDUÇÕES (VIII)	40.015.492,66	43.586.465,18	45.501.958,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	40.641.503,77	44.191.139,40	46.106.632,74
Investimentos	-626.011,11	-604.674,22	-604.674,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	3.936.862,97	-632.892,41	-2.548.385,75
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	3.936.862,97	-632.892,41	-2.548.385,75

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA



Relatório Resumido da Execução Orçamentária 4º Bimestre 2010 Anexo VII

Município de RIO DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	115.273.651,00	18.974.326,92	80.311.280,43	72.372.336,67
Receita Tributária	21.554.750,00	2.253.204,86	16.169.115,59	13.519.730,70
I.P.T.U.	5.700.000,00	149.655,26	5.720.717,51	4.844.914,58
I.S.S.	7.470.000,00	1.318.106,62	5.146.362,19	3.371.700,83
I.T.B.I.	1.575.000,00	352.028,70	1.243.380,54	765.998,05
I.R.R.F.	798.000,00	79.575,85	285.323,01	303.516,11
Outras Receitas Tributárias	6.011.750,00	353.838,43	3.773.332,34	4.233.601,13
Receita de Contribuição	7.530.000,00	1.421.608,68	5.724.821,59	5.272.704,97
Receitas Previdenciárias	4.985.000,00	1.077.597,23	3.980.903,32	3.514.338,48
Outras Contribuições	2.545.000,00	344.011,45	1.743.918,27	1.758.366,49
Receita Patrimonial Líquida	85.000,00	27.093,12	65.371,73	78.155,16
Receita Patrimonial	2.525.000,00	1.452.945,71	3.934.050,65	3.212.159,08
(-) Aplicações Financeiras	2.440.000,00	1.425.852,59	3.868.678,92	3.134.003,92
Transferências Correntes	80.400.326,00	14.441.677,84	55.370.550,43	49.919.849,79
F.P.M.	13.440.000,00	1.707.368,81	7.545.830,29	7.321.561,07
I.C.M.S.	16.800.000,00	2.903.615,50	11.321.313,90	9.800.023,07
Convênios	880.000,00	647.974,34	931.281,02	819.912,14
Outras Transferências Correntes	49.280.326,00	9.182.719,19	35.572.125,22	31.978.353,51
Demais Receitas Correntes	5.703.575,00	830.742,42	2.981.421,09	3.581.896,05
Dívida Ativa	1.265.250,00	204.799,02	683.923,40	608.461,80
Diversas Receitas Correntes	4.438.325,00	625.943,40	2.297.497,69	2.973.434,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	29.937.980,00	1.217.465,56	6.295.215,81	6.283.978,59
Operações de Crédito (III)	7.772.000,00	101.727,77	3.983.902,27	2.409.139,53
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.734.680,00	0,00	331.950,00	23.000,00
Transferências de Capital	20.431.300,00	1.115.737,79	1.979.363,54	3.851.839,06
Convênios	20.431.300,00	1.115.737,79	1.979.363,54	3.851.839,06
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	20.431.300,00	1.115.737,79	1.979.363,54	3.851.839,06
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	135.704.951,00	20.090.064,71	82.290.643,97	76.224.175,73
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	119.198.908,34	17.267.106,85	69.851.064,56	60.531.741,18
Pessoal e Encargos Sociais	47.912.150,25	6.805.051,25	28.522.393,55	25.041.912,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	520.000,00	179.997,96	244.625,85	226.299,06
Outras Despesas Correntes	70.766.758,09	10.282.057,64	41.084.045,16	35.263.529,63
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	118.678.908,34	17.087.108,89	69.606.438,71	60.305.442,12
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	40.671.660,42	786.289,72	10.588.441,67	15.977.303,95
Investimentos	38.581.660,42	637.505,27	9.826.559,23	12.120.120,75
Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.080.000,00	148.784,45	761.882,44	3.857.183,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	38.591.660,42	637.505,27	9.826.559,23	12.120.120,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	600.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	-	-	-



Município de RIO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	157.870.568,76	17.724.614,16	79.432.997,94	72.425.562,87
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-22.165.617,76	2.365.450,55	2.857.646,03	3.798.612,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.302.183,94	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.298.633,09	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	3.550,85	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-7.346.680,00

FONTE: Secretaria da Fazenda

RIO DO SUL, 15/09/2010

MILTON HOBUS
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR
CRC.SC 028.616/O-4 CONTADORA

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar N.º 12

LEI COMPLEMENTAR N.º 12, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.
INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXA OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar;

TÍTULO I CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Salto Veloso, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Salto Veloso, visa ordenar o espaço urbano ou de fins urbanos e de expansão urbana, com o objetivo de propiciar um desenvolvimento integrado e abrange as funções da vida coletiva, em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando à melhoria de qualidade de vida da população, dando melhores condições de desempenho às funções urbanas, com menor custo social e ambiental.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. Este Plano Diretor abrange todo o território do Município de Salto Veloso, adequando sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade, definindo:

- I - A Política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do Município;
- II - Os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;
- III - Os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;
- IV - As regras orientadas do uso e da ocupação do solo;
- V - O planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento físico-territorial.

§ 1º A interpretação da presente Lei e seus anexos será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente Lei, que se encontram formalizados do Glossário anexo.

Art. 3º. O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Salto

Veloso consolida as normas gerais, objetivos e diretrizes técnicas, observando o dispositivo na Lei Orgânica, fundamentalmente a legislação urbanística abaixo arrolada, podendo ser integrado por outras leis desde que tratem de matérias a este pertinente.

Parágrafo Único. A presente Lei é denominada Lei do Plano, porque fixa os objetivos, as diretrizes e estratégias do desenvolvimento do Município, o Parcelamento do Solo e o Zoneamento

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º. Constituem objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico-Territorial de Salto Veloso:

- I - Garantir o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e equipamentos urbanos, ao transporte, aos serviços públicos, à segurança, ao trabalho e ao lazer;
- II - Orientar as ações dos diversos atores, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;
- III - Garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos, sempre observando critérios de transparência e legitimidade;
- IV - Orientar os investimentos do Poder Público de acordo com os objetivos estabelecidos neste plano Diretor, visando aproximar o planejamento da gestão urbana;
- V - Promover a justiça social e reduzir as desigualdades no Município, buscando a reversão do processo de segregação sócio-espacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária, por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais;
- VI - Elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;
- VII - Fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;
- VIII - Racionalizar o uso da infra-estrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, por meio do controle sobre o adensamento urbano;
- IX - Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana;
- X - Garantir acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção aos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 5º. Para que se atinja o objetivo básico do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Salto Veloso, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

- I - Dotar o Município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano futuro, antes que os mesmos aconteçam, a ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais.
- II - Dotar o Município de instrumentos jurídicos norteadores da política urbana municipal.
- III - Implantar no Município as Políticas de Desenvolvimento elencadas e definidas com a participação popular:
 - Desenvolvimento Sócio-Econômico
 - Desenvolvimento Físico-Territorial

TÍTULO II POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO



Art. 6º. A Política de Desenvolvimento Sócio-Econômica é composta pelos programas:

I - Geração de Emprego e Renda;

II - Fortalecimento e Agregação de Valor à Produção Agropecuária;

III - Fortalecimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

IV - Ampliação do Atendimento a Saúde e Assistência Social.

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

SEÇÃO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 7º. O Programa tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da indústria e comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 8º. O Programa tem por objetivos:

I - Qualificar a mão-de-obra;

II - Fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;

III - Apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

SEÇÃO II

DOS PROJETOS

Art. 9º. O Programa de Geração de Emprego e Renda será implantado através dos projetos:

I - Formação de parceria público/privada para viabilização de cursos de qualificação profissional;

II - Incentivo ao empreendedorismo e fortalecimento do comércio e prestação de serviços local;

III - Diversificação da atividade industrial e viabilização de implantação de novas indústrias;

IV - Incentivo à ampliação de oferta de imóveis comerciais.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO E AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

SEÇÃO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 10. O Programa tem por definição promover o fortalecimento da pequena propriedade rural como fator de desenvolvimento sócio-econômico, através da promoção da infra-estrutura e diversificação das atividades agropecuárias, compatibilizando a preservação do meio ambiente.

Art. 11. O Programa tem por objetivos:

I - Melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;

II - Diversificar as atividades;

III - Dotar a área rural de oportunidades;

IV - Fortalecer a identidade comunitária e regional, bem como a cultura associativa e cooperativa.

SEÇÃO II

DOS PROJETOS

Art. 12. O Programa do Fortalecimento e Agregação de Valor à Produção Agropecuária será implantado através dos projetos:

I - Firmação de convênios para viabilizar a ampliação da assistência técnica à pequena propriedade;

II - Ampliação da patrulha mecanizada;

III - Apoio à agregação de valor aos produtos agrícolas;

IV - Fomento do associativismo e cooperativismo;

V - Melhoria e manutenção das estradas municipais para facilitar o escoamento da produção;

VI - Viabilização do tratamento e controle da qualidade da água na área rural;

VII - Incentivo à produção agropecuária com subsídios e insumos;

VIII - Qualificação do agricultor através de cursos técnicos;

IX - Construção e manutenção de pontes no interior;

X - Viabilização de construção, reforma e ampliação de habitações rurais;

XI - Viabilização de telefonia móvel, melhoria da telefonia fixa e internet.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

SEÇÃO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 13. O programa tem por definição promover o fortalecimento da educação, cultura, esporte e lazer como fator de desenvolvimento sócio-econômico, através da promoção da ampliação das atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer.

Art. 14. O programa tem por objetivos:

I - Oportunizar acesso à educação a todos;

II - Integrar a escola à comunidade;

III - Integrar a Escola a cultura local;

IV - Disponibilizar Educação de qualidade;

V - Oportunizar a prática de esporte na área rural e urbana;

VI - Fomentar e apoiar o desenvolvimento de atividades culturais;

VII - Viabilizar espaços de esporte e lazer nas áreas rural e urbana;

SEÇÃO II

DOS PROJETOS

Art. 15. O Programa de Fortalecimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer será implantado através dos Projetos:

I - Melhoria e ampliação dos equipamentos e espaços físicos das escolas;

II - Capacitação continuada dos docentes;

III - Adequação dos espaços físicos aos Portadores de Necessidades Especiais;

IV - Implantação da Escola Aberta - otimização dos espaços físicos;

V - Inclusão de educação rural nas escolas;

VI - Melhoria e implantação de equipamentos de esporte e lazer nos bairros e comunidades rurais;

VII - Melhoria e manutenção do Transporte Escolar.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO À SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEÇÃO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 16. O Programa tem por definição promover a ampliação do atendimento à Saúde e Assistência Social, através da ampliação dos serviços; prevenção e atendimento ao idoso, oportunizando melhoria da qualidade de vida.

Art. 17. O Programa tem por objetivos:

I - Oportunizar acesso à Saúde;



h) Faixa de Proteção e Drenagem: faixa paralela a um curso d'água medida a partir de sua margem, destinada à proteção de erosão e a amenizar o problema das cheias;
i) Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;
j) Faixa de Domínio: área contígua marginal às vias de tráfego intermunicipal e interestadual, e paralelas às redes de energia de alta tensão, sendo vedada a construção:

1. Faixa de Proteção das Linhas de Transmissão da CELESC - corresponde a uma faixa de 25,00m (vinte e cinco metros) de largura ao longo da linha de transmissão;
2. Faixa de Proteção das Linhas de Transmissão da ELETROSUL - corresponde a uma faixa de 60,00m (sessenta metros) de largura ao longo da linha de transmissão.

Art. 21. O Programa tem por objetivos:

- I - Estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o meio, e das atividades que os permeia;
- II - Promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético, paisagístico, naturais ou culturais;
- III - Prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com o crescimento ordenado;
- IV - Compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;
- V - Aplicar os instrumentos jurídicos da Outorga Onerosa, do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir, IPTU Progressivo e Estudo do Impacto de Vizinhança, conforme Lei Municipal Específica;
- VI - Aplicar o instrumento jurídico do Direito da Preempção.

SEÇÃO II DO ZONEAMENTO

Art. 22. O Zoneamento consiste na divisão do território em macrozonas, e zonas, estabelecendo as diretrizes para o uso e ocupação do solo do município, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.

§ 1º As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, definindo uma visão de conjunto que integra todo o município.

§ 2º As zonas são subdivisões das macrozonas em unidades territoriais que servem como referencial mais detalhado para a definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, definindo as áreas de interesse de uso onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

SUBSEÇÃO I DAS MACROZONAS

Art. 23. O território do Município de Salto Veloso fica dividido em quatro macrozonas:

I - MU: Macrozona Urbana Consolidada, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada.

II - MEU1: Macrozona de Expansão Urbana, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento com característica de uso misto.

III - MEU2: Macrozona de Expansão Urbana, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento com característica de uso residencial.

IV - MR: Macrozona Rural, que corresponde às áreas localizadas fora do perímetro urbano com característica agropecuária.

Parágrafo Único. Os perímetros dos Elementos dos Zoneamentos estão definidos nos Mapas de macrozoneamento Anexo 1 e Mapa de Zoneamento constante no Anexo II.

Art. 24. São Objetivos da Macrozona Urbana Consolidada :

- I - Controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas com melhores condições de urbanização, adequando-o à infra-estrutura disponível;
- II - Possibilitar a instalação de uso misto;
- III - Orientar os Planos, Projetos e Ações, relacionados à implantação e manutenção da infra-estrutura;
- IV - Implantar novos usos e atividades, inclusive o habitacional de interesse social;
- V - Incrementar a capacidade da infra-estrutura de saneamento;
- VI - Implantar os espaços de lazer, preferencialmente de uso público;
- VII - Melhorar a integração entre os bairros;
- VIII - Reordenar os usos e atividades existentes a fim de evitar conflitos;
- IX - Incentivar a ocupação de vazios urbanos.

Art. 25. A Macrozona Urbana Consolidada é delimitada pela área do perímetro urbano da sede do município de Salto Veloso, e fica subdividida nas seguintes Zonas:

- ZIC - Zona de Interesse Comercial
- ZMD - Zona Mista Diversificada
- ZII - Zona de Interesse Industrial
- ZIF - Zona Industrial Fechada
- ZIP - Zona Institucional Predominante
- ZIR1 - Zona de Interesse Residencial 1
- ZIR2 - Zona de Interesse Residencial 2
- ZIR3 - Zona de Interesse Residencial 3
- ZEIS - Zona Especial de Interesse Social
- ZPP - Zona de Preservação Permanente
- ZUL - Zona de Uso Limitado

§ 1º As zonas são limitadas por limites do perímetro urbano, rios, vias e por divisa de lotes.

§ 2º O Regime urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da Zona de Parâmetro Urbanístico menos restritivo.

§ 3º Para efeito do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior à profundidade média dos lotes da zona.

§ 4º Fica criada, em todas as zonas, faixa sanitária de 5m (cinco metros), "non edification", nas divisas entre lotes para dar passagem a redes coletoras de águas pluviais e de esgoto.

Art. 26. A Zona de Interesse Comercial, tem por objetivo preservar as áreas já consolidadas, incentivando a instalação de atividades comerciais e de prestação de serviços.

Art. 27. A Zona Mista Diversificada, tem por objetivo concentrar predominantemente as atividades comerciais e de prestação de serviços e estimular a implantação dos diferentes tipos de comércio e serviços em locais cujo grau de adequabilidade seja mais aceitável.

Art. 28. A Zona de Interesse Industrial tem por objetivos estabelecer normas para o uso industrial que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas.

Art. 29. A Zona Industrial Fechada tem por objetivo restringir o uso industrial ao existente, permitindo ampliação mediante projeto e análise do conselho, por ser atividade incompatível às atividades existentes no entorno.

Art. 30. A Zona de Interesse Residencial, tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das redes de infra-estrutura urbana, do sistema viário e configuração da paisagem.

Parágrafo Único. A Zona de Interesse Residencial, subdivide-se em:

- ZIR 1 - Zona de Interesse Residencial 1
- ZIR 2 - Zona de Interesse Residencial 2
- ZIR 3 - Zona de Interesse Residencial 3

Art. 31. A Zona Especial de Interesse Social, tem por objetivo destinar prioritariamente a produção de habitações de interesse social e ampliação de equipamentos urbanos beneficiando a população de baixa renda.

Art. 32. A Zona Institucional Predominante tem por objetivos preservar área institucional existente, evitando ocupações inadequadas, dotando o município de área pública voltada ao atendimento da população.

Art. 33. A Zona de Uso Limitado tem por objetivo restringir o Uso do Solo em áreas de interesse ambiental, devido suas características de vulnerabilidade aos fenômenos naturais, sendo considerado uma faixa de 10m ao longo do Rio Veloso.

Art. 34. A Zona de Preservação Permanente, tem por objetivo preservar as áreas definidas no Zoneamento, tendo sido consideradas as faixas marginais ao longo do rio Veloso de 5m, nascentes com raio de 30m e áreas verdes.

Art. 35. São objetivos da Macrozona de Expansão Urbana:

- I - Direcionar e incentivar o adensamento, após a ocupação da zona urbana consolidada;
- II - Promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado;
- III - Implantação e qualificar a infra-estrutura urbana;
- IV - Conservar os recursos naturais;
- V - Implantar novos usos e atividades, incentivando o uso misto, industrial e residencial;
- VI - Urbanizar as áreas passíveis de ocupação, estimulando usos pertinentes à margem da rodovia estadual, próximo ao perímetro urbano, dando preferência de compra ao Poder Público, através do instrumento Direito de Preempção.

Parágrafo Único. A Macrozona de Expansão Urbana subdivide-se em:

- MEU1 - Macrozona de Expansão Urbana 1
- MEU2 - Macrozona de Expansão Urbana 2

Art. 36. São objetivos da Macrozona Rural:

- I - Garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;
- II - Garantir a proteção dos mananciais;
- III - Garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;
- IV - Promover o desenvolvimento econômico sustentável;
- V - Incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias;
- VI - Promover e incentivar a diversificação da Propriedade Rural.

Art. 37. A Macrozona Rural é delimitada pela área rural do município, com características de Desenvolvimento de atividade Agropecuária.

SEÇÃO III DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 38. Em todo o edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer os seguintes requisitos mínimos:

- I - Quota de 6 m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia, nunca menor que 40,00m², podendo ser subdividida em no máximo 02 áreas;
- II - Localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso a veículos e de estacionamento;
- III - Superfície Permeável - com areia ou grama de no mínimo de 12m², incluída na quota do n.º I.

Art. 39. As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso da Tabela I, Anexo III, parte integrante a esta Lei.

Art. 40. A fim de garantir o estacionamento dos veículos particulares fora das vias públicas, serão exigidas vagas de estacionamento em garagens, abrigos ou áreas descobertas, de conformidade com a Tabela de Garagem / Vagas de Estacionamento, apresentada no final desta seção, observado o disposto no Código de Obras do Município, conforme Anexo IV.

§ 1º As vagas devem possuir dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) x 5,00m (cinco metros), devidamente demonstrados no projeto, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo, ou equivalente a 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) por vaga, incluindo área necessária à manobra.

§ 2º Nas garagens ou estacionamentos de usos coletivos, será admitido que as vagas sejam vinculadas entre si, quando se tratar das vagas da mesma unidade.

§ 3º O número de vagas para o uso de atividades não especificadas na Tabela de Vagas de Estacionamento, será calculado por analogia.

§ 4º Deverão ser demarcados os acessos por meio de rebaixo de meio fio, admitindo-se, no máximo 2 (dois) acessos, entrada e saída, com no mínimo 3,00m (três metros) de largura cada um.

§ 5º Os espaços destinados aos estacionamentos e pátios de carga e descarga, deverão estar situados totalmente dentro dos limites do lote.

Art. 41. Os espaços destinados à garagem ou estacionamento não poderão sofrer modificações de uso.

Art. 42. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento, deverão ser reservadas vagas para deficientes físicos, localizadas próximo das entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:

- I - Até 25 vagas: 1 vaga;
- II - De 25 a 50 vagas: 2 vagas;
- III - De 51 a 75 vagas: 3 vagas;
- IV - De 76 a 100 vagas: 4 vagas;
- V - De 101 a 150 vagas: 5 vagas;
- VI - De 151 a 200 vagas: 6 vagas;
- VII - De 201 a 300 vagas: 7 vagas;
- VIII - Mais de 300 vagas: 8 vagas e mais uma para cada 100 (cem) vagas ou fração.

Art. 43. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei, que forem objeto de obras de reforma, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança de uso não será exigido o provimento de vagas do estacionamento, devendo permanecer as vagas de garagem pré-existentes.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no artigo anterior, não se aplica para os usos: Uso 5B, Uso 6, Uso 7 e especificamente para bancos.

§ 2º As edificações de que trata o caput deste artigo, que receberem obras de ampliação da área construída, será exigido o provimento de vagas de estacionamento, calculado sobre a área acrescida, na proporção estabelecida na Tabela de Garagem / Vagas de Estacionamento.

§ 3º As vagas de estacionamento de que trata o parágrafo anterior, poderá localizar-se em outro imóvel, a uma distância máxima de 100,00m (cem metros), desde que vinculada à edificação, por intermédio de averbação na escritura pública anterior ao registro da ampliação.

SEÇÃO IV DAS CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 44. Ficam assim classificados e relacionados os usos da sede do Município de Salto Veloso, quanto as atividades:

USO 1 - RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

USO 2 - RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES

USO 3 - CONJUNTOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA

USO 4 - COMÉRCIO VICINAL

Mini Mercados até 200m²
Feiras-Livres
Banca de revista
Padarias
Farmácias
Aviamentos
Sapatarias
Bares / Lanchonetes / Sorveterias
Escritórios Profissionais
Salão de Beleza
Ateliês Profissionais

USO 5. A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1

Lojas
Butiques
Vidraçarias
Confeitarias
Academias
Auto Peças
Lotéricas / Jogos Eletrônicos / Lan House
Floriculturas
Bancos
Ópticas
Joalherias
Restaurantes
Escritórios
Imobiliária
Reparo de Eletrodomésticos
Vídeos Locadoras
Representações Comerciais
Centro de Treinamento de Condutores
Estacionamentos Comércio Varejista de Extintores

Comércio Varejista de Gás GLP
Ponto de Taxi

USO 5. B - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2

Lojas de Departamentos
Supermercados
Centros Comerciais
Lojas de Material de Construção
Construtoras

USO 6 - COMÉRCIO ATACADISTA

Deposito de Materiais de Construção e Ferragens
Armazéns gerais de estocagem
Distribuidoras

USO 7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIAIS

Postos de Serviços Pesados
Depósitos Pesados
Transportadoras
Oficinas de Máquinas Pesadas
Revenda de Caminhões e Máquinas Pesadas
Guinchos
Terminal Rodoviário

USO 8 - PARA VEÍCULOS

Postos de Serviços Leves (Abastecimentos, Lubrificação, Borracharia e Lavação)
Oficina Mecânica
Chapeação e Pintura
USO 9 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES

Agência de Automóveis
Revenda de Automóveis
Agência de Motocicletas
Revenda de Motocicletas

USO 10 - EDUCACIONAL

Creche
Estabelecimento de Ensino (1º / 2º e 3º Graus e Específicos)
Centros Comunitários

USO 11 - INSTITUCIONAL

Sede de Órgãos Públicos e Autarquias
Correios
Telecomunicações
Fórum de Justiça
Abrigos

USO 12.A - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 1

Quartéis
Bombeiros
Delegacias

USO 12.B - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 2

Cemitério
Capela Mortuária

USO 13 - SAÚDE / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Asilos
Hospitais

Casas de Saúde
Postos Assistenciais / Unidades Sanitárias
Clínicas

USO 14 - RELIGIOSOS

Templos
Igreja
Salões Paroquiais

USO 15 - RECREAÇÃO E LAZER

Clubes
Museus
Teatro
Cinema
Auditórios

USO 16.A - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 1

Ginásios
Pequenas Feiras (Eventuais)
Parques Ambientais
Praças

USO 16.B - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 2

Camping
Parques de Diversão
Circos
Associações de Funcionários (Sede Campestre)
Parques de Exposições e Feiras de Evento

USO 17 - ATIVIDADES NOTURNAS

Boates
Discotecas
Danceterias
Casas de Espetáculos

USO 18 - HOTÉIS E POUSADAS

USO 19 - MOTÉIS

USO 20 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 1

Indústria de materiais elétricos e de comunicações com exceção de pilhas, baterias e acumuladores
Fabricação de artigos de madeiras para uso residencial, comercial ou industrial
Fabricação de artefatos de papel ou papelão não associados a produção de papel ou papelão
Fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral
Indústrias de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuários
Fabricação de massas alimentícias, doces em geral, balas, biscoitos e produtos de padaria
Indústrias Editoriais e Gráficas
Fabricação de Produtos de Perfumaria
Fabricação de Velas
Vidraçaria

USO 21 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 2

Todas as atividades de extração de produtos vegetais;
Fabricação de peças, ornamentais e ou estruturais de cimento, gesso e /ou amianto;
Fabricação de máquinas de artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de ver-

niz e/ou esmaltação;
Fabricação de máquinas com tratamento galvanotécnico ou fundição;
Desdobramentos de madeiras, inclusive serraria;
Fabricação de madeira aglomerada ou prensada;
Fabricação de artigos de borracha em geral;
Fiação ou tecelagem;
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
Usina de produção de concreto;
Indústrias que produzem artigos de material plástico, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas;
Fabricação de móveis e artigos de mobiliário;
Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, granito e outras pedras;
Fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e / ou galvanotécnico e / ou pintura de aspersão e / ou aplicação de verniz e / ou esmaltação;
Fabricação de máquina sem tratamento galvanotécnico e fundição;
Fabricação de cerveja , chopes, maltes e bebidas;
Ferro Velho;
Jato de Areia.

USO 22 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 3

Fabricação de Papel e Pasta Mecânica;
Fabricação de Carvão Vegetal;
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido;
Secagem e salga de couros e peles;
Produção de fundidos ou forjados de ferro e aço com tratamento superficial e/ou galvanotécnico;
Metalúrgica dos metais não ferrosos em forma primária;
Produção de formas, moldes e peças de metais não ferrosos, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico;
Fabricação de Celulose;
Curtimento e outras preparações de couros ou peles;
Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais;
Britamento de pedra / extração mineral;
Abate e industrialização de produtos animais;
Fabricação de Baterias;
Frigoríficos e Laticínios.

SEÇÃO V DOS RECUOS E AFASTAMENTOS

Art. 45. Os recuos frontais e afastamentos laterais e de fundos mínimos de cada edificação, com relação ao alinhamento predial e às divisas laterais e de fundos, serão sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação, devendo ser respeitados, conforme Tabela II - De Uso e Ocupação do Solo - Anexo IV desta Lei.

Art. 46. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes em pelo menos 30% (trinta por cento) da respectiva área, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - Muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - Garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 30% (trinta por cento) devendo, entretanto, resultar encravada em no mínimo 2/3 (dois terços) de seu volume e a sua co-

bertura deverá ser constituída por terraço plano, vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III - Varandas ou coberturas para abrigos, no recuo de fundos e/ou num dos afastamentos laterais, vedado porém, o seu fechamento frontal, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedado qualquer edificação sobre a mesma;

IV - Central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

V - Edícula ocupando os recuos laterais e de fundos, desde que igual ou menos que 50,00m² (cinquenta metros quadrados);

VI - O recuo frontal deverá ser usado como ajardinamento, permitindo-se a impermeabilização do solo apenas nos acessos ao prédio, obedecendo as taxas de permeabilidade respectivas a cada zona;

VII - Poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VIII - Sacadas desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s);

IX - Nas divisas de lotes, não são permitidos o uso de elementos vazados e tijolos de vidro para fins de ventilação e iluminação;

X - Os terrenos de esquinas são considerados com 02 frentes, devendo, portanto, respeitar os recuos pertinentes a ambas as ruas;

XI - Lojas e sobrelojas/mezaninos contarão como um único pavimento desde que, a área construída da sobreloja/mezanino pos-sua no máximo 50% da área da loja.

Art. 47. Nas Zonas de Interesse Comercial e Zona Mista Diversificada, para as construções comerciais e garagens os afastamentos laterais e de fundos são livres;

Art. 48. Nos terrenos de esquina deverão ser respeitados os recuos frontais, de acordo com a Tabela II de Uso e Ocupação do Solo - Anexo IV desta Lei, em todas as testadas.

SEÇÃO VI DOS ALVARÁS

Art. 49. Nos casos de edificações irregulares, antigas ou não, sua regularização se fará mediante a apresentação de documentos exigidos pelos órgãos federais, estaduais competentes, documento de posse do imóvel, projeto arquitetônico e hidrosanitário da edificação e Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional habilitado.

I - O setor competente da Municipalidade emitirá parecer favorável ou não à regularização da edificação com base nos projetos e laudos técnicos apresentados;

II - No caso do parecer ser não favorável à regularização, a Municipalidade exigirá as adequações necessárias, as quais deverão ser executadas e vistoriadas para a emissão do habite-se.

Art. 50. Para as edificações que contrariam as disposições desta Lei, será estabelecido um prazo para sua regularização ou adequação.

§ 1º Cabe à Prefeitura, dentro do prazo de um ano, os procedimentos para regularizar o exposto neste artigo;

§ 2º Será proibida a ampliação nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei.

A concessão de alvará para construir ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos na Tabela II de Uso e Ocupação do solo, Anexo IV, parte integrante desta Lei.

Art. 51. Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados enquanto vigirem, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Parágrafo Único. Uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrames estiverem concluídos.

Art. 52. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto ao uso do solo previsto para cada zona.

Art. 53. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo Único. Os alvarás a que se refere o presente artigo, poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando as disposições desta Lei, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 54. A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Parágrafo Único. Para as mudanças de ramo, poderão ser dispensadas, desde que plenamente justificadas, as vagas de garagem/estacionamento.

Art. 55. A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências específicas de cada caso, podendo ser aplicado o instituto legal da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, conforme Lei Municipal.

Parágrafo Único. São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:

- I - Ponham em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;
- II - Possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;
- III - Possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação;
- IV - Produzam gases, poeiras e detritos;
- V- Impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos;
- VI - Produzam ruídos e conturbem o tráfego local.

Art. 56. Toda a atividade considerada de grande porte, dependerá de aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal para a sua localização.

Parágrafo Único. É atribuição do Conselho, estabelecer, por resolução, quanto ao Porte - Pequeno, Médio ou Grande, as atividades comerciais, prestação de serviços ou industriais.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DO SOLO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57. As normas de parcelamento do solo prevista nesta Lei são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estes pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à Legislação superior vigente que regule

a matéria, seja em âmbito federal ou estadual, em especial a Lei Federal N.º 6766/79 com alterações dadas pela Lei 9785/99, e Lei Estadual 6063/82 e suas alterações, bem ainda as demais normas que as substituírem ou complementarem.

§ 1º A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no âmbito do Município, depende de aprovação pelo Poder Público.

§ 2º As normas de parcelamento do solo estarão submetidas à regulamentação própria nos casos de regularização de parcelamentos clandestinos ou irregulares implantados no Município, bem como nos casos de empreendimentos de habitação de interesse social com intervenção do Poder Público Municipal.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

a) Loteamento, é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, ou prolongamento, modificação, ou ampliação das vias existentes;

b) Desmembramento, é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

c) Remembramento, é a junção de dois ou mais lotes para formar apenas um imóvel, respeitadas as dimensões mínimas previstas nesta Lei.

§ 4º Os loteamentos e desmembramentos somente serão admitidos se deles resultarem lotes edificáveis, de acordo com o estabelecido no Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 58. Os Parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana Consolidada e Macrozona de Expansão Urbana 1 e 2, de acordo com os Limites e Parâmetros fixado na Tabela II de Uso e Ocupação do Solo, Anexo IV e no Mapa de Zoneamento, constante no Anexo II da presente Lei.

Art. 59. Os Loteamentos serão divididos em três categorias:

- I - Loteamentos Convencionais;
- II - Loteamentos Populares;
- III - Loteamentos de Interesse Social.

§ 1º Loteamentos Convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infra-estrutura básica.

§ 2º Loteamentos Populares são aqueles em que se exige a implantação da infra-estrutura mínima e são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas.

§ 3º Loteamentos de Interesse Social são aqueles executados pelo Poder Público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar a implantação da infra-estrutura mínima, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de baixa renda.

§ 4º Os Loteamentos de Interesse Social e os Loteamentos Populares só poderão ser realizados nas Áreas Especiais de Interesse Social.

§ 5º Lei Municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o Loteamento Popular com infra-estrutura básica.

SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 60. Para efeito de aplicação das normas de parcelamento, são adotadas as seguintes definições:

I - Área Total do Parcelamento, é a área que o loteamento, desmembramento ou remembramento abrange;

II - Área de Domínio Público, é a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter seu acesso restrito;

III - Área Total de Lotes, é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público;

IV - Arruamento, é o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;

V - Desmembramento, é a subdivisão de áreas em lotes com aproveitamento do sistema viário existente e registrado, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

VI - Equipamentos Comunitários, são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;

VII - Equipamentos Urbanos, são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;

VIII - Faixa Não Edificável, área do terreno onde não será permitida qualquer construção;

IX - Loteamento, é a subdivisão de áreas em lotes, com abertura e efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes;

X - Desmembramento, é a subdivisão da área em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes.

XI - Remembramento, é a fusão de lotes com aproveitamento do sistema viário existente;

XII - Via de Circulação, é a via destinada à circulação de veículos e pedestres.

Art. 61. As normas de Parcelamento do Solo têm como objetivos:

I - Orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique parcelamento do solo para fins urbanos;

II - Prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;

III - Evitar a comercialização de lotes desprovidos de condições para o desempenho de atividades urbanas;

IV - Assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

SEÇÃO III DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 62. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em Zona Urbana devidamente definida em Lei Municipal de Perímetro Urbano.

Parágrafo Único. Na Zona Rural, só será admitido o parcelamento com a prévia anuência da Prefeitura Municipal e aprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou dos órgãos Estadual e Federal de controle do meio ambiente, conforme Legislação Federal.

Art. 63. Não será permitido o parcelamento do solo:

I - Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;

II - Nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual

for a sua situação topográfica;

III - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;

IV - Nas partes do terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);

V - Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo a Prefeitura Municipal exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

VI - Em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência da Prefeitura Municipal;

VII - Em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da Legislação Federal e Estadual;

VIII - Em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;

IX - Em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, das ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;

X - Em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana.

XI - Em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências específicas dos órgãos competentes;

XII - Em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

XIII - Em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais.

A área correspondente à faixa de proteção deverá ser cedida à Prefeitura Municipal no ato da aprovação do loteamento, podendo ser considerada no cômputo de percentagem exigida no inciso II do artigo 64 desta Lei, em até 10% (dez por cento) do total a ser cedido, sem ônus para a Prefeitura.

XIII - Em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das estações de tratamento de esgoto.

SEÇÃO IV

DOS REQUISITOS URBANISTICOS

Art. 64. Os loteamentos deverão atender os seguintes requisitos:

I - Só poderão ser loteadas áreas com acesso direto a via pública em boas condições de trafegabilidade a critério da Prefeitura Municipal;

II - O proprietário cederá a Prefeitura Municipal, sem ônus para esta, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área à lotear, que correspondem as áreas destinadas à sistemas de circulação, à implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como à espaços livres de uso público, salvo loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores que 1.000m² (um mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida, sendo:

8% (oito por cento) para as áreas comunitárias destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

7% (sete por cento) para áreas verdes e espaços livres de uso público;

20% (vinte por cento) destinado ao sistema de circulação.

III - As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;

IV - Todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que a Prefeitura Municipal indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da Cidade;

V - Os parcelamentos situados ao longo de Rodovias Estaduais, deverão conter ruas marginais paralelas a faixa da domínio das referidas estradas com largura mínima de 15,00m (quinze metros);

VI - As áreas mínimas dos lotes bem como as testadas, válidas para lotes em novos loteamentos e para desmembramentos e re-

membramentos, são as estipuladas na Tabela II do Uso e Ocupação do Solo Urbano - Anexo IV;

VII - Os requisitos mínimos de acessibilidade às áreas de uso público estão determinados no código de obras do Município.

§ 1º A Prefeitura Municipal exigirá para aprovação do loteamento a reserva de faixa não edificável, quando conveniente e necessário na frente, lado ou fundo do lote para rede de água e esgoto e outros equipamentos urbanos;

§ 2º Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 20% (vinte por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona.

SEÇÃO V

DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 65. A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas desta Lei e dependerá de aprovação prévia da Municipalidade.

Art. 66. Na área urbana as seções transversais, longitudinais e dimensionamento das ruas serão definidas conforme hierarquização viária definida nos Artigos 68 e 73 desta Lei.

Art. 67. As vias que integram o sistema viário do Município de Salto Veloso, ficam assim classificadas funcionalmente de acordo com suas características:

I - Arteriais;

II - Coletoras;

III - Locais.

Parágrafo Único. Para loteamentos industriais, o dimensionamento das vias não poderá ser inferior a 20,00 m (vinte metros) de largura.

Art. 68. As vias a que se refere o artigo anterior deverão respeitar as seguintes dimensões:

I - Arterial - Não menos que 14,00 m (quatorze metros);

II - Coletora - Não menos que 12,00 m (doze metros);

III - Local - Não menos que 9,00 m (nove metros).

Art. 69. As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, ou quando a juízo da Secretaria Municipal responsável, interessar ao desenvolvimento urbano do Município.

Parágrafo Único. Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária pelo Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, esta deverá terminar em praça de retorno.

Art. 70. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa de rua.

Art. 71. As vias projetadas e previstas, serão definidas em Lei Complementar, e deverão ser observadas quando da aprovação de um projeto de parcelamento.

Art. 72. Os loteamentos com testada para a Rodovia SC 453, deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.

Parágrafo Único. Os acessos de que trata este artigo deverão ser sinalizados, e terem tratamento paisagístico conforme normas estabelecidas pelo órgão competente da Municipalidade.

Art. 73. Todas as vias de circulação a serem projetadas e constru-



idas devem atender os seguintes requisitos:

I - A declividade longitudinal máxima permitida será de 20% (vinte por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 1% (um por cento);

II - A declividade transversal máxima permitida será de 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento) e esta poderá ser do centro da caixa de rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra.

§ 1º Nos movimentos de terra ocasionados pela implantação das vias, deverão ser previstas obras e tratamentos de superfície para conter a erosão.

§ 2º Nas áreas onde houver necessidade da retirada da cobertura vegetal existente, deverão ser projetadas obras de contenção de erosão.

Art. 74. A largura da via que constituir prolongamento de outra já existente, ou constante de plano de loteamento já aprovado pela Municipalidade, não poderá ser inferior a largura desta, ainda que pela função e características possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 75. Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 5,00 m (cinco metros) de raio mínimo.

Art. 76. A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, poderá ser feita por meio de letras.

Art. 77. As vias destinadas a circulação exclusiva de pedestres deverão possuir largura mínima de 3,00 m (três metros) e declividade máxima de 12% (doze por cento), a partir desta inclinação deverão ser utilizadas escadas de acordo com projeto e/ou normas estabelecidas pela Secretaria Municipal responsável.

Art. 78. Quando da ocupação de terrenos lindeiros as vias do sistema viário básico, com previsão de alargamento, deverá ser observado o nível do pavimento futuro da via para definição dos acessos da edificação, uma vez que estes não poderão ter rampas ou escadas dentro da área de alargamento da via.

Art. 79. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro do passeio oficial previsto para esta via.

SEÇÃO VI DAS QUADRAS E LOTES

Art. 80. Na área urbana, as quadras normais não poderão ter comprimento superior a 250,00 m (duzentos e cinquenta metros), salvo quando para incorporar no traçado do sistema viário existente, desde que não ultrapasse o dobro desta exigência e determinado pela Secretaria Municipal responsável.

Parágrafo Único. Para as quadras que excederem comprimento de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros), deverão ser exigidas vias de pedestres.

Art. 81. Para efeito desta lei, os parâmetros para o dimensionamento dos lotes na área urbana, sejam eles de propriedade pública ou privada, deverão observar o estabelecido na Tabela II - Uso e Ocupação do Solo, Anexo IV, da presente Lei.

Art. 82. O lote mínimo para efeito de novas aprovações de parcelamento no Município, é de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados) de área, testada mínima de 12,00 m (doze metros).

§ 1º Os parâmetros de que trata este artigo poderão ser alterados em casos de lotes com figura geométrica de forma irregular, desde que possuam testada não inferior a 12,00 m (doze metros) e profundidade média de 16,00 m (dezesseis metros).

§ 2º Os lotes de esquina terão no mínimo uma testada acrescida em 20% (vinte por cento) e sua área mínima acrescida igualmente em 20% (vinte por cento) em relação ao mínimo exigido para a zona em que se localiza.

Art. 83. Serão permitidas construções ou edificações em lotes existentes que não se encontram nos parâmetros estabelecidos nesta Lei, devendo ser respeitados os índices de aproveitamento e gabarito estabelecidos na Tabela II - Uso e Ocupação do Solo, Anexo IV, da presente Lei, para os lotes mínimos da respectiva zona.

Art. 84. Quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, poderá haver redução das exigências das Normas Técnicas desta Lei Complementar, sendo que:

I - O lote mínimo poderá ter a área reduzida para até 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 10,00m (dez metros);

II - A localização deste deverá obedecer ao mapa de Zoneamento, Anexo II desta Lei, bem como ser aprovado pela Secretaria Municipal responsável.

Art. 85. Para locação de equipamentos urbanos e serviços públicos será permitido o Parcelamento do Solo com áreas inferiores às fixadas por esta Lei, desde que com aprovação de uso pela Municipalidade.

Art. 86. Nenhum lote terá como testada principal, vias de circulação exclusiva para pedestres.

Parágrafo Único. Este artigo não se aplica as ruas existentes por ocasião da aprovação desta Lei, que venham a ser transformadas pelo poder público em vias exclusivas para pedestres.

SEÇÃO VIII DA INFRAESTRUTURA

Art. 87. Para efeito desta Lei, a infraestrutura básica será composta por:

I - Vias de circulação abertas, com meio fio e sarjetas;

II - Escoamento das águas pluviais;

III - Rede de abastecimento de água potável;

IV - Soluções para o esgotamento sanitário;

V - Energia elétrica pública e domiciliar;

VI - Iluminação pública.

Parágrafo Único. A solução a que se refere o inciso IV deste artigo deve conectar-se à rede de esgoto sanitário nas áreas onde esta estiver disponível.

Art. 88. Enquanto o parcelamento do solo estiver em fase de implantação da infraestrutura, será dever e responsabilidade do promotor do parcelamento do solo urbano a conservação das vias de circulação.

SEÇÃO VIII DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 89. O interessado em elaborar projeto de loteamento deverá solicitar à Prefeitura Municipal, em consulta prévia, a viabilidade do mesmo e as diretrizes para uso do solo urbano e sistema viário,

apresentando para este fim os seguintes elementos:

I - Requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;
II - Planta planialtimétrica da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), dependendo do tamanho da área, assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário ou seu representante, indicando:
Divisas da propriedade perfeitamente definidas;
Localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundação, bosques, árvores de grande porte e construções existentes;
Arruamentos contíguos a todo perímetro, a localização de vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências num raio de 1.000m (um mil metros) com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
Esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas dos lotes e quadras.
III - O tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
IV - Planta de Situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), com indicação do norte magnético, da área total e dimensões dos terrenos e seus principais pontos de referência.
Parágrafo Único. As pranchas de desenho devem obedecer a normatização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 90. Havendo viabilidade de implantação, a Prefeitura Municipal, de acordo com as diretrizes de planejamento do Município e demais Legislações Superiores, após consulta aos órgãos setoriais responsáveis pelos serviços e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:

I - As vias de circulação existentes ou projetadas que compõe o sistema viário da Cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;
II - A fixação da zona ou zonas de uso predominante de acordo com a Lei de Uso e Ocupação de Solo Urbano;
III - Localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários, das áreas livres de uso público e das áreas verdes;
IV - As faixas sanitárias do terreno para o escoamento de águas pluviais e outras faixas não edificáveis;
V - Relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado;

§ 1º O prazo máximo para estudos e fornecimento das diretrizes será de 30 (trinta) dias, neles não sendo computados o tempo dispendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada;

§ 2º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de um ano, após o qual deverá ser solicitado nova Consulta Prévia;

§ 3º A aceitação da consulta prévia não implica em aprovação da proposta de loteamento.

SEÇÃO IX DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 91. Cumpridas as etapas do capítulo anterior e havendo a viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará anteprojeto, de acordo com as diretrizes definidas pela Prefeitura Municipal, composto de:

§ 1º Planta de situação da área a ser loteada em 02 (duas) vias com as seguintes informações:

I - Orientação magnética e verdadeira;
II - Equipamentos públicos e comunitários existentes num raio de

1.000m (mil metros);

§ 2º Os desenhos do anteprojeto de loteamento, na escala de 1:1000 (um por mil), em duas vias, com as seguintes informações:

I - Orientação magnética e verdadeira;
II - Subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações e dimensões;
III - Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias e cotas do projeto;
IV - Sistema de vias com as respectivas larguras;
V - Curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de 1,00m (um metro);
VI - Perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação;
Os perfis transversais serão apresentados na escala 1:500 (um por quinhentos) e as longitudinais na escala de 1:2000 (um por dois mil)
VII - Indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
VIII - A indicação das áreas que perfazem, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do Município, e outras informações, em resumo, sendo:
Área total do parcelamento;
Área total dos lotes;
Área pública, a saber;
Áreas destinadas à circulação;
Áreas verdes;
Áreas destinadas a equipamentos comunitários;
Praças e Jardins.

§ 3º As pranchas de desenho devem obedecer a normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 4º O prazo máximo para estudos e aprovação do anteprojeto, após cumpridas todas as exigências da Prefeitura Municipal pelo interessado, será de 60 (sessenta) dias.

SEÇÃO X DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 92. Aprovado o anteprojeto, o interessado apresentará o projeto definitivo, contendo:

§ 1º Plantas e desenhos exigidos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 91 desta Lei, em 04 (quatro) vias;

§ 2º Memorial Descritivo, em 04 (quatro) vias contendo obrigatoriamente:

I - Denominação de loteamento;
II - A descrição sucinta do loteamento com suas características;
III - As condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
IV - Indicação das áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;
V - A enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências, e dos que serão implantados;
VI - Limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área total do destinado ao domínio público, discriminando as áreas de sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidade pública, com suas respectivas percentagens.

§ 3º Deverão, ainda, fazer parte do projeto de loteamento, as seguintes peças gráficas referentes a obras de infra-estrutura exi-

gida, que deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes:

- I - Anteprojeto da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais, canalização em galerias ou canal aberto, com indicação das obras de sustentação, muros de arrimo, pontilhões e demais obras necessárias a conservação dos novos logradouros;
- II - Anteprojeto da rede de abastecimento d'água;
- III - Anteprojeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- IV - Anteprojeto de outras infra-estruturas que a Prefeitura Municipal julgue necessárias;

§ 4º As pranchas devem obedecer as características indicadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

§ 5º Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo requerente e responsável técnico devendo o último mencionar o número de seu registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, desta região e o número de seu registro na Prefeitura.

§ 6º Deverá ainda apresentar modelo de Contrato de Compra e Venda, em 02 (duas) vias, a ser utilizado de acordo com a Lei Federal e demais cláusulas que especifiquem:

- I - O compromisso do loteador quanto a execução das obras de infra-estrutura, enumerando-as;
- II - O prazo da execução da infra-estrutura, constante nesta Lei;
- III - A condição de que os lotes só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas no inciso V do Art. 87 desta Lei;
- IV - A possibilidade de suspensão do pagamento das prestações pelo comprador, vencido o prazo e não executadas as obras, que passará a depositá-las, em juízo, mensalmente, de acordo com a Lei Federal;
- V - O enquadramento do lote no Mapa de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, definindo a zona de uso e os parâmetros urbanísticos incidentes.

§ 7º Documentos relativos a área em parcelamento a serem anexados ao projeto definitivo:

- I - Título de propriedade;
- II - Certidões negativas de tributos municipais.

§ 8º O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências da Prefeitura Municipal, será de 60 (sessenta) dias.

SEÇÃO XI DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

- Art. 93. O pedido de desmembramento e remembramento será feito mediante requerimento do interessado a Prefeitura Municipal, acompanhado de título de propriedade, certidão negativa e da planta do imóvel a ser desmembrado ou remembrado na escala 1:500 (um por quinhentos), contendo as seguintes indicações:
- I - Situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;
 - II - Tipo de uso predominante no local;
 - III - Áreas e testadas mínimas, determinadas por esta Lei, válidas para a(s) zona(s) a qual esta afeta o imóvel;
 - IV - Divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;
 - V - Dimensões lineares e angulares;
 - VI - Perfis do terreno;
 - VII - Indicação das edificações existentes.

Parágrafo Único. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a(s) assinatura(s) do(s) responsável(veis) e deverão estar dentro das especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 94. Após examinada e aceita a documentação, será concedida "licença de desmembramento e remembramento" para averbação no registro de imóveis.

Parágrafo Único. Somente após averbação dos novos lotes no registro de imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.

Art. 95. A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior, só poderá ser permitida quando:

- I - Os lotes desmembrados e/ou remembrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Tabela II do Uso e Ocupação do Solo Urbano, Anexo IV da presente Lei;
- II - A parte restante do lote ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 96. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo pelo interessado, após cumpridas todas as exigências pelo interessado, será de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO XII DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO

Art. 97. Recebido o projeto definitivo de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, a Prefeitura Municipal procederá:

- I - Exame de exatidão da planta definitiva com a aprovada como anteprojeto;
- II - Exame de todos os elementos apresentados, conforme exigência do Capítulo VII.

§ 1º A Prefeitura Municipal poderá exigir as modificações que se façam necessárias;

§ 2º A Prefeitura Municipal, disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se ouvidas as autoridades competentes, inclusive as sanitárias e militares, no que lhes disser respeito, importando o silêncio na aprovação, desde que o projeto satisfaça as exigências e não prejudique o interesse público (Decreto Federal nº 3.079 de 15/09/38) e Lei 9784/99

Art. 98. Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, a Prefeitura baixará decreto de aprovação de loteamento e expedirá o alvará de loteamento.

Parágrafo Único. No decreto de aprovação de loteamento deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado e as obras a serem realizadas, o prazo de execução, bem como a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do Município no ato de seu registro.

Art. 99. O loteador deverá apresentar a Prefeitura Municipal antes da liberação do alvará de loteamento, os seguintes projetos de execução, previamente aprovados pelos órgãos competentes, sob pena de caducar a aprovação do projeto de loteamento.

- I - Projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios-fios e sarjetas;
- II - Projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais e das obras complementares necessárias;
- III - Projeto de abastecimento de água potável;
- IV - Projeto da rede de distribuição de energia elétrica e ilumina-

ção pública;

V - Projeto da rede de distribuição de gás, quando este conste do memorial descritivo ou do anteprojeto;

VI - Os projetos de execução, citados neste artigo, deverão ser acompanhados de:

Orçamentos;

Cronograma Físico-Financeiro.

Art. 100. No ato de recebimento do Alvará de Loteamento e da cópia do projeto aprovado pela Prefeitura, o interessado assinará um termo de compromisso no qual se obrigará a:

I - Executar as obras de infra-estrutura referidas no Art. 87 esta Lei, conforme cronograma, observando o prazo máximo disposto no parágrafo 2º deste artigo;

II - Executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis a vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;

III - Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços;

IV - Não efetuar venda de lotes antes da apresentação dos projetos definitivos da infra-estrutura e da assinatura da caução, para garantia da execução das obras;

V - Não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras previstas nos incisos I e II deste artigo e de cumpridas as demais obrigações exigidas por esta Lei ou assumidas no termo de compromisso.

§ 1º As obras que constam no presente artigo deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes.

§ 2º O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II deste artigo a partir da aprovação do projeto de loteamento, não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

Art. 101. No Termo de Compromisso - Anexo V, desta Lei deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador é obrigado a executar e o prazo fixado para sua execução.

Art. 102. Para fins de garantia da execução das obras e serviços de infra-estrutura urbana exigida para o loteamento, antes da sua aprovação, deverá ser firmado o Termo de Cauçionamento - Anexo VI, desta Lei onde ficará caucionado um percentual da área total do loteamento, cujo valor corresponda ao custo dos serviços e obras.

Parágrafo Único. O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado.

I - A Prefeitura poderá liberar proporcionalmente a garantia da execução, à medida que os serviços e obras forem concluídos;

II - Concluídos todos os serviços e obras de infra-estrutura exigidos para o loteamento, a Prefeitura liberará as garantias de sua execução.

Art. 103. Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao registro de imóveis, apresentando:

I - Título de propriedade do imóvel;

II - Histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes;

III - Certidões Negativas:

De tributos Federais, Estaduais e Municipais incidentes sobre o imóvel; em nome do proprietário (do casal, se for o caso)

De ações reais referentes ao imóvel pelo período de 10 (dez) anos;

De ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a administração pública;

IV - Certidões:

Os cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, (do casal se for o caso) e em nome de todos os que tenham sido proprietários do imóvel nos últimos dez (10) anos;

De ações pessoais relativa ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

De ônus reais relativos ao imóvel;

De ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.

V - Cópia do ato de aprovação do loteamento;

VI - Cópia do termo de compromisso e cronograma de execução das obras exigidas;

VII - Exemplar do modelo de contrato de compra e venda;

VIII - Declaração do cônjuge do requerente de que consente o registro do loteamento.

IX - Planta do Loteamento, assinada por profissional habilitado;

X - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional habilitado;

XI - Licença Ambiental Prévia - LAP, e a licença Ambiental de Instalação LAI, expedidas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, sendo facultado a apresentação da segunda quando expressamente dispensada pela primeira (Provimento 75/98);

XII - Cópia do Edital de Publicação. (os desmembramentos até dez terrenos são dispensados de publicação de edital) art. 6º do provimento nº 75/98 c/c as disposições da Circular 145/98 de 17/12/98, da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina;

XIII - Parecer favorável do Ministério Público.

§ 1º No ato do registro do projeto de loteamento, o loteador transferirá ao Município, mediante escritura pública e sem qualquer ônus ou encargo para este, o domínio das vias de circulação e das demais áreas, conforme inciso II do Artigo 64 desta Lei.

§ 2º O prazo máximo para que o loteamento seja submetido ao registro de imóveis é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo.

Art. 104. Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá a Prefeitura através de requerimento, que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.

§ 1º O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta retificada do loteamento, que será considerada oficial para todos os efeitos.

§ 2º Após a vistoria, a Prefeitura expedirá um laudo de vistoria e caso todas as obras estejam de acordo com as exigências municipais baixará também decreto de aprovação de implantação do traçado e infra-estrutura do loteamento.

§ 3º O loteamento poderá ser liberado em etapas, desde que na parcela, em questão, esteja implantada e em perfeito funcionamento toda a infra-estrutura exigida por Lei.

Art. 105. Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidos para o loteamento, a Prefeitura Municipal executá-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados na forma Artigo 104 de que se constituirão em bem público do Município.

Art. 106. Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirente de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação da Prefeitura Municipal, e deverão ser averbados no registro de imóveis, em complemento ao projeto original.

§ 1º Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na Lei, para que seja feita a anotação de modificação no Alvará de



Loteamento pela Prefeitura Municipal.

§ 2º Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada observando as disposições desta Lei e aquelas constantes do alvará ou do decreto de aprovação expedindo-se então novo alvará e baixando-se o novo decreto.

Art.107. A aprovação do projeto de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte da Prefeitura Municipal, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação a área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem os arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

SEÇÃO XIII DAS SANÇÕES

Art. 108. Fica sujeito a cassação do alvará, embargo administrativo da obra e a aplicação de multa, todo àquele que, a partir da data de publicação desta Lei:

I - Der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização da Prefeitura Municipal ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda das normas Federais e Estaduais pertinentes;
II - Der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;
III - Registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.

§ 1º A multa a que se refere este artigo corresponderá a 10% do valor total do investimento (loteamento, desmembramento ou remembramento)

§ 2º O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator na obrigação de legalizar as obras de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão da sua licença para o exercício de suas atividades para construir no Município pelo prazo de dois anos.

Art. 109. Tão logo chegue ao conhecimento da Prefeitura Municipal após a publicação desta Lei, a existência de arruamento, loteamento ou desmembramento do terreno, construído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade será notificado pela Prefeitura Municipal para pagamento da multa prevista e terá o prazo de 90 (noventa) dias para regularizar a situação do imóvel, ficando proibida a continuação dos trabalhos.

Parágrafo Único. Não cumprida as exigências constantes da notificação de embargo será lavrado o auto de infração podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais do Estado.

Art. 110. São passíveis de punição a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores da Prefeitura que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidos licen-

ças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

Art. 111. Os loteamentos e desmembramentos de terrenos efetuados sem aprovação da Prefeitura, inscritos no registro de imóveis, em época anterior a presente Lei e cujos lotes já tenham sido alienados ou compromissados a terceiros, no todo ou em parte, serão examinados por grupo de trabalho a ser designado pelo Prefeito.

Parágrafo Único. A aprovação e/ou desmembramento, será feito mediante decreto do Prefeito Municipal, baseado no relato do grupo de trabalho, a que se refere o caput deste Artigo.

CAPÍTULO III DO PROGRAMA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

SEÇÃO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 112. O programa tem por definição desenvolver um conjunto de ações na área de transporte e circulação para proporcionar o acesso amplo e democrático ao Espaço Urbano, através da priorização das pessoas com implantação e melhoramento dos equipamentos de circulação inclusivas e ambientalmente sustentáveis.

Art. 113. O programa tem por objetivos:

I - Criar um gabarito de hierarquização das vias urbanas do Município;
II - Integrar as vias de Circulação;
III - Dotar as vias coletoras de infra-estrutura;
IV - Viabilizar ao pedestre a mobilidade segura;
V - Proporcionar mobilidade às pessoas com deficiências e restrições de mobilidade;
VI - Melhorar a sinalização.

SEÇÃO II DOS PROJETOS

Art. 114. O programa do transporte e mobilidade urbana será implantado através dos projetos:

I - Elaboração de sistema de hierarquização das vias urbanas através de gabarito e implantação de infra-estrutura;
II - Dotar mecanismos de sinalização horizontal / vertical que garanta o direito de ir e vir com segurança a todas as camadas sociais;
III - Implantar passeios públicos padronizados;
IV - Adequar a Circulação à Lei de Acessibilidade - Lei Federal N.º 10098/00;
V - Pavimentar e manter a pavimentação das vias;
VI - Viabilizar a pavimentação da SC 453, trecho que liga Salto Veloso a Hercíliopolis.

CAPÍTULO IV DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 115. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais urbanas e disciplina da ocupação e uso do solo.

Art. 116. O programa tem por objetivo:
I - Controlar a qualidade da água;



II - Preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água bem como a flora e fauna ribeirinha;
III - Equacionar a falta de água na área rural do município;
IV - Equacionar o tratamento e destinação dos dejetos de animais criados em regime intensivo;
V - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;
VI - Aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;
VII - Implantar a rede de tratamento de esgoto;
VIII - Implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos;
IX - Articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;
X - Reduzir o consumo de águas servidas nas indústrias e residências.

SEÇÃO II DOS PROJETOS

Art. 117. O programa de qualificação ambiental será implantado através dos projetos:

I - Conscientização da população utilizando como veículo a mídia, escolas e associações de bairros do uso correto da água, reciclagem de lixo e saneamento básico;
II - Implantação de redes coletoras com separação absoluta das águas pluviais e sanitárias;
III - Criação de programa de incentivo de instalação de fossa, sumidouro e filtro;
IV - Criação e implantação de programa para o controle periódico dos dados hidrográficos, análise laboratoriais dos processos e qualidade dos corpos d'água e solo após o lançamento do esgoto sanitário, de acordo com a Legislação pertinente;
V - Incentivo a reutilização das águas servidas e captação das águas pluviais;
VI - Definição de taxa de permeabilidade para armazenamento e infiltração das águas pluviais;
VII - Implantação de programa de seleção de lixo;
VIII - Viabilização de implantação de reservatórios (cisterna / açude), abertura de poços artesianos e mini estações de tratamento de água;
IX - Incentivo a construção de biodigestores, composteiras e bioesterqueiras;
X - Legislação e fiscalização para proteção ambiental;
XI - Revitalização da mata ciliar;
XII - Controle do uso de defensivos agrícolas;
XIII - Implantação de lixeiras na área urbana.

CAPÍTULO V DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO

SEÇÃO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 118. O Programa tem por definição promover o direito a moradia como direito social básico incorporando o direito a infra-estrutura e serviços. Como direito social através de diretrizes locais de política habitacional, induzindo o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas infra-estruturadas na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 119. O Programa tem por Objetivos:

I - Mobilizar Recursos para viabilizar a Produção e Comercialização subsidiada de Habitação para a População de menor renda;
II - Facilitar o acesso à Habitação mediante incentivos para a po-

pulação, na compra de imóveis.

III - Combater os fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

SEÇÃO II DOS PROJETOS

Art. 120. O Programa de Habitação será implantado através dos Projetos:

I - Aquisição de áreas para programas habitacionais;
II - Viabilização à população o acesso a programas de recuperação e melhoria de habitações;
III - Viabilização à população de menor renda o acesso a terra urbanizada e a habitação digna e sustentável;
IV - Articular, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

CAPÍTULO VI DO PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

SEÇÃO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 121. O Programa tem por definição promover a melhoria da Infra-Estrutura Urbana e Rural visando a melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da Área Urbana com a Área Rural.

Art. 122. O Programa tem por Objetivos:

I - Dotar com infraestrutura as estradas municipais;
II - Promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
III - Garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;
IV - Ampliar o sistema de saneamento básico.

SEÇÃO II DOS PROJETOS

Art. 123. O Programa de Infra-Estrutura será implantado pelos Projetos:

I - Pavimentação das vias urbanas, melhoria e manutenção das estradas municipais;
II - Implantar rede de esgoto;
III - Ampliação das áreas de lazer e equipamentos urbanos na área urbana e rural;
IV - Construção de passeios públicos adequados à Lei de Acessibilidade;
V - Melhoria da iluminação pública.

CAPÍTULO VII DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

SEÇÃO I DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 124. O proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Tabela II do Uso do Solo, por limitações urbanísticas relativas à proteção e preservação do Patrimônio Ambiental e de Interesse Social definidas pelo Poder Público, poderá exercer em outro local o direito de construir, ou aliená-lo, mediante escritura pública.

Art. 125. A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário,



nas desapropriações destinadas:

- I - A melhoramentos viários,
- II - Programas habitacionais de interesse social
- III - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

Art. 126. As Transferências do Direito de Construir serão admitidas para imóveis situados nas zonas delimitadas no Zoneamento.

Art. 127. Para exercer a Transferência do Direito de Construir o Município expedirá certidão, garantindo a transferência ao proprietário, onde constará:

- I - Nome do proprietário e sua qualificação;
- I - Indicação fiscal e endereço do imóvel a ser transferido ao município;
- III - Valor do metro quadrado do imóvel;
- IV - Condições de transferência de titularidade;
- V - Parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Art. 128. O cálculo de transferência do direito de construir, será feito aplicando a correção dos valores de acordo com o tipo, zona ou setor onde recebe o potencial construtivo pelo que concede o potencial construtivo, transformado em metro quadrado.

Parágrafo Único. O proprietário poderá solicitar a Secretaria de Administração, que efetue nova avaliação do imóvel que cede desde que transcorrido 12 (doze) meses da última avaliação.

Art. 129. O proprietário do imóvel passível de Transferência do Direito de construir deverá encaminhar a solicitação ao Conselho de Desenvolvimento Municipal que terá 30 (trinta) dias para se manifestar, que conterà:

- I - Proposta assinada, de transferência do imóvel ao Município, quanto a concessão;
- II - Certidão do registro de imóveis atualizado nos últimos 60 (sessenta) dias.

Art. 130. Não serão passíveis de Transferência do Direito de Construir imóveis situados em áreas non aedificandi.

Art. 131. Os casos omissos serão analisados pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, ouvidos os demais órgãos competentes.

SEÇÃO II DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 132. O Município procederá à aplicação do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo, mediante majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos, sobre a propriedade que descumprir as obrigações decorrentes da incidência de parcelamento, edificação ou qualquer de suas condições.

§ 1º O IPTU Progressivo no Tempo não incidirá em terreno com até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), cujo proprietário não possua outro imóvel urbano no município e/ou áreas de preservação permanente.

§ 2º Estará sujeita à aplicação do IPTU - Progressivo no Tempo a Zona de Interesse Comercial, Zona Mista Diversificada, Zona de Interesse Residencial 1 e Zona Institucional Predominante.

Art. 133. Serão passíveis de aplicação deste instituto os imóveis que possuírem área acima de 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) não edificados ou subutilizados.

§ 1º - Considera-se subutilizados os imóveis cujo edificação fique

abaixo dos parâmetros constantes do Plano Diretor de Desenvolvimento deste Município.

§ 2º - Sobre as edificações que estiverem em ruínas, ou tenham sido objeto de demolição, abandono, desabamento ou incêndio também será aplicado o IPTU Progressivo no Tempo.

Art. 134. Os prazos para a aplicação do IPTU progressivo no tempo serão:

I - De 01 (um) ano a partir de notificação, para que seja protocolado o projeto do empreendimento, no órgão municipal competente.

II - De 02 (dois) anos, no mínimo, e de 05 (cinco) anos, no máximo, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

§ 1º Para empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, com parecer dos técnicos do órgão competente do Município e autorizado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, ser aumentado o prazo de conclusão pelo no máximo 02 (dois) anos.

§ 2º Considera-se empreendimentos de grande porte os possuam área superior a (2.500m²) dois mil e quinhentos metros quadrados.

Art. 135. As alíquotas do IPTU - progressivo no tempo serão crescente a cada ano sendo que:

I - No primeiro ano após o recebimento da notificação pelo proprietário, o imposto sofrerá majoração de 10% (dez) por cento sobre o valor normal da alíquota normal;

II - No segundo ano a majoração será o dobro do percentual aplicado no primeiro ano, assim sucessivamente até o quinto ano, sendo que esta não poderá exceder em duas vezes a do ano anterior, até o limite máximo de 15%(quinze por cento) do valor do imóvel.

Art. 136. O Proprietário do imóvel sobre o qual incidirá o IPTU progressivo no tempo será notificado pelo Poder Público, da obrigação de construção compulsória para o cumprimento da obrigação: Parágrafo Único. A notificação far-se-á:

I - Por funcionário do órgão competente do Poder Público Municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de pessoa jurídica, o seu representante legal.

II - Por edital quando frustrada, por três vezes a notificação prevista na alínea I deste parágrafo.

Art. 137. A notificação de que trata o Art. 136 desta lei será exarada pelo Órgão competente do Poder Municipal, com autorização do Conselho de Desenvolvimento Municipal, onde conterà:

- I - O endereço do imóvel;
- II - O nome do proprietário e sua qualificação;
- III - Prazo par o parcelamento ou edificação compulsória;
- IV - Forma de utilização do imóvel.

§ 2º A notificação deverá ser averbado no Cartório de Registro de imóveis.

Art. 138. A transmissão do imóvel gravada com o ônus do IPTU progressivo no tempo, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação transfere as obrigações de parcelamento, edificação compulsória ou utilização prevista no Art. 136 desta Lei.

SEÇÃO III DO ESTUDO DO IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 139. Os empreendimentos que dependerão de elaboração de



Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e do respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), a serem submetidos à análise, para aprovação de projeto e obtenção de licenciamento de construção e/ou funcionamento nos órgãos municipais competentes, são os seguintes:

Atividades Noturnas

I - Serviços de diversões, boates, casas de festas e estabelecimentos com música ao vivo ou mecânica;

II - Usos Religiosos, Edificações para fins de uso de Igrejas, Templos e Salões Paroquiais;

III - Motéis;

IV - Edificações ou grupamento de edificações com uso industrial, com área total construída (ATC) igual ou superior a quatro mil metros quadrados (4.000m²) ou com área de terreno (AT) igual ou superior a cinco mil metros quadrados (5.000m²) e atividades industriais enquadradas com nível de Incômodo 3 ;

§ 1º O Estudo de Impacto de Vizinhança será exigido para aprovação de projeto de modificação ou ampliação quando a área a ser ampliada for maior que 30% (trinta por cento) da área do projeto original que se enquadrem em qualquer das disposições dos incisos acima.

§ 2º A aprovação e licenciamento de edificações unifamiliares fica isenta da elaboração do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV.

Art. 140. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente, ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

I - Adensamento populacional;

II - Uso e ocupação do solo;

III - Valorização imobiliária;

IV - Impactos nas áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;

V - Equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;

VI - Equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;

VII - Sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;

VIII - Poluição sonora, atmosférica e hídrica;

IX - Ventilação e iluminação;

X - Vibração;

XI - Periculosidade;

XII - Riscos ambientais;

XIII - Impacto sócio-econômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 141. O Poder Público Municipal, para eliminar ou minimizar eventuais impactos negativos gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, como condição para aprovação do projeto, alterações e complementações no mesmo, visando a execução de melhorias na infra-estrutura urbana e nos equipamentos urbanos e comunitários, tais como:

I - Ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II - Destinação de área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III - Ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, pontos de ônibus, faixas de pedestres e semaforização;

IV - Proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem os efeitos de atividades incômodas;

V - Manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais de interesse paisagístico, histórico, artísti-

co ou cultural, considerando, ainda, a recuperação ambiental da área;

VI - Cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros recursos indutores de geração de emprego e renda;

VII - Percentual de habitação de interesse social dentro do perímetro do empreendimento;

VIII - Possibilidade de construção de equipamentos comunitários em outras áreas da cidade.

§ 1º As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de termo de compromisso pelo interessado, no qual este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

§ 3º O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no parágrafo anterior.

§ 4º Deverá ser avaliado por equipe multidisciplinar as proposições de medidas destinadas a compatibilizar o empreendimento com a vizinhança nos aspectos relativos à paisagem urbana, rede de serviços públicos e infra-estrutura com:

I - Medidas Compensatórias: destinadas a compensar impactos irreversíveis que não podem ser evitados.

II - Medidas Mitigadoras: destinadas a prevenir impactos adversos ou a reduzir aqueles que não podem ser evitados.

III - Vizinhança: imediações do local onde se propõe o empreendimento ou atividade considerada uma área de até cem metros a partir dos limites do terreno.

Art. 142. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 143. Os documentos integrantes do EIV terão publicidade, ficando disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

§ 1º Serão fornecidas cópias do EIV, quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.

§ 2º O órgão público responsável pelo exame do EIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida, na forma da lei, pelos moradores da área afetada ou suas associações.

Art. 144. A solicitação de Estudo de Impacto de Vizinhança deverá apresentar informações que permitam análise técnica relativas a: Localização:

Atividades Previstas;

Áreas, dimensões, volumetria e acabamento da edificação projetada;

Levantamento plani-altimétrico do terreno;

Mapeamento das redes de água pluvial; água, esgoto, luz e telefone no empreendimento;

Perímetro do Empreendimento;

Parágrafo Único. A Equipe Técnica do órgão municipal responsável pela análise e aprovação do EIV/RIV expedirá instrução técnica com definição dos requisitos necessários à elaboração dos mesmos de acordo com a natureza do empreendimento no prazo máximo de 15 (quinze dias);

Art. 145. A análise técnica deverá ser consolidada em parecer técnico conclusivo, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) contendo, no mínimo:



I - Caracterização do empreendimento, atividade e da respectiva área;
II - Legislação Aplicável;
III - Análise dos impactos ambientais previstos;
IV - Análise das medidas mitigadoras e compensatórias propostas;
V - Análise dos programas de monitoramento dos impactos e das medidas mitigadoras;
VI - Conclusão sobre a aprovação, proibição ou determinação de exigências, se necessário, para concessão da licença ou autorização do empreendimento ou da atividade em questão.

Art. 146. Caberá ao Conselho de Desenvolvimento Municipal a apreciação dos recursos referentes às medidas compatibilizadoras e compensatórias para a adequação as condições locais.

Art. 147. Dar-se-á publicidade dos seguintes procedimentos da análise técnica, através de publicação pelo órgão oficial:

I - Aceitação do EIV/RIV e endereço, local e horários para sua consulta pública;
II - Prazo de análise estipulado pelo órgão ambiental competente;
III - Convocação de audiências públicas, quando for o caso;
IV - Aviso de disponibilidade do parecer técnico conclusivo.

Art. 148. O empreendedor, público ou privado, arcará com as despesas relativas a:

I - Elaboração do EIV/RIV e fornecimento do número de exemplares solicitados na instrução técnica (IT);
II - Cumprimento das exigências, quando necessário, de esclarecimentos e complementação de informações durante a análise técnica do EIV/RIV;
III - Acesso público aos documentos integrantes do EIV/RIV e dos procedimentos de sua análise;
IV - Realização de audiências públicas, quando for o caso;
V - Implementação das medidas mitigadoras e compensatórias e dos respectivos programas de monitoramento;
VI - Cumprimento das exigências, quando necessário, para concessão da licença ou autorização.

Art. 149. As instruções técnicas e formulários complementares necessários para a elaboração do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV, deverão ser regulamentados no prazo de 90 dias contados da aprovação da presente lei, sem prejuízo da aplicação das suas normas aos empreendimentos que nelas se enquadrarem.

Art. 150. Os casos não previstos nesta Lei, relacionados ao impacto de vizinhança, serão decididos pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, por meio de resolução.

SEÇÃO IV DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 151. Considera-se Outorga Onerosa do Direito de Construir a concessão emitida pelo Município para edificar acima do limite estabelecido pelo índice de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

§ 1º O Direito de construir adicional será exercido até o limite estabelecido pelo índice de aproveitamento máximo.

§ 2º Para os fins desta lei considera-se:

I - Índice de Aproveitamento, o índice obtido através da divisão da área edificável pela área do lote;
II - Índice se Aproveitamento Básico, o limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira;

III - Índice de Aproveitamento Máximo, o limite máximo de aproveitamento do lote.

§ 3º Os índices de aproveitamento básico e máximo estão definidos na Tabela II Uso e Ocupação do Solo - Anexo IV, parte integrante desta Lei.

Art. 152. O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins de edificação em áreas delimitadas neste Plano Diretor, conforme disposição dos Artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste Plano Diretor.

Parágrafo Único. Estará sujeita a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir a Zona de Interesse Comercial, Zona Mista Diversificada, Zona de Interesse Residencial 1 e Zona de Uso Limitado.

Art. 153. São Objetivos Básicos da Outorga Onerosa do Direito de Construir:

I - A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
II - Propiciar uma contrapartida à sociedade pelo incremento na utilização da infra-estrutura causado pelo adensamento construtivo;
III - A geração de recursos para o atendimento da demanda de equipamentos urbanos e de serviços provocada pelo adensamento construtivo;
IV - A geração de recursos para o incremento de políticas habitacionais.

Parágrafo Único. Nas unidades territoriais citadas nos incisos deste artigo, somente será admitida a construção até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico para a zona em que se situe.

Art. 154. O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado, nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo para as respectivas zonas, definido nas Tabelas constante no Anexo VI da presente Lei.

Art. 155. A outorga onerosa do direito de construir poderá ser aplicada na regularização de edificações, desde que obedecidas as exigências quanto ao coeficiente de aproveitamento máximo.

Art. 156. Os estoques de potencial construtivo a serem concedidos pela outorga onerosa deverão ser periodicamente reavaliados, em função da capacidade de infra-estrutura disponível e das limitações ambientais.

Art. 157. O direito de construir acima do coeficiente básico legalmente fixado pelo Plano Diretor deverá ser adquirido do Poder Público via contrapartida financeira, que poderá ser paga em parcelas mensais sucessivas a serem definidas pelo município, mas que não poderão exceder 24 (vinte e quatro) parcelas.

Art. 158. A cobrança/contrapartida financeira oriunda da outorga onerosa de potencial construtivo, será calculada da seguinte maneira:

CT = VT:CAB
Onde:

CT: Contrapartida Financeira relativa a cada m² de área construída adicional
VT: Valor do metro quadrado do terreno fixado na Planta Genérica de Valores: PGV
CAB: Coeficiente de Aproveitamento Básico.

O Valor da Contrapartida Financeira não poderá exceder ao valor total do próprio terreno.

§ 1º Os recursos auferidos pela contrapartida financeira deverão ser aplicados conforme previsto no Estatuto da cidade em seu artigo 31 e com as finalidades nos incisos I a IX do artigo 26 do mesmo Instrumento.

§ 2º As prioridades serão estabelecidas pelo Orçamento Municipal, aprovadas pela Câmara Municipal.

Art. 159. A comercialização dos índices construtivos além do coeficiente de aproveitamento básico será adquirido através autorização do Poder Público, pela emissão de parecer técnico exarado por órgão competente do município, com aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 1º A expedição de autorização prévia para uso do acréscimo ao direito de construir além do coeficiente básico de aproveitamento disposto no Art. 152 desta Lei deverá ser previamente à emissão do alvará de construção.

§ 2º Da autorização prévia deverá constar a quantidade de metros quadrados passíveis de aquisição, coeficiente de aproveitamento, a altura e uso da edificação, atendidas as exigências desta Lei e demais diplomas legais.

Art. 160. Da solicitação de autorização prévia deverá constar:

I - Nome do proprietário e sua identificação;

II - Endereço do imóvel a ser utilizado a acréscimo do potencial construtivo;

Art. 161. A aquisição do Potencial Construtivo será averbada no Registro de Imóvel competente.

SEÇÃO V

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 162. O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme o disposto nos art. 25, 26 e 27 da Lei Federal N.º 10.257, de 10 de Julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo Único. O Direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

I - Regularização Fundiária;

II - Execução de programa e projetos habitacionais de interesse social;

III - Constituição de reserva fundiária;

IV - Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII - Proteção de área de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 163. Ficam definidas como áreas passíveis de Direito de Preferência:

I - Macrozona de Expansão Urbana1;

II - Macrozona de Expansão Urbana 2;

III - Zona Especial de Interesse Social;

IV - Zona de Interesse Industrial;

V - Zona Institucional Predominante;

VI - Zona de Interesse Residencial 2

Art. 164. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do direito de preempção deverão ser necessariamente oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição pelo prazo de cinco anos.

Art. 165. O Executivo deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do direito de preempção, dentro do prazo de 60 dias a partir da vigência da lei que a delimitou.

§ 1º No caso de existência de terceiros interessados na compra do imóvel nas condições mencionadas no "caput", o proprietário deverá comunicar imediatamente, ao órgão competente, sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.

§ 2º A declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel, deve ser apresentada com os seguintes documentos:

I - Proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;

II - Endereço do proprietário, para recebimento de notificações e de outras comunicações;

III - Certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de registro de imóveis da circunscrição imobiliária competente;

IV - Declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

Art. 166. Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, a Administração poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.

§ 1º A Prefeitura fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida, da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 2º O decurso de prazo de trinta dias após o recebimento da notificação do proprietário sem a manifestação expressa da Prefeitura de que pretende exercer o direito de preferência faculta o proprietário a alienar onerosamente o seu imóvel ao proponente interessado nas condições da proposta apresentada sem prejuízo do direito da Prefeitura exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas futuras dentro do prazo legal de vigência do direito de preempção.

Art. 167. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a entregar ao órgão competente da Prefeitura cópia do instrumento particular ou público de alienação do imóvel dentro do prazo de trinta dias após sua assinatura, sob pena de pagamento de multa diária em valor equivalente a 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) do valor total da alienação.

§ 1º O executivo promoverá as medidas judiciais cabíveis para a declaração de nulidade de alienação onerosa efetuadas em condições diversas da proposta apresentada, a adjudicação de imóvel que tenha sido alienado a terceiros apesar da manifestação do Executivo de seu interesse em exercer o direito de preferência e cobrança da multa a que se refere o artigo anterior.

§ 2º Em caso de nulidade da alienação efetuada pelo proprietário, o Executivo poderá adquirir o imóvel pelo valor base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

TÍTULO IV

POLÍTICA DE GESTÃO PÚBLICA URBANA



Art. 168. Visando promover um processo contínuo de Gestão compartilhada do Plano Diretor, atualizado e democrático, fica instituído o Sistema de Gestão Urbana, composto por:

- I - Poder Executivo Municipal;
- II - Participação Popular.

Parágrafo Único. O âmbito de atuação, a que se referem os incisos deste artigo, atuarão sempre de maneira integrada e complementar.

Art. 169. O Sistema de Gestão Urbana terá como objetivos:

- I - Viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;
- II - Promover o processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios à política urbana;
- III - Tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;
- IV - Identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;
- V - Implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;
- VI - Gerenciar e atualizar permanentemente este Plano Diretor;
- VII - Evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbana e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para a política urbana do Município através da gestão democrática.

CAPÍTULO I

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 170. São atribuições do Poder Executivo Municipal, no que compete ao Sistema de Gestão Urbana:

- I - Promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;
- II - Implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais proporcionando acesso amplo a todos os interessados, indistintamente;
- III - Adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;
- IV - Formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor;
- V - Executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais, seja no âmbito estadual e federal;
- VI - Promover a realização de audiências públicas;
- VII - Elaborar e submeter à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor.

CAPÍTULO II

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 171. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão política urbana do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:

- I - Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- II - Conferência Municipal de Política Urbana;
- III - Audiência Pública;
- IV - Gestão Orçamentária Participativa.

Art. 172. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política urbana do Município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

Art. 173. O Poder Executivo apresentará anualmente à Câmara Municipal e ao Conselho de Desenvolvimento Municipal relatório de Gestão Urbana e Plano de Ação para o próximo período.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 174. O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Salto Veloso é órgão integrante do Sistema de Gestão Urbana e tem como atribuições:

- I - Emitir parecer sobre todo projeto de Lei de caráter urbanístico do Município e naqueles casos cuja solução esteja omissa na Legislação ou, se prevista nesta, suscite dúvidas;
- II - Promover estudos e divulgações de conhecimento relativo a áreas urbanas, especialmente no que se refere ao Uso e Ocupação do Solo ;
- III - Colaborar com a equipe técnica encarregada de aplicar o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, encaminhando críticas, sugestões, reivindicações e problemas urbanos e emitir pareceres sobre os mesmos;
- IV - Zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;
- V - Realizar bianualmente a Conferência Municipal de Política Urbana para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Diretor e da Política Urbana Municipal revendo as diretrizes e os rumos da política para:

- 1 - Enfrentar a diminuição de emprego e renda;
- 2 - Garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
- 3 - Integrar as diferentes políticas sociais.

VI - Propor, discutir, promover debates, e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta Lei;

VII - Emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;

VII - Aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa;

VIII - Aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da Outorga Onerosa do Direito de Construir;

IX - Apreçar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor;

X - Definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;

XI - Elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;

XII - Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;

XIII - Analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município.

§ 1º O Conselho de Desenvolvimento Municipal Urbano de Salto Veloso integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho de Desenvolvimento Municipal Urbano de Salto Veloso será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se



refere o inciso XI deste artigo.

Art. 175. O Conselho será formado por Membros Representativos da Sociedade e Poder Público, com respectivos Titulares e Suplentes, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação bienal.

SEÇÃO II

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

Art. 176. A Conferência Municipal de Política Urbana é instância máxima deliberativa do Sistema de Gestão Urbana, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar ações e medidas referentes ao Plano Diretor, devendo ser realizada bianualmente.

Art. 177. São objetivos da Conferência Municipal de Política Urbana:

I - Assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;

II - Mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas do Município;

III - Sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - Integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - Avaliar a atividade do Conselho de Desenvolvimento Municipal visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - Definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 178. A Conferência Municipal de Política Urbana terá regimento próprio, a ser elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pela Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I - As competências e matérias de deliberação;

II - Os critérios e procedimentos para a escolha dos delegados;

III - A forma de organização e funcionamento da Conferência;

IV - A previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

SEÇÃO III

DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 179. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas nos termos do inciso I do § 4º do artigo 40 da Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

I - A cooperação entre diversos atores sociais Poder Executivo e o Poder Legislativo de Salto Veloso;

II - Promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - Garantir o direito político de participação do cidadão, indivi-

dualmente considerado;

IV - Possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

1 - Organizações e movimentos populares;

2 - Associações representativas dos vários segmentos das comunidades;

3 - Associações de classe;

4 - Fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações

não-governamentais .

Art. 180. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implantação.

Parágrafo Único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. 181. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo Único. Fica instituído, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 182. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

SEÇÃO IV

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 183. No âmbito do Município de Salto Veloso, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º da Lei Federal N.º 10.257/01 - Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:

I - Propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II - Possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 184. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo Único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 185. Toda atividade que esteja em desacordo com este Plano Diretor será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:



I - Atividade Compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações registradas por parte dos moradores do entorno;
II - Atividade Incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.

§ 1º Fica permitida, a critério do Conselho de Desenvolvimento Municipal, a ampliação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde esta se encontra.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da ocupação do solo a ela vinculada.

Art. 186. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação da presente Lei:

I - De cento e vinte dias, para que o Poder Executivo Municipal promova reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Diretor, bem como dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e de gestão democrática constantes nos termos da Lei N.º 10.250/01 - Estatuto da Cidade;

II - De cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na Legislação Municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;

III - De cento e oitenta dias, para que se propicie as condições para criação e instalação do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Salto Veloso, com as atribuições previstas no Art. 174 da presente Lei.

§ 1º A posse dos integrantes da primeira gestão do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Salto Veloso e o início de suas atividades não poderão exceder trinta dias após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias a que se refere o inciso III do presente artigo.

§ 2º As medidas previstas nos incisos I, II e III não prejudicarão os dispositivos auto-aplicáveis deste Plano Diretor.

Art. 187. Este Plano Diretor deverá ser revisado na ocorrência de pelo menos na seguinte situação:

I - Após passados 10 anos de sua entrada em vigor, na forma prevista nos termos da Lei N.º 10.257/01 - Estatuto da Cidade.

Art. 188. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integram ao seguintes anexos:

I - Anexo I - Mapa de Macrozoneamento;

II - Anexo II - Mapa de Zoneamento;

III - Anexo III - Tabela I - Garagens;

IV - Anexo IV - Tabela II - Uso e Ocupação do Solo

V - Anexo V - Termo de Compromisso - Loteamentos

VI - Anexo VI - Termo de Caucionamento - Loteamentos

VII - Anexo VII - Glossário

Art. 189. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 190. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Salto Veloso - SC, 20 de Setembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

CÉLIA REGINA DE BORTOLI

Assessora de Gabinete

Lei Complementar N.º 13

CÓDIGO DE POSTURAS

LEI COMPLEMENTAR N.º 13, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E O BEM ESTAR PÚBLICO, OBSERVADAS AS NORMAS FEDERAIS E ESTADUAIS RELATIVAS A MATÉRIA.

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar;

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei complementar, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, contém medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os munícipes, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

Art. 2º. Todas as funções referentes à execução desta lei, bem como a aplicação das penalidades nele previstas, serão exercidas por órgãos municipais, cuja competência, para tanto, estiver definida na legislação municipal.

Art. 3º. Os casos omissos, serão resolvidos por analogia às disposições concernentes e não as havendo, pelos princípios gerais de direito.

Art. 4º. Fica sujeita a regulamentação pelo presente Código, a forma de utilização de todas as Áreas de Domínio Público e demais espaços de utilização pública (quer pertencentes a entidades públicas ou privadas), ou assim caracterizadas.

Parágrafo Único. Disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas nos espaços referidos no caput deste artigo.

Art. 5º. Estão sujeitas a regulamentação pelo presente Código, no que couber, edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano.

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 6º. Ao Chefe do Poder Executivo e em geral aos servidores municipais, incumbe zelar pela observância dos preceitos desta lei.

Art. 7º. Esta lei não compreende as infrações previstas no Código Penal e outras leis federais e estaduais, bem como a legislação sanitária em vigor no país.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS

Art. 8º. As disposições sobre as normas arquitetônicas e urbanísticas, contidas neste Código e complementares às Leis do Plano



Diretor de Desenvolvimento Municipal e Código de Edificações, visam assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município.

Art. 9º. As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o artigo 4º deste capítulo, e do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais, visam:

- I - Garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas da região;
- II - Estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;
- III - Promover a segurança e harmonia entre os municípios.

CAPÍTULO II DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 10. As vias e logradouros públicos urbanos do Município de Salto Veloso, devem ser utilizados para o fim básico a que se destinam, respeitadas as limitações e restrições prescritas nesta lei.

Art. 11. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, salvo nos casos previstos na presente lei e desde que antecipadamente autorizado pela Municipalidade ou órgão competente afim:

- I - Abrir ruas, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela Municipalidade;
- II - Deixar em mau estado de conservação as calçadas e passeios fronteiros, paredes frontais das edificações e dos muros que fazem frente para as vias públicas;
- III - Danificar ou alterar de qualquer modo, calçamento, passeios, calçadas e meio-fio;
- IV - Danificar por qualquer modo, postes, fios e instalações de energia elétrica, televisão a cabo, fibra ótica, dados, telefone, antenas de televisão nas zonas urbanas e rurais;
- V - Deixar de remover os restos de entulhos resultantes de construção e reconstrução, bem como de podas de jardins e cortes de árvores;
- VI - Deixar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública;
- VII - Estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos;
- VIII - Colocar quaisquer elementos que impeçam ou dificultem a acessibilidade em ruas, estradas e caminhos públicos;
- IX - Danificar por qualquer forma, as ruas, estradas de rodagem e caminhos públicos;
- X - Embaraçar ou impedir por qualquer meio, a acessibilidade de pedestres ou veículos nas vias, praças, passeios e logradouros públicos;
- XI - Impedir que se façam escoadouros de águas pluviais por dentro de propriedades marginais das estradas e caminhos públicos, desde que devidamente tubulados;

§ 1º Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 2º As autorizações previstas no caput deste artigo deverão ser requeridas pelos interessados, acompanhadas de uma descrição ou croqui do ato a ser praticado e de sua finalidade.

Art. 12. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 13. É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.

Art. 14. Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

- I - Consentir o escoamento de águas servidas das residências para as ruas;
- II - Consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;
- III - Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;
- IV - Conduzir, em veículos abertos, materiais que possam, sob a incidência do vento ou trepidações, comprometer o passeio das vias públicas;
- V - Aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos.

Art. 15. O lixo das habitações deverá ser acondicionado em sacos de plástico ou vasilhas apropriadas servidas de tampa, separadamente quando houver coleta seletiva, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Art. 16. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo a população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância nociva à população.

Parágrafo Único. Aplicam-se estas medidas nas áreas situadas à montante e a jusante dos cursos d'água que passam dentro do perímetro urbano.

Art. 17. Não é permitido, dentro do perímetro urbano, a instalação de estrumeiras ou depósito de estrume animal.

Art. 18. É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências comerciais determinarem.

Art. 19. Nos casos de descarga de materiais que não possam ser feitas diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, em horário estabelecido pela Prefeitura.

Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 20. É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 21. A Prefeitura impedirá o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 22. Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados palcos, ou palanques provisórios ou estruturas específicas nos logradouros públicos, desde que solicitada à Prefeitura a autorização de sua localização.

Parágrafo Único. Para a autorização do disposto neste artigo deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Não aprovado pela prefeitura quanto à sua localização;
- b) Não prejudicarem a pavimentação nem o escoamento das águas pluviais, vegetação e outros bens públicos correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos porventura

verificados;

c) Serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades;

d) Não perturbar o trânsito público.

e) Sejam aprovados previamente pelo órgão sanitário competente da Municipalidade;

f) Responsabilizar-se pela limpeza do local utilizado.

Art. 23. Nas construções e demolições não será permitido, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

SEÇÃO II

DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO

Art. 24. A instalação de mobiliário ou equipamentos urbanos que comporte os usos: telefone, correio, segurança, comércio de jornais, revistas, cigarros, doces embalados, café e similares, flores, lanchonete, sucos, sorvete e outros do gênero em logradouros públicos, reger-se-á por esta lei, obedecidos aos critérios de localização e usos aplicáveis a cada caso, e só será permitido quando não acarretar:

I - Prejuízo a circulação de veículos e pedestres ou ao acesso de bombeiros e serviços de emergência;

II - Interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;

III - Interferência em toda extensão da testada de escolas, templos de culto, prédios públicos e hospitais;

IV - Interferência nas redes de serviços públicos;

V - Obstrução ou diminuição do panorama significativo ou eliminação de mirante;

VI - Redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, recreação pública ou eventos sociais e políticos;

VII - Prejuízo à escala, ao ambiente e as características naturais do entorno.

Art. 25. A instalação de equipamento, além das condições exigidas no artigo anterior, pressupõe:

I - Diretrizes de planejamento da área ou projeto existente de ocupação;

II - Características do comércio existente no entorno;

III - Diretrizes de zoneamento e uso do solo;

IV - Riscos para o equipamento.

Parágrafo Único. A instalação de equipamentos em parques, praças, largos e jardins públicos, depende da anuência prévia da Municipalidade.

Art. 26. Os padrões para o equipamento serão estabelecidos em projetos do órgão de planejamento competente.

Art. 27. A ocupação do logradouro público com mesas e cadeiras poderá ser permitida, em caráter provisório, através de autorização expressa do poder público, desde que, satisfeitas as seguintes condições:

I - Preservem uma faixa mínima para o trânsito público, não inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

II - Corresponderem, apenas, às testadas dos estabelecimentos comerciais para os quais forem licenciados;

III - Não exceder a linha média dos passeios, de modo a ocuparem no máximo a metade desses, a partir da testada;

IV - Guardem as mesas, entre si, distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

V - Sua instalação estando em concordância com a Legislação Sanitária vigente no Município, Estado ou Federação, seja previamente aprovada pelo órgão sanitário competente no Município.

Parágrafo Único. O pedido de licença será acompanhado de uma planta ou desenho cotado, indicando a testada da casa comercial, a largura do passeio, o número e a disposição das mesas e cadeiras, bem como de uma declaração do proprietário ou responsável legal sobre o fluxo, metodologia empregada e tipo de gênero alimentício envolvido, quando for o caso.

Art. 28. Através de requerimento a Municipalidade, poderão ser permitidos nos logradouros públicos, a instalação de relógios, estátuas, fontes e qualquer monumento, se comprovado o seu valor artístico ou cívico a juízo da Municipalidade, da qual dependerá a aprovação do local para instalação dos mesmos.

§ 1º Os relógios colocados nos logradouros públicos ou em qualquer ponto exterior de edifícios, serão obrigatoriamente mantidos em perfeito estado de funcionamento e precisão horária pelo requerente.

§ 2º As fontes ou similares de que trata este artigo serão obrigatoriamente mantidas em perfeitas condições materiais e sanitárias pelo requerente, de modo a não causar risco a saúde da população.

Art. 29. As infrações dos dispositivos constantes deste capítulo serão punidas com multa de 4,5 VRF, elevadas em 20% (vinte por cento) nas reincidências, sem prejuízos das responsabilidades criminal e civil cabíveis.

SEÇÃO III

DAS CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 30. Calçada é à parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação do mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros. Passeio é a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres.

Art. 31. As calçadas públicas são de responsabilidade exclusiva dos proprietários, possuidores do domínio útil ou a qualquer título, de imóveis, no tocante a sua construção, restauração, conservação e limpeza, observando as normas da Lei de Acessibilidade e padrões fixados pela Municipalidade.

Art. 32. Em relação às calçadas públicas, é expressamente proibido:

I - Depositar lixo ou detritos sólidos e líquidos de qualquer natureza;

II - O revestimento das calçadas formando superfície inteiramente lisa, ou com desnível que possa produzir escorregamento ou queda;

III - Qualquer tipo de letreiro ou anúncio de caráter permanente ou não no piso das calçadas dos logradouros públicos;

IV - Escoar rejeitos e dejetos líquidos de qualquer natureza;

V - Transitar com qualquer tipo de meio de transporte, exceto carrinhos de crianças e cadeiras de portadores de necessidades especiais;

VI - Conduzir pelas calçadas volumes de grande porte, que possam embaraçar o trânsito de pedestres;

VII - Estacionar temporária ou permanentemente qualquer tipo de meio de transporte;

VIII - Depositar materiais ou entulhos provenientes de construções sem o uso de acondicionantes e protetores adequados (tapumes) e autorização prévia e por escrito da Municipalidade;

IX - Executar qualquer benfeitoria ou modificação nas calçadas que impliquem na alteração de sua estrutura normal, sem prévia autorização por escrito, da Municipalidade;

X - Implantar ou instalar equipamentos que possam afetar pre-



judicialmente a espacialidade horizontal e vertical e a circulação natural de transeuntes, observando-se no caso dos equipamentos de ar condicionado, uma altura não inferior a 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e a adoção de dutos para condução de água ao solo;

XI - Instalar nas fachadas dos prédios e edificações, elementos que coloquem em risco a integridade física dos transeuntes;

XII - Preparar materiais para a construção de obra, na calçada pública;

XIII - Lavar veículos ou outros equipamentos nas calçadas públicas;

XIV - Executar qualquer tipo de obra, para a implantação de infraestrutura ou serviço de utilidade pública sem a prévia autorização por escrito da Municipalidade;

XV - Colocar mesas e cadeiras para atendimento ao público, sem autorização prévia da Municipalidade.

Art. 33. As calçadas deverão apresentar uma declividade de 2 % (dois por cento) do alinhamento para o meio fio, de acordo regulamentação do poder executivo.

Art. 34. Nas calçadas públicas podem ser instalados equipamentos temporários ou permanentes, para a coleta de lixo, contanto que obedeçam as normas e padrões da Municipalidade.

Art. 35. Os proprietários são obrigados a manter as calçadas permanentemente em bom estado de conservação, sendo expedidas a juízo do setor competente, as intimações necessárias aos respectivos proprietários, para consertos ou para reconstrução dos mesmos.

Parágrafo Único. Caberá à Municipalidade o conserto ou reconstrução das calçadas, quando forem por ela danificados, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 36. As canalizações para escoamento das águas pluviais dos lotes ou edificações, passarão sob as calçadas.

Parágrafo Único. Quando se tornar necessário fazer escavação nas calçadas dos logradouros, para assentamento de canalização, galerias, instalações de subsolo ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento das calçadas deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações.

Art. 37. Se intimados pela Municipalidade a executar o fechamento de terrenos, a manutenção e a construção de calçada, outras obras necessárias ou serviços, os proprietários que não atenderem a intimação, no prazo de 30 (trinta) dias, ficarão sujeitos a pagar, o valor do mercado dos serviços efetuados pela municipalidade.

Parágrafo Único. Excetuam-se do pagamento da taxa adicional relativa à administração, os proprietários cuja renda familiar não ultrapassem a 3 (três) salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel.

Art. 38. Quando, em virtude dos serviços de calçamento executados pela Municipalidade em logradouro situado em qualquer das zonas da cidade, em que forem alterados o nível ou largura das calçadas, cujos serviços já tenham sido realizados sem que a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anterior, competirá, aos proprietários a reposição destas calçadas em bom estado, de acordo com a nova posição dos meios-fios.

Parágrafo Único. Caso a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anteriormente e tenha modificado o projeto inicial, competirá à mesma a reposição destas calçadas em bom estado de acordo com o novo projeto.

Art. 39. Em logradouro dotado de calçada de 3,00m (três metros) ou mais, de largura, será obrigatória a construção de passeio livre para uso exclusivo de pedestres de no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), sendo que na faixa de calçadas restante deverá ser decorada e/ou ajardinada, segundo projeto aprovado para cada logradouro.

Art. 40. Não poderão ser feitas rampas de acesso nos passeios dos logradouros destinadas à entrada de veículos.

Parágrafo Único. Tendo em vista a natureza dos veículos que tenham de trafegar sobre a calçada, a Municipalidade indicará, no alvará de licença a ser concedido, a espécie de calçamento que neles deva ser adotado, bem como a faixa das calçadas destinadas a esse tráfego de veículos.

Art. 41. O rampeamento das soleiras e o rebaixamento do meio-fio são obrigatórios sempre que tiver entrada de veículos nos terrenos ou prédios com travessia de calçada de logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas ou rampas de madeira ou de outros materiais fixos ou móveis, nas sarjetas ou sobre a calçada, junto às soleiras de alinhamento para o acesso de veículos.

Art. 42. As intimações para correção dos rampeamentos objetivando obedecer este capítulo, quando necessárias, deverão ser cumpridas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO IV

DO FECHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO

Art. 43. Os terrenos não construídos, na zona urbana, com testada para logradouro público, loteados ou não, serão obrigatoriamente fechados no alinhamento, desde que o logradouro público seja pavimentado.

Art. 44. O fechamento permitirá o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva.

Parágrafo Único. A utilização de outros materiais para o fechamento, não citados neste artigo, deverá ser submetida à aprovação da Municipalidade.

Art. 45. O fechamento dos terrenos não construídos na zona urbana e rural poderá ser exigido pela Municipalidade, quando assim julgar conveniente, sendo permitido o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame, tela ou cerca viva.

Art. 46. Os terrenos que margeiam as estradas de rodagem serão obrigatoriamente fechados, permitido o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva no alinhamento frontal.

Art. 47. Nas áreas de uso residencial poderá ser dispensado o fechamento frontal dos terrenos construídos, desde que nos mesmos seja mantido um ajardinamento rigoroso e permanentemente conservado, e que o limite entre o logradouro e o terreno fique marcado com meio-fio, cordão de cimento ou processo equivalente.

Art. 48. Para fechamento de terrenos, não será permitido o emprego de espinheiros, ou de qualquer solução que coloque em risco a saúde e o bem estar.

Art. 49. Quando os terrenos forem fechados por meio de cercas vivas e estas não forem convenientemente conservadas, a Municipalidade poderá exigir a substituição desse fechamento por outro.

Art. 50. Os terrenos não construídos dentro do perímetro urbano deverão ser mantidos limpos, capinados e drenados.

Art. 51. Os terrenos pantanosos ou alagados, situados nas zonas

urbanas, serão drenados pelos respectivos proprietários, quando intimados pela Municipalidade.

Art. 52. É proibido colocar cacos de vidro, arames farpados e cercas elétricas, nos muros frontais, laterais e fundos.

Parágrafo Único. Os proprietários que tenham colocado materiais especificados no caput deste artigo, antes da vigência desta lei complementar, têm prazo de 90 (noventa) dias para retirá-los, sob pena de incidirem nas sanções cabíveis.

SEÇÃO V DOS TERRENOS BALDIOS

Art. 53. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

Art. 54. O descumprimento das obrigações de que trata o artigo anterior, importará em:

I - Intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno;

II - Execução dos serviços de limpeza pela Municipalidade, se o intimado não realizar a limpeza do terreno no prazo determinado na intimação, ficando sujeito os proprietários ou responsáveis do terreno a pagar o valor de mercado dos serviços efetuados, acrescidos das taxas e despesas administrativas e multas.

Art. 55. Compete a Municipalidade:

I - Fiscalizar, controlar, notificar e aplicar as penalidades;

II - Executar ou contratar a limpeza do terreno no caso previsto no item II do artigo 54 desta lei.

Art. 56. O proprietário ou responsável infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia de conclusão da limpeza do terreno, para recolher o valor devido.

Parágrafo Único. Terminado o prazo previsto neste artigo, o proprietário ou responsável pelo terreno terá seu débito inscrito em dívida ativa.

SEÇÃO VI DAS EDIFICAÇÕES

Art. 57. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na Macrozona Urbana.

Art. 58. Os reservatórios de água deverão obedecer os seguintes requisitos:

- a) vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;
- b) facilidade de sua inspeção;
- c) tampa removível;
- d) outras exigências do Código de Edificações vigente.

Art. 59. Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibido a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer sejam coletivos ou individuais.

Art. 60. As chaminés, de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 61. É proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados,

onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes locais:

Elevadores
Transportes coletivos municipais
Transporte Escolar
Auditórios
Museus
Cinemas
Teatros
Estabelecimentos comerciais
Estabelecimentos públicos
Hospitais
Escolas

§ 1º Nos locais descritos neste artigo deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade ao público.

§ 2º Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

§ 3º O Capítulo V deste Código determina as sanções penais previstas para os infratores.

SEÇÃO VII DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 62. No interesse do controle da poluição do ar e da água, a Prefeitura exigirá parecer técnico da FATMA, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 63. É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar espécies da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas às disposições do Código Florestal Brasileiro.

Parágrafo Único. Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja menor possível da antiga posição.

Art. 64. Não será permitida a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 65. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

§ 1º O interessado deverá obter das autoridades municipais a autorização antecipadamente;

§ 2º A autorização não inibe a responsabilidade do requerente quanto ao controle e medidas de precaução para evitar a propagação do fogo.

Art. 66. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhados ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

- I - Preparar aceiros de no mínimo 7 (sete) metros de largura;
- II - Mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 67. A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições constantes do Código Florestal Brasileiro.

Art. 68. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 69. O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

SEÇÃO VIII DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 70. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, destinadas ao preparo e consumo alimentar, excetuados os medicamentos.

Art. 71. Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados pela fiscalização e removidos para local destinado à inutilização das mesmas.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 72. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

- I - O estabelecimento que possuir exposição de frutas, legumes, verduras e/ou hortaliças, serão colocados sobre mesas e estantes de superfície impermeável, afastadas um metro, no mínimo, das portas externas;
- II - As gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente;
- III - Os alimentos que independam de cozimento deverão ser depositados em recipientes fechados que evitem o acesso de impurezas e insetos.

Art. 73. É proibido ter em depósito ou expostos à venda:

- I - Aves doentes;
- II - Legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 74. Toda a água que tenha de servir para a manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não venha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 75. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 76. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste código, que lhes são aplicáveis, deverão ainda observar o seguinte:

- I - Zelar para que os gêneros alimentícios não estejam deteriorados, nem contaminados e apresentarem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;
- II - Ter carrinhos para perfeito acondicionamento;
- III - Ter os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;
- IV - Manter-se rigorosamente asseados.

§ 1º Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas des-

cascadas, cortadas ou em fatias.

§ 2º Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 3º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda, ou em pontos vedados pela Saúde Pública.

Art. 77. A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e apreensão de mercadorias.

§ 1º É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente, e sempre, as tampas das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, poderá ser feita em vasilhas abertas.

§ 3º É obrigatório o selo com informações de data de fabricação/ validade e ingredientes utilizados.

Art. 78. Na infração de qualquer artigo dessa seção, será imposta multa correspondente de 1,8 A 4,5 VRF- Valor de Referência Fiscal.

SEÇÃO IX DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 79. Os hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres, deverão observar as seguintes prescrições:

- I - A lavagem da louça e talheres deverá ser feita com água corrente não sendo permitida sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;
- II - A higienização da louça e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervente em seguida;
- III - Os guardanapos e toalhas serão de uso individual;
- IV - A louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e às moscas;
- V - Os utensílios de copa e cozinha, os copos, as louças, talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendido e inutilizado imediatamente, o material que estiver danificado, lascado ou trincado;
- VI - As mesas e os balcões deverão possuir tampas impermeáveis;
- VII - Nos salões de consumação, não será permitido o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

§ 1º Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se nesta proibição os descartáveis.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons observando os devidos cuidados de higiene pessoal, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 80. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.



Parágrafo Único. Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jaleco rigorosamente limpo.

Art. 81. As toalhas ou panos que recobrem o encosto das cadeiras devem ser usados uma só vez para cada atendimento.

Art. 82. Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização deverão ser mergulhados em solução anti-séptica e lavados em água corrente.

Art. 83. As casas de carnes e peixarias deverão atender às seguintes condições:

- I - Ter balcões com tampa de aço inoxidável, mármore ou fórmica;
- II - Utilizar utensílios de manipulação, ferramentas ou instrumentos de corte feitos de material apropriado e conservado em rigoroso estado de limpeza;
- III - Não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial;
- IV - Os móveis de madeira devem ter revestimento impermeável;
- V - Manter o estabelecimento em perfeito estado de asseio e limpeza;
- VI - Os funcionários devem usar aventais, gorros brancos e luvas;
- VII - Manter coletores de lixo e resíduos com tampa a prova de moscas e roedores;
- VIII - Vender apenas carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados e carimbados;
- IX - Os estabelecimentos devem manter um funcionário exclusivo para o caixa.

Art. 84. Nos estabelecimentos tratados nesta seção é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

- I - Manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;
- II - O uso de aventais e gorros brancos;
- III - Manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de moscas e roedores.

Art. 85. Os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, da modalidade de panificadoras, lancherias e /ou confeitarias e similares, devem observar no mínimo, o seguinte:

- I - Piso revestido por material lavável, impermeável, resistente e não corrosível;
- II - Paredes de material resistente, lavável, impermeável, não corrosível;
- III - As salas de manipulação devem ter aberturas (portas e janelas) teladas;
- IV - As chaminés devem ficar no mínimo 5,00 m (cinco metros) acima da cumeeira;
- V - Os fornos não devem produzir fumaça aos compartimentos de trabalho;
- VI - Não se permite construção alguma sobre fornos, a não ser a cobertura para protegê-los;
- VII - Ter depósito ou local diferenciado, adequado para armazenamento de combustível, nos estabelecimentos que lidam com carvão, lenha, gás e similares;
- VIII - Ter depósito especial para farinhas, açúcar e outros, com pisos e paredes impermeabilizadas e protegidas de insetos e animais, com telas, estrados e aberturas especiais;
- IX - É obrigatório o emprego de amassadeiras mecânicas;
- XI - A secagem dos produtos será levada a efeito em ambiente e equipamento adequado e protegido;
- XII - O preparo das massas, doces, salgados e demais produtos, será, realizado por processo mecânico, evitando o uso das mãos;
- XIII - Todos os aparelhos e utensílios de trabalho serão de material inoxidável e de fácil limpeza;
- XIV - Os equipamentos estarão sempre em boas condições de

higiene;

XV - Os produto pronto para uso deve ficar abrigado de contaminação exterior;

XVI - As embalagens a serem utilizadas devem estar protegidas da poeira, insetos, animais e serem registradas no órgão competente;

XVII - É obrigatório o uso de estilete inoxidável, não se permitindo, em hipótese alguma, o emprego de qualquer outro material, sobremodo os comumente encontrados, rústicos, perigosos e sem higiene;

XVIII - Só é permitido o uso de aditivos intencionais previstos na legislação sanitária federal;

XIX - A manipulação dos produtos prontos para o consumo, na impossibilidade do uso de pegadores de inox, será feita com as mãos protegidas por luvas de material aprovado pelo órgão competente.

Art. 86. Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições em geral desta lei e das legislações federal e estadual específicas, que lhes forem aplicáveis é obrigatório no mínimo:

- I - A existência de depósito para roupa servida;
- II - A existência de uma lavanderia com água quente com instalação de esterilizador;
- III - A esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;
- IV - A desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;
- V - A instalação de necrotério;
- VI - Processo especial para eliminação de lixo hospitalar;
- VII - A manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente asseada e em condições de completa higiene.

Art. 87. Na infração de qualquer dispositivo desta seção, será imposta a multa de 4,5 VRF - Valor de Referência Fiscal.

CAPÍTULO III DO BEM ESTAR PÚBLICO

Art. 88. É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos.

Parágrafo Único. A Prefeitura estabelecerá, para cada atividade que pela sua característica produza ruídos excessivos, horários e localização permitidos, tendo em conta o disposto neste Código relativo à matéria e demais Leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes.

Art. 89. É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados por esta lei.

§ 1º As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem-estar público.

§ 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

- a) Som: é toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas;
- b) Poluição Sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança, ao sossego e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei;
- c) Ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;
- d) Ruído Impulsivo: som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo;

e) Ruído Contínuo: aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação;

f) Ruído Intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém constante diferente daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais;

g) Ruído de Fundo: todo e qualquer som que seja emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;

h) Distúrbio Sonoro e Distúrbio por Vibrações: significa qualquer ruído ou vibração que:

h.1) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público;

h.2) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;

h.3) possa ser considerado incômodo;

h.4) ultrapasse os níveis fixados nesta lei.

i) Nível Equivalente (LEQ): o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-A;

j) Decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;

l) Níveis de Som dB (A): intensidade do som, medido na curva de ponderação A, definido na norma NBR 10.151 - ABNT;

m) Zona Sensível a Ruído ou Zona de Silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 100,00m (cem metros) de distância de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos;

n) Limite Real da Propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;

o) Serviço de Construção Civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura ou de um terreno;

p) Centrais de Serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;

q) Vibração: movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer.

§ 3º Para fins de aplicação desta seção ficam definidos os seguintes horários:

- a) Diurno: compreendido entre às 7h e 19h;
- b) Vespertino: compreendido entre às 19h e 22h;
- c) Noturno: compreendido entre às 22h e 7h.

Art. 90. Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta lei, bem como o nível equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as orientações das Resoluções CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, e as recomendações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 91. A emissão de sons ou ruídos produzidos por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão as normas expedidas respectivamente pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, pelo Ministério do Trabalho e pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do Contran.

§ 1º No tocante à emissão de ruídos emitidos por veículos automotores, decorrentes do escapamento, descarga ou buzina, aplica-se, no que couber as resoluções, normas do CONAMA e do Código Brasileiro de Trânsito.

Art. 92. As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora classificadas como Incômodas (I), Nocivas (NO) ou Peri-

gosas (PE), dependem de prévia autorização da Municipalidade, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização.

Art. 93. Fica proibida a utilização de fogos de artifício, serviços de alto-falantes e outras fontes que possam causar poluição sonora, fixas ou móveis, como meio de propaganda ou publicidade, inclusive a de cunho político, nos logradouros públicos, devendo os casos especiais serão analisados e autorizados pela Municipalidade.

Parágrafo Único. Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva C do medidor de intensidade de som, à distância de 7,00m (sete metros) da origem do som, salvo casos especiais devidamente analisados e autorizados pela Municipalidade.

Art. 94. Os serviços de alto-falantes externos em veículos ficam sujeitos à concessão de alvará pela municipalidade, e ao pagamento do tributo respectivo, desde que atendam aos seguintes princípios:

- I - Estejam os equipamentos de reprodução de som calibrados pelo decibelímetro da Municipalidade;
- II - Respeitem como limite máximo, o índice de ruído de 70 (setenta) decibéis;
- III - Limitem suas atividades, de 2ª a sábado, das 08:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 18:00 horas;
- IV - Atendam a proibição da veiculação do serviço de som num raio de 200 metros de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 95. Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança que apresentarem dispositivo de controle que limite o tempo de duração do sinal sonoro de 03 (três) minutos a 05 (cinco) minutos.

Art. 96. Não se compreende nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:

- I - Por aparelhos sonorizadores, carros de som e similares usados nas propagandas eleitoral e política e nas manifestações coletivas, desde que ocorram somente nos períodos diurno e vespertino e sejam autorizados nos termos desta lei;
- II - Por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;
- III - Por fanfarras ou bandas de músicas em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;
- IV - Por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;
- V - Por explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizados Municipalidade, não sendo permitido nos domingos e feriados;
- VI - Por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue, respectivamente, por mais de 03 (três) minutos e 01 (um) minuto;

Art. 97. Por ocasião das comemorações de Natal, Ano Novo, aniversário do Município e em eventos considerados especiais, serão toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente proibidas por esta lei, devendo ser autorizadas e fiscalizadas pela Municipalidade.

Parágrafo Único. Excetuam-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone, água, esgoto e sistema viário.

Art. 98. Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer a Municipalidade a certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:

- I - Tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos sonoros utilizados;
- II - Zona e categoria de uso do local;
- III - Horário de funcionamento do estabelecimento;
- IV - Capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;
- V - Níveis máximos de ruídos permitidos;
- VI - Laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado ou empresa idônea;
- VII - Descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;
- VIII - Declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.

Parágrafo Único. A certidão a que se refere o caput deste artigo deverá ser afixada na entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

Art. 99. O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de 02 (dois) anos, expirando nos seguintes casos:

- I - Mudança de usos dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do artigo anterior;
- II - Mudança da razão social;
- III - Alterações físicas do imóvel, tais como reformas, ampliações ou qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na proteção acústica instalada;
- IV - Qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na certidão;
- V - Qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas no mesmo.

§ 1º Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão competente, que providenciará vistoria técnica.

§ 2º A renovação da certidão será aprovada pelo órgão competente após prévia vistoria no imóvel, atestando-se sua conformidade com a legislação vigente.

§ 3º O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido três meses antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento através de prazos ou prorrogações.

§ 4º A renovação da certidão ficará condicionada à liquidação, junto à Municipalidade, de todos os débitos fiscais que incidirem sobre o imóvel.

Art. 100. Os técnicos ou fiscais terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem fontes localizadas de poluição sonora, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário; devendo se apresentar devidamente credenciados e após a vistoria fornecer cópia ao proprietário do laudo emitido.

§ 1º A Municipalidade deverá celebrar Convênio, ou outra forma de cooperação, com o Estado, a União e seus órgãos, e universidades, visando legitimar as ações objeto desta lei.

§ 2º Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais poderão solicitar auxílio às autoridades competentes para a execução da medida ordenada.

Art. 101. A pessoa física ou jurídica que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independentemente da

obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:

- I - Notificação por escrito;
- II - Multa simples ou diária;
- III - Embargo da obra;
- IV - Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;
- V - Cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;
- VI - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
- VII - Paralisação da atividade poluidora.

Parágrafo Único. As penalidades de que trata este artigo, poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção imediata de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição sonora. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a multa terá uma redução de até 90% (noventa por cento) do valor original.

Art. 102. Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta lei serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, conforme o Anexo I, e assim definidas:

- I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
- II - Graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;
- III - Gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 103. A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

- I - Nas infrações leves, de 1,0 a 6,5 VRF;
- II - Nas infrações graves, de 6,6 a 13 VRF;
- III - Nas infrações gravíssimas, de 13,1 a 22,0 VRF.

Art. 104. Para imposição da pena e graduação da multa, a municipalidade deverá observar o princípio do contraditório, concedendo ao infrator a ampla defesa dos seus direitos e interesses, e também:

- I - As circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - A gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde ambiental e o meio ambiente;
- III - A natureza da infração e suas consequências;
- IV - O porte do empreendimento;
- V - Os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais.

Art. 105. São circunstâncias atenuantes:

- I - Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II - Arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;
- III - Ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 106. São circunstâncias agravantes:

- I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
- II - Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.

§ 1º A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo.

§ 2º No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 107. Compete a Municipalidade :

I - Estabelecer o controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;
II - Aplicar sanções e interdições, parciais ou totais, previstas na legislação vigente.

Art. 108. A Municipalidade, disponibilizará infra-estrutura necessária para o cumprimento desta lei.

Art. 109. As pessoas físicas ou jurídicas que estejam em desacordo com as disposições desta seção, terão prazo para adaptar-se as suas exigências conforme segue:

I - Até 06(seis) meses para iniciar os trabalhos de adaptação, com o projeto devidamente protocolado na Prefeitura Municipal;
II - Até 01(um) ano para estar completamente adaptado a esta lei.

SEÇÃO I**Dos Divertimentos Públicos**

Art. 110. Para realização de divertimentos e festejos públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.

Parágrafo Único. Para o caso do disposto no caput deste artigo será obrigatória a presença de pelo menos um soldado da Polícia Militar.

Art. 111. Não serão fornecidas licenças para a realização de diversões, jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 200,00m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 112. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Edificações vigente:

I - Os locais de divertimentos públicos, serão mantidos higienicamente limpos;
II - As portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livre de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;
III - Todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;
IV - Os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
V - Deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;
VI - Durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas.

Parágrafo Único. Estarão sujeitas ainda às normas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar ou Civil, relativas à segurança nesses recintos.

Art. 113. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 114. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa marcada.

§ 1º Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entrada.

Art. 115. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se após 30 (trinta) minutos da hora marcada, ressalvados os casos motivados por questões de segurança.

Art. 116. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

Art. 117. A armação de circos de panos ou parques de diversões só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a três meses, podendo ser renovado.

§ 2º Os circos e parques de diversão embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades de Prefeitura.

Art. 118. As infrações deste capítulo serão punidas com penas de multa de 4,5 VRF e acrescidas em 20% (vinte por cento) quando reincidente, além das responsabilidades civil e criminal que couberem.

SEÇÃO II**DA PROPAGANDA EM GERAL**

Art. 119. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo.

§ 1º Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares, sejam visíveis de lugares públicos;

§ 2º Estão isentos de tributos as placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 120. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I - Pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;
II - De alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
III - Que em sua mensagem firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 121. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança. Os requerentes são responsáveis por danos causados a terceiros em caso de qualquer tipo de acidente, ou ação da natureza.

Art. 122. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste capítulo, poderão ser apreendidos pela Prefeitura até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista nesta Lei.

Art. 123. A propaganda falada em lugares públicos por meio de ampliadores de som, auto-falantes e propagandistas, esta igualmente sujeita à prévia licença, e ao pagamento de tributo ou preço respectivo.



Art. 124. A retirada de propaganda eleitoral, afixada é de responsabilidade dos Diretórios e Comitês Municipais, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do dia da eleição, ou na forma que a lei eleitoral vier a estabelecer.

Art. 125. As infrações previstas neste capítulo serão punidas com multa de 4,5 VRF sem prejuízo das demais providências cabíveis.

SEÇÃO III DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 126. Aos animais em geral, aplicam-se as normas previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, cabendo a Municipalidade o exercício do poder de polícia, visando a proteção das pessoas e dos animais.

Art. 127. É proibida a permanência de animais nas vias e outras áreas de uso público.

§ 1º São exceção animais dóceis e de estimação, quando acompanhados de seus donos ou responsáveis.

§ 2º A Prefeitura poderá recolher os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos. A forma de apreensão será estabelecida em regulamentação própria.

Art. 128. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 129. É expressamente proibido:

- I - Criar abelhas, aves, porcos, gado ou qualquer espécie de animais em áreas situadas no perímetro urbano;
- II - Amarrar animais em cercas, muros, grades ou árvores da via pública;
- III - Domar ou adestrar animais nas vias públicas;
- IV - Dar espetáculos e exhibições de quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores e autorização expressa da Municipalidade;
- V - Comercializar animais que ofereçam periculosidade à integridade física das pessoas, sem a devida providência no tocante as medidas de segurança;
- VI - Praticar privada ou publicamente qualquer tipo de ação que caracterize crueldade ou atrocidade aos animais.

Parágrafo Único. A criação de suínos na ZIA ficara restrita ao número máximo de 4 cabeças por propriedade.

Art. 130. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro da sua propriedade.

Art. 131. Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 2,0 VRF.

CAPÍTULO IV DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA

SEÇÃO I DO LICENCIAMENTO

Art. 132. Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem a prévia licença da Prefeitura, concedida mediante requerimento dos interessados, e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Art. 133. A Prefeitura Municipal só expedirá o Alvará de localização para estabelecimentos que não contrariem as disposições contidas na Lei do Plano Diretor, tabela de Zoneamento outras leis pertinentes.

Parágrafo Único. A Prefeitura exigirá do interessado uma declaração dos vizinhos confrontantes ou não, num raio de 200m (duzentos metros) da edificação, a anuência para o exercício de atividades não vicinais, quando estas forem exercidas em zona residencial.

Art. 134. A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 135. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 136. Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão a Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 137. O Alvará de Localização será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de licença.

Art. 138. O alvará de localização será cassado:

- I - Quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II - Como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou sossego e segurança pública;
- III - Por solicitação da autoridade competente, provados motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º Será igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua esta seção.

Art. 139. Não é permitida a exposição de mercadorias do lado de fora dos estabelecimentos comerciais, nem o depósito de qualquer objeto sobre a calçada.

Parágrafo Único. Não constitui infração o depósito de mercadorias sobre a calçada no momento de desembarque ou embarque das mesmas, desde que a operação se proceda em horário regulamentado pela Municipalidade de acordo com legislação específica, não embarace o livre trânsito de pedestres e não coloque em risco a saúde e o bem estar dos transeuntes.

Art. 140. A Municipalidade exercerá rigorosa fiscalização sobre a localização e funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade que se destina, aplicando aos infratores as sanções e penalidades previstas na legislação.

Art. 141. As infrações dos dispositivos deste capítulo ficarão sujeitas à multa de 9,0 VRF.

SEÇÃO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 142. O exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou lugares franqueados ao público, dependerá sempre de licença especial da Municipalidade, mediante requerimento do interessado. Caracteriza-se como o comércio que não é exercido em local fixo.

§ 1º Caberá ao Município a definição dos locais permitidos para



a exploração das atividades mencionadas no caput deste artigo, sendo que as demais regras serão regulamentadas por ato próprio.

§ 2º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições desta lei, da legislação fiscal e sanitária deste Município.

§ 3º A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente à quem exercer o mister, sendo pessoal e intransferível.

Art. 143. Deferido o requerimento, a Municipalidade passará um alvará de licença pessoal e intransferível, no qual constarão as indicações necessárias à sua identificação, com o prenome e sobrenome, idade, nacionalidade, o número no cadastro de pessoas físicas, residência, fotografia, objeto de comércio e quando for empregado, o nome do empregador ou o seu estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, inscrições federal e estadual, se houver.

Art. 144. Com o alvará, a Municipalidade fornecerá ao licenciado um cartão indicativo do ramo de comércio ambulante que irá exercer.

§ 1º Além do cartão, todo vendedor ambulante é obrigado a trazer consigo o alvará de licença, para apresentá-lo quando for exigido pela autoridade fiscal.

§ 2º O vendedor ambulante que for encontrado sem este comprovante, ou com ele em situação irregular, estará sujeito à multa e apreensão da mercadoria em seu poder.

§ 3º As mercadorias apreendidas serão recolhidas em local de domínio municipal, e não sendo retiradas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante o pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, terão o destino regulado por dispositivos desta lei.

§ 4º Quando as mercadorias apreendidas forem suscetíveis de deterioração, serão avaliadas e doadas a casas de instituições de caridade, mediante recibo.

Art. 145. A Municipalidade só concederá licença para o comércio ambulante, quando, a seu critério o mesmo não venha a prejudicar o comércio estabelecido, a higiene e segurança.

Art. 146. Da licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I - Número de Inscrição;
- II - Residência do comerciante ou responsável;
- III - Nome, razão ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante;
- IV- Local de funcionamento.

Art. 147. A licença será renovada anualmente por solicitação do interessado.

Art. 148. A Municipalidade determinará para o exercício da atividade eventual ou ambulante, normas, padrões, locais e horários, por ato do Poder Executivo.

Art. 149. As infrações ao disposto neste capítulo estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 6,0 VRF.

SEÇÃO III

DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Art. 150. Aplicam-se à indústria, no que couber, as disposições sobre o comércio, além das contidas neste capítulo.

Art. 151. No interesse do controle da poluição sonora, do ar e da

água, a Municipalidade exigirá os relatórios necessários, expedidos pelo órgão ambiental competente, sempre que for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 152. Para efetuar o recolhimento do lixo tóxico proveniente de resíduos industriais a Municipalidade poderá cobrar uma taxa especial de coleta, destinada a equipamento especial.

Parágrafo Único. Cabe ao órgão sanitário municipal em conjunto com os demais órgãos competentes a aprovação e a indicação de local adequado para tal fim.

Art. 153. A localização das indústrias obedecerão ao zoneamento estabelecido na Lei do Plano Diretor, tabela de Zoneamento do Município de Salto Veloso.

Art. 154. As infrações deste capítulo estão sujeitas à multa de 31,0 VRF.

SEÇÃO IV

DAS FEIRAS LIVRES

Art. 155. A Municipalidade através de seus órgãos competentes determinará, data, local e mobiliário para realização de feiras livres.

Parágrafo Único. Cabe ainda a Municipalidade estabelecer regulamentos visando o bom funcionamento das feiras livres.

Art. 156. A nenhum comerciante regularmente estabelecido será permitido vender produtos hortifrutigranjeiros ou outros na feira livre.

Art. 157. A Municipalidade estabelecerá a cobrança de uma taxa pela utilização do local, devendo a limpeza deste, ser efetuada pelos feirantes.

Art. 158. O horário de funcionamento das feiras será estabelecido por decreto do poder executivo.

Parágrafo Único. A alteração do horário poderá ser solicitada pelos feirantes mediante abaixo assinado contendo no mínimo assinatura de 2/3 (dois terços) dos feirantes cadastrados e em dia com suas responsabilidades junto à municipalidade.

Art. 159. Os feirantes obrigam-se a observar as normas do Código de Defesa do Consumidor, a Legislação Sanitária, bem como cumprirem o horário de funcionamento e atendimento ao público.

Art. 160. As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 1,0 VRF.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência, será automaticamente cassada a respectiva licença.

SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 161. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais do Município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.

§ 1º Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes: impressão de jornais, laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgoto, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juízo da autoridade federal competente, seja estendida tal



prerrogativa.

§ 2º A Prefeitura poderá, ainda, permitir o funcionamento em horário especial de estabelecimentos que não causem incômodo à vizinhança.

Art. 162. Estão sujeitos a horários especiais:

I - de zero a 24 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:

- a) postos de gasolina;
- b) hotéis e similares;
- c) hospitais e similares;
- d) farmácias.

II - de 06 às 22 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:

- a) padarias;
- b) mercearias;
- c) casas de carnes e peixarias;

III - funcionamento livre:

- a) indústrias;
- b) restaurantes, sorveterias, confeitarias, bares, cafés e similares;
- c) bancas de revistas;
- d) casas de dança e casas de diversão pública;
- e) supermercado e lojas de artesanato.

IV - nos sábados até as 22 horas:

- a) salões de beleza;
- b) barbearias;

§ 1º As farmácias, quando fechadas, poderão em caso de urgência atender o público a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º Em horários especiais, determinados neste capítulo, funcionarão normalmente as farmácias que estiverem de plantão.

Art. 163. Outros ramos do comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste título, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-los a Municipalidade.

Art. 164. Em casos excepcionais, obedecido ao interesse público, o Chefe do Poder Executivo poderá conceder licenças extraordinárias a estabelecimentos e atividades, alterando por decreto o horário normal de funcionamento.

Art. 165. Outros ramos de comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste capítulo, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-lo a Prefeitura para análise.

SEÇÃO VI

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 166. A exploração das jazidas enquadradas no artigo 8, classe II do Regulamento do Código de Mineração, só será permitida mediante Alvará de Licença expedido na forma do presente texto legal.

Parágrafo Único. O requerimento para expedição do Alvará de Licença será sempre precedido de Consulta de Viabilidade.

Art. 167. As jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil e relacionadas na Classe II do referido regulamento, que seu aproveitamento depende do Alvará de que trata o artigo anterior, têm a seguinte especificação:

Classe II - Ardósias, areias, cascalhos, gnaisses, granitos, quartzitos e saibros quando utilizados, em estado natural, para o preparo de agregados, pedras de talhos ou argamassas, ou então se

destinem, como matérias-primas, à indústria de transformação.

Art. 168. O pedido de Alvará de Licença deverá ser formulado em requerimento à Prefeitura, devendo ser instruído com os seguintes documentos, além do comprovante do deferimento da Consulta de Viabilidade:

I - Quanto à legalização a ser explorada:

- a) Escritura do terreno devidamente inscrita no cadastro da Prefeitura em nome do requerente/ou;
- b) Compromisso de compra e venda/ou;
- c) Autorização expressa do proprietário.

II - Substância mineral a ser licenciada;

III - Prova de inscrição, para fins de Imposto Único Sobre Minerais;

IV - Negativa de débitos de tributos municipais;

V - Planta de detalhe da área licenciada, que terá no máximo 50ha, delimitada por figura geométrica, sendo os lados segmentos de retas ou linhas de acidentes naturais, definidos por seus comprimentos e rumos com um dos vértices amarrados a um ponto fixo e inconfundível do terreno, em escala adequada (1:100) até (1:20000), assinada por profissional habilitado e devidamente registrado na Prefeitura Municipal;

VI - Planta de situação de área licenciada, em escala adequada (1:20000) até (1:250000), firmada por profissional habilitado, contendo os principais elementos de reconhecimento, tais como: rodovias, rios, córregos, vilas, pontes e outros considerados necessários;

VII - Plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento e equipamento, fazendo constar o método de exploração a ser adotado, bem como referência à escala de produção prevista, apresentado por profissional habilitado e matriculado na Prefeitura Municipal;

VIII - Licença Ambiental Prévia - LAP expedida pela FATMA;

IX - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por Responsável Habilitado como Técnico em Lavras e Beneficiamento Mineral.

Art. 169. A fim de ser preservada a estética e a paisagem natural do local da jazida, obriga-se o requerente e interessado, a apresentar plano de recomposição e urbanização da área que será implantada à medida que a exploração for sendo realizada.

Art. 170. A obrigatoriedade de cumprimento do plano de recomposição e urbanização da área de que trata o artigo anterior, será manifestado através de termo de compromisso firmado entre o licenciado e a Prefeitura Municipal.

Art. 171. A fim de garantir à Prefeitura Municipal de qualquer ressarcimento pelo inadimplemento das obrigações assumidas por força desta Lei, obriga-se o licenciado a efetuar depósito de caução, real ou fiduciária, equivalente a 1/10 do valor de referência fiscal da municipalidade, por metro quadrado da área requerida. Parágrafo Único. O valor caucionado só será liberado após a conclusão do plano de recomposição e urbanização da área utilizada.

Art. 172. O inadimplemento das obrigações impostas pelos artigos 168 e 169 desta Lei, implicará nas seguintes sanções:

I - Embargo da exploração e multa de 17,5 VRF, cobrada em dobro no caso de reincidência;

II - Cancelamento e revogação da licença.

Parágrafo Único. Extinto o prazo de dois meses durante o qual o licenciado deve concluir as obras de recomposição e urbanização da área, a Prefeitura às realizará, utilizando para este fim os valores caucionados.

Art. 173. O pedido de renovação do Alvará de Licença, além dos requisitos exigidos pelos art. 168 e 169 desta Lei, deverá ainda ser



instruído com os seguintes elementos:

- I - Prova de licença anterior;
- II - Prova do Registro no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - da licença anterior;
- III - Prova de recolhimento do Imposto Único Sobre Minerais, referentes ao exercício anterior.

Art. 174. Autuado o processo com as peças e documentos necessários, a Prefeitura Municipal ouvirá preliminarmente e pela ordem, o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, para dizerem sobre o requerido.

Parágrafo Único. Todas e quaisquer objeções técnicas argüidas por seus órgãos, se não forem ou não puderem ser supridas pelo requerente, acarretarão automaticamente o arquivamento do processo e, em consequência, o indeferimento do pedido de alvará de licença.

Art. 175. O licenciado terá prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da expedição do Alvará, para colocação de placa padronizada, conforme modelo a ser definido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 176. A Prefeitura Municipal, através de Portaria, baixará as instruções de preenchimento do formulário destinado ao requerimento de licença para exploração da jazida mineral.

Art. 177. Todas as atividades, objeto deste capítulo, em curso neste Município, deverão em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, adequar-se às diretrizes ora estabelecidas, sob pena de interdição. Parágrafo Único. Durante o decurso do prazo estabelecido no "caput" deste artigo, poderá o órgão responsável através da exposição de motivos endereçada ao Prefeito, solicitar a interdição da atividade que, por seu curso, intensidade e método, esteja a comprometer aspectos fundamentais da paisagem natural do Município.

SEÇÃO VII DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Art. 178. O exercício da atividade do Cemitério compete exclusivamente a Municipalidade ou a quem for outorgada a exploração na forma da lei.

Art. 179. Para o exercício da atividade, a Municipalidade através do Chefe do Poder Executivo Municipal, baixará normas regulamentares exercendo rigorosa e permanente fiscalização.

Art. 180 - Nos cemitérios municipais não haverá distinção de crença ou seitas religiosas.

Art. 181. As associações religiosas poderão manter nos Cemitérios públicos e mediante ao sepultamento de seus membros, sobre os quais tomarão inteira responsabilidade, muito embora fiscalizada pelo governo municipal.

Art. 182. Nenhum corpo será inumado no Cemitério sem que o interessado apresente ao administrador ou zelador do mesmo, os documentos indispensáveis ao sepultamento que são: guia fornecida pela Prefeitura, certidão do óbito e atestado médico, e na falta deste, guia fornecida pelas autoridades policiais.

Art. 183. A localização do cemitério é determinada pelo Poder Público.

Art. 184. O concessionário ou permissionário é responsável pela construção, administração, conservação e funcionamento do ce-

mitério, nos termos da legislação vigente, sempre sob a supervisão e fiscalização da Municipalidade. O concessionário ou permissionário dentro da sua competência, deve promover e executar :

- I - aquisição de área de terra destinada a construção do cemitério, devidamente licenciada nos órgãos ambientais competentes;
- II - a construção do cemitério de acordo com o projeto aprovado pela Municipalidade;
- III - a administração e conservação do cemitério, de acordo com as normas fixadas pela Municipalidade;
- IV - a promoção de vendas de lotes, jazigos, túmulos e similares, devendo a tabela de preços ser submetida à aprovação da Municipalidade, que deve obedecer aos critérios de mercado;
- V - manutenção de administração e zeladoria, as quais se encarregarão de manter a ordem e limpeza do cemitério.

Art. 185. O concessionário ou permissionário do serviço de utilidade pública municipal de cemitério, obriga-se a manter em bom estado de conservação, primando pelo asseio, higiene e apresentação, acatando de pronto as orientações e determinações emanadas da Municipalidade, que visem à melhora da qualidade das instalações e aprimoramento dos serviços.

Art. 186. Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 6,0 VRF.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 187. Constitui Infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 188. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constringer ou auxiliar alguém a praticar infração e, os encarregados de execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Parágrafo Único. Serão punidos de conformidade com a presente lei:

- I - Os servidores que se negarem a prestar assistência aos munícipes, quando solicitados para prestar esclarecimentos das normas consubstanciadas nesta lei;
- II - Os agentes fiscais que, por culpa ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;
- III - Os agentes fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de aplicar a penalidade.

Art. 189. A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa de 1,5 A 23,0 VRF.

Art. 190. A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 191. As multas serão impostas em grau mínimo, médio e máximo.



Parágrafo Único. Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I - A maior ou menor gravidade da infração;

II - As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - Os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Art. 192. Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo Único. Reincidente é quem violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 193. As penalidades a que se refere este Código, não isentam o infrator das obrigações de reparar o dano resultante da infração, na forma da Lei.

Parágrafo Único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado ao cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 194. Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, nos seus valores monetários, com base da variação do IGPM, ou outro critério de atualização que estiver em vigor na data de liquidação das importâncias devidas.

Parágrafo Único. Na atualização dos débitos de multa de que trata este artigo, aplicar-se-á a variação do IGPM ou outro sistema a ser baixada pela Secretaria de Planejamento do Governo Federal.

Art. 195. Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo Único. A devolução da coisa apreendida far-se-á somente depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 196. No caso de não ser reclamado e tirado no prazo de sete dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo a importância aplicada na indenização das multas e das despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 197. Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

I - Os incapazes, na forma do Código Civil;

II - Os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 198. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

I - Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

II - Sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;

III - Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 199. Infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta lei, será punida com a multa de 1,5 A 23,0 VRF, variável segundo a gravidade da infração.

Art. 200. As advertências para cumprimento de disposições desta e das demais leis e decretos municipais inerentes à matéria, poderão ser objeto de notificação preliminar que será expedida pelo

Setor de Planejamento.

Art. 201. A notificação preliminar será feita em forma de ofício, com cópia onde ficará o "ciente" do notificado e conterá os seguintes elementos:

I- Nome do infrator;

II - Endereço;

III - Data;

IV - Indicação dos dispositivos legais infringidos e as penalidades correspondentes;

V - Prazo para regularizar a situação;

VI - Assinatura do notificante;

§ 1º Recusando-se o notificado a dar o "ciente", será tal recusa declarada na notificação preliminar, firmada por duas testemunhas.

§ 2º Ao notificado dar-se-á o original da notificação preliminar, ficando o Setor de Planejamento com a cópia.

Art. 202. Decorrido o prazo fixado pela notificação preliminar, sem que o notificado tenha tomado as providências no sentido de sanar as irregularidades apontadas, lavrar-se-á o auto de infração.

Parágrafo Único. Mediante requerimento apresentado pelo notificado, o Setor de Planejamento poderá prorrogar o prazo fixado na notificação.

Art. 203. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos municipais.

Art. 204. Dará motivo a lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito ou do Setor de Planejamento, por qualquer servidor municipal ou por qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo Único. Recebendo tal comunicação a autoridade competente, ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 205. São autorizadas para lavrar o auto de infração os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art. 206. É o Setor de Planejamento competente para confirmar os autos de infração e arbitrar multas.

Art. 207. Os autos de infração, lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverão conter obrigatoriamente:

I - O dia, o mês, o ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II - O nome de quem lavrou, relatando-se com toda clareza, o fato constitutivo da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou agravante à ação;

III - O nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

IV - O dispositivo legal violado, a intimação ao infrator para pagar as multas cominadas ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos neste Código;

V - A assinatura de quem lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Parágrafo Único. As eventuais omissões do auto não acarretarão sua nulidade quando do mesmo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 208. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar e este será remetido pelo correio sob registro de aviso de recebimento.

Art. 209. O infrator terá o prazo de dez dias para apresentar defesa, contados da lavratura do auto de infração ou da data do recebimento do mesmo pelo correio.

Parágrafo Único. A defesa far-se-á por petição escrita ao Secretário a que estiver subordinado o autuante, facultada a anexação de documentos.

Art. 210. Julgada improcedente ou não sendo a apresentada defesa no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de cinco dias.

§ 1º O Ato da Intimação obedecerá o disposto no § 1º e seguintes do art 26 da Lei federal 9.784 de 1999.

§ 2º Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraindo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

Art. 211. Apresentada a defesa dentro do prazo, produzirá efeito suspensivo de cobrança de multas ou da aplicação de penalidades, exceto quanto aos atos que decorram da constatação de perigo iminente à segurança física ou à saúde de terceiros.

Art. 212. o Setor de Planejamento terá o prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 1º Se entender necessário, a autoridade poderá no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao infrator ou impugnante, como também ao autuante, por cinco dias a cada um para alegação final.

§ 2º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 3º A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção face às provas produzidas e ao direito positivo.

Art. 213. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que o Setor de Planejamento ratificou os termos do auto de infração, podendo a parte interpor recurso.

Art. 214. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito.

Parágrafo Único. O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de cinco dias, contados da data da ciência da decisão de primeira instância pelo autuado/impugnante ou autuante.

Art. 215. Os Infratores serão notificados da decisão da primeira instância:

- I - Sempre que possível, pessoalmente, mediante entrega de recibo de cópia da decisão proferida;
- II - Por edital, se desconhecido o domicílio do infrator;
- III - Por carta, acompanhada de cópia de decisão, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art. 216. O recuso far-se-á por petição escrita, facultada a juntada de documentos.

Parágrafo Único. É vedado, numa só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo as-

sunto, o mesmo autuado.

Art. 217. O Prefeito terá o prazo de quinze dias para proferir a decisão final.

Art. 218. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que o Prefeito ratificou os termos da decisão de primeira instância.

Art. 219. As decisões definitivas serão executadas:

I - Pela notificação ao infrator para, no prazo de cinco dias, satisfazer ao pagamento do valor da multa.

II - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraindo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

CAPÍTULO VI DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 220. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 20 de Setembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

CÉLIA REGINA DE BORTOLI
Assessora de Gabinete

Lei Complementar N.º 14

CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES

LEI COMPLEMENTAR N.º 14, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA - CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar;

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Código, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, estabelece normas de projeto e construção em geral no Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuadas por particulares, entidades ou órgãos públicos no Município de Salto Veloso, é regulamentada por este Código, obedecida às normas Federais e Estaduais relativas à matéria.

Parágrafo Único. Para o licenciamento das atividades de que reza este Código, serão observadas as disposições da Lei do Plano Diretor, Tabelas de Zoneamento, incidentes sobre o imóvel.

CAPÍTULO I OBJETIVOS DO CÓDIGO

Art. 3º. Este Código tem como objetivos:

- I - Orientar os projetos e execução de edificações no Município;
- II - Assegurar a observância de padrões mínimos de segurança,



higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade;

III - Promover a melhoria dos padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto de todas as edificações em seu território;

IV - Estabelecer normas técnicas, visando o progressivo aperfeiçoamento da construção, voltado principalmente para a paisagem urbana e o aprimoramento da arquitetura nas edificações e consequentemente a melhoria da qualidade de vida da população.

CAPITULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º. Para efeito deste Código, são adotadas as seguintes definições:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos, em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e a divisa do lote, não considerada a projeção dos beirais, podendo ser: a) frontal; b) lateral; c) fundos.

Alinhamento - Linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.

Alpendre - Área coberta saliente da edificação, cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou área em balanço.

Alvará de Construção - Documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

Alvará de Localização e Funcionamento - Documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

Alvará de Obra - Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém construído ou reformado e/ou funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, com a vistoria prévia das condições físico-sanitárias.

Ampliação - Alteração no sentido de se tornar maior a área edificada.

Andaime - Obra provisória destinada à sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

Ante-sala - Compartimento que antecede uma sala, sala de espera.

Apartamento - Unidade autônoma de moradia.

Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.

Aprovação da Obra (Habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.

Área Total Construída - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares.

Área Ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída.
Área de Recuo - Espaço livre e desembaraçado em toda a altura da edificação.

Área Rural - Toda área do Município, excluída a zona urbana.

Área sob Pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

Área Útil - Superfície utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

A.R.T - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia, Arquitetura, e Agronomia - CREA.

Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação.

Autorização - Ato administrativo discriminatório e precário.

Balanço sobre o Térreo - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de grade ou peitoril.

Baldrame - Viga que contorna e une as fundações.

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.

Boca de Lobo - Caixa sifonada, cuja finalidade é a captação de águas pluviais.

Brise - Conjunto de placas ou chapa de material variável colocado nas fachadas expostas ao sol com o objetivo de controle da insolação.

Calçada - É a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros.

Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Caixilho - Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.

Caramanchão - Construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.

Casas Geminadas - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.

Centro Comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.

Certificado de Conclusão da Obra - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação (habite-se).

Cisterna - Reservatório de água inferior.

Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

Construção - É de modo geral, a realização de qualquer obra.

Construção Clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do pro-

jeto ou sem alvará de licença.

Consulta de Viabilidade - Documento indispensável, prioritário de encaminhamento à Municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona.

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.

Corrimão - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce.

Cumeeira - A parte mais alta de uma edificação.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Croqui - Esboço preliminar de um projeto.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.

Decibel - (dB): Unidade de Intensidade Física Relativa a Som.

Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:

- a) prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Dejetos - Resíduos, excrementos, restos.

Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades de moradia.

Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 0,70 m (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos não habitáveis.

Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório da habitação, separado da edificação principal.

Edifício Garagem - Construção destinada ao estacionamento de veículos.

Elevador - Equipamento que executa transporte em altura, de pessoas e/ou mercadorias.

Embargo - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

Equipamentos Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos Urbanos - são os equipamentos públicos, como por

exemplo, os de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.

Escala - Relação constante entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

Especificações - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.

Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos.

Fachada - Elevação das paredes externas de uma edificação.

Faixa de Domínio - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e seus acessórios.

Faixa "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção.

FATMA - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

Feira Livre - Local ao ar livre que funciona, mediante prévia autorização da Municipalidade, com objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor caso este não cumpra a obrigação.

Filtro Anaeróbico - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbicas, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos.

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas da edificação sobre um terreno.

Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, comércio.

Galeria Comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada, total ou parcialmente, pelo menos em três de suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.

Garagem Bloqueada - Garagem ligada à circulação de veículos através de outra garagem.

Garagem Livre - Garagem ligada diretamente à circulação interna de veículos.

Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas.

Gêneros Alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

Habite-se - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação.

Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio tom.

Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

Índice de Aproveitamento - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área desse mesmo terreno.

Infração da Lei - Violação da lei.

Infrator - Todo aquele que cometer, mandar ou auxiliar a praticar infração.

Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até 1/4 (um quarto) da área do compartimento.

Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais.

Kitchenete - Unidade residencial formada de sala, quarto, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.

Ladrão - Tubo de descarga colocado nos reservatórios de água, banheiro, pias, para escoamento automático do excesso de água.

Lavabo - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.
Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.

Licença - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.

Licenciamento da obra - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.

Lindeiro - Limítrofe.

Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja - Espaço reservado a comercialização de produtos.

Lote - Porção de terreno, com testada para logradouro público.

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Marquise - Cobertura em balanço sobre o logradouro.

Meio-fio - Peça de pedra ou de concreto ou similar que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

Memorial Descritivo - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.

Mezanino - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.

Nível de Som - dB (A) Intensidade de som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151 - ABNT.

Mobiliário Urbano - São equipamentos de uso comercial de serviços, localizados em logradouro público.

N.D.A. - Nível de Degradação Ambiental.

Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas.

Pára-raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

Parede Cega - Parede sem abertura.

Passeio - É a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente de ciclistas.

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação, entre piso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos ou sobre lojas.

Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua.

Pé Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.

Playground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Perímetro Urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.

Plano Diretor - Conjunto de leis, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.
Poluição Ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.

Prisma Interno de Iluminação e Ventilação - Poço de iluminação - área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos não habitáveis, também conhecido como poço de iluminação e ventilação.

Prisma Externo de Iluminação e Ventilação - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimentos quando localizada na face externa das edificações.

Produto Perigoso - Toda a substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.

Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva qualquer obra em parte ou no todo.

Recuo - Reserva ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

Reforma - Obra em que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.

Reincidente - É quem violar os preceitos das leis, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede.

Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.

Sala Comercial - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.

Sarjeta - Escoadouro nos logradouros públicos para as águas das chuvas.

Sobreloja - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

Sótão - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45° (quarenta e cinco graus).

Subsolo - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior do pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração.

Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.

Taxa Ocupação - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.

Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terreno Baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Testada - É a linha divisória que separa o logradouro público do lote.

Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento.

Uso Permitido - Forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.

Uso Proibido - Usos incompatíveis com o zoneamento.

Uso Permissível - Permitido somente se atendido as exigências da legislação aplicável ao caso.

VRF - Valor de Referência Fiscal.

Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de

tubulação e leito filtrante.

Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação.

Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

Vistoria - Diligência efetuada por profissionais habilitados para verificar determinadas condições das obras.

Zoneamento - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região utilização mais adequada em função do sistema viário; recursos naturais, topografia e a infra-estrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

CAPÍTULO I DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS A PROJETAR E A CONSTRUIR

Art. 5º. São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, orientar, administrar e executar obras no Município de Salto Veloso, os registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e inscrito no Município de Salto Veloso.

Art. 6º. Somente os profissionais inscritos como determina o artigo anterior, poderão ser responsáveis por projetos, cálculos e memoriais apresentados a Municipalidade ou assumir a responsabilidade pela execução de obras.

CAPÍTULO II DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS

Art. 7º. A execução de quaisquer das atividades citadas no artigo 2º deste Código, com exceção de demolição será precedida dos seguintes atos administrativos:

- I - Consulta de viabilidade técnica para construção;
- II - Análise do Projeto Arquitetônico e Hidro-sanitário;
- III - Aprovação dos Projetos Definitivos;
- IV - Alvará de Construção (Licenciamento da Obra);
- V - Alinhamento para construção.

§ 1º A aprovação e licenciamento da obra de que tratam os itens III e IV poderão ser requeridos simultaneamente, devendo neste caso, os projetos estarem de acordo com todas as exigências deste Código.

§ 2º Incluem-se no disposto neste artigo todas as obras do Poder Público, tendo seu exame preferência sobre quaisquer pedidos.

SEÇÃO I DA CONSULTA DE VIABILIDADE TÉCNICA

Art. 8º. Antes de solicitar aprovação do projeto o requerente deverá efetivar a Consulta de Viabilidade Técnica através do preenchimento de formulário próprio cedido pela Municipalidade.

§ 1º Ao requerente cabe as indicações:

- a) Título de propriedade do imóvel;
- b) Nome e endereço do proprietário;
- c) Endereço da obra (logradouro, quadra, lote, bairro);
- d) Destinação da obra (residencial, comercial, industrial e outros);

- e) Materiais construtivos (alvenaria, madeira ou mista);
f) Croqui de situação do lote.

§ 2º À Municipalidade cabe as indicações por escrito: das normas urbanísticas incidentes sobre o lote (zona de uso, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos e afastamentos mínimos).

§ 3º A Consulta de Viabilidade Técnica deverá ser respondida num prazo máximo de 8 (oito) dias úteis.

§ 4º A Consulta de Viabilidade terá validade de 180 dias, podendo ser prorrogada por mais 120 dias a pedido, por escrito, da parte interessada observando, sempre a legislação vigente na data da solicitação.

SEÇÃO II DA ANÁLISE DO PROJETO ARQUITETÔNICO E HIDRO-SANITÁRIO

Art. 9º. A partir das informações prestadas pela Municipalidade na Consulta de Viabilidade Técnica, o requerente poderá solicitar a análise do Projeto Arquitetônico, mediante requerimento e Plantas exigidas nos itens III, IV, V e VII do artigo 10 deste Código.

§ 1º As plantas para a apreciação prévia do Projeto Arquitetônico serão entregues em duas vias, uma das quais ficará com a Municipalidade.

§ 2º A análise do Projeto Arquitetônico deverá ser efetuada num prazo máximo de 8 (oito) dias úteis.

SEÇÃO III DO PROJETO ARQUITETÔNICO PARA ANÁLISE

Art. 10. Após a Consulta de Viabilidade Técnica e da análise prévia do Projeto Arquitetônico, o requerente apresentará o Projeto Arquitetônico Definitivo composto e acompanhado de:

- I - Requerimento solicitando a aprovação do Projeto Definitivo, assinado pelo proprietário ou representante legal. O Alvará de Construção (Licenciamento da Obra) poderá ser solicitado simultaneamente;
- II - Documento de solicitação do Alvará de Construção preenchido;
- III - Planta de situação/locação na escala 1:500 ou maior onde constarão:
- a) Orientação do Norte (Verdadeiro ou Magnético);
 - b) Indicação do lote na quadra (amarração com a respectiva distância a uma esquina);
 - c) Dimensões do lote;
 - d) Entrada de veículos;
 - e) Posição do posteamento em relação ao lote;
 - f) Projeção da edificação ou edificações dentro do lote, localizando rios, mananciais, córregos ou outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades competentes;
 - g) Posição da edificação ou edificações em relação às linhas divisórias do lote (afastamentos) e a outras construções nele existente.
- IV - Planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50, contendo:
- a) As dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dimensões dos vãos de iluminação, garagens, áreas de estacionamento;
 - b) Destinação ou finalidade de cada compartimento, bem como outras informações necessárias a perfeita compreensão do projeto;
 - c) Indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;
 - d) Indicação dos cortes longitudinais e transversais.

V - Cortes longitudinais e transversais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários para um perfeito entendimento do projeto, tais como: pé direito, cotas de nível, alturas das janelas, peitoris e perfis do telhado. No mínimo um dos cortes deverá passar pelo banheiro, cozinha e circulação vertical (se houver);

VI - Planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala que se fizer necessária para compreensão do projeto. A planta de cobertura poderá ser elaborada conjuntamente com a planta de situação/locação;

VII - Elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

VIII - Projetos complementares;

IX - Matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, e se for o caso, também a autorização para construção firmada pelo proprietário e usufrutuário quando houver;

X - Fotocópia do carnê de IPTU.

§ 1º Em todas as peças gráficas dos itens IV, V, VI e VII deverão constar as especificações dos materiais utilizados.

§ 2º A escala não dispensará a indicação de cotas que prevalecerão no caso de divergência com as medidas tomadas no desenho e havendo divergência entre a soma das cotas parcial e total, prevalecerá a cota total.

§ 3º Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo ser consultado previamente o órgão competente da Municipalidade.

§ 4º Todas as pranchas relacionadas nos itens anteriores deverão ser apresentadas em 3 (três) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Municipalidade e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas os carimbos de aprovação e as rubricas dos técnicos encarregados.

§ 5º O Projeto de uma construção será examinado em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.

Art. 11 - As edificações para habitações populares poderão utilizar projetos padrão disponíveis na Municipalidade, ficando sujeitas ao atendimento no disposto em regulamento específico.

SEÇÃO IV DOS PROJETOS COMPLEMENTARES

Art. 12. Os Projetos Complementares citados no Item VIII do artigo 10 para atendimento deste Código são os seguintes: Hidro-Sanitário, Elétrico, Estrutural e Prevenção Contra Incêndio.

I - O projeto Hidro-Sanitário será exigido para toda a edificação servida de água e deverá:

- a) Ser apresentado em conformidade com as Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT;
- b) Atender ao que dispõe o Regulamento de Serviços de Água e Esgoto Sanitário da Concessionária local - CASAN.

II - O Projeto Elétrico obedecerá as normas estabelecidas pela ABNT e Concessionária local de energia elétrica - CELESC, sendo exigido para todas as edificações industriais e demais edificações com área igual ou superior a 70m² (setenta metros quadrados).

III - O Projeto Estrutural poderá ser solicitado pela Municipalidade para arquivamento, sempre que:

- a) Tratar-se de edifício com 4 (quatro) ou mais pavimentos;
- b) Tratar-se de área construída igual ou superior a 1000m² (um mil metros quadrados);
- c) A seu entendimento se julgar necessário.



IV - O Projeto de Prevenção Contra Incêndios deverá atender legislação pertinente e ser aprovado pela unidade do Corpo de Bombeiros.

§ 1º Não havendo profissional habilitado na unidade do Corpo de Bombeiros, a Municipalidade poderá exigir cópia do Projeto de Prevenção Contra Incêndios, bem como a ART do profissional responsável.

§ 2º No item III deste artigo, para efeito da definição do número de pavimentos será considerados sempre o térreo e subsolo.

§ 3º O Projeto Estrutural não merecerá análise da Municipalidade, sendo exigida tão somente a entrega da respectiva ART devidamente registrada junto ao CREA/SC.

SEÇÃO V DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO (LICENCIAMENTO DA OBRA)

Art. 13. Após a análise dos elementos fornecidos e, se os mesmos estiverem de acordo com a legislação pertinente, a Municipalidade aprovará o Projeto e fornecerá ao requerente o Alvará de Construção mediante:

I - Requerimento solicitando o Alvará de Construção, dirigido à Secretaria competente e mencionando o nome do proprietário e do profissional habilitado responsável pela execução dos serviços;
II - Título de propriedade ou se o proprietário da obra não for o proprietário do terreno, uma prova do acordo entre ambos, por escrito;

III - Em casos de construções até 2 m (dois metros) do alinhamento dos logradouros públicos, a execução de Tapume, de acordo com o disposto neste Código.

Parágrafo Único. Deverá constar do Alvará de Construção:

- a) Nome do proprietário;
- b) Número do requerimento solicitando aprovação do Projeto;
- c) Descrição sumária da obra, com indicação da área construída, finalidade e materiais construtivos;
- d) Local da obra;
- e) Profissional responsável pelo projeto e pela execução devidamente inscrito nos órgãos competentes;
- f) Nome e assinatura da autoridade da Municipalidade, assim como qualquer outra indicação que for julgada necessária.

Art. 14. O alvará de construção será válido pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de sua expedição, devendo ser renovado anualmente. Se a obra não for iniciada dentro do prazo de um ano, o Alvará perderá sua validade.

§ 1º Para efeito deste código, uma obra será considerada iniciada, desde que suas fundações e vigas de baldrame estejam concluídas.

§ 2º Considera-se prescrito o alvará de construção que após ser iniciada a obra, sofrer interrupção superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.

§ 3º Após a caducidade do primeiro alvará, se a parte interessada quiser iniciar a obra, deverá requerer e pagar novo licenciamento, desde que ainda válido o Projeto aprovado.

§ 4º Esgotado o prazo de validade do alvará de construção e não estando concluída a obra, só será prorrogada a licença mediante o pagamento dos tributos legais.

Art. 15. Depois de aprovado o Projeto Definitivo e expedido o Alvará de Construção, se houver alteração no Projeto, o interessado deverá requerer nova aprovação, conforme Seção II, do Capítulo

III, do Título II, deste Código.

Art. 16. A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o alvará de construção será mantido no local da obra, juntamente com o projeto aprovado.

Art. 17. Salvo a necessidade do andaime ou tapume, hipótese em que será obrigatória a licença, ficam dispensados de apresentação de projeto e requerimento para expedição de alvará de construção :

I - Pequenos consertos ou reparos, em prédios em que não se alterem os elementos geométricos e sistema estrutural, tais como os serviços de pintura, consertos em assoalhos, esquadrias, paredes;

II - Construção de muros de divisa até altura de 1,80 mts. ;

III - Rebaixamento de meio-fio e conserto de pavimentação;

IV - Construção de dependências não destinadas à moradia, uso comercial e industrial, tais como: telheiros, depósitos de uso doméstico, viveiros, caramanchões ou similar, com área máxima de 12m² (doze metros quadrados), desde que não fiquem situados no alinhamento do logradouro ou em áreas non aedificandi;

V - Construção de pequenos barracões provisórios destinados a depósito de materiais durante a construção de edificações (somente quando aprovado o projeto e a respectiva licença) que deverão ser demolidos logo após o término das obras.

Parágrafo Único. A Municipalidade reserva-se o direito de exigir o projeto das obras especificadas neste artigo, sempre que julgar necessário.

Art. 18. Nas construções existentes nos logradouros para os quais seja obrigatório o afastamento do alinhamento, não serão permitidas obras de construção, reconstrução parcial ou total, modificações e acréscimos que não respeitem o afastamento do alinhamento.

Art. 19. A Municipalidade terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias para aprovação do Projeto Definitivo e expedição do Alvará de Construção, a contar da data de entrada do requerimento no protocolo da Municipalidade ou da última chamada para esclarecimento, desde que o Projeto apresentado esteja em condições de aprovação.

Art. 20. A construção dentro das especificações deste Código, mas sem alvará de construção, está sujeita a multa conforme Seção I, Capítulo Único, Título V deste Código.

Parágrafo único. A construção fora das especificações do Plano Diretor está sujeita à demolição por ato do Executivo Municipal, podendo ser concedido um prazo de até 90 (noventa) dias para sua legalização, sem dispensa de multa correspondente.

Art. 21. Ficarão suspensos os alvarás de construção das obras que não tenham sido iniciadas até a data de publicação deste Código e que estejam com seu prazo de validade vencido.

Parágrafo Único. Para reavaliação dos projetos e alvarás de construção acima citados, não serão cobradas as taxas desde que as áreas sejam equivalentes.

CAPÍTULO III DAS NORMAS TÉCNICAS

SEÇÃO I DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 22. Os Projetos somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as Normas usuais de desenho arquitetônico, estabe-



lecionadas pela ABNT.

§ 1º As folhas do Projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tomando-se por tamanho padrão um retângulo de 21,0cm x 29,7cm (tamanho A4), com número ímpar de dobras, tendo margem de 1,0cm em toda a periferia da folha, exceto na margem lateral esquerda, a qual será de 2,5cm (orelha) para fixação em pastas.

§ 2º No canto inferior direito da (s) folha (s) do Projeto será delimitado um quadro legenda com 17,5cm de largura e 29,7cm de altura (tamanho A4), reduzidas as margens, onde constarão :

I - Representação Gráfica ocupando o extremo inferior com dimensões de 17,5 cm de largura x 9,0 cm de altura, especificando :

- a) Natureza e destino da obra;
- b) Referência da folha (conteúdo, plantas, cortes e elevações e etc.);
- c) Tipo de Projeto (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidro-sanitário, etc.);
- d) Indicação do nome e assinatura do requerente, do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra sendo estes últimos, com indicação dos números dos Registros no CREA e na Municipalidade;
- e) Data;
- f) Escala;
- g) Nome do Desenhista;
- h) No caso de vários desenhos de um Projeto que não caibam em uma única folha será necessário numerá-las em, ordem crescente.

II - Espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edifícios;

III - Espaço reservado a Municipalidade e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações.

§ 3º Nos Projetos de reforma, ampliação ou reconstrução, as peças gráficas serão apresentadas:

I - Obrigatório:

- a) Em traço cheio, as partes conservadas (existentes);
- b) Em hachurado, as partes a construir ou renovar;
- c) Em tracejado, as partes a demolir ou retirar.

II - Complementar Facultativa:

- a) Em traço cheio (azul ou preto), as partes conservadas (existentes);
- b) Em hachurado (vermelho), as partes a construir ou renovar;
- c) Em tracejado (amarelo), as partes a demolir ou retirar.

SEÇÃO II DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS

Art. 23. Para modificações em projeto, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será necessária a aprovação de projeto modificado.

§ 1º O requerimento solicitando a aprovação do projeto modificado deverá ser acompanhado de cópia do projeto anteriormente aprovado e quando já expedido, também do respectivo alvará de construção.

§ 2º A aprovação do projeto modificado será anotada no alvará de construção se anteriormente aprovado, que será devolvido ao requerente juntamente com o Projeto.

SEÇÃO III DO HABITE-SE E DA ACEITAÇÃO DE OBRAS PARCIAIS

Art. 24. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Municipalidade e expedido o respectivo habite-se.

§ 1º O habite-se é solicitado à Municipalidade, pelo proprietário através de requerimento assinado por este, acompanhado da respectiva certidão de vistoria sanitária.

§ 2º O habite-se só será expedido quando a edificação apresentar condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias, elétricas, prevenção de incêndio e demais instalações necessárias.

§ 3º A Municipalidade tem um prazo de 20 (vinte) dias, para vistoriar a obra e para expedir o habite-se, juntamente com a numeração.

Art. 25. Poderá ser concedido o habite-se parcial, ou seja, a autorização para utilização das partes concluídas de uma obra em andamento desde que atendido o que segue:

I - Que não haja perigo para o público ou para os habitantes da edificação;

II - Quando estiverem concluídas a estrutura, a alvenaria os fechamentos, os revestimentos externos, instalações elétricas e hidráulicas comuns a todas as unidades e que permitam o uso da unidade objeto do habite-se parcial;

III - Quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e houver utilização independente destas partes;

IV - Quando um elevador esteja funcionando em se tratando de unidade acima da quarta laje contando a do pavimento de acesso;

V - Quando se tratar de unidade habitacional parte de um conjunto habitacional, deverá toda a infra estrutura comum estar concluída;

VI - Quando se tratar de mais de um prédio licenciados por um só alvará e construídos no interior de um mesmo lote devendo as obras necessárias para o perfeito acesso e infra-estrutura comuns estarem concluídos.

Art. 26. Terminada a obra de construção, modificação ou acréscimo, deverá ser requerida sua aceitação, pelo proprietário ou responsável pela execução, através do requerimento do habite-se.

§ 1º A Municipalidade só fornecerá o habite-se à obras regularizadas através de aprovação de projeto e alvará de construção.

§ 2º Nenhum prédio novo, ou em obra de reforma, será habitado sem que primeiro seja efetuado a vistoria administrativa, estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias, elétricas e prevenção contra incêndios e demais instalações necessárias.

SEÇÃO IV DAS VISTORIAS

Art. 27. A Municipalidade fiscalizará as diversas obras requeridas, a fim de que as mesmas estejam de acordo com disposições deste Código, demais leis pertinentes e de acordo com os projetos aprovados.

§ 1º Os fiscais do Município de Salto Veloso terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 2º Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.



Art. 28. Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Municipalidade poderá exigir que lhe sejam exibidos as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 29. Se, por ocasião da vistoria, for constatado que a edificação não foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado o responsável técnico e o proprietário serão notificados, de acordo com as disposições deste Código e intimados a legalizar as obras, caso as alterações possam ser executadas ou a fazer a demolição ou modificações necessárias para regularizar a situação da obra, de acordo com o projeto.

Parágrafo Único. A vistoria para expedição da Certidão de Vistoria Sanitária deverá ser solicitada pelo proprietário junto ao Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, enquanto os elementos que compõem o quadro sanitário estejam a descoberto e possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto.

SEÇÃO V DAS OBRAS PARALISADAS

Art. 30. No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro, dotado de portão de entrada.

Parágrafo Único. No caso de continuar paralisada a obra, depois de decorridos mais de 180 (cento e oitenta) dias, será feito pelo órgão competente da Municipalidade o exame do local, a fim de verificar se a construção oferece perigo e promover as providências julgadas convenientes, nos termos do Capítulo único, do Título V deste Código, que trata das penalidades.

Art. 31. As disposições desta Seção serão aplicadas também as obras que já se encontram paralisadas na data de vigência deste Código, contando-se o prazo do artigo anterior a partir da data de vigência do presente Código.

SEÇÃO VI DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 32. A responsabilidade pelos projetos cabe exclusivamente aos profissionais que os assinarem como autores e a execução das obras os que tiverem assinado como seus responsáveis, não assumindo a Municipalidade, em consequência da aprovação qualquer tipo de responsabilidade.

Art. 33. As penalidades impostas aos profissionais de Engenharia e Arquitetura pelo CREA serão observadas pela Municipalidade no que lhe couber.

Art. 34. Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa de responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá comunicar por escrito a Municipalidade essa pretensão, a qual só será concedida após vistoria procedida pela Municipalidade e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º Realizada a vistoria, será intimado o interessado para que dentro de 3 (três) dias úteis, sob pena de embargo e/ou multa, apresentar novo responsável técnico o qual deverá satisfazer as condições deste Código e assinar também a comunicação a ser dirigida à Municipalidade.

§ 2º A comunicação da baixa de responsabilidade poderá ser feita conjuntamente com a assunção do novo responsável técnico, desde que o interessado e os dois responsáveis técnicos assinem conjuntamente.

Art. 35. Poderá, ainda, ser concedida a exoneração de qualquer responsabilidade do autor do projeto, desde que este o requeira, fundamentado em alteração feita ao projeto à sua revelia ou con-

tra sua vontade, com os serviços suspensos de imediato.

SEÇÃO VII DA LICENÇA PARA DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA

Art. 36. A demolição de qualquer edificação, excetuados apenas os muros de fechamento até 3,00 m (três metros) de altura, só poderá ser executada mediante licença expedida pela Municipalidade.

§ 1º Qualquer edificação que esteja a juízo do departamento competente da Municipalidade, ameaçada de desabamento, deverá ser demolida pelo proprietário, este se recusando a fazê-lo, a Municipalidade executará a demolição, cobrando do mesmo por despesas correspondentes.

§ 2º Tratando-se de edificação com mais de dois pavimentos, ou que tenha 6,00 m (seis metros) ou mais de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§ 3º No caso de edificação no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.

§ 4º Em qualquer demolição o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, providenciará a construção de tapumes e demais medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos proprietários e do público, das benfeitorias do logradouro e propriedades vizinhas.

§ 5º A Municipalidade poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada.

§ 6º O requerimento em que for solicitada a licença para uma demolição, será assinado pelo profissional responsável juntamente com o proprietário.

§ 7º No pedido de licença para a demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitação justificada do interessado e a juízo da Municipalidade, salvo os casos fortuitos e de força maior, quando o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo do evento.

§ 8º Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas neste Código.

§ 9º Em casos especiais, a Municipalidade poderá exigir obras de proteção para demolição de muro de altura inferior a 3,00m (três metros).

SEÇÃO VIII DAS OBRIGAÇÕES DURANTE A EXECUÇÃO DE OBRAS

Art. 37. Para fins de documentação e fiscalização, os alvarás de alinhamento, nivelamento e licença para obras em geral, deverão permanecer no local das mesmas, juntamente com o projeto aprovado.

Parágrafo Único. Esses documentos deverão ser protegidos contra a ação do tempo e facilmente acessíveis à fiscalização da Municipalidade, durante as horas de trabalho.

Art. 38. Salvo o disposto no artigo 17, desta lei, todas as obras deverão ser executadas de acordo com o projeto aprovado nos seus elementos geométricos essenciais, a saber:

- I - Altura da edificação;
- II - Os pé-direitos;
- III - A espessura das paredes mestras, as seções das vigas, pilares e colunas;
- IV - A área dos pavimentos e compartimentos;
- V - As dimensões das áreas e passagens;
- VI - A posição das paredes externas;
- VII - A área e a forma da cobertura;
- VIII - A posição e dimensão dos vãos externos;
- IX - as dimensões das saliências;
- X - planta de localização aprovada.

Art. 39. Durante a execução das obras, o profissional responsável e/ou proprietário deverá por em prática todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas e providenciar para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas mesmas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza.

§ 1º Quaisquer detritos caídos das obras assim como resíduos de materiais que ficarem sobre parte do leito do logradouro público, deverão ser imediatamente recolhidos sendo, caso necessário, feita a varredura de todo o trecho do mesmo logradouro cuja limpeza ficar prejudicada, além de irrigação para impedir o levantamento do pó.

§ 2º O responsável por uma obra deverá pôr em prática todas as medidas necessárias no sentido de evitar incômodos para a vizinhança pela queda de detritos nas propriedades vizinhas, pela produção da poeira ou ruído excessivo.

TÍTULO III DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 40. Para fins deste Código, uma construção é caracterizada pela existência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas 3 (três) dimensões, com um ou vários acessos às circulações ao nível do pavimento de acesso.

Art. 41. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada isolada das divisas quando a área livre, em torno do volume edificado é contínua em qualquer que seja o nível do piso considerado.

Art. 42. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada contígua a uma ou mais divisas, quando a área deixar de contornar, continuamente, o volume edificado no nível de qualquer piso.

Art. 43. Quando num lote houver duas edificações, formar-se-á o "Grupamento de Edificações", que, conforme suas utilizações, poderá ser residencial ou não residencial.

Art. 44. Conforme a utilização a que se destina, as edificações classificam-se em:

- I - Residenciais;
- II - Não Residenciais;
- III - Mistas.

CAPÍTULO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 45. Segundo o tipo de utilização, as edificações residenciais subdividem-se em :

- I - Edificações residenciais unifamiliares;
- II - Edificações residenciais multifamiliares.

Parágrafo único. Toda unidade residencial será constituída de no mínimo 1 (um) compartimento habitável, desde que tenha área não inferior à 20,00m² (vinte metros quadrados), com instalações sanitárias e uma cozinha.

SEÇÃO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

Art. 46. Uma edificação é considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial, podendo ser:

- I - Isoladas;
- II - Geminadas.

Subseção I Das Edificações Residenciais Unifamiliares Isoladas

Art. 47. Uma residência é considerada isolada quando sozinha ocupar o interior de um lote.

Subseção II Das Edificações Residenciais Unifamiliares Geminadas

Art. 48. Consideram-se residências geminadas, duas unidades de residências contíguas, que possam usar uma parede comum em alvenaria, alcançando até a altura da cobertura, constituindo no seu aspecto externo uma unidade arquitetônica homogênea, não implicando simetria bilateral.

§ 1º Além do disposto no que couber, as residências geminadas obedecerão o que segue:

- a) Cada unidade deverá ter acesso independente;
- b) Ter no máximo 2 (dois) pavimentos por unidade residencial, sendo permitido 1 (um) subsolo;
- c) Ter instalações elétricas, hidrosanitárias e complementares independentes.

§ 2º O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver dimensões de lote estabelecidas pela Lei do Plano Diretor, Parcelamento do Solo Urbano e as residências, isoladamente estejam de acordo com este Código e a Lei do Plano Diretor e Tabelas de Zoneamento.

SEÇÃO II DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art. 49. Uma edificação é considerada multifamiliar, quando existem na mesma edificação duas ou mais unidades residenciais, podendo ser:

- I - Edificação residencial multifamiliar permanente;
- II - Edificação residencial multifamiliar transitória;
- III - Edificações residenciais coletivas.

Subseção I Das Edificações Residenciais Multifamiliares Permanentes

Art. 50. São consideradas neste caso as edificações que comportam mais de duas unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradouro público e estas possuirão sempre:

- I - Portaria com caixa de distribuição de correspondência em local centralizado.;
- II - Instalação de interfone, para edificações com 3 (três) pavimentos ou mais;
- III - Local centralizado - Equipamento para coleta de lixo ou resíduos de sua eliminação;
- IV - Equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as



exigências do Corpo de Bombeiros e disposições do presente Código;

V - área de recreação proporcional ao número de compartimentos habitados, de acordo com o abaixo previsto:

a) proporção mínima de 6,00 por unidade habitacional não podendo ter área inferior à 40,00m² (quarenta metros quadrados);

b) admitindo-se particionamento em no máximo duas áreas isoladas;

c) obrigatoriedade de nela se inscrever uma circunferência com raio mínimo de 2,50m. (dois metros e cinquenta centímetros);

d) facilidade de acesso através de partes comuns afastadas dos equipamentos coletores de lixo e centrais de gás, isoladas das passagens de veículo.

VI - Local para estacionamento ou guarda de veículos;

VII - Instalação de tubulação para antenas de TV;

VIII - Instalação de tubulação para telefone e dados;

IX - Instalação de para-raios;

X - Central de gás de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 51. As edificações residenciais multifamiliares permanentes podem apresentar-se sob forma de conjuntos habitacionais. Os conjuntos habitacionais são constituídos por dois ou mais blocos de edifícios de habitação, com área de uso comum, implantados no mesmo terreno.

Art. 52. Qualquer conjunto habitacional deverá estar de acordo com o traçado do sistema viário básico, com as diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental, determinadas pelo Município com a Lei do Plano Diretor, Tabelas de Zoneamento, disposições relativas ao Parcelamento de Solo e demais parâmetros estabelecidos por regulamento específico, de modo a garantir a adequada integração com a estrutura urbana existente.

Parágrafo Único. Os conjuntos habitacionais de que trata o artigo 51 deverão observar o que dispõe este Código sobre estacionamento de áreas residenciais.

Subseção II

Das Edificações Residenciais Multifamiliares Transitórias

Art. 53. Entende-se por edificações residenciais multifamiliares transitórias, as edificações destinadas a hotéis, motéis, apart-hotéis e congêneres, sendo que existirão sempre, como parte comuns obrigatórias:

I - Hall de recepção com serviço de portaria e comunicação, e no caso dos hotéis, sala de estar ou visitas;

II - Entrada de serviço independente da entrada de hóspedes;

III - Compartimento próprio para administração;

IV - Compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;

V - Acesso e condições de utilização especial de pelo menos uma unidade de dormitório para usuários de cadeiras de rodas;

VI - Equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros e disposições deste Código;

VII - Instalações sanitárias;

VIII - Ter piso e paredes de copas, cozinhas, dispensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), revestidos com material lavável e impermeável;

IX - Ter vestiários e instalações sanitárias privativos para pessoal de serviço;

X - Todas as demais exigências contidas na legislação sanitária estadual;

XI - Local fechado e interno à edificação para depósito de lixo.

§ 1º Nos hotéis as instalações sanitárias deverão ser na proporção

mínima de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada grupo de 04 (quatro) quartos por pavimento, devidamente separados por sexo.

§ 2º Nos motéis, edificações com características horizontais, cada unidade de hospedagem deve ser constituída de, no mínimo, quarto e instalação sanitária, podendo dispor de uma garagem abrigo ou vaga para estacionamento.

Art. 54. A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como hotel, motel, apart-hotel e congêneres terá que atender integralmente todos os dispositivos do presente Código.

Art. 55. Deverá ser previsto o local para embarque e desembarque de usuários, bem como estacionamento de veículos, segundo capítulo específico deste Código que trata dos estacionamentos.

Subseção III

Das Edificações Residenciais Coletivas

Art. 56. Edificações residenciais multifamiliares coletivas são aquelas nas quais as atividades residenciais se desenvolvem em compartimentos de utilização coletiva, como dormitórios, salões de refeições, sanitários comuns, podendo ser: internatos, pensionatos, asilos ou orfanatos, e congêneres.

CAPITULO II

DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

Art. 57. As edificações não residenciais são aquelas destinadas a:

I - Comércio, negócios e atividades profissionais;

II - Uso industrial;

III - Usos de saúde;

IV - Estabelecimentos educacionais;

V - Locais de reunião;

VI - Usos especiais diversos.

SEÇÃO I

DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, NEGÓCIOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Art. 58. As unidades destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais são as lojas, salas e escritórios sendo que:

I - Entende-se por loja o espaço destinado a comercialização de produtos;

II - Entende-se por sala ou escritório o espaço destinado à prestação de serviços.

Art. 59. As edificações destinadas ao comércio, negócios ou atividades profissionais além dos demais dispositivos deste Código, terão obrigatoriamente marquise quando no alinhamento, definidas em Seção especial deste Código, devendo também atender as exigências contidas na legislação sanitária estadual e outras legislações específicas.

Art. 60. As edificações destinadas ao comércio em geral deverão obedecer aos seguintes requisitos quanto ao pé direito:

I - 3,00m. (três metros) quando a área do compartimento for de até 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);

II - 3,50m. (três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento for superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados).

Art. 61. O hall das edificações comerciais, observará:

I - Quando houver um só elevador, no mínimo 10,00m² (dez metros quadrados) e dimensão mínima de 2,40m (dois metros e qua-



renta centímetros);

II - A área do hall aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;

III - Quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall, dimensão mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

Art. 62. Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitário:

I - Acima de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) da área total é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos, na proporção de um sanitário a cada 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área acrescida;

II - Quando se tratar de um conjunto de lojas ou salas em um mesmo pavimento, poderá ser feito um agrupamento de instalações sanitárias, observado o item I deste artigo.

Art. 63. As galerias comerciais além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Ter pé direito mínimo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

II - Ter largura mínima igual 3,00m (três metros), para extensão de no máximo 15,00 m (quinze metros) e para cada 5,00 m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada em 10 % (dez por cento);

III - O hall de elevadores que se ligar as galerias não deverá interferir na circulação das mesmas.

Art. 64. Nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviaamentos de receitas, curativos e aplicação de injeção, os pisos e as paredes deverão ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo Único. As farmácias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 65. Os açougues e peixarias deverão ter:

I - Pisos e paredes em material resistente, durável e impermeável;

II - Balcões com tampos impermeabilizados com material liso e resistente, providos de anteparo para evitar o contato do consumidor com a mercadoria;

III - Instalações sanitárias compostas de vaso sanitário e lavatório.

Parágrafo Único. As açougues e peixarias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 66. Nos supermercados, mercados e estabelecimentos do gênero, além das normas municipais pertinentes, o acondicionamento, a exposição e a venda dos gêneros alimentícios estarão sujeitos a normas de proteção à higiene e à saúde, dos órgãos estaduais e federais.

Art. 67. As edificações destinadas a comércio, serviços ou atividades profissionais deverão ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e normas específicas do Corpo de Bombeiros.

Subseção I

Dos Restaurantes, Bares, Cafés, Lanchonetes e Similares

Art. 68. As edificações tratadas nesta Subseção deverão observar, no que couber, as disposições da Seção I deste Capítulo, que trata das edificações comerciais.

Art. 69. Nos locais onde houver preparo, manipulação ou depó-

sito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável.

Art. 70. As salas de refeições não poderão ter ligação direta com os compartimentos sanitários.

Art. 71. Os compartimentos sanitários destinados ao público deverão obedecer as seguintes condições:

I - Para o sexo feminino, em áreas até 50,00m² (cinquenta metros quadrados), 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório;

II - Para o sexo masculino, em áreas de até 50,00m² (cinquenta metros quadrados) 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) mictório e 1 (um) lavatório.

Parágrafo Único. Para cada área adicional de 50,00m² (cinquenta metros quadrados) deverão acrescer-se os implementos dos itens I e II deste artigo.

Subseção II

Das Oficinas Mecânicas

Art. 72. As edificações destinadas a oficinas mecânicas deverão obedecer as seguintes condições:

I - Ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo;

II - Ter pé direito mínimo de 3,00m (três metros), inclusive nas partes inferiores dos mezaninos;

III - Ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações do artigo 62 deste Código;

IV - Ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;

V - Equipamentos prevenção de incêndio;

VI - Local para depósito do lixo no interior do lote;

VII - Áreas laterais fechadas com muros;

VIII - Tratamento especial para resíduos, óleos e graxas, conforme legislação específica.

Art. 73. Nas edificações onde houver produção de ruídos intensos, estes deverão ser tecnicamente isolados não podendo haver propagação de ruídos para o exterior.

SEÇÃO II

DAS INDÚSTRIAS

Art. 74. A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial, somente será permitida em área previamente aprovada pela Municipalidade.

Art. 75. As edificações destinadas a indústrias em geral, fábricas e oficinas, deverão:

I - Ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;

II - Ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e do Corpo de Bombeiros;

III - Ter 2 (dois) sanitários quando possuírem área superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);

IV - Quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com as normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes;

V - Seus compartimentos quando tiverem área superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados), deverão ter pé direito mínimo de 3,20m (três metros e vinte centímetros).



Art. 76. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:

I - Uma distância mínima de 1,00m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) pelo menos, quando houver pavimento superposto;
II - Uma distância mínima de 1,00m (um metro) das paredes da própria edificação e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das paredes das edificações vizinhas.

Art. 77. As edificações destinadas ao uso industrial terão tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando apresentarem características físico-químicas, biológicas ou bacteriológicas agressivas, obrigando-se as indústrias a esgotarem seus efluentes líquidos e/ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação Municipal, Estadual e Federal vigente.

§ 1º O tratamento de efluentes industriais mencionado neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.

§ 2º O sistema de tratamento proposto, bem como memorial descritivo, planta e relatório de eficiência deverão ser apresentados ao órgão Estadual ou Federal competentes para análise e aprovação, e posteriormente à aprovação da Municipalidade.

§ 3º A Municipalidade poderá negar aprovação se entender que o sistema será inoperante ou aprovar em caráter temporário.

§ 4º Os despejos deverão ser emitidos em regime de vazão constante, principalmente durante o período de funcionamento da indústria.

§ 5º Os resíduos sólidos serão transportados para local designado pelo órgão de limpeza pública do Município, as expensas do proprietário da indústria.

§ 6º Nas indústrias a serem instaladas e nas indústrias existentes que passem a possuir lançamento de efluentes industriais, este deverá ser feito à montante de captação de água da própria indústria quando ambos se derem em cursos d'água.

Art. 78. Toda a indústria já instalada em que for constatado o lançamento de efluente líquido, sólido e/ou gasoso com carga considerada poluente, deverá apresentar dentro do prazo estipulado pela Municipalidade, sendo no máximo de 180 (cento e oitenta dias) e órgãos competentes, uma solução que satisfaça a condição infringida.

Art. 79. As edificações de que tratam esta seção nunca poderão ser construídas nos limites laterais. Deverão sempre estar recuadas pelo menos 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das extremidades.

Art. 80. A construção de residência em lotes industriais não altera o seu uso que é preferencialmente industrial, cabendo ao morador da residência, total adaptação ao uso industrial preferencial.

SEÇÃO III DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS DE SAÚDE

Art. 81. Consideram-se edificações para uso de saúde as destinadas à prestação de assistência médico-cirúrgica e social, com ou sem internamento de pacientes, podendo ser:

I - Hospitais;
II - Maternidades;
III - Clínicas, Laboratórios de Análises e Pronto-Socorros;

IV - Postos de Saúde.

Art. 82. As edificações para uso de saúde deverão obedecer além das normas deste Código, as condições estabelecidas pelas legislações Federal, Estadual e Municipal pertinentes a matéria.

Art. 83. A edificação para posto de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população pertencente a um pequeno núcleo - deverá ter no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Espera;
II - Guarda de material e medicamentos;
III - Atendimento e imunização;
IV - Curativos e esterilização;
V - Material de limpeza;
VI - Sanitário público e de funcionários;
VII - Acesso e estacionamento de veículos.

Art. 84. A edificação para centro de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população determinada, tendo como característica o atendimento permanente por clínicos gerais - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Espera;
II - Sanitário público e de funcionários;
III - Registro e arquivo médico;
IV - Administração e material;
V - Consultório médico;
VI - Atendimento e imunização;
VII - Preparo de pacientes;
VIII - Curativos e reidratação;
IX - Laboratório;
X - Despensa para medicamentos;
XI - Esterilização e roupa limpa;
XII - Utilidade e despejo;
XIII - Serviços;
XIV - Acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 85. A edificação para clínica sem internamento - aquela destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com dois ou mais consultórios sem internamento - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Recepção, espera e atendimento;
II - Acesso e circulação de pessoas;
III - Instalações sanitárias;
IV - Serviços;
V - Acesso e estacionamento de veículos;
VI - Administração;
VII - Material.

Art. 86. A edificação para clínica com internamento - destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com internamento e dois ou mais consultórios - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Recepção, espera e atendimento;
II - Acesso e circulação de pessoas;
III - Instalações sanitárias;
IV - Serviços;
V - Acesso e estacionamento de veículos;
VI - Administração;
VII - Quartos ou enfermarias para pacientes;
VIII - Serviços médico-cirúrgicos;
IX - Material.

Art. 87. Os laboratórios de análises clínicas, edificações nas quais se fazem exames de tecidos ou líquidos do organismo humano,

deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Atendimento de clientes;
- II - Coleta de material;
- III - Laboratório propriamente dito;
- IV - Administração;
- V - Serviços;
- VI - Instalações sanitárias;
- VII - Acesso e estacionamento de veículos;
- VIII - Material.

Art. 88. A edificação destinada à fabricação ou manipulação de produtos farmacêuticos deverá ter, no mínimo, compartimentos para:

- I - Manipulação e fabricação;
- II - Acondicionamento;
- III - Laboratório de controle;
- IV - Embalagem de produto acabado;
- V - Armazenamento de produtos acabados e de material de embalagem;
- VI - Depósito de matéria-prima;
- VII - Instalações sanitárias;
- VIII - Serviços;
- IX - Acesso e estacionamento de veículos;
- X - Armazenamento de resíduos.

Art. 89. A edificação para hospital - estabelecimento de saúde, de atendimento de nível terciário, de prestação de assistência médica em regime de internação e emergência nas diferentes especialidades médicas - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Recepção, espera e atendimento;
- II - Acesso e circulação;
- III - Instalações sanitárias;
- IV - Serviços;
- V - Quartos ou enfermarias para pacientes;
- VI - Administração;
- VII - Serviços médico-cirúrgicos e serviços de análise ou tratamento;
- VIII - Ambulatório;
- IX - Acesso e estacionamento de veículos;
- X - Disposição adequada de resíduos hospitalares.

SEÇÃO IV DOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS

Art. 90. Os estabelecimentos educacionais, além das disposições da legislação Municipal cabível, obedecerão às condições estabelecidas pela legislação educacional.

Art. 91. Todo profissional responsável pela construção, reconstrução e/ou reforma de edificações destinadas ao ensino no que diz respeito à orientação da construção, deverá fazê-la preferencialmente de forma que as salas de aula, de leitura, salas ambiente, biblioteca e similares não tenham suas aberturas externas voltadas para o sul, e situadas na face da edificação que faça ângulo menor que 45° (quarenta e cinco graus) com a direção leste - oeste.

Parágrafo Único. Quando as aberturas estiverem situadas entre os rumos nordeste e noroeste, deverão ser providas de elementos quebra-sol, exceto quando o beiral avançar 1,00m (um metro) no mínimo.

Art. 92. Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos interno e externo, instalações e mobiliários de material inócuo, a fim de garantir a segurança de seus

usuários.

Subseção I

Das Salas de Aula, Salas Ambiente e Auditórios

Art. 93. Todo ambiente de ensino deverá proporcionar volume de ar equivalente a 4,00m³ (quatro metros cúbicos) por aluno.

Parágrafo Único. Quando o volume de ar por aluno for abaixo deste valor deverão ser adotadas soluções de ventilação cruzada.

Art. 94. As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas às aulas, correspondendo a cada aluno área não inferior a 1,30m² (um metro e trinta centímetros quadrados), excluídos os corredores, áreas de circulação interna e áreas destinadas a professores e equipamentos didáticos.

Art. 95. Na existência de salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biologia, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração de ar.

Art. 96. As salas ambientes, quando existirem, deverão seguir as normas da ABNT, de acordo com os cursos a que se destinarem.

Art. 97. O pé direito mínimo das salas de aula em geral, nunca poderá ser inferior a 3,00m (três metros), com o mínimo, em qualquer ponto de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), incluindo vigas ou luminárias, devendo ser aumentado sempre que as condições de iluminação natural assim exigirem.

Art. 98. A iluminação das salas de aula em geral, será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§ 1º Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 25% (vinte e cinco por cento) de área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§ 2º As aberturas nas paredes para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 30% (trinta por cento) da área do ambiente.

Art. 99. Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,80m² (oitenta centímetros quadrados) por pessoa, observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

Subseção II

Das Condições de Circulação

Art. 100. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a área de circulação geral:

I - Quanto aos corredores:

- a) Largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para corredores e passagens de uso coletivo;
- b) Nas áreas de circulação que servem às salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,20m (vinte centímetros) por sala, até o máximo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);
- c) Acréscimo de 0,50m (cinquenta centímetros) por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.

II - Quanto às portas:

- a) As portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,90m (noventa centímetros);
- b) as portas de salas - ambientes deverão ser duplas com a largura total não inferior a 1,40m (um metro e quarenta centímetros);



c) As aberturas de entrada e saída do estabelecimento deverão ter largura mínima de 3,00m (três metros).

III - Quanto às escadas:

a) Terão passagem livre com altura não inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros).

b) Terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

c) O dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula: $2E + P = 0,631964$ onde "E" é altura ou espelho do degrau e "P" é a profundidade do piso, obedecendo aos seguintes limites: altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 0,27m (vinte e sete centímetros);

d) Terão o piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;

e) Terão corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros);

f) Terão seus lances retos números de degraus não superior a 10 (dez);

g) terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

h) Terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), não ultrapassando as subdivisões de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura;

i) Terão iluminação natural, direta ou indireta;

j) Não apresentarão trechos em leques.

IV - quanto às rampas:

a) Serão construídas de material resistente e incombustível;

b) Terão passagens livres com altura não inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros);

c) Terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

d) Terão declividade não superior a 10% (dez por cento) do seu comprimento;

e) Terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;

f) Terão balaustre ou corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros);

Parágrafo Único. O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para deficientes físicos, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais, conforme o estabelecido pela ABNT.

Subseção III

Das Instalações Sanitárias

Art. 101. Toda pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

I - Serão separadas por sexo, com acessos independentes;

II - Ser dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 (quarenta) alunos;

III - Os mictórios terão forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos, separados uns dos outros, por uma distância de 0,60m (sessenta centímetros);

IV - Ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura de 2,00m (dois metros);

V - Ter condições de ventilação permanente;

VI - Ter pisos impermeáveis e resistentes;

VII - Ter chuveiros na proporção de 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;

VIII - Os "box" sanitários deverão ter largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não inferior a 0,60m (sessenta centímetros) e suspensão dos pisos deixando vãos livres de 0,15m (quinze centí-

metros) de altura na parte inferior e 0,30m (trinta centímetros), no mínimo, na parte superior.

Subseção IV

Das Cozinhas, dos Refeitórios, das Cantinas, das Lanchonetes e Congêneres

Art. 102. Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender às disposições regulamentares dos Decretos que dispõe sobre os Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agropecuários, de Alimentos e Bebidas, deverá obedecer ao seguinte:

I - Apresentar, na cozinha as condições:

a) paredes revestidas com material liso, lavável resistente e impermeável, até o mínimo de 2,00m (dois metros) de altura;

b) forro de material adequado, podendo ser dispensado em caso de cobertura que ofereça proteção suficiente;

c) piso revestido com material resistente, liso, impermeável e lavável;

d) ventilação e iluminação de acordo com as normas fixadas no presente regulamento;

e) água potável;

f) lavatórios;

g) não haver comunicação direta da cozinha com instalações sanitárias e com locais insalubres ou perigosos.

II - Apresentar dispensa anexa à cozinha com paredes e pisos revestidos de material impermeável, resistente, lavável e aberturas com telas protetoras.

Subseção V

Dos Locais de Esporte e Lazer

Art. 103. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a locais de recreio, esporte, parques infantis e congêneres:

I - Ter área coberta para educação física e festividades com dimensões mínimas de 10,00m (dez metros) de largura e 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de altura;

II - Ter área descoberta para recreio e esporte com 3,00m² (três metros quadrados) a 5,00m² (cinco metros quadrados) por aluno e/ou quadra cimentada de 20,00m (vinte metros) por 30,00m (trinta metros);

III - Ter zonas sombreadas e ensolaradas e protegidas de ventos frios;

IV - Ter quadras orientadas para norte/sul.

Parágrafo Único. As escolas ao ar livre, parques infantis e congêneres obedecerão às exigências deste código no que lhes forem aplicáveis, obedecendo às especificações contidas no regulamento referente a locais de lazer.

Art. 104. Nos estabelecimentos de ensino escolar é obrigatória a existência de local coberto para recreio, com área mínima de 1/3 da soma das áreas das salas de aula.

SEÇÃO V

DOS LOCAIS DE REUNIÃO E CASAS DE ESPETÁCULO

Art. 105. São considerados locais de reunião:

I - Estádios;

II - Auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção e salões de exposição;

III - Templos Religiosos;

IV - Cinemas;

V - Teatros;

VI - Parques de diversão;

VII - Circos;

VIII - Feiras livres;



IX - Feiras de exposição permanentes;
X - Piscinas públicas;
XI - Boates e salões de dança.

Art. 106. As partes destinadas ao público, em geral, terão que prever:

I - Circulação de acesso e de escoamento;
II - Condições de perfeita visibilidade;
III - Espaçamento entre filas e séries de assentos;
IV - Locais de espera;
V - Instalações sanitárias para ambos os sexos;
VI - Lotação máxima fixada;
VII - Acessibilidade a deficientes físicos.

Subseção I

Dos Estádios, Auditórios, Ginásios Esportivos, Centros de Convenções, Salões de Exposições, Templos Religiosos, Cinemas e Teatros

Art. 107. Será assegurada, de cada assento ou lugar, perfeita visibilidade do espetáculo, o que ficará demonstrado através de curva de visibilidade.

Art. 108. O espaço entre duas filas consecutivas de assentos não será inferior a 0,90m (noventa centímetros) de encosto a encosto.

Art. 109. Os espaçamentos entre as séries, bem como o número máximo de assentos por fila, obedecerá ao seguinte:

I - Número máximo de 15 (quinze) assentos por fila;
II - Espaçamento mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) entre as séries.

Parágrafo Único. Não serão permitidas séries de assentos que terminem junto às paredes.

Art. 110. Deverá ser previsto local para parada de cadeira de rodas conforme determinado pela norma para eliminação de barreiras arquitetônicas para deficientes físicos editada pela ABNT.

Art. 111. Os estádios, além das demais condições estabelecidas por este código, obedecerão, ainda, às seguintes:

I - As entradas e saídas só poderão ser feitas através de rampas. Essas rampas terão a soma de suas larguras calculadas na base de 1,40m (um metro e quarenta centímetros) para cada 1.000 (um mil espectadores), não podendo ser inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
II - Para o cálculo da capacidade das arquibancadas gerais serão admitidas para cada metro quadrado, 2 (duas) pessoas sentadas ou 3 (três) em pé.

Art. 112. Os auditórios, cinemas, ginásios esportivos, salas de convenções e salões de exposições, obedecerão às seguintes condições:

§ 1º Quanto aos assentos:

a) Atenderão a todas as condições estabelecidas nos artigos 109 a 111;
b) O piso das localidades elevadas se desenvolverá em degraus, com altura máxima de 0,20m (vinte centímetros) e profundidade mínima de 0,50m (cinquenta centímetros).

§ 2º Quanto às circulações e portas de acesso:

a) Haverá sempre mais de uma porta de saída e cada uma delas não poderá ter largura inferior a 2,00 m (dois metros);

b) A soma das larguras de todas as portas de saídas equivalerá uma largura total correspondente 0,01m (um centímetro) por espectador;
c) O dimensionamento das portas de saídas independe daquele considerado para as portas de entrada;
d) As portas de saída terão a inscrição Saída, sempre luminosa, e deverão abrir sempre para o exterior do recinto;
e) Os corredores de acesso aos locais de reunião, deverão obedecer a largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada a assentos seja igual ou inferior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;
f) As circulações internas à sala de espetáculos de até 100 (cem) lugares, terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 0,10m (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares.

§ 3º Quanto às circulações de níveis diferentes:

a) Quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo serão necessárias duas escadas no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:
a.1) As escadas deverão ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), para salas de até 100 (cem) lugares, e ser acrescidas de 0,10 (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares excedentes;
a.2) Sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20m (um metro e vinte centímetros);
a.3) As escadas não poderão ser desenvolvidas em caracol ou degraus em leque.

§ 4º Quanto à localidades elevadas:

a) O guarda corpo das localidades elevadas terá altura mínima de 1,10m (um metro e dez centímetros) .
b) As escadas poderão ser substituídas por rampas com no máximo 10% (dez por cento) de declividade, observadas entretanto, as demais exigências para escadas e rampas estabelecidas neste Código.

§ 5º Quanto aos locais de espera:

a) Os locais de espera para o público serão independentes das circulações com área equivalente, no mínimo, a 1,00m² (um metro quadrado) para cada 10 (dez) espectadores no caso de cinemas e para cada 5 (cinco) espectadores, no caso de teatros, auditórios, centros de convenção e salões de exposição, considerando a lotação máxima.

§ 6º Quanto aos sanitários:

a) As instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo, com as seguintes proporções mínimas:
a.1) Para o sanitário masculino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 100 (cem) lugares;
a.2) Para o sanitário feminino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório para cada 100 (cem) lugares;
a.3) Para efeito de cálculo de número de pessoas serão consideradas, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1,00m² (um metro quadrado) por pessoa, referente a área efetivamente destinada às mesmas.

§ 7º Quanto a renovação e condicionamento do ar:

a) Os auditórios com capacidade superior a 300 (trezentas) pessoas, possuirão obrigatoriamente, equipamentos de condicionamento de ar;

b) Quando a lotação for inferior a 300 (trezentas) pessoas, bastará a existência de sistema de renovação de ar.

Art. 113. As paredes externas deverão possuir tratamento acústico de acordo com as normas da ABNT.

Art. 114. Os camarins dos teatros serão providos de instalações sanitárias privativas.

Subseção II Dos Parques de Diversões

Art. 115. A armação e montagem dos parques de diversões atenderão as seguintes condições :

- I - O material dos equipamentos será incombustível;
- II - Haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;
- III - A soma total da largura destes vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros) cada um;
- IV - A capacidade máxima de público permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a uma pessoa para cada metro quadrado de área livre reservada a circulação;
- V - Os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- VI - Nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá colocar em perigo os funcionários e o público;
- VII - Ter compartimentos sanitários.

Art. 116. Os interessados deverão apresentar ART da estrutura metálica quando houver, da parte elétrica, de montagem e da prevenção de incêndios para evitar riscos à população.

Parágrafo Único. Os parques de diversões somente serão liberados para funcionamento após vistoria pelo Órgão Sanitário Municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e fiscais do Corpo de Bombeiros e se for o caso, da Polícia Civil e Militar.

Subseção III Dos Circos e das Feiras de Exposições

Art. 117. A armação e montagem de circos e feiras de exposições atenderão as seguintes condições:

- I - Haverá obrigatoriedade de vãos de "entrada" e "saída" independentes;
- II - A largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros) cada vão;
- III - A largura das passagens de circulação será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 2,00m (dois metros);
- IV - A capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a 2 (duas) pessoas sentadas, por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;
- V - A segurança de seus funcionários, artistas e do público, far-se-á conforme os itens V e VI do artigo 115 deste Código;
- VI - Deverá ser cumprido também o artigo 116 deste Código;
- VII - Ter compartimentos sanitários;
- VIII - Os circos somente serão liberados para funcionamento após vistoria.

SEÇÃO VI DOS CEMITÉRIOS

Art. 118. Os cemitérios, deverão ser construídos em áreas elevadas, na contravertente das águas que possam alimentar poços e

outras fontes de abastecimento.

§ 1º Os projetos para implantação de cemitérios deverão ser dotados de drenagem de águas superficiais, bem como de um sistema independente para a coleta e tratamento dos líquidos liberados pela decomposição dos cadáveres.

§ 2º Os projetos para implantação de cemitérios, deverão atender ainda as exigências da legislação federal, estadual e municipal.

SEÇÃO VII DOS ABATEDOUROS

Art. 119. A área edificada do abatedouro deverá corresponder a área livre e ser proporcional a quantidade de animais abatidos.

Art. 120. O piso e as paredes deverão ter revestimento cerâmico.

Art. 121. Toda a carga e descarga de animais, bem como a manutenção dos mesmos deverá acontecer dentro dos limites do lote.

Art. 122. As edificações destinadas a abatedouros deverão enquadrar-se também nas disposições do Código de Posturas, e atender as exigências de legislações específicas.

Art. 123. Os abatedouros deverão ser providos de local específico destinado a pré-lavação dos caminhões utilizados em suas atividades.

Art. 124. Serão exigidos sanitários e vestiários na proporção estabelecida pelo artigo 62, deste Código.

CAPÍTULO III DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS DE USOS ESPECIAIS DIVERSOS

Art. 125. Enquadram-se neste Capítulo as edificações destinadas a:

- I - Depósitos de explosivos, munições e inflamáveis;
- II - Depósitos de gás (GLP);
- III - Depósitos de armazenagem;
- IV - Postos de serviços e de abastecimento de veículos;
- V - Quartéis e Corpos de Bombeiros;
- VI - Penitenciária e casa de detenção;
- VII - Mobiliário urbano.

Art. 126. Todas as edificações citadas no artigo anterior deverão observar as exigências quanto a estacionamento especificada neste Código e legislação correlata.

SEÇÃO I DOS DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS, MUNIÇÕES E INFLAMÁVEIS

Art. 127. As edificações para depósito de explosivos e munições obedecerão as normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército, e para inflamáveis, as normas dos órgãos Federais e Estaduais competentes.

§ 1º Os locais para armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão estar protegidos com pára-raios de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

§ 2º Os depósitos de explosivos e inflamáveis deverão ter afastamento mínimo de 80,00m (oitenta metros) de escolas, asilos, creches, e hospitais, o qual será medido entre o ponto de instalação do depósito e o terreno dos citados.

§ 3º As edificações citadas neste artigo deverão ainda atender as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 128. As edificações de que trata esta seção, só poderão ser

construídas em zonas para esse fim destinadas, fora das zonas urbanizadas ou de expansão urbana, a não ser em casos especiais, em instalações militares.

Art. 129. O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo do produto, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo aparelho ou maquinário a ser empregado na instalação.

§ 1º São considerados como inflamáveis, para efeito da presente lei, os líquidos que tenham seu ponto de inflamabilidade acima de 93°C (noventa e três graus centígrados), entendendo-se como tal a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidade em que possam inflamar-se em contato da chama.

§ 2º Para efeito desta lei, não são considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios das colunas de abastecimento de combustível, os reservatórios e autoclaves empregados na fusão de materiais gordurosos, fábrica de velas, sabões, limpeza a seco, bem como tanques de gasolina, essência ou álcool, que façam parte integrante de motores de explosão ou combustão interna, em qualquer parte em que estejam instalados.

SEÇÃO II DOS DEPÓSITOS DE GÁS (GLP)

Art. 130. Em todas as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de GLP, deverão ser observadas as condições de segurança da norma de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros e condições a seguir:

- I - Situar-se ao nível do solo, podendo dispor de plataforma para carga e descarga de viaturas e serem cobertas ou não;
- II - Quando coberta, a cobertura terá, no mínimo 3,00m (três metros) de altura e deverá ser sustentada por colunas de concreto armado ou metálicas ou paredes de alvenaria, construídas em lados opostos e dispendo de passagem ou portão, sendo que os demais lados poderão ser delimitados por tela de arame ou material similar;
- III - Toda a fiação elétrica existente a menos de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar embutida em eletrodutos e ter os interruptores do tipo blindado;
- IV - Todo o espaço existente a uma distância de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar livre de obstáculos naturais ou artificiais;
- V - Distar, pelo menos, 6,00m (seis metros) do alinhamento da via pública;
- VI - Distar, pelo menos, 10,00m (dez metros) de equipamentos e/ou aparelhos produtores de faísca, de chama ou de calor, assim como materiais diversos;
- VII - Distar, pelo menos, 12,00m (doze metros) de edificações circunvizinhas e/ou limite de terrenos contíguos;
- VIII - Distar, pelo menos, 20,00m (vinte metros) de locais de grande aglomeração de pessoas;
- IX - Possuir o piso plano, revestido com material que não apresente frestas, canaletas, rebaixos ou similares que possibilitem o acúmulo de GLP em caso de eventual vazamento;
- X - Não possuir qualquer pavimento acima ou abaixo do nível da área.

Art. 131. Toda a área do depósito deverá ser delimitada por cerca de arame, muro ou similar.

SEÇÃO III DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SERVIÇOS CORRELATOS

Subseção I

Das Normas para Construção e Licenciamento

Art. 132. São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços correlatos:

- I - Postos de Abastecimento;
- II - Postos de Serviços;
- III - Posto Garagem.

§ 1º Posto de abastecimento é o estabelecimento que se destina à venda, no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.

§ 2º Posto de serviço é o estabelecimento que além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece serviços de lavagem, lubrificação de veículos e outros serviços correlatos.

§ 3º Posto garagem é o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para posto de abastecimento, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Art. 133. As instalações de abastecimento deverão distar, no mínimo 4,00m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos dos lotes, observadas as exigências de afastamentos maiores contidas na Lei do Plano Diretor, Tabelas de Zoneamento.

Parágrafo Único. As bombas de combustíveis não poderão ser instaladas nos passeios e logradouros públicos.

Art. 134. Os postos de serviços e abastecimento de veículos, só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para esse fim.

Art. 135. Nas edificações para postos de abastecimento de veículos, além das normas que lhes forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes a legislação sobre inflamáveis e no que couber, as referentes aos regulamentos de despejo industrial.

Art. 136. A autorização com prazo preestabelecido, para construção de postos será concedida pela Municipalidade, estudadas as características peculiares a cada caso.

Art. 137. Aos postos de abastecimento serão permitidas as seguintes atividades:

- I - Abastecimento de combustíveis;
- II - Troca de óleos lubrificantes, em área apropriada e com equipamento adequado;
- III - Comércio de:

- a) Acessórios e peças de pequeno porte e fácil reposição;
- b) Utilidades relacionadas com higiene e segurança dos veículos;
- c) Pneus, câmara de ar e prestação de serviços de borracharia;
- d) Jornais, revistas, mapas, roteiros turísticos e souvenirs;
- e) Lanchonete, sorveteria e restaurante.

Art. 138. Aos postos de serviços, além das atividades previstas no artigo anterior, serão permitidos os seguintes:

- I - Lavagem e lubrificação de veículos;
- II - Serviço de troca de óleo;
- III - Outros serviços correlatos.

Art. 139. Aos postos garagens, além das atividades previstas nos artigos 137 e 138 desta Seção, serão permitidos:

- I - Guarda de veículos;
- II - Lojas para exposição.

Art. 140. Nas edificações, para postos de abastecimento de veícu-

los além das normas que forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis.

Art. 141. Os postos de serviço e abastecimento deverão dispor de equipamentos contra incêndio, de conformidade com este Código, e demais normas aplicáveis.

Subseção II Das Instalações

Art. 142. As instalações para depósito de combustível de pessoas jurídicas que o tenham para consumo próprio deverão observar as disposições definidas por esta Seção.

Art. 143. A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem. As águas de superfície serão conduzidas para caixas de decantação separadas das galerias, antes de serem lançadas na rede geral, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 144. As instalações para limpeza de carros, lubrificação e serviços correlatos não poderão ficar a menos de 4,00m (quatro metros) de afastamento dos prédios vizinhos.

Parágrafo Único. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00m (quatro metros) das divisas deverão os mesmos estarem em recintos cobertos e fechados nessas divisas.

Art. 145. Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:

I - As bombas deverão ficar recuadas no mínimo 6,00m (seis metros) das divisas laterais e 12,00m (doze metros) da via pública;
II - Os reservatórios serão subterrâneos, metálicos, hermeticamente fechados, devendo ainda distar no mínimo 2,00m (dois metros) de qualquer parede da edificação e 5,00m (cinco metros) da via pública e divisas laterais.

§ 1º Se o pátio for coberto, as colunas de suporte da cobertura não poderão ficar a menos de 4,00m (quatro metros) de distância do alinhamento da rua.

§ 2º Quando o recinto de serviços não for fechado, o alinhamento dos logradouros deverá ser aviado por uma mureta com altura de 0,30m (trinta centímetros), com exceção das partes reservadas ao acesso e a saída dos veículos, os quais deverão ficar inteiramente livres.

Art. 146. Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão possuir instalações sanitárias com chuveiro para uso dos empregados.

§ 1º Deverão possuir instalações sanitárias para os usuários, separadas das instalações destinadas ao uso dos empregados.

§ 2º Os postos situados nas Rodovias Estaduais e Federais deverão ainda ter as instalações sanitárias para os usuários separadas por sexo.

Art. 147. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral, álcool etílico hidratado, combustíveis e serviços correlatos obedecerão as prescrições fixadas pela ABNT.

Art. 148. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral e serviços correlatos obedecerão às prescrições fixadas pela ABNT, e mais as seguintes:

I - Os tanques serão de fibra de vidro e instalados subterraneamente

com afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) do alinhamento da via pública e das divisas dos vizinhos;
II - Os tanques terão capacidade unitária máxima de 30.000 (trinta mil) litros e mínima de 10.000 (dez mil) litros;
III - A capacidade máxima instalada não poderá ultrapassar 120.000 (cento e vinte mil) litros;
IV - O tanque metálico subterrâneo destinado exclusivamente a armazenar óleo lubrificante usado, não computado no cálculo de armazenagem máxima, poderá ter capacidade unitária inferior a 10.000 (dez mil) litros respeitadas as demais condições deste artigo;
V - Ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizada antes do lançamento no coletor de esgoto, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 149. Os estabelecimentos de comércio varejista de combustível, álcool etílico hidratado e serviços correlatos, são obrigados a manter:

I - Suprimento de ar e água;
II - Em local visível, o certificado de aferição fornecido pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas - INMETRO
III - Extintores e demais equipamentos de incêndio, observadas as prescrições dos órgãos competentes;
IV - Espaço para instalação de telefone público;
V - Perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente o público usuário consumidor;
VI - Em lugar visível do estabelecimento, mapas e informações turísticas do Município;
VII - Sistema de iluminação dirigida, foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com luminárias protegidas lateralmente para evitar o ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências;
VIII - A área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou similar, não tendo escoamento das águas de áreas de lavagem para os logradouros públicos;
IX - Área coberta, com pé direito superior a 5,00m (cinco metros) na área de abastecimento, cuja cobertura se prolongará até as instalações administrativas;
X - Área para estacionamento de veículos segundo este Código.

Art. 150. O requerimento para instalação de estabelecimento de comércio de combustível deverá ser acompanhado de planta de localização dos aparelhos, devidamente cotados.

Subseção III Da Localização

Art. 151. Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimento de comércio varejista de combustíveis e serviços na área urbana se atendidas as seguintes exigências:

I - Rua possuir largura mínima de 12,00m (doze metros), incluindo passeio;
II - Área do terreno não inferior a 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), para os postos localizados as margens das rodovias.
III - Área de projeção da edificação não deverá ser inferior a 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e nem superior a 50% (cinquenta por cento) da área do terreno;
IV - Distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de: escolas, creches, asilos, igrejas, clubes, hospitais e locais de grande concentração de pessoas.

Subseção IV Do Meio-Fio e Passeios

Art. 152. Quando não houver muros no alinhamento do lote, este terá uma mureta com 0,30 m (trinta centímetros) de altura para evitar a passagem de veículos sobre o passeio.

Art. 153. O rebaixamento dos meios-fios para o acesso aos postos será executado mediante alvará a ser expedido pela Municipali-



dade.

Subseção V

Do Alvará de Funcionamento

Art. 154. Não será concedido alvará de licença para as atividades mencionadas neste Código sem que o requerente tenha o seu projeto de edificação aprovado pela Municipalidade.

Art. 155. As transgressões às exigências prescritas nesta Subseção sujeitarão os infratores à multa por infração, prevista por este Código, acrescida em 20% (vinte por cento) em caso de reincidência.

Art. 156. Não se aplicam as normas estabelecidas no presente Código, exceto o definido na Subseção IV, Seção III, deste Capítulo, aos estabelecimentos em funcionamento, na data de publicação desta.

Art. 157. Se a multa revelar-se inócua para fazer cessar a infração, o órgão competente poderá efetuar cassação de licença para localização do estabelecimento.

SEÇÃO IV

MOBILIÁRIO URBANO

Art. 158. O mobiliário urbano deverá ser construído atendendo normas técnicas da ABNT, que trata da adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.

Parágrafo Único. A instalação de equipamentos ou mobiliário de uso comercial ou de serviços, em logradouro público reger-se-á pelo Código de Posturas, obedecidos aos critérios de localização e uso aplicáveis a cada caso.

CAPÍTULO IV

DAS EDIFICAÇÕES MISTAS

Art. 159. As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos.

Art. 160. Nas edificações mistas onde houver uso residencial serão obedecidas as seguintes normas:

I - No pavimento de acesso e ao nível de cada piso, os halls, as circulações, horizontais e verticais, relativas a cada uso, serão obrigatoriamente independentes entre si;

II - Os pavimentos destinados ao uso residencial serão agrupados continuamente horizontal ou verticalmente na mesma prumada;

III - As vagas de estacionamento serão separadas, sendo que no caso de uso misto com garagens ou estacionamentos com finalidade comercial, as vagas serão independentes e diferenciadas.

Parágrafo Único. Será permitido o uso de um único acesso e uma única circulação vertical, quando não exceder a 4 (quatro) pavimentos, e as unidades residenciais estiverem localizadas nos últimos pavimentos, os quais deverão ter uso exclusivamente residencial.

TÍTULO IV

DAS EDIFICAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I

DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Art. 161. Os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão satisfazer as especificações e normas oficiais da ABNT.

Art. 162. Para efeito deste Código consideram-se "Materiais Incombustíveis": o concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelas especificações da ABNT.

SEÇÃO II

DO PREPARO DO TERRENO, ESCAVAÇÕES E SUSTENTAÇÃO DE TERRA

Art. 163. Todo movimento de terra, tais como, cortes, escavações, aterros e terraplanagens, será precedido de projetos específicos, executado por profissional habilitado, mediante autorização da Municipalidade.

Art. 164. Os proprietários de terrenos ficam obrigados a fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em risco, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, pública ou particular, e logradouros públicos.

Art. 165. Deverá ser observado ainda a Lei do Plano Diretor, do Parcelamento do Solo Urbano e Tabelas de Zoneamento nos artigos que dispõe sobre o assunto.

Art. 166. A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplanagem é exclusiva do proprietário do imóvel.

Art. 167. É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor ou não pertencerem a projetos de loteamentos aprovados pela Municipalidade.

SEÇÃO III

DAS FUNDAÇÕES

Art. 168. O projeto e execução de uma fundação, assim como as respectivas sondagens, o exame de laboratório, provas de carga e outras que se fizerem necessárias, serão feitas de acordo com as normas adotadas ou recomendadas pela ABNT e por profissionais devidamente habilitados.

SEÇÃO IV

DAS ESTRUTURAS

Art. 169. O projeto e a execução de uma estrutura obedecerá às normas da ABNT.

Art. 170. A movimentação dos materiais e equipamentos necessários à execução de uma estrutura deverá ser sempre feita dentro do espaço aéreo delimitado pelas divisas do lote, ou em lotes de terceiros quando por eles autorizado.

Parágrafo Único. Na impossibilidade do cumprimento do disposto neste artigo, a Municipalidade definirá a solução mais adequada.

Art. 171. Aplica-se nesta seção o artigo 12, III, deste Código.

SEÇÃO V

DAS PAREDES

Art. 172. As paredes, quando executadas em alvenaria com tijolos furados deverão respeitar as espessura mínima da ABNT:

Art. 173. Quando forem empregadas paredes autoportantes em uma edificação, serão obedecidas as respectivas normas da ABNT, para os diferentes tipos de material utilizado.



Art. 174. Todas as paredes das edificações serão revestidas internamente de emboço e reboco.

Parágrafo Único. O revestimento será dispensado:

- a) Quando a alvenaria for convenientemente rejuntada e receber cuidadosamente acabamento;
- b) em se tratando de parede de concreto que haja recebido tratamento de impermeabilidade;
- c) quando convenientemente justificado no projeto;
- d) quando for empregado tijolo a vista tratado;
- e) quando se tratar de outro material adequado para divisórias.

Subseção Única

Das Paredes Cegas

Art. 175. Uma edificação quando construída nas divisas laterais do lote não poderá ocupar com parede cega da edificação mais de 75% (setenta e cinco por cento) do comprimento total da linha divisória.

§ 1º A área restante só poderá ser ocupada com muro.

§ 2º Executam-se do previsto neste artigo os casos permitidos na Lei do Plano, Tabelas de Zoneamento.

Art. 176. As paredes cegas que constituírem divisões entre habitações distintas, ou estejam nas divisas do lote deverão ter no mínimo 0,20 m (vinte centímetros) de espessura.

Parágrafo Único. As espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

SEÇÃO VI

DAS COBERTURAS

Art. 177. As coberturas das edificações serão construídas com materiais que permitam:

- I - Perfeita impermeabilização;
- II - Isolamento térmico.

Art. 178. Nas edificações destinadas a locais de reunião e trabalho, as coberturas serão construídas em material incombustível.

Art. 179. As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságüe sobre os lotes vizinhos ou sobre o passeio.

SEÇÃO VII

DAS PORTAS

Art. 180. As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, terão largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que se dá acesso, exceto para as atividades específicas detalhadas na própria Seção:

- I - Quando de uso privativo, a largura mínima será de 0,80m (oitenta centímetros);
- II - Quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 0,01m (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Parágrafo Único. As portas de acessos a sanitários e banheiros, terão largura mínima de 0,60m (sessenta centímetros).

SEÇÃO VIII

DAS CIRCULAÇÕES EM UM MESMO NÍVEL

Art. 181. As circulações em um mesmo nível, de utilização privativa em uma unidade residencial ou comercial, terão largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) para uma extensão de até 6,00m (seis metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso.

Art. 182. Os corredores de utilização coletiva terão as seguintes dimensões mínimas:

- I - Uso Residencial - largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;
- II - Uso Comercial - largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,10m (dez centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;
- III - O acesso aos locais de reunião, deverá obedecer a largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada à assentos seja igual ou inferior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;
- IV - Nos hotéis e motéis, a largura mínima será de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) para uma extensão máxima de 15,00m (quinze metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,10m (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração;
- V - As galerias de lojas comerciais terão a largura mínima de 3,00m (três metros) para cada extensão de no máximo 15,00m (quinze metros), para cada 5,00m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada de 10% (dez por cento).

Subseção Única

Dos Halls

Art. 183. O hall é o elemento de circulação que estabelece a conexão das circulações verticais com as de um mesmo nível e apresenta-se como:

- I - Hall do pavimento de acesso que faz conexão com o logradouro;
- II - Hall de cada pavimento.

Art. 184. Nos edifícios de uso comercial o hall do pavimento de acesso e o hall de cada pavimento deverão ter área proporcional ao mínimo de elevadores de passageiros e ao número de pavimentos da edificação. Essa área "S" deverá ter uma dimensão linear mínima "D", perpendicular às portas dos elevadores e que deverá ser mantida até o vão de acesso do hall.

Art. 185. As áreas e distâncias mínimas a que se refere o artigo anterior atenderão ao seguinte:

Hall do Pavimento de Acesso	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
	Até 6 Pavimentos	S D	1	2	3
			8 m²	10	18
2 m	2,5		3		
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
	Até 6 Pavimentos	S D	1	2	3
			3 m²	6	9
1,5 m	1,5		1,8		

10% (dez por cento) a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.



Art. 186. Nos edifícios residenciais dotados de elevadores, o hall do pavimento de acesso poderá ter área igual a do hall de cada pavimento. Essa área "S2" e sua dimensão "D2" linear perpendicular às portas dos elevadores, não poderão ter dimensões inferiores às estabelecidas na seguinte tabela:

Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
	Até 6 Pavimentos	S D	1	2	3
			3 m²	6	9
			1,5 m	1,5	1,5

10% a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 187. No caso das portas dos elevadores serem frontais umas às outras, as distâncias "D" e "D2" estabelecidas nos artigos 185 e 186, serão acrescidas de 50% (cinquenta por cento).

Art. 188. Nos edifícios servidos apenas por escadas e/ou rampas, serão dispensados dos halls em cada pavimento e o hall de acesso não poderá ter largura inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 189. Nos edifícios, seja de uso residencial, seja de uso comercial, haverá, obrigatoriamente, interligação entre o hall de cada pavimento e circulação vertical, seja esta por meio de escada, seja por meio de rampas.

Art. 190. As dimensões mínimas dos halls e circulações estabelecidas nesta Seção e Subseção, determinarão espaços livres e obrigatórios, não sendo permitida a existência de qualquer obstáculo de caráter permanente ou transitório.

SEÇÃO IX DA CIRCULAÇÃO DE NÍVEIS DIFERENTES

Art. 191. Os elementos de circulação que estabelecem a ligação de dois ou mais níveis consecutivos são :

- I - Escadas;
- II - Rampas;
- III - Escadas rolantes;
- IV - Elevadores.

Subseção I Das Escadas

Art. 192. As escadas podem ser privativas quando adotadas para acesso interno das residências e de uso exclusivo de uma unidade autônoma ou coletiva quando adotadas para acesso às diversas unidades autônomas e acessos internos de uso comum.

Art. 193. As escadas de uso privativo, dentro de uma unidade familiar, bem como as de uso nitidamente secundário e eventual, como as de adega, pequenos depósitos e casas de máquinas, poderão ter sua largura reduzida para um mínimo de 0,70m (setenta centímetros).

Art. 194. As escadas de uso coletivo nas edificações em geral, terão largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e deverão ser construídas com material incombustível.

§ 1º Nas edificações destinadas a locais de reunião, o dimensionamento das escadas deverá atender ao fluxo de circulação de cada nível contíguo (superior ou inferior) de maneira que no nível de saída do logradouro haja sempre um somatório de fluxos correspondentes à lotação total.

§ 2º As escadas de acesso às localidades elevadas nas edificações que se destinam a locais de reunião deverão atender as seguintes

normas:

- a) Ter largura mínima de 2,00m (dois metros);
- b) O lance extremo que se comunicar com a saída deverá estar orientado na direção desta.

§ 3º Nos estádios as escadas das circulações dos diferentes níveis deverão ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para cada mil pessoas e nunca inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 4º Nas escadas de uso coletivo, sempre que o número de degraus consecutivos exceder de 16 (dezesesseis) será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima de 0,80m (oitenta centímetros) e com a mesma largura do degrau.

§ 5º Nas escadas circulares coletivas deverá ficar assegurada uma faixa de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura, na qual os pisos dos degraus terão as profundidades mínimas de 0,20m (vinte centímetros) e 0,40m (quarenta centímetros) nos bordos internos e externos, respectivamente.

§ 6º Os degraus de escadas de uso coletivo não poderão ser desenvolvidos em leques.

Art. 195. As dimensões dos degraus deverá satisfazer, em conjunto, a relação:
0,63 m < 2E + P < 0,64m onde "E " equivale a altura ou espelho e "P " a profundidade do piso obedecendo os seguintes limites:

I - A altura máxima do degrau será de 0,18m (dezoito centímetros) e a largura mínima será de 0,27m (vinte e sete centímetros) para escadas de uso coletivo;

II - Para edificações unifamiliares, nas escadas de uso privativo, a altura máxima será de 0,195m (dezenove centímetros e meio) e largura mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros).

Art. 196. As escadas do tipo "marinheiro", "caracol" ou "leque" só serão acessos a torres, adegas, mezaninos, casa de máquinas, sobrelojas ou antepisos de uma mesma unidade residencial.

Art. 197. As escadas deverão oferecer passagem livre com altura nunca inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros).

Art. 198. As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão (mesmo entre paredes) de ambos os lados, obedecendo aos requisitos seguintes:

I - Manter-se-ão a uma altura constante, situada entre 0,80m (oitenta centímetros) e 0,90m (noventa centímetros), acima da borda do piso dos degraus;

II - Somente serão fixados pela sua face inferior;

III - Terão largura mínima de 0,06m (seis centímetros);

IV - Estarão afastados das paredes, no mínimo 0,04m (quatro centímetros).

Art. 199. Os edifícios com 04 (quatro) ou mais pavimentos deverão dispor de:

I - Um saguão ou patamar de escada independente do hall de distribuição;

II - Iluminação natural ou sistema de emergência para alimentação da iluminação artificial na caixa de escada.

Art. 200. As escadas deverão ainda observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros.

Art. 201. As escadas de uso coletivo deverão observar as exigências das normas da ABNT.

Subseção II Das Rampas



Art. 202. No emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências ao dimensionamento e especificações de materiais fixadas para as escadas.

Art. 203. As rampas para pedestres não poderão apresentar declividade superior a 12% (doze por cento).

§ 1º Se a declividade for superior a 6% (seis por centos), o piso deverá ser revestido com material antiderrapante e o corrimão prolongado em 0,30m (trinta centímetros) nos dois finais da rampa.

§ 2º As rampas para uso coletivo deverão possuir largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e possuir corrimão nos dois lados.

§ 3º As saídas e entradas das rampas de uso coletivo deverão ter patamar livre com diâmetro de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para acesso de portadores de necessidades especiais.

§ 4º As rampas deverão observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

§ 5º Nenhuma porta poderá abrir de forma à obstruir o movimento nos patamares intermediários iniciais ou finais de uma rampa.

Art. 204. As rampas para acesso de veículos não poderão ter declividade superior a 30% (trinta por cento).

Subseção III

Das Escadas Rolantes

Art.205. As escadas rolantes estarão sujeitas às normas técnicas da ABNT e não serão computadas no cálculo do escoamento de pessoas da edificação, nem no cálculo de largura mínima das escadas fixas.

Subseção IV

Dos Elevadores

Art.206. Qualquer edifício que contenha um número maior que 04 (quatro) pavimentos, contados o pavimento térreo e 03 (três) acima deste, deverá ser provido de elevador.

§ 1º O número de elevadores de cada prédio e sua capacidade deverá estar de acordo com as normas da ABNT em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela Municipalidade, seja em relação ao seu dimensionamento, instalação ou utilização, cálculo, tráfego e intervalo de tráfego comprovados através de laudo emitido pelo responsável técnico da obra.

§ 2º O térreo contará como 02 (dois) pavimentos quando seu pé direito for superior a 6,00m (seis metros).

§ 3º Sempre que o pé direito por pavimento ultrapassar a 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) será contado como novo pavimento.

§ 4º As unidades situadas no último pavimento poderão deixar de ser servidas por elevador desde que o pavimento imediatamente inferior seja servido por, pelo menos, 1 (um) ou 2 (dois) elevadores, tendo aquelas unidades acesso direto aos mesmos elevadores.

§ 5º Nas edificações a serem construídas, acrescidas ou reconstruídas com previsão de subsolo, é obrigatório o assentamento de elevadores nos seguintes casos:

- a) Mais de 4 (quatro) pavimentos acima do nível do logradouro;
- b) Mais de 3 (três) pavimentos abaixo do nível do logradouro.

§ 6º Nos edifícios hospitalares ou asilos de mais de 2 (dois) pavimentos, será obrigatória a instalação de elevadores.

Art.207. Excluem-se do cálculo da altura para instalação do elevador:

I - As partes sobrelevadas destinadas à casa de máquinas, caixas de água, casa do zelador e áreas de lazer ou recreação;

II - O último pavimento quando de uso exclusivo do penúltimo ou ático.

Art. 208. Quando a edificação possuir mais de um elevador as áreas de acesso aos mesmos devem estar interligadas em todos os pavimentos.

Parágrafo Único. Excluem-se desta exigência os elevadores digitados através de senha ou com usos diferenciados.

Art. 209. Será exigido elevador em edifício garagem sempre que ele for constituído de térreo com mais 03 (três) lajes.

§ 1º O subsolo deve ser servido mas não entra no cômputo gera.

§ 2º Somente será dado o desconto referido no parágrafo anterior a um nível de subsolo.

Art. 210. Os elevadores não poderão ser o único meio de acesso aos pavimentos superiores ou inferiores da edificação.

SEÇÃO X

DOS MEZANINOS

Art. 211. A construção de mezaninos ou jiraus só será permitida, quando satisfazer as seguintes condições:

I - Não prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento onde for construído;

II - Ter sua área adicionada para efeito de cálculo dos vãos de iluminação e ventilação à área do pavimento inferior (considerando-se o mezanino como compartimento habitável);

III - Ocupar área de no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento a que serve;

IV - Ter altura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e deixar com essa mesma altura o espaço que ficar sob sua projeção no piso do compartimento onde for construído;

V - Ter escada fixa de acesso e parapeito.

SEÇÃO XI

DAS CHAMINÉS

Art. 212. A chaminé de qualquer natureza, em uma edificação terá altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou resíduos que possam expelir, não incomodem a vizinhança.

Parágrafo Único. Independente da exigência do parágrafo anterior, ou no caso da impossibilidade de seu cumprimento, deverá ser obrigatória a instalação de aparelho fumívoro conveniente.

SEÇÃO XII

DOS TAPUMES, ANDAIMES E TELAS DE PROTEÇÃO

Art. 213. Será obrigatória a colocação de tapume em toda a testada do lote, sempre que se execute obras de construção, reforma, ampliação ou demolição, nos seguintes casos:

I - Para obras até 3,00m (três metros) do alinhamento dos logradouros públicos;

II - Para todos os edifícios com mais de 2 (dois) pavimentos, qualquer que seja o afastamento.

III - Para qualquer obra que, a critério da Municipalidade, ofereça perigo aos transeuntes.

§ 1º O tapume deverá ser mantido enquanto perdurarem as obras que possam afetar a segurança dos pedestres que utilizarem os passeios dos logradouros.

§ 2º O tapume de que trata este artigo deverá atender às seguintes normas:

a) a faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior à metade da largura do passeio (não computada a área do canteiro quando existir), nem exceder a 2,00m (dois metros);
b) quando for construído em esquinas de logradouros, as placas existentes indicadoras do tráfego de veículos e outras de interesse público, serão, mediante prévio entendimento com o órgão competente em matéria de trânsito transferidas para o tapume e fixadas de forma a serem bem visíveis;
c) a sua altura não poderá ser inferior a 3,00m (três metros) e terá bom acabamento;
d) quando executado formando galerias para circulação de pedestres, será permitida a existência de compartimentos superpostos, como complemento da instalação do canteiro da obra, respeitada sempre a norma contida na alínea "a" deste parágrafo, desde que os limites destes compartimentos fiquem contidos até 0,50m (cinquenta centímetros) de distância do meio-fio.

Art. 214. Nas edificações afastadas mais de 3,00m (três metros) em relação ao alinhamento do logradouro, o tapume não poderá ocupar o passeio.

Art. 215. Os tapumes deverão apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos e garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública, postes e outros dispositivos existentes, sem prejuízo da completa eficiência de tais aparelhos.

Art. 216. Para as obras de construção, elevações, reparos e demolições de muros até 3,00m (três metros) não há obrigatoriedade de colocação de tapume.

Art. 217. Os tapumes deverão ser periodicamente vistoriados pelo construtor, sem prejuízo de fiscalização pela Municipalidade, a fim de ser verificada sua eficiência e segurança.

Art. 218. Durante a execução da obra será obrigatório a colocação de andaime de proteção do tipo "bandeja salva-vidas", para edifícios de três pavimentos ou mais.

§ 1º Os andaimes terão que garantir perfeitas condições de segurança de trabalho para os operários, de acordo com a legislação federal que trata deste assunto.

§ 2º As "bandejas salva-vidas" constarão de um estrado horizontal de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura mínima com guarda-corpo até a altura de 1,00 m (um metro), este tendo inclinação aproximada de 135º (cento e trinta e cinco graus), em relação ao estrado horizontal.

Art. 219. No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos, estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 220. Após o término das obras ou no caso de sua paralisação por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, os tapumes deverão ser recuados até o alinhamento e os andaimes retirados.

Art. 221. Será obrigatório o uso de tela de proteção para construções acima de 2 (dois) pavimentos, quando construídas no alinhamento.

Art. 222. Os tapumes, andaimes e telas de proteção, além das normas estabelecidas nesta Seção, deverão atender o disposto no

Código de Posturas do Município de Salto Veloso.

SEÇÃO XIII DOS COMPARTIMENTOS

Subseção I Da Classificação

Art. 223. Para efeito do presente Código, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição no projeto.

Art. 224. Os compartimentos das edificações, conforme a sua utilização pelos seres humanos, são classificados em:

- I - Habitáveis;
- II - Não Habitáveis.

Art. 225. Os compartimentos habitáveis são:

- I - Dormitório;
- II - Salas;
- III - Salas de aula, laboratórios didáticos, bibliotecas;
- IV - Laboratórios, enfermarias, ambulatórios e consultórios;
- V - Lojas e sobrelojas;
- VI - Salas destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais;
- VII - Locais de reunião.

Art. 226. Os compartimentos não habitáveis são:

- I - Salas de espera em geral;
- II - Cozinhas e copas;
- III - Banheiros e sanitários;
- IV - Circulações em geral;
- V - Garagens;
- VI - Frigoríficos e depósitos para armazenagem;
- VII - Vestiários de utilização coletiva;
- VIII - Câmaras escuras;
- IX - Casas de máquinas;
- X - Locais para depósito de lixo;
- XI - Área de serviço coberta;
- XII - Subsolo.

Art. 227. Compartimentos com outras destinações ou particularidades especiais serão classificados com base na similaridade com os usos listados nos artigos 225 e 226 e observadas as exigências de higiene, salubridade e conforto de cada função e atividade.

Subseção II Dos Requisitos Mínimos

Art. 228. Os compartimentos obedecerão aos limites mínimos para os seguintes elementos da construção:

- I - Área de piso;
- II - Dimensão mínima;
- III - Altura;
- IV - Vão de iluminação e ventilação;
- V - Vão de acesso.

Parágrafo Único. Os limites mínimos dimensionados para cada tipo de utilização e referidos neste artigo, são estabelecidos nas tabelas desta subseção.

Art. 229. A dimensão estabelecida como altura mínima de um compartimento, quando houver rebaixamento de forro, ou forro inclinado, será aquela tomada pela média da altura máxima e mínima.

Art. 230. A subdivisão do compartimento, com paredes que cheguem até o teto será permitida quando os compartimentos resultantes atenderem, total e simultaneamente, a todas as normas deste Código no que lhes forem aplicáveis.

Art. 231. Os compartimentos habitáveis obedecerão às condições seguintes, quanto às dimensões mínimas:

Dimensões Mínimas dos Compartimentos Permanentes

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos Vãos (m)
1 Dormitório ou Único	9,00	2,40	2,60	0,70
Demais Dormitórios	7,00	2,40	2,60	0,70
Salas	9,00	2,40	2,60	0,80
Lojas	25,00	3,00	3,00	0,80
Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos Vãos (m)
Boxe e "Stands"	12,00	2,80	2,40	1,00
Salas Comerciais	15,00	2,80	3,00	0,80
Sobrelojas	12,50	2,80	2,40	0,80

§ 1º Os locais de reunião classificam-se como compartimentos habitáveis, apresentam características especiais de iluminação e ventilação, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e vãos de acesso, definidos em função de normas específicas estipuladas por este Código.

§ 2º Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com cozinha, despensa ou depósitos.

Art. 232. Os compartimentos não habitáveis obedecerão às seguintes condições, quanto às dimensões mínimas:

Dimensões Mínimas dos Compartimentos Transitórios

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura Dos Vãos (m)
Cozinha	3,00	1,50	2,40	0,80
Banheiro	3,00	1,20	2,40	0,60
Lavabo	1,20	0,80	2,40	0,60
Área de Serviço	2,25	1,30	2,40	0,70
Circulações Cobertas	-	0,90	2,40	0,80
Garagens	12,00	2,40	2,40	2,50
Closed	-	1,30	2,40	0,60

§ 1º Os banheiros e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com copas, cozinhas e despensas destinadas à guarda de gêneros alimentícios.

§ 2º Quanto ao revestimento destes compartimentos, deverá ser observado o que segue:

a) As cozinhas, banheiros, lavatórios, instalações sanitárias e locais para despejo do lixo terão paredes até a altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e o piso, revestido de material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos;

b) Será permitido nas garagens, terraços e casas de máquinas o piso em cimento, devidamente impermeabilizado.

§ 3º As circulações de que trata este artigo referem-se ao uso interno das unidades residenciais.

SEÇÃO XIV DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Subseção I

Da Iluminação e Ventilação das Edificações

Art. 233. Os prismas externos de iluminação e ventilação terão suas faces verticais definidas:

- I - pelas paredes externas da edificação;
- II - pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote;
- III - pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote e linha de afastamento (quando esta existir);
- IV - pelas paredes da edificação e linha de afastamento (quando esta existir).

Art. 234. As dimensões da seção horizontal dos prismas a que se referem esta seção terão que ser constantes em toda altura da edificação.

Art. 235. As Seções horizontais mínimas dos prismas a que se refere esta Seção serão proporcionais ao número de pavimentos, conforme tabela:

Dimensões Mínimas das Seções Horizontais dos Prismas ao Nível do Último

Número de Pavimentos	Prisma de Iluminação e Ventilação		Prisma de Ventilação (Interno)	
	Área Mínima (m²)	Círculo Insc. Mín. (m)	Área Mínima (m²)	Círculo Insc. Mín. (m)
Até 02	4,20	1,50	1,20	0,90
Até 03	4,90	1,75	1,20	0,90
Até 04	5,60	2,00	1,30	1,00

Parágrafo Único. As dimensões mínimas da Tabela deste artigo são válidas para as alturas de compartimentos de até 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros). Quando essas forem superiores a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros) para cada metro de acréscimo na altura do compartimento, as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo serão aumentadas de 10% (dez por cento).

Subseção II

Da Iluminação e Ventilação dos Compartimentos

Art. 236. Todos os compartimentos deverão ter comunicação com o exterior podendo ser:

- I - Direta - Onde a ventilação e a iluminação acontecem diretamente com o exterior, através de prisma de iluminação e ventilação externo ou não;
- II - Indireta - Onde a ventilação ou a iluminação acontecem através de um outro compartimento, duto mecânico ou prisma de iluminação e ventilação interno.

Art. 237. Os compartimentos habitáveis definidos nesta seção, deverão possuir vãos de iluminação de forma direta.

Art. 238. Os compartimentos não habitáveis poderão receber ventilação e iluminação de forma indireta.

Parágrafo Único. As cozinhas poderão receber iluminação e ventilação de forma indireta através de uma área de serviço.

Art. 239. Somente poderão comunicar-se com o exterior com dutos de ventilação, os seguintes compartimentos:

I - Habitáveis:

- a) Auditórios e centros de convenção;
- b) Cinemas;
- c) Teatros;
- d) Salas de exposições;
- e) Boates e salões de danças;
- f) Bancos e lojas comerciais.

II - Não Habitáveis:

- a) Circulações;
- b) Banheiros, lavatórios e instalações sanitárias;
- c) Salas de espera em geral;
- d) Subsolos.

Parágrafo Único. Os locais de reunião mencionados neste artigo deverão prever equipamentos mecânicos de renovação ou condicionamento de ar, quando se comunicarem com o exterior através de dutos horizontais ou verticais.

Art. 240. Os vãos de iluminação e ventilação quando vedados, deverão ser providos de dispositivos que permitam a ventilação permanente dos compartimentos.

Art. 241. Quando a ventilação e/ou iluminação se derem de forma indireta deverá ser observado:

I - Quando duto, inscrição de um círculo livre de no mínimo 0,70m (setenta centímetros) em seu interior;

II - Quando compartimento não habitável, atendimento de 1/8 (um oitavo) de área a ventilar e iluminar do compartimento a que serve;

III - Quando duto mecânico, de eficiência comprovada e controlada.

§ 1º Os dutos verticais para ventilação, deverão ainda, ter revestimento interno liso sem comportar cabos, canalizações, estrangulamento da seção por elementos estruturais e tubos de queda.

§ 2º Os dutos horizontais de ventilação deverão ainda:

- a) Ter proteção contra alojamento de animais;
- b) Ter abertura mínima para o exterior igual à sua seção;
- c) Ter altura mínima de 0,20 m (vinte centímetros);
- d) Ter comprimento máximo de 6,00 m (seis metros), exceto no caso de abrir para o exterior em extremidades opostas.

Art. 242. O vão que ventila um terraço coberto terá sua largura igual a dimensão desse terraço, adjacente ao prisma de ventilação que com ele se comunica. A largura mínima desse vão será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e sua altura não poderá ser inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 243. Nenhum vão de iluminação ou duto de ventilação que se comunique com o exterior, através de terraços cobertos, poderá distar-se mais de 2,00m (dois metros) dos limites da largura estabelecida pelo artigo anterior.

Art. 244. Nenhum vão será considerado como iluminando e ventilando pontos de compartimentos que dele distem mais de duas vezes e meia o valor da altura desse compartimento, quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação ou só de ventilação.

Art. 245. A soma total das áreas dos vãos de iluminação de um compartimento, assim como a seção dos dutos de ventilação, terão seus valores mínimos expressos em fração desse compartimento, conforme tabela seguinte:

Compartimento	Vãos que se Comunicam Diretamente com Exterior	Comunicação Através dos Dutos - Seção Mínima
Habitáveis	1/6	+ 25%
Não Habitáveis	1/8	1/6

+ Variável, compatível com o volume de ar a renovar ou condicionar.

Parágrafo Único. Nenhum vão destinado a iluminar um compartimento poderá ter área inferior a 0,20m² (vinte centímetros quadrados), quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação, ou só de ventilação.

SEÇÃO XV**DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA**

Art. 246. Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água própria.

Parágrafo Único. Nas edificações em mais de uma unidade independente que tiverem reservatórios de água comum, o acesso aos mesmos e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Art. 247. Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo mínimo de água por edificação, conforme norma técnica da ABNT.

Art. 248. Os reservatórios deverão possuir:

I - Cobertura que não permita a poluição da água;

II - Torneira bóia que regule automaticamente a entrada de água no reservatório;

III - Extravasor (ladrão) com diâmetro superior ao tubo alimentador, com descarga em um ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira bóia;

IV - Canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório.

Art. 249. Será adotado reservatório inferior quando as condições de abastecimento do órgão distribuidor forem insuficientes para que a água atinja o reservatório superior e ainda nas edificações de 4 (quatro) ou mais pavimentos, as quais deverão ter seu reservatório tipo cisterna.

Parágrafo Único. As cisternas deverão ser construídas com paredes impermeabilizadas e com todas as demais condições para evitar a contaminação da água.

Art. 250. Quando instalados reservatórios inferior e superior, o volume de cada um será, respectivamente de 60 % (sessenta por cento) e 40 % (quarenta por cento) do volume total calculado.

Art. 251. Os motores e/ou bombas de recalque não poderão emanar ruídos que prejudiquem, principalmente no horário noturno, populações vizinhas.

CAPÍTULO II**DAS INSTALAÇÕES EM GERAL**

Art. 252. As instalações e equipamentos abrangem os conjuntos de serviços complementares executados durante a construção de um edifício, os quais deverão ser projetados, calculados e executados visando a segurança, a higiene e o conforto dos usuários, de acordo com as normas e especificações da ABNT, salvo os casos previstos nas Seções deste Capítulo, onde prevalecerá o determinado por este Código.

Art. 253. Este Capítulo trata das instalações e equipamentos:



I - De águas pluviais;
II - De sistemas hidráulico-sanitários;
III - De gás canalizado;
IV - De energia elétrica;
V - De distribuição interna da rede telefônica;
VI - De antenas de televisão;
VII - De depósito de lixo;
VIII - Da extinção de incêndios.
IX - Dos pára-raios;
X - De condicionamento ambiental;
XI - De insonorização.

Parágrafo Único. As entradas, tomadas e dimensões das instalações prediais referidas no caput deste artigo, deverão obedecer às normas técnicas exigidas pelas concessionárias locais.

SEÇÃO I DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 254. O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio.

§ 1º Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas para as galerias de águas pluviais, essas águas poderão ser conduzidas para outro local adequado, após a aprovação pela Municipalidade.

§ 2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais (quando existirem) correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º A ligação será concedida a título provisório, cancelável a qualquer momento pela Municipalidade, caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

§ 4º Nos lotes devidamente registrados no Registro de Imóveis e cujas vias de circulação são patrimônio do município, as despesas com escoamento pluvial da referida via de circulação correrão por conta da Municipalidade.

Art. 255. Nas edificações construídas no alinhamento, as águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas por meio de calhas e condutores.

Parágrafo Único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do nível do passeio.

Art. 256. Não será permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

Art. 257. As águas provenientes das coberturas e dos aparelhos de ar condicionado serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre lotes lindeiros ou no passeio da via de circulação.

SEÇÃO II DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS

Art. 258. Todas as edificações em lotes com testada para logradouros que possuam redes de água potável e de esgoto, deverão, obrigatoriamente servir-se dessas redes.

Art. 259. Quando não existir rede de abastecimento de água na via pública, a edificação deverá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas.

Art. 260. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na

via pública, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica cujo, efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro) ou outra forma de tratamento mais adequado, levando-se em consideração a capacidade de absorção do solo, bem como o nível do lençol freático existente.

Art. 261. Será exigido fossa séptica e para tal, o efluente poderá ser tratado através de:

I - Sumidouro;
II - Vala de infiltração;
III - Vala de filtração;
IV - Filtro anaeróbio;
V - Alternativa tecnicamente aceita e de conhecimento científico quanto a rendimento e confecção.

Art. 262. Toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório, uma pia de cozinha que deverão ser ligados à rede geral de esgotos (se existir).

Parágrafo Único. Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

Art. 263. Todos os aparelhos sanitários deverão ter superfície lisa e serem facilmente laváveis.

Art. 264. Os compartimentos sanitários terão uma caixa auto-sifonada provida de inspeção, que receberá as águas servidas dos lavatórios, bidês, banheiras e chuveiros, não podendo estes aparelhos ter comunicação com as tubulações dos vasos e mictórios.

Parágrafo Único. Será obrigatório o uso de tubo de ventilação nos vasos sanitários e mictórios, com diâmetro mínimo de 40mm (quarenta milímetros).

Art. 265. Deverá ser elaborado teste de percolação do solo visando definir a capacidade de absorção do mesmo nas diferentes regiões da área urbana, para a indicação da medida correta no que se refere a tratamento de dejetos.

Art. 266. Toda tubulação de esgoto em contato com o solo deverá ser feita com PVC, manilhas cerâmicas ou material equivalente.

Art. 267. Em edificações com mais de um pavimento os ramais de esgoto serão ligados à rede principal por canalização vertical (tubo de queda).

Parágrafo Único. Os ramais de esgoto dos pavimentos superiores e de tubo de queda deverão ser de material impermeável, resistente e com paredes internas lisas, não sendo permitido o emprego de manilhas cerâmicas.

Art. 268. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 2% (dois por cento).

Art. 269. É vedada, em qualquer hipótese a utilização das galerias das águas pluviais, bem como o sistema de drenagem pluvial (sarjetas e vias públicas) para o escoamento do esgoto sanitário "in natura".

Art. 270. A concessão de Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra (Habite-se) deverá ser antecedida de vistoria da execução do sistema de tratamento de esgotamento sanitário, deixado a descoberto afim de comprovação da solução exigida pela Municipalidade.

SEÇÃO III DA INSTALAÇÃO DE GÁS CANALIZADO



Art. 271. A instalação de equipamento de distribuição interna de gás canalizado obedecerá ao disposto nas normas técnicas oficiais em vigor no país, bem como as normas de segurança contra incêndio da ABNT.

§ 1º É obrigatória a instalação de chaminés para descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

§ 2º Nos edifícios sem instalação central de gás, os compartimentos que possuem botijões de gás destinados a fogões e aquecedores deverão ter ventilação natural.

Art. 272. Nas edificações com obrigatoriedade de instalação de Central de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - tipo de instalação em que os recipientes são situados num ponto centralizado e o gás é distribuído através de tubulações, medidores, posição (construção) de instalação, recuos, ventilação, sinalização e demais equipamentos de segurança necessários, deverão atender as normas de segurança contra incêndio do Corpo de Bombeiros.

SEÇÃO IV DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 273. A instalação dos equipamentos de distribuição de energia elétrica nas edificações estará sujeita às normas da ABNT e regulamentação específica da concessionária local de energia.

SEÇÃO V DAS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA DA REDE TELEFÔNICA

Art. 274. A instalação de equipamentos da rede telefônica estará sujeita às normas da concessionária local de telefonia.

Art. 275. Salvo nas edificações residenciais unifamiliares, nas quais é facultativo, em todas as demais é obrigatória a instalação de tubulações e caixas para serviços telefônicos.

§ 1º Em cada unidade autônoma, haverá no mínimo, instalação de tubulações para um aparelho.

§ 2º A tubulação para serviços telefônicos não poderá ser utilizada para outro fim.

SEÇÃO VI DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 276. Toda edificação, independente de sua destinação deverá ter local apropriado, desimpedido e de fácil acesso com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes componentes do resíduo sólido, obedecendo as normas estabelecidas pela autoridade competente.

Art. 277. Nas edificações multifamiliares e mistas, haverá local para depósito de lixo situado no térreo ou subsolo para acondicionamento geral.

§ 1º O depósito coletor de lixo deverá ter acesso direto da rua por passagem de dimensão mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura, e 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de altura e atender as normas estabelecidas neste Código.

§ 2º O depósito coletor geral deverá ter área mínima de 3,00m² (três metros quadrados).

§ 3º É proibida a utilização de tubos de queda para eliminação do lixo.

Art. 278. Não será permitida a colocação de suporte para lixo sobre os passeios públicos.

Parágrafo Único. O suporte para colocação de lixo deve ser alocado sempre dentro do lote, no alinhamento, ou em reentrâncias criadas para este fim.

Art. 279. Os resíduos sólidos depois de recolhidos serão depositados em local ou locais indicados pela Municipalidade.

Art. 280. Conforme a natureza e volume do lixo ou resíduos sólidos, serão adotadas medidas especiais para sua remoção, obedecendo as normas estabelecidas pela Municipalidade, nos termos da regulamentação específica.

§ 1º Serão proibidos incineradores de resíduos sólidos em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 2º Os compartimentos destinados a incineração de resíduos hospitalares e congêneres deverão obedecer as normas específicas estabelecidas pelo órgão competente para sua construção e operação.

Art. 281. Toda edificação destinada à instalação de indústria poluente ficará obrigada à implantação de medidas para eliminar ou reduzir a níveis toleráveis o grau de poluição com o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, obedecida a regulamentação pertinente.

Art. 282. Nos locais onde não houver coleta de lixo pela Municipalidade cada residência deverá apresentar uma solução individual para o lixo, sempre considerando a distância mínima recomendável de poços de abastecimentos de água da própria residência, como também de outras unidades, no que se refere ao isolamento dos resíduos e contaminação das águas subterrâneas.

SEÇÃO VII DAS CAIXAS RECEPTORAS DE CORRESPONDÊNCIA

Art. 283. Nos edifícios residenciais, com mais de um pavimento e que não disponham de portaria, é obrigatória a instalação de caixas individuais para o depósito de objetos de correspondência.

Art. 284. Nos estabelecimentos bancários, hospitalares e de ensino, empresas industriais e comerciais, escritórios, repartições públicas, associações e outros edifícios não residenciais de ocupação coletiva, deve ser instalado, obrigatoriamente, local destinado ao recebimento de objetos de correspondência.

Art. 285. As caixas receptoras de correspondências serão instaladas nos muros, nos portões ou grades dos imóveis ou ainda, suportadas em pedestais, necessariamente em locais facilmente acessíveis da rua, evitando-se sua instalação em lugares onde forem de difícil acesso do carteiro.

SEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS

Art. 286. Independente do número de pavimentos ou área construída todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações residenciais.

Art. 287. Em qualquer caso, deverão ser atendidos os detalhes construtivos e colocação de peças especiais do Sistema Preventivo de Incêndio de acordo com as normas e padrões fornecidos pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 288. Independente das exigências deste Código, em relação à instalações preventivas de incêndio os edifícios existentes destinados à utilização coletiva, tais como escolas, hospitais, hotéis, motéis, casas de diversão, fábricas, grandes estabelecimentos

comerciais e outros, ficam sujeitos a adotar em benefício da segurança do público, as medidas que forem julgadas convenientes pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

SEÇÃO IX DOS PÁRA-RAIOS

Art. 289. Será obrigatória a instalação de pára-raios, conforme as normas estabelecidas pela ABNT e pelo Corpo de Bombeiros, nas edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos ou área construída superior a 750,00m² (setecentos metros quadrados), além das seguintes:

- I - Aquelas que reúnam grande número de pessoas;
- II - Fábrica ou depósitos de explosivos ou inflamáveis;
- III - Torres e chaminés elevados em edificações isoladas e expostas.

Parágrafo Único. O sistema de pára-raios, deve ser parte integrante do projeto das instalações elétricas, contendo sua especificação, localização, área de atuação e aterramento.

Art. 290. A fiscalização da correta execução da instalação de pára-raios será feita pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

SEÇÃO X CONDICIONAMENTO AMBIENTAL

Art. 291. A instalação do equipamento de condicionamento de ar está sujeito às normas técnicas oficiais.

Art. 292. É obrigatória a canalização dos fluidos condensados nos aparelhos de ar condicionado e similares, quando voltados para as vias ou logradouros públicos.

Parágrafo Único. A canalização deverá ser compatível com a potência do equipamento, podendo ser aparente, conectada por tubos de queda ou às galerias de águas pluviais ou ainda lançadas nas sarjetas, por sob o passeio.

SEÇÃO XI INSONORIZAÇÃO

Art. 293. As edificações deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza, que ultrapassem os níveis máximos de intensidade permitidos pela legislação específica.

Parágrafo Único. Instalações causadoras de vibrações ou choques deverão ter tratamento acústico para prevenir incômodos a vizinhança.

CAPÍTULO III DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

SEÇÃO I DA VEDAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 294. São considerados vedações no alinhamento predial dos logradouros públicos, os muros, muretas, gradis, floreiras, cercas vivas, ou qualquer outro elemento que defina o alinhamento predial do imóvel.

§ 1º O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, executado com material que vede a visão, terá altura máxima 1,60m (um metro e sessenta centímetros) em relação ao nível do passeio, à exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar desnível de terra entre o alinhamento

do logradouro e o terreno a ser edificado.

§ 2º Os gradis poderão ter altura superior a 1,60m (um metro e sessenta centímetros).

§ 3º A vedação acima do muro de arrimo terá altura máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), quando em material que vede a visão, podendo ter altura superior quando for gradil.

§ 4º A mureta, muro baixo, com altura de 0,40m (quarenta centímetros), construído em geral para anteparo ou proteção.

Art. 295. Em terrenos com edificações de uso residencial é facultativo a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos e nas divisas laterais, na faixa do recuo frontal, devendo o recuo ser ajardinado.

Art. 296. Em terrenos com edificações de uso não residencial é obrigatória a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, exceto no caso em que o recuo obrigatório seja totalmente ajardinado com tratamento paisagístico, e com acessos de veículos e pedestres definidos, de forma a não permitir a utilização desta área para qualquer atividade.

Art. 297. Em terrenos sem vedação, as divisas e o alinhamento do logradouro público deverão ser demarcados com elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Art. 298. Em casos especiais, envolvendo segurança pública, a altura e o tipo de vedação serão definidos pelos órgãos competentes da Municipalidade.

Art. 299. Nas zonas em que forem permitidas construções no alinhamento predial, os terrenos com suas testadas parcialmente edificadas, ou em edificação deverão obedecer o disposto nesta seção, exceto os arts. 295 e 296.

SEÇÃO II DOS MEIOS-FIOS, CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 300. Fica limitada a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), por setor rebaixado, a extensão do rebaixamento do meio fio para acessos e saídas de veículos.

§ 1º O rebaixamento do meio-fio só acontecerá nas áreas de acesso aos lotes e nas faixas de travessia de pedestres.

§ 2º O meio-fio das calçadas deverá ser rebaixado com rampa ligada a faixa de travessia de pedestres, visando propiciar às pessoas com deficiência física melhores condições de circulação urbana.

Art. 301. Os meios-fios e calçadas serão rebaixados da seguinte forma:

Parágrafo Único. Nas esquinas, rebaixamento em rampa com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), feita na direção das faixas de pedestres, formando um refúgio de proteção com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 302. É obrigatória a construção e reconstrução, pelos proprietários dos terrenos edificados ou não, das calçadas de logradouros dotados de meio-fio, em toda a extensão das testadas.

Art. 303. A calçada em logradouro público, na frente de terrenos edificados ou não, obedecerá ao padrão definido pelo órgão competente e às seguintes disposições:

- I - Não poderá ter degraus ou rampas de acesso às edificações;
- II - Deverá ser plano do meio-fio até o alinhamento, ressalvada a



inclinação de 2 % (dois por cento) para o escoamento das águas pluviais;

III - Deverá ser revestido com material antiderrapante.

Art. 304. Os casos omissos nesta Seção, bem como, o rebaixamento do meio-fio em áreas comerciais, industriais e outros, deverão ser estudados pelo órgão competente da Municipalidade, mediante apresentação de projeto pelo requerente.

Art. 305. Nos casos de inobservância do que trata o artigo 302, a Municipalidade fará a notificação ao proprietário, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a regularização.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo, sem que sejam tomadas as devidas providências pelo proprietário, a Municipalidade executará a obra, sendo que os custos da referida execução serão cobrados do proprietário do imóvel.

SEÇÃO III DOS AFASTAMENTOS E AVANÇOS

Art. 306. Os afastamentos das edificações deverão estar de acordo com o disposto na Lei do Plano Diretor, Tabela de Zoneamento o que especifica a proposta do Sistema Viário.

Art. 307. Os edifícios construídos nos cruzamentos dos logradouros públicos, aonde não houver afastamento frontal, o pavimento térreo deverá ser de forma chanfrada ou semicircular respeitando o raio interno de concordância prevista entre as vias.

Parágrafo Único. Os muros de vedação de qualquer edificação nos cruzamentos dos logradouros públicos também estão sujeitos a exigência deste artigo.

SEÇÃO IV DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS

Art. 308. A construção de marquises, na fachada das edificações obedecerá as seguintes condições:

- I - Serem em balanço;
- II - A face extrema do balanço deverá ficar afastada da prumada do meio-fio 0,30m (trinta centímetros);
- III - Ter altura mínima de 3,00m (três metros) acima do nível do passeio, podendo a Municipalidade indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face de quadra;
- IV - Permitir o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores, e encaminhados à sarjeta sob o passeio;
- V - Não prejudicar a arborização e iluminação pública, assim como não ocultar placas de nomenclatura ou numeração;
- VI - Serem construídas em toda a extensão da quadra de modo a evitar qualquer solução de descontinuidade entre as diversas marquises contíguas.

Parágrafo Único. Entende-se por marquise somente o avanço da laje que cobre parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação (podendo sobre as mesmas ser locadas floreiras e/ou vitrinas para exposição comercial).

Art. 309. Será obrigatória a construção de marquises em toda a fachada nos seguintes casos:

- I - Em qualquer edificação de mais de 1 (um) pavimento a ser construída nos logradouros de uso predominante comercial, recuado menos de 4,00m (quatro metros);
- II - Nos edifícios de uso comercial cujo pavimento térreo tenha essa definição, quando construídos no alinhamento;
- III - Nas ruas para pedestres as projeções máximas e mínimas

poderão obedecer a outros parâmetros, de acordo com o critério a ser estabelecido pela Municipalidade.

Art. 310. As fachadas dos edifícios quando construídos no alinhamento predial, poderão ter sacadas, floreiras, caixas para ar condicionado e brise, se:

- I - Estiverem acima da marquise;
- II - O escoamento das águas pluviais for exclusivamente dentro dos limites do lote através de condutores embutidos e encaminhados à sarjeta sob o passeio.

Parágrafo Único. Os elementos mencionados no caput deste artigo poderão projetar-se além do alinhamento predial a distância máxima de 0,60 m (sessenta centímetros).

Art. 311. Nos pavimentos térreos construídos no alinhamento será permitido o uso de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior deixe espaço livre com altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).

Art. 312. Deverão ser obedecidas normas estabelecidas pela concessionária local de energia.

SEÇÃO V DOS TOLDOS

Art. 313. Toldos, coberturas leves removíveis, sem vedações laterais, ligando blocos ou prédios entre si ou cobrindo acesso entre o alinhamento e as entradas da edificação, em zonas onde é exigido o afastamento obrigatório, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

- I - A área coberta máxima não poderá exceder 25% (vinte cinco por cento) da área do afastamento frontal;
- II - O pé direito mínimo deverá ser de 2,40m (dois metros e vinte centímetros);
- III - O afastamento mínimo das divisas laterais será de 0,25m (vinte cinco centímetros).

Art. 314. Em zonas onde são permitidas edificações no alinhamento predial, os toldos poderão estender-se em toda a testada do lote.

§ 1º Os toldos quando fixos deverão atender ao disposto na Seção IV deste Capítulo Marquises e Saliências.

§ 2º Os toldos, deverão ainda, estar em conformidade com o previsto no Código de Posturas do Município de Salto Veloso.

SEÇÃO VI DAS PISCINAS

Art. 315. As piscinas deverão ter:

- I - Estrutura adequada para resistir às pressões da água incidentes sobre as suas paredes e fundo, quando enterradas sobre o terreno circundante;
- II - Paredes e fundo revestidas com material impermeável e de superfície lisa;
- III - Equipamento para tratamento e renovação de água.

Parágrafo Único. Aplicam-se às piscinas no que couber as disposições determinadas pelo Código de Posturas.

SEÇÃO VII DOS ANÚNCIOS E LETREIROS

Art. 316. A colocação de anúncios e letreiros só será feita median-

te prévia licença da Municipalidade, se estiver de acordo com o Código de Posturas do Município, e não interferindo:

- I - Na sinalização de tráfego;
- II - Com a visão de monumento histórico;
- III - Com a visão de locais de interesse paisagístico.

Parágrafo Único. Os anúncios e letreiros sobre as marquises somente serão licenciados mediante prévia autorização do condomínio do respectivo prédio ou do proprietário.

CAPÍTULO IV DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

SEÇÃO ÚNICA DOS ESTACIONAMENTOS

Art. 317. Na zona urbana serão destinados locais para estacionamento, embarque e desembarque, carga e descarga.

Parágrafo Único. Os locais para estacionamento serão:

- a) Proporcionais as áreas edificadas;
- b) Cobertos ou descobertos.

Art. 318. A fração excedente a 50,00m² (cinquenta metros quadrados) de área construída, no cálculo exigido para vaga de estacionamento, corresponderá sempre a mais uma vaga.

Art. 319. Quando no mesmo terreno coexistirem usos e atividades diferentes, o número de vagas exigidas será igual a soma das vagas necessárias para cada uso e atividade.

Art. 320. Os espaços destinados a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer modificações de uso.

Parágrafo Único. Nos casos de desobediência a este artigo será aplicada multa de 13,0 VRF.

Art. 321. Os casos não mencionados serão tratados por analogia aos usos previstos.

Art. 322. Nos casos de acréscimos em edificações existentes o cálculo da reserva de estacionamento ou guarda de veículos considerará a área de acréscimo quando este aumento representar unidades residenciais e comerciais.

Art. 323. Não serão computadas para o cálculo do índice de aproveitamento máximo as áreas ocupadas pelas garagens.

Art. 324. As áreas de estacionamento descoberto deverão obedecer aos mesmos critérios definidos para as áreas cobertas e deverão ainda ser arborizadas na proporção de uma árvore para cada duas vagas.

Parágrafo Único. Não será permitido que as vagas de estacionamento ocupem a faixa correspondente ao afastamento obrigatório do alinhamento frontal, podendo ocupar as faixas de afastamento das divisas laterais e de fundos.

Art. 325. As dependências destinadas a estacionamento deverão atender as seguintes exigências:

- I - Ter pé direito mínimo livre de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
- II - Ter sistema de ventilação permanente representando 1/8 (um oitavo) da área do piso, (neste item poderá ser incluído as portas de acesso);
- III - Não possuírem abertura para divisas laterais e fundos quando ocuparem as referidas divisas;

IV - Ter vão de entrada com largura mínima de 3,00m (três metros) e o mínimo de 2 (dois) vãos quando comportarem mais de 50 (cinquenta) veículos;

V - Ter vagas de estacionamento para cada veículo locado em planta e numeradas, com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros);

VI - Os pisos serão impermeáveis, antiderrapantes e dotados de sistema que permita um perfeito escoamento das águas da superfície;

VII - As paredes que as delimitarem serão incombustíveis;

VIII - As vagas serão do tipo livre, sendo que só poderão ser bloqueadas quando pertencerem a mesma unidade residencial;

IX - Quando houver mais de um pavimento garagem, será obrigatória uma interligação para pedestres isolada dos veículos;

X - As escadarias deverão ser construídas dentro dos terrenos, iniciando-se a 1,20 m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento e as rampas de acesso poderão ser iniciadas junto ao alinhamento;

XI - Quando tratar-se de edificação multifamiliar não será permitido rampa com inclinação superior a 30% (trinta por cento);

XII - Quando tratar-se de mão única, 3,00m (três metros) de corredor, quando tratar-se de mão dupla 5,00m (cinco metros) de corredor.

§ 1º O portão de acesso às garagens para edifícios multifamiliares ou mistos deverão ter afastamento mínimo de 4,00m (quatro metros) do meio-fio.

§ 2º Os locais cobertos para estacionamento ou guarda de veículos, para fins privativos, unidade residencial unifamiliar, só poderão ser construídos no alinhamento frontal quando a rampa de acesso for obrigatoriamente superior a 15% (quinze por cento). As disposições deste artigo aplicam-se quando a capacidade máxima for de até 2 (dois) veículos.

Art. 326. Em todo estacionamento devem ser reservadas vagas preferenciais para estacionamento de veículos pertencentes à pessoa portadora de deficiência física.

Parágrafo Único. As normas relativas à localização e demarcação das vagas devem atender ao disposto nas normas da ABNT.

CAPÍTULO V DA ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 327. Em qualquer edificação, a exceção das habitações unifamiliares, deverá ser garantido o acesso aos portadores de necessidades especiais em cadeiras de rodas ou com aparelhos ortopédicos, observadas as disposições da ABNT e a Lei de acessibilidade, que dispõe sobre a adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.

Parágrafo Único. Nas edificações não residenciais já existentes, a que se refere este artigo, o acesso ao portador de necessidades especiais deverá ser garantido pelo menos até o pavimento térreo. Se houver necessidade de rampa, essa deverá ser executada conforme o estabelecido pela ABNT e Lei de Acessibilidade.

Art. 328. Quando existir desnível entre o piso e o passeio, ou quando houverem desníveis internos, será obrigatória a utilização de rampas de acesso e locomoção aos portadores de necessidades especiais.

Parágrafo Único. Quando não houverem rampas, o acesso dos portadores de necessidades especiais a outros pavimentos deverá ser feito através de elevador com largura mínima de 1,40m (um metro e quarenta centímetros).

Art. 329. Nas edificações citadas neste Capítulo deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para portador de necessidades especiais .

Art. 330. Nos cinemas, auditórios, templos, teatros, estádios, ginásios esportivos e congêneres deverão existir espaços para espectadores portadores de necessidades especiais ao longo dos corredores, na proporção de 1% (um por cento) da lotação do estabelecimento.

TÍTULO V DAS INFRAÇÕES

CAPÍTULO ÚNICO DAS PENALIDADES

Art. 331. Às infrações às disposições deste Código serão aplicadas as seguintes penas :

- I - Multa;
- II - Embargo da obra;
- III - Interdição do prédio ou dependência;
- IV - Demolição.

Parágrafo Único. A aplicação de uma das penas previstas neste artigo, não prejudica a de outra, se cabível.

Art. 332. O procedimento legal para a verificação das infrações e aplicação das penalidades é o regulado no Código de Posturas do Município de Salto Veloso.

SEÇÃO I DAS MULTAS

Art. 333. Pelas infrações as disposições deste Código serão aplicadas ao construtor, ou profissional responsável pela execução das obras, ao autor do projeto e ao proprietário, conforme o caso, as seguintes multas:

Item	Infração	Multa (VRFs)
I	Pelo falseamento de medidas, cotas, e demais indicações do Projeto: - Ao Profissional Infrator	3,0 a 13,0
II	Pelo viciamento do Projeto aprovado, introduzindo-lhe alteração de qualquer espécie : - Ao Proprietário..... - Ao Executor da Obra - Ao Profissional habilitado responsável pela execução	3,0 a 13,0
III	Pelo início da execução da obra sem licença : - Ao Proprietário - Ao Construtor	3,0 a 13,0
IV	pelo início de obras sem os dados oficiais de alinhamento e nivelamento: - Ao Proprietário - Ao Construtor	3,0 a 9,0
V	Pela execução da obra em desacordo com o projeto aprovado: - Ao Proprietário..... - Ao Construtor - Ao Profissional Responsável	3,0 a 13,0
VI	Pela falta de projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra: - Ao Proprietário..... - Ao Construtor	3,0 a 9,0
VII	Pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes: - Ao Construtor	3,0 a 13,0

VIII	Pela paralisação da obra sem comunicação à Municipalidade: - Ao Proprietário.....	3,0 a 6,0
IX	Pela desobediência ao embargo municipal: - Ao Proprietário - Ao Construtor - Ao Profissional Responsável	6,0 a 30,0
X	Pela ocupação da edificação sem que à Municipalidade tenha fornecido o Habite - se: - Ao Proprietário.....	3,0 a 13,0
XI	Concluída a reconstrução ou reforma se não for requerida a vistoria: - Ao Proprietário.....	3,0 a 9,0
XII	Houver prosseguimento da obra vencido o prazo de licenciamento sem que tenha sido concedida a necessária prorrogação do prazo : - Ao Proprietário.....	3,0 a 13,0
XIII	Ligação de Condutores de Águas Pluviais à Rede de Esgoto Cloacal e/ou Ligação de Esgoto Cloacal em Rede Pluvial: - Ao Proprietário - Ao Construtor	3,0 a 13,0

Art. 334. Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- I - A maior ou menor gravidade da infração;
- II - As suas circunstâncias;
- III - Os antecedentes do infrator.

Art. 335. A multa será imposta pela autoridade municipal competente, à vista do auto de infração lavrado pelo funcionário habilitado, que apenas registrará a falta ou infração verificada, indicando o dispositivo infringido.

Art. 336. O auto de infração em 4 (quatro) vias, deverá ser assinado pelo funcionário que tiver constatado a existência da irregularidade e também, sempre que possível, pelo próprio autuado; na sua ausência, poderá ser colhida a assinatura de representante, proposto, ou de quem lhe fizer às vezes.

§ 1º A recusa de assinatura no auto de infração será anotada pelo autuante perante duas testemunhas, considerando-se neste caso, normalizada a autuação.

§ 2º A última via do auto de infração, quando o infrator não for encontrado será encaminhada via postal, com aviso de recebimento ao responsável, sendo considerado, para todos os efeitos legais, como estando o infrator cientificado da mesma.

Art. 337. O auto de infração deverá conter:

- I - A indicação do dia e local em que ocorreu a infração, ou em que esta foi constatada pelo autuante;
- II - O fato ou ato que constitui a infração, indicando o dispositivo legal infringido;
- III - O nome e assinatura do infrator, ou na sua falta, denominação que o identifique e endereço;
- IV - O nome e assinatura do autuante, bem como sua função ou cargo;
- V - O nome, assinatura e endereço das testemunhas, se for o caso.

Art. 338. Lavrado o Auto de Infração, o infrator poderá apresentar defesa escrita dirigida a autoridade municipal competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar de seu recebimento,



findo o qual será o auto encaminhado para a imposição da multa e cobrança.

Art. 339. Imposta a multa, será dado o conhecimento da mesma ao infrator, mediante a entrega da terceira via do auto de infração, na qual deverá constar o despacho da autoridade municipal que a aplicou.

§ 1º O infrator terá o prazo 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento da multa.

§ 2º Decorridos o prazo estipulado no §1º, a multa não paga será encaminhada ao setor competente para inscrição em dívida ativa e cobrança, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 340. Na reincidência a multa será aplicada com acréscimo de 20% (vinte por cento).

Parágrafo Único. Considera-se reincidência para acréscimo da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 341. Terá andamento susado o processo de aprovação de projeto ou licenciamento de construção cujo responsável técnico, ou empresa construtora, esteja em débito com a Municipalidade.

Art. 342. O pagamento da multa não isenta o requerente da regularização da infração, que deverá ser atendida de acordo com o que dispõe este Código.

SEÇÃO II DO EMBARGO

Art. 343. As obras em andamento, sejam elas construções ou reformas, serão embargadas, nas situações abaixo descritas, ou em outras ocorrências em que essa medida se fizer necessária, sem prejuízo das multas, quando:

- I - Tiverem sendo executadas sem respectivo alvará de licenciamento, nos casos em que este é necessário;
- II - Desobediência ao projeto aprovado ou inobservância de qualquer prescrição essencial do alvará de licença;
- III - Não for respeitado o alinhamento predial ou afastamento mínimo;
- IV - Estiver sendo executada sem a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e inscrito na Municipalidade, quando indispensável;
- V - O construtor ou responsável técnico isentar-se de responsabilidade, devidamente justificada e comunicada à Municipalidade;
- VI - Estiver em risco sua estabilidade, com perigo para o pessoal que a execute, ou para as pessoas de edificações vizinhas;
- VII - For constatada ser fictícia a assunção de responsabilidade profissional do seu projeto ou execução;
- VIII - O profissional responsável tiver sofrido suspensão ou cassação pelo CREA;
- IX - Obra já autuada, não tenha sido regularizada no tempo previsto.

Art. 344. Ocorrendo as hipóteses do artigo anterior, a autoridade municipal competente fará notificação por escrito ao infrator, dando ciência da mesma à autoridade superior.

Art. 345. Verificada a procedência na notificação pela autoridade municipal competente, esta determinará o embargo em termo próprio que mandará lavrar, e no qual fará constar as exigências a serem cumpridas para o prosseguimento da obra, sem prejuízo da imposição de multas.

Art. 346. O Termo de Embargo será apresentado ao infrator para que o assine e, no caso deste não ser encontrado, será o termo

encaminhado via postal, com aviso de recebimento, ao responsável pela empresa construtora, seguindo-se o processo administrativo para a respectiva paralisação da obra.

Art. 347. O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no respectivo termo e satisfeito o pagamento dos tributos e multas em que haja o responsável incidido.

Art. 348. Se não houver alternativa de regularização da obra, após o embargo seguir-se-á demolição total ou parcial da mesma.

SEÇÃO III DA INTERDIÇÃO

Art. 349. Uma edificação ou qualquer uma de suas dependências, poderá ser interditada em qualquer tempo, com impedimento de sua ocupação, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art. 350. A interdição será imposta, por escrito, após vistoria efetuada pela autoridade competente.

Parágrafo Único. Não atendida a interdição, e não interposto recurso ou indeferido este, a Municipalidade tomará as medidas legais cabíveis.

SEÇÃO IV DA DEMOLIÇÃO

Art. 351. A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:

- I - A obra estiver sendo executada sem projeto aprovado e sem alvará de licenciamento, e não houver condições de regularização nos termos da legislação pertinente;
- II - Construção feita sem observância do alinhamento ou nivelamento fornecido pela Municipalidade, ou sem as respectivas cotas ou com desrespeito ao projeto aprovado, nos seus elementos essenciais, não havendo possibilidade para ajustá-la à legislação pertinente;
- III - Obra julgada em risco quando o proprietário se recusar a tomar as providências determinadas pela Municipalidade para sua segurança;
- IV - Construção que ameace ruir e que o proprietário não queira demolir ou não possa reparar, por falta de recursos, ou disposição regulamentar.

Art. 352. A demolição será precedida de vistoria por uma comissão composta por 03 (três) engenheiros ou arquitetos, designados pelo Chefe do Poder Executivo, pertencentes ou não ao quadro de servidores da Municipalidade.

Parágrafo Único. A comissão designada procederá da seguinte forma:

- a) Determinará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo o mesmo encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;
- b) Não comparecendo o proprietário ou seu representante, a comissão fará exame da construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário;
- c) Não podendo fazer adiamento, ou se o proprietário não atender a segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessários, concluídos os tais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar no mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo para isso julgado conveniente, salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias e nem superior a 90 (noventa) dias;
- d) Do laudo se dará cópia para o proprietário e aos moradores do



prédio, se for alugado, acompanhado aquele da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas;

e) A cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante comprovante de recebimento, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no mural de publicações ou boletim oficial;

f) No caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário se não puder ser encontrado, levando-se ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.

Art. 353. Dado ciência ao proprietário do resultado da vistoria e feita a devida intimação, seguir-se-ão as providências administrativas.

Art. 354. Se não forem cumpridas as decisões do laudo nos termos do artigo anterior serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

SEÇÃO V DAS SANÇÕES

Art. 355. A Municipalidade poderá cancelar a inscrição de profissionais (Pessoa Física ou Jurídica), e comunicar ao CREA especialmente os responsáveis técnicos que:

I - Prosseguirem a execução de obra embargada pela Municipalidade;

II - Não obedecerem aos projetos previamente aprovados, ampliando ou reduzindo as dimensões indicadas nas plantas e cortes;

III - Hajam incorrido em 3 (três) multas por infração cometida na mesma obra;

IV - Alterem as especificações indicadas no projeto ou as dimensões, ou elementos das peças de resistência previamente aprovadas pela Municipalidade;

V - Iniciarem qualquer obra sem o necessário Alvará de Construção;

VI - Cometerem por imperícia, imprudência ou negligência, faltas que venham a comprometer a segurança da obra.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 356. Os casos omissos no presente Código, serão analisados pela Municipalidade observando-se os princípios no Plano Diretor e a legislação vigente.

Art. 357. Os valores constantes no presente Código, serão corrigidos anualmente na forma da legislação Municipal.

Art. 358. O Poder Executivo Municipal regulamentará as disposições deste Código em 180 dias.

Art. 359. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 360. Ficam revogadas as disposições em contrário e suas alterações.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 20 de Setembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.
CÉLIA REGINA DE BORTOLI
Assessora de Gabinete

Portaria Nº. DP0197/2010 PORTARIA Nº. DP0197/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 01 de Setembro de 2010 a 30 de Dezembro de 2010, a funcionária pública RENATA MANENTI, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de Setembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Dispensa de Licitação Nº 6 PL 110

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E PARQUE DE MÁQUINAS

Contratada: BACK SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 85.787.737/0001-59

Fundamento: Artigo 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93

Valor: R\$ 7.701,30 (Sete mil, setecentos e um reais e trinta centavos).

Vigência: De 18 a 30 de setembro de 2010.

São Lourenço do Oeste (SC), 17 de setembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Resultado do Processo Licitatório Nº 107-2010

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2010, PREGÃO - RP Nº 59/2010.

O Município de São Lourenço Do Oeste - SC, através do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 875, de 22 e dezembro de 2009, torna público que o Pregão nº 59/2010 de objeto AQUISIÇÃO DE PISO ELEVADO, CENTRAL TELEFÔNICA E IMPRESSORAS, apresentou o seguinte resultado: Vencedor dos itens 01, 03, 04 e 05, empresa FRANCIELI DELA GIUSTINA ME - R\$ 89.134,00. Vencedor do item 02, empresa SATI TELECOM LTDA - R\$ 35.500,00. Vencedor do item 06, empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - R\$ 6.000,00.

São Lourenço Do Oeste -SC , 17 de setembro de 2010.
LAURI ALBERTO ETGES
Pregoeiro.



Edital de Convocação
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e inciso XXXVII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2010 a ser realizada no dia 29 de setembro de 2010, às 8:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, prédio da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

São Lourenço do Oeste SC, 21 de setembro de 2010
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº. 3.692/2010, de 16 de setembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 3.692/2010, de 16 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no artigo 2º, I, da Lei Municipal nº. 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir a necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término do contrato temporário de profissionais do magistério Municipal, bem como demissões de profissionais desse quadro, no interregno do ano letivo de 2010;

Considerando que o Município promoveu, durante o ano de 2010, tanto Concurso Público quanto processos seletivos simplificado para a contratação de professores, e que não logrou êxito em contratar profissionais necessários para o atendimento das demandas sociais instaladas;

Considerando o Decreto nº 2.137/2010, de 13/08/2010 que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no município de Schroeder;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pético e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Maria Salete Dolberth Leite para exercer o cargo de Professora C (Ensino Fundamental - Séries Iniciais), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme Lei Municipal nº. 1.690/08, de 28/10/2008, Decreto nº. 2.137/2010, de 13/08/2010 e contrato assinado entre as partes, adquirindo

efeitos retroativos a partir de 15 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.693/2010, de 20 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.693/2010, de 20 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ingrid Cristina Droese, para exercer o cargo de Assistente Social, percebendo o nível salarial nº. 060 - Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.694/2010, de 20 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.694/2010, de 20 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;



Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Guilherme Lesmann, para exercer o cargo de Auxiliar de Administração, percebendo o nível salarial nº. 025 - Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

INEXIGIBILIDADE Nº 08/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**
Nr.: 8/2010 - IL**Processo Nr.: 153/2010**
Data: 21/09/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: IRMÃOS ALBERTI LTDA
Endereço: RUA SÃO PAULO, Nº 72
Cidade: ERECHIM - RS
CNPJ: 02.780.212/0001-64

Código: 11898

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de Banda Passarela, para abrilhantar o baile no dia 09 de outubro de 2010 em comemoração ao aniversário do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de Banda Passarela, para abrilhantar o baile no dia 09 de outubro de 2010 em comemoração ao aniversário do Município de Schroeder/SC, com duração de 4 (quatro) horas, início as 23h, no ginásio de esportes Alfredo Passold, na Avenida dos Imigrantes, Centro, na cidade de Schroeder/SC.	UN	18.000,00	18.000,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclus desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

TEXTO

De acordo com o pedido feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer a contratação é devido não haver festa comemorativa, (Schroederfest) a administração Municipal considerou importante lembrar esta data com a presença da Empresa acima mencionada, que se prontificou a estar disponível na respectiva data a ser celebrada e levando em consideração seu brilhante histórico.

SCHROEDER, 21 de Setembro de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nr.: 8/2010 - IL

Processo Nr.: 153/2010
Data: 21/09/2010

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 21 de Setembro de 2010

Valor da Despesa: 18.000,00 (dezoito mil reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação nº 14/2010

Dispensa de Licitação nº 01/2010

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis Através do Fundo Municipal da Saúde .

Processo de Licitação nº 14/2010

Dispensa de Licitação nº 01/2010

Objeto: A presente dispensa tem por objeto a aquisição de cadeira de rodas, andadores e muletas utilizados na reabilitação de pacientes que necessitam de auxílio mecânico para atividades corporais básicas, do Município de Tunápolis.

Fundamento : artigo 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93:

Valor: R\$ 1.816,00 (Um mil oitocentos e dezesseis reais)

Tunápolis, SC, aos 16 de Agosto de 2010.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Tomada de Preços Nº 18/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2010

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REURBANIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO DO PEIXE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, O QUAL É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL. Informações na Avenida Manoel Roque, 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034. As propostas e documentos serão recebidos até às 16:00h do dia 08 de Outubro de 2010. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 21 de Setembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

TP 17/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2010

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FECHAMENTO DA QUADRA ESPORTIVA E DO TERRENO DA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO E FECHAMENTO COM MURO DO CEMITÉRIO DA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO (MATERIAL E MÃO DE OBRA), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. Informações na Avenida Manoel Roque, 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 08 de Outubro de 2010. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 17 de Setembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Associações de Municípios

AMAI

Segunda Audiência Pública do Plano Local de Habitação de Interesse Social

Convite

A Administração Municipal de Passos Maia em parceria com a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da 2ª Audiência Pública do Plano Local de Habitação de Interesse Social para Apresentação do Diagnóstico do Setor Habitacional.

Local: Câmara de Vereadores

Data: 22/9/2010

Horário: 9h

Consórcios Públicos

CIMVI

Contrato nº 011/2010 - Serviços de engenharia de minas

CONTRATO Nº 011/2010

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI E RPL ENGENHARIA OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA DE MINAS.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Carlos Alberto Pegoretti, doravante denominado CONTRATANTE, e RPL ENGENHARIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.267.742/000100, com sede à Estrada Ribeirão do Ouro, s/nº, Bairro Ribeirão do Ouro, Município de Botuverá - SC, representada por seu Diretor Eng.º de Minas Rogério Pereira Lopes, registro no CREA/SC nº 56.277-3, doravante denominada CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, que reger-se-á pela Lei 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados na área de engenharia de minas, compreendendo a realização de vistorias, análise de planos de extração, instruções de lavra, implantação de controles ambientais e acompanhamento da execução da atividade nas minas em atividade exploradas pelos municípios consorciados, e elaboração de projeto e execução para novas minas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do presente instrumento, serão total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela CONTRATADA.



É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, por toda a execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes deste instrumento, o valor total de R\$12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE a CONTRATADA em quatro parcelas mensais de R\$3.200,00 (três mil e duzentos reais), até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

O pagamento fica condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, do documento fiscal acerca dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente instrumento terá início na data de sua assinatura, e término em 31 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do objeto deste instrumento correrão à conta do orçamento do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, como segue:

Orçamento Programa 2010 - Gestão de Recursos Naturais	
33903900000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONTRATANTE responsável:

- em efetuar o pagamento nos termos estipulados na CLÁUSULA TERCEIRA; e
- em fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CONTRATADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes deste instrumento, fica a CONTRATADA desde já responsável:

- em prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;
- em enviar ao CONTRATANTE documento fiscal constante da CLÁUSULA TERCEIRA para recebimento dos valores;
- pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa ao objeto contratado;
- civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução

- deste instrumento, ficando assegurado o direito de regresso;
- única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;
- em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto do presente instrumento, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;
- em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos à pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução deste contrato;
- em refazer todos e quaisquer serviços mal executados ou defeituosos, bem como com a execução fora das especificações técnicas, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;
- única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto deste instrumento;
- em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;
- única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários a execução do objeto deste contrato;
- em comunicar por escrito o CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços;
- por todo o fornecimento da alimentação, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a correta e fiel execução do objeto do presente instrumento;
- em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto do presente instrumento ou aquelas apresentadas pelo CONTRATANTE;
- em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto deste instrumento;
- por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;
- de forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;
- em facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;



- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE ou aos Municípios consorciados.

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA não poderá transferir delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

A CONTRATADA executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 01 de setembro de 2010.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

RPL ENGENHARIA

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades
693.125.329-87

Valter Conrado de Araújo
379.549.389-72

